

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FRANCISMAR ALEX LOPES DE CARVALHO

VIAJANTES, MAREANTES E FRONTEIRIÇOS:
RELAÇÕES INTERCULTURAIS NO MOVIMENTO DAS MONÇÕES –
SÉCULO XVIII

MARINGÁ

2006

FRANCISMAR ALEX LOPES DE CARVALHO

VIAJANTES, MAREANTES E FRONTEIRIÇOS:
RELAÇÕES INTERCULTURAIS NO MOVIMENTO DAS MONÇÕES – SÉCULO XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Evandir Codato.

MARINGÁ

2006

FRANCISMAR ALEX LOPES DE CARVALHO

VIAJANTES, MAREANTES E FRONTEIRIÇOS:
RELAÇÕES INTERCULTURAIS NO MOVIMENTO DAS MONÇÕES – SÉCULO XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em 8 de dezembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Evandir Codato (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Para Maria, minha dedicada mãe.

Para Mari, minha companheira, pelo amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Nesta viagem, contei com as indicações de pistas e com o alento da agradável conversa que tive com inúmeras pessoas, a quem sou muito grato, pois foram como guias pelos itinerários dessa documentação e dessas veredas da História.

Às funcionárias do Instituto de Estudos Brasileiros, meus agradecimentos, em especial a Cíntia e a Mônica, pela atenção com que me atenderam, e à professora Márcia Moisés Ribeiro, que no momento estava realizando seu estágio de pós-doutorado naquele arquivo, contribuindo com valiosas sugestões.

A Adelina Pusineri, diretora do Museo Etnográfico Andrés Barbero, pela calorosa acolhida, pelas longas e estimulantes conversas e pelas indicações precisas das obras fundamentais ali existentes; aos outros funcionários, meus agradecimentos, em especial a Romilda, a quem devíamos o maravilhoso mate quente, a nos animar aos trabalhos.

No Archivo Nacional de Asunción, contei com a ajuda dos dedicados funcionários, em especial de Javier, Julian e Norma; ali, também, o professor Ignacio Telesca, pesquisador que há anos percorre os documentos do período colonial, forneceu-me pistas preciosas. Agradeço-os, como também a Aníbal Solís, paleógrafo daquele arquivo.

Da mesma forma, obrigado a todos os funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo e da Seção de Periódicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá, que me franquearam livre e rápido acesso aos documentos.

A Capes, meu muito obrigado pela Bolsa concedida, indispensável recurso sem o qual não poderia ter empreendido esta viagem.

Ao sempre amigo Eurico da Silva Fernandes, de quem continuamente estou aprendendo coisas. Aos colegas que conheci e aos amigos que fiz no Programa de Pós-Graduação em História da UEM. A Magna Lima Magalhães, pelo apoio e por ter me enviado algumas fotocópias de textos úteis.

E, é claro, meus mais sinceros agradecimentos a minha companheira e interlocutora Mariana Esteves de Oliveira, pelo amor, pela paciência, pelo cuidado, pelas sugestões, por tudo.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, também sou muito grato, em especial à professora Hilda Pívaro Stadniky, que desde a graduação colaborou decisivamente na minha formação, e, ademais, forneceu-me, no exame de qualificação, várias sugestões importantes para este trabalho. Ao professor Lúcio Tadeu Mota, também meus agradecimentos, pelas tantas contribuições cruciais que deu para o desenvolvimento deste texto. Sou especialmente grato a minha orientadora, professora Evandir Codato, pela amizade, pelo estímulo intelectual, por sempre me provocar a pensar a dialética que há nas coisas e nas gentes, e a tentar captá-la em meu trabalho.

Mande notícias do mundo de lá diz quem fica
Me dê um abraço venha me apertar tô chegando
Coisa que gosto é poder partir sem ter plano
Melhor ainda é poder voltar quando quero
Todos os dias é um vai e vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir
São só dois lados da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também despedida
A plataforma desta estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar
É a vida

RESUMO

O presente estudo analisa as relações interculturais entre as populações envolvidas no movimento das monções. Entende-se por monções os comboios de canoas que conduziam os viajantes, por dificultosa rota fluvial, de São Paulo a Cuiabá, a partir da década de 1720 até meados do século XIX. Nessas viagens, entrelaçavam-se as histórias de grupos sociais com pautas culturais diferenciadas, a saber, viajantes, mareantes e fronteiriços. A partir de uma abordagem relacional, procura-se analisar os momentos de contato entre essas populações, a partir dos quais se desdobravam conflitos e alianças, hibridações, recriações ou manutenção das pautas culturais. Direciona-se o foco analítico para os momentos em que se encontravam e estabeleciam relações sociais (a) os viajantes que se lançavam à jornada das monções, (b) os trabalhadores mamelucos das canoas e (c) os grupos étnicos fronteiriços senhores dos territórios pelos quais se embrenhavam os roteiros de viagem. A intenção principal é, destarte, tentar entender o modo como cada grupo social envolvido no movimento das monções orientava suas práticas e estratégias diante da situação de contato propiciada por essas viagens. Na Primeira Parte do presente estudo, apresenta-se uma contribuição ao desvendamento dos itinerários seguidos pelos viajantes para as fronteiras da colônia portuguesa na América do século XVIII, atentando para a contradição decisiva entre as rotas buscadas pelos adventícios e as territorialidades dos grupos étnicos locais. Com efeito, as viagens ao extremo oeste só se tornaram possíveis porque alguns setores da população paulista especializaram-se profundamente nas práticas do sertão, graças ao intercâmbio cultural com os indígenas. São esses fluxos, incorporados nas práticas dos trabalhadores das canoas monçojeiras, que são analisados na Segunda Parte. Finalmente, a Terceira Parte analisa a complexa trama política de alianças interétnicas entre as populações do extremo oeste, bem como as ações promovidas pelos Mbayá-Guaykuru e pelos Payaguá no sentido de defenderem seus territórios. Ao mesmo tempo, busca-se entender os sistemas de alianças dos adventícios, portugueses e espanhóis, elaborados no sentido de permitir o acesso regular aos territórios almejados.

Palavras-chave: Monções. São Paulo colonial. Mato Grosso colonial. Paraguai colonial. Viagens e Viajantes. Mbayá-Guaykuru. Payaguá. Kayapó. Mamelucos.

ABSTRACT

This study analyzes the intercultural relationships among the populations involved in the movement of the monsoons. Monsoons were the convoys of canoes that conducted the travelers, for difficult fluvial route, of São Paulo to Cuiabá starting from the decade of 1720 to middles of the 19th century. In those trips, the histories of some social groups were interlaced with differentiated cultural lines: travelers, sailors and frontiers. Starting from a relational approach, the moments of contact among those populations are analyzed here emphasizing the conflicts and alliances, hybridizations, re-creation or maintenance of the cultural lines. The analytical focus is addressed for the moments of encounter and establishment of social relationships these following groups: (a) the travelers that proceeded in the monsoonal journey, (b) the *mameluco* workers of the canoes and (c) the frontier ethnic groups rulers of the territories through where passed the routes. The main intention is, therefore, to try to understand the way as each social group involved in the movement of the monsoons guided their practices and strategies due to the contact situation propitiated by those trips. The First Part of the present study is an analysis of the following roads to the borders of the Portuguese colony in America of the 18th century, looking at the decisive contradiction between the routes wanted by the adventitious and the territorialities of the local ethnic groups. Really, the trips to the distant West became possible because some sections of the population from São Paulo specialized deeply in the practices of backwoods, due to the cultural exchange with the natives. Those cultural flows were incorporating in the workers' of the monsoonal canoes. That subject is analyzed in the Second Part of this study. Finally, the Third Part analyzes the complex political system of ethnic alliances among the populations of the distant West, and the actions promoted by Mbayá-Guaykuru, Payaguá, and other indigenous groups to defend their territories. At the same time, this part analyzes the system of alliances of the adventitious, Portuguese and Spanish, elaborated to allow the wanted regular access to the territories.

Keywords: Monsoons. Colonial São Paulo. Colonial Mato Grosso. Colonial Paraguai. Trips and Travelers. Mbayá-Guaykuru. Payaguá. Kayapó. Mamelucos.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá no século XVIII – Primeira Parte.....	27
FIGURA 2	Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá no século XVIII – Segunda Parte.....	28
FIGURA 3	Extrato do Mapa da bacia do rio Paraguai, elaborado pelo missionário Sánchez Labrador na segunda metade do século XVIII, pelo qual é possível localizar o rio Mbotetei e seu afluente Cahy.....	54
FIGURA 4	Chaco ao tempo dos primeiros contatos entre os grupos étnicos nativos e os adventícios europeus.....	62
FIGURA 5	Chaco em meados da década de 1720.....	64
FIGURA 6	Extrato do Mapa dos grupos étnicos do Chaco.....	71
FIGURA 7	Índios Mbayá realizando travessia de rio com seus cavalos.....	76
FIGURA 8	Viagem de um grupo de índios Mbayá.....	77
FIGURA 9	Extrato do Mapa etno-histórico preparado por Kurt Nimuendaju.....	78
FIGURA 10	Mapa dos rios da Vacaria elaborado pelos expedicionários da Terceira Partida de Demarcação.....	83
FIGURA 11	Tática de montaria Mbayá-Guaykuru.....	85
FIGURA 12	Mapa dos antigos paulistas, indicando caminhos pela Vacaria.....	98
FIGURA 13	Rotas alternativas projetadas para as monções.....	99
FIGURA 14	Disposição da mareagem numa canoa que parte de Porto Feliz em meados do século XIX.....	138
FIGURA 15	Vista da primeira grande queda do rio Tietê, denominada Salto de Avanhandava, segundo aquarela de Aimé-Adrien Taunay.....	141
FIGURA 16	Vista da segunda grande queda do rio Tietê, denominada Salto de Itapura, segundo aquarela de Aimé-Adrien Taunay.....	142
FIGURA 17	Cachoeira do rio Paraná, denominada Salto de Urubupungá, segundo aquarela de Aimé-Adrien Taunay.....	143
FIGURA 18	Vista de uma cachoeira do rio Pardo, segundo aquarela de Aimé- Adrien Taunay.....	144

FIGURA 19	Canoa atravessando a toda velocidade por entre os canais da Cachoeira da Ilha, no rio Coxim, segundo aquarela de Hercules Florence.....	145
FIGURA 20	Mareantes desencilhando as canoas da expedição Langsdorff de um baixio do rio Tietê.....	147
FIGURA 21	Campo perto das margens do rio Pardo, no qual se observa, ao fundo, um veado-campeiro (<i>Ozotoceros bezoarticus</i>).....	164
FIGURA 22	Aquarela de uma anhuma (<i>Anhuma cornuta</i>).....	168
FIGURA 23	Rico habitante de São Paulo que conduz suas mulas carregadas de açúcar.....	195
FIGURA 24	Trecho do rio Paraguai onde se localizaria o Porto de Candelária.....	214
FIGURA 25	Principais assentamentos dos subgrupos Payaguá-Agace e Payaguá-Sarigué no rio Paraguai, no século XVI.....	215
FIGURA 26	Itinerário de Cabeza de Vaca.....	216
FIGURA 27	Localização de alguns ataques realizados pelos Payaguá às monções e povoadores do século XVIII.....	228
FIGURA 28	Guerreiro Payaguá, segundo desenho de H. Rousseau.....	259
FIGURA 29	Cacique Mbayá.....	269
FIGURA 30	Esposa do cacique Mbayá.....	270

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABN	Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro
ACTA/CAB	Fundo Acta del Cabildo de Asunción (Cópias) do Archivo Nacional de Asunción, Paraguai
AESP	Arquivo do Estado de São Paulo
BN	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CODA	Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata, editada por Pedro de Angelis.
CRB	Fundo Coleção Rio Branco do Archivo Nacional de Asunción, Paraguai
CS	Fundo Carpeta Suelta do Archivo Nacional de Asunción, Paraguai
DI	Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo
HBP	História das Bandeiras Paulistas, editada por Afonso de Taunay
HGCB	História Geral da Civilização Brasileira, editada por Sérgio Buarque de Holanda
IEB/USP	Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
MEAB	Museo Etnográfico Andrés Barbero, Assunção, Paraguai
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGSP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
SH	Fundo Sección Historia do Archivo Nacional de Asunción, Paraguai

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
PRIMEIRA PARTE:	
ITINERÁRIOS DO EXTREMO OESTE.....	24
1.1 “PELO CAMINHO QUE SEGUIAM ANTIGAMENTE OS SERTANISTAS”	25
1.1.1 Introdução.....	25
1.1.2 Itinerários por caminhos de terra.....	29
1.1.3 Um paradigma indiciário.....	31
1.1.4 Os condicionamentos da itinerância.....	38
1.1.5 Viajar plantando roças.....	41
1.1.6 Expansão Kayapó.....	44
1.2 ROTAS PELA VACARIA E EXPANSÃO MBAYÁ.....	52
1.2.1 Como chegar a Cuiabá?.....	52
1.2.2 Incursões preadoras pela Vacaria.....	53
1.2.3 Expansão Mbayá.....	57
1.2.4 A territorialidade Mbayá e a inviabilização dos roteiros paulistas pela Vacaria.....	72
1.3 A BUSCA DE ROTAS ALTERNATIVAS.....	86
1.3.1 As fronteiras da visibilidade.....	86
1.3.2 O plano do Morgado de Mateus: reativação dos itinerários pela Vacaria.....	91
1.3.3 Rota pelo rio Sucuriú e presença dos Kayapó.....	102
1.3.4 A rota ordinária das monções.....	108
SEGUNDA PARTE:	
PRÁTICOS DO SERTÃO.....	116
2.1 OS “DESCLASSIFICADOS” DO SERTÃO.....	117
2.1.1 Os mareantes no âmbito dos contatos.....	117
2.1.2 Quem eram esses viajantes?.....	120
2.2 EXPERIÊNCIA E INTERCULTURALIDADE.....	129

2.3	POPULAÇÕES MESTIÇAS, CULTURAS HÍBRIDAS.....	155
2.4	EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E DIVERTIMENTO.....	178
2.5	CULTURA MAMELUCA: DE CONDIÇÃO DA COLONIZAÇÃO A ESTIGMA.....	190
2.5.1	Desintegração	204
 TERCEIRA PARTE:		
	OS “SENHORES DOS RIOS” E SUAS ALIANÇAS POLÍTICAS....	206
3.1	VIAGEM À ENCRUZILHADA DOS POVOS.....	207
3.2	GUERRAS E ALIANÇAS.....	229
3.3	TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA.....	249
3.3.1	Pressões territoriais e nova política	249
3.3.2	Os Payaguá: entre o Alto Paraguai e Assunção	255
3.3.3	Manipulando alianças: os Mbayá entre os fortes fronteiriços	261
	 CONSIDERAÇÕES FINAIS	280
	 FONTES E BIBLIOGRAFIA	286
	FONTES MANUSCRITAS.....	286
	FONTES IMPRESSAS.....	288
	BIBLIOGRAFIA.....	296

INTRODUÇÃO

O comerciante João Antonio Cabral Camelo partiu de Sorocaba em 1727 com destino às minas do Cuiabá. Seguia com três canoas e escravaria de quatorze negros, que pretendia empregar no faiscar diário das minas. Conduziam a monção os trabalhadores práticos daqueles caminhos: remeiros, pilotos, proeiros e guias. Sujeitos que conheciam as técnicas e procedimentos da mareagem dos rios, graças aos fluxos culturais com os indígenas e à experiência do viajar. “Em uns e outros, diz Cabral Camelo, está a brevidade ou demora das viagens, assim nas navegações pelos rios, como nas passagens das correntes, itaipavas e cachoeiras”.¹

O contato com culturas misturadas ou diferenciadas não parou por aí. Cabral Camelo, depois de três anos de parcos rendimentos no negócio da mineração em Cuiabá, resolveu voltar para Sorocaba. Em 1730, principiou a navegação do rio Paraguai, seguindo o comboio de canoas que levavam o quinto Real das minas a São Paulo. Em certa paragem desse rio, foram todos surpreendidos por um ataque massivo de índios Payaguá aliados aos Mbayá.² Bem sucedido, o assalto rendeu aos índios enorme despojo em cativos, ouro e fazendas.

Colocando-se em trincheira, o viajante e um grupo de pessoas conseguiram preservar-se do ataque. Logo em seguida, empreenderam fuga mata adentro, a pé, marchando do rio Paraguai à fazenda de Camapuã. No caminho, e depois, ao tomarem canoas para seguirem para Sorocaba, Cabral Camelo e seu grupo puderam observar os resultados da expansão dos índios Kayapó: todas as roças lançadas por adventícios naqueles territórios foram destruídas pelas ações destes índios, e os moradores, expulsos. Já em Sorocaba, o viajante, escrevendo em 1734 seu relato de viagem, afirma que tudo isso “sucede cada ano nesta viagem”.³

Os relatos de viagem narram muito mais do que apenas descrições de paisagens e populações exóticas. O relato de Cabral Camelo pode ser lido como narrativa de uma viagem a uma encruzilhada de povos. Depreende-se do seu texto, logo de início, que os mareantes que

¹ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 3. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 132.

² Procurei grafar os etnônimos conforme as recomendações da “Convenção para a grafia dos nomes tribais” da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1953, e que se encontram resumidas em: SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

³ CAMELO, op. cit., p. 140.

guiavam as canoas possuíam uma pauta cultural diferenciada, propriamente mameluca, híbrida de influências indígenas e adventícias. Nesse sentido, o próprio viajar parece ser já um momento de contato intercultural. Além disso, os contatos com os índios Payaguá, Mbayá e Kayapó tornam flagrante o fato de que viajar para o extremo oeste no século XVIII significava, por um lado, embrenhar-se em territórios ocupados pelos grupos étnicos locais e, por outro, encontrar-se diante das estratégias de guerras e alianças movidas por essas populações.

O presente estudo pretende analisar as relações interculturais entre as populações envolvidas no movimento das monções. Entende-se por monções os comboios de canoas que conduziam os viajantes, por dificultosa rota fluvial, de São Paulo a Cuiabá a partir da década de 1720 até meados do século XIX. Nessas viagens, entrelaçavam-se as histórias de grupos sociais com pautas culturais diferenciadas: viajantes, mareantes e fronteiriços. A partir de uma abordagem relacional, pretende-se analisar os momentos de contato entre essas populações, a partir dos quais se desdobravam conflitos e alianças, hibridações, recriações ou manutenção das pautas culturais.

Estou interessado em revisitar o tema das monções em consonância com uma perspectiva de análise que conecte a trajetória dos atores sociais envolvidos nessas viagens. Ao estudar os relatos de viajantes da América portuguesa, não poucos historiadores têm enfatizado um duplo olhar interpretativo: primeiro, o estudo das representações do mundo social que norteavam as descrições dos viajantes sobre as paisagens e as populações visitadas, o que coloca o foco da análise apenas no viajante e na sua visão de mundo;⁴ segundo, o estudo das culturas das populações visitadas, tomando como ponto de partida a descrição dos viajantes a fim de resgatar e estabelecer os traços culturais significativos dessas populações.⁵ A noção essencialista de cultura que orienta as pesquisas que seguem essa dupla direção sempre me incomodou. Isso porque as culturas tendem a ser vistas como isoladas, homogêneas e separadas umas das outras por fronteiras firmes. Os pesquisadores que seguem

⁴ Apenas a título de exemplo, vide a análise, repleta de méritos, empreendida por: COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

⁵ Também como exemplo, vide o seguinte estudo, cuja autora, embora dê significativos passos em direção a uma análise relacional, permanece mesmo na busca dos traços culturais da cultura mameluca: KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. Outro trabalho que seguiu essa direção, porém com uma ênfase maior na perspectiva do colonizador (em detrimento dos grupos étnicos locais), pode ser lido em: AMORIM, Marcos Lourenço de. *O “segundo eldorado” brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro: de Araraitaguaba a Cuiabá (1719-1838)*. 2004. 232 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

essa direção eventualmente isolam o grupo étnico ou a cultura particular que pretendem analisar, desligando-os das inter-relações com outros grupos, como se fossem uma ilha isolada, a respeito da qual caberia dizer quais são os “traços culturais” significativos.

Aqui, pelo contrário, busco empreender a desafiadora análise das situações de intersecção entre os grupos sociais envolvidos numa rota de viagem da América portuguesa do século XVIII: a que ligava São Paulo a Cuiabá pelos itinerários fluviais. Quero direcionar o foco analítico para os momentos em que se encontravam e estabeleciam relações sociais (a) os viajantes que se lançavam à jornada das monções, (b) os trabalhadores mamelucos das canoas e (c) os grupos étnicos fronteiriços senhores dos territórios pelos quais se embrenhavam os roteiros de viagem.⁶ Minha intenção principal é, destarte, tentar entender o modo como cada grupo social envolvido no movimento das monções orientava suas práticas e estratégias diante da situação de contato propiciada por essas viagens.

Para tanto, tive que me munir de um equipamento conceitual que me permitisse descortinar os processos de compartilhamento cultural e as relações interculturais entre populações em situação de contato. Um primeiro subsídio conceitual importante foi a noção de que não se viaja por “desertos”, mas sim por territórios ocupados pelos grupos étnicos locais. Os conceitos de territorialidade e territorialização, que retomei aqui seguindo a linhagem da antropologia contatualista, permitiram-me buscar entender as atribuições de sentido social construídas historicamente pelos grupos étnicos no tocante aos territórios ocupados, as imposições da situação colonial e as estratégias tecidas para fazer-lhes frente.⁷

⁶ Por grupo étnico entendo, seguindo Fredrik Barth, as categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores sociais cuja característica é organizar a interação entre as pessoas de uma comunidade, seja internamente ou externamente. De acordo com Barth, um grupo étnico é um tipo organizacional que se utiliza das diferenças culturais para fabricar e refabricar sua identidade específica diante de outras com que está em processo de interação permanente. BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 2. reimp. São Paulo: EdUnesp, 1998. p. 189, 193. Recuperando a definição weberiana de comunidades étnicas, Barth ainda enfatiza o aspecto político de seu conceito de grupo étnico. O fator decisivo, segundo Max Weber, na produção da crença no pertencimento a um grupo étnico é a comunidade política, vale dizer, uma forma artificial de associação racional tendente a engendrar o sentimento de pertencimento e de passado comum. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. 4. ed. Brasília: EdUnb, 1998. p. 274.

⁷ A todo o momento, procuro não reduzir a territorialidade reivindicada pelos grupos étnicos à territorialização imposta pelo sistema colonial. A distinção entre os dois conceitos, que aprofundo no decorrer deste trabalho, foi-me útil para entender os tipos de contatos suscitados pela rota das monções. Sobre territorialidade, vide: SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. New York: Cambridge University Press, 1986; LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, n. 322, 2002; MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997. Sobre territorialização, vide: OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio

Em segundo lugar, dentro dessa abordagem relacional, procurei entender cultura não como uma “lista de traços”, fechada e estável, mas, ainda na esteira teórica de Fredrik Barth, como processos de distribuição e não-compartilhamento de práticas e saberes.⁸ Rejeitando as abordagens sistêmicas de cultura, também Edward Palmer Thompson propõe que esta seja entendida como um conjunto de diferentes recursos que supõem trocas entre o dominante e o dominado, o escrito e o oral, a aldeia e a metrópole, além de ser uma arena de “elementos conflitivos”. Assim, ao analisar as relações culturais deve-se ter sempre presente a vigência das relações de dominação e a configuração de diversas estratégias de subversão.⁹

A partir daí, deslocando o foco da análise do isolamento para o contato, da lista de traços culturais para os compartilhamentos de práticas e saberes entre grupos sociais com pautas culturais diferenciadas, procurei centrar minhas análises nos fluxos e hibridações culturais. Busquei ver as fronteiras entre as culturas menos como limites, embora muitas vezes elas tenham uma função restritiva, senão sobretudo como *locus* privilegiado das trocas e fluxos interculturais, os quais, vale dizer, são sempre desiguais.¹⁰ Ademais, muitas vezes as misturas culturais chegam a tal ponto que práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas práticas. Para explicar este último processo, utilizei o conceito de hibridação cultural.¹¹

Finalmente, procurei dar voz a todos os grupos sociais envolvidos no movimento das monções. Busquei menos a orquestração dessa polifonia do que a apresentação de suas contradições e, se tive alguma sorte, de seus antagonismos. Assim, tentei analisar como viajantes, mareantes e fronteiriços, em situação de contato, conflito e alianças políticas,

de Janeiro: Editora UFRJ, 1999; Idem. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 4(1), p. 47-77, 1998.

⁸ BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 128 et seq.

⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 78. Foram-me muito úteis as reflexões deste autor sobre a noção gramsciana de “hegemonia cultural”.

Esforços semelhantes aos realizados por Barth e seus colaboradores no âmbito da antropologia, no sentido de romper com a noção essencialista e isolacionista de cultura em prol de uma noção relacional, foram empreendidos, na sociologia, por Pierre Bourdieu, e na historiografia mais recente, além de Thompson, por Roger Chartier, entre outros. Tentei aproveitar a contribuição destes autores para a análise da cultura mameluca em suas múltiplas inter-relações. Vide, dentre outros trabalhos importantes: BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979; CHARTIER, Roger. ‘Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-92, 1995.

¹⁰ HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, 1997. p. 14; Idem. Fronteras. *Revista de Antropología Experimental*, n. 1, 2001. Disponível em: < <http://www.ujaen.es/huesped/rae/indice2001.htm> >. Acesso em: 12 set. 2006. p. 6.

¹¹ CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. xix.

definiam estratégias no sentido de atenderem aos seus respectivos interesses. Para tanto, foi-me indispensável recorrer aos aportes da antropologia política desenvolvidos por Georges Balandier, assim como tive de recorrer a definições mais precisas do que se entende por “aliança política” entre grupos étnicos.¹² Com efeito, já se tornaram insustentáveis hoje em dia as análises que subestimam as ações políticas de defesa dos territórios empreendidas pelos grupos étnicos nativos e as alianças que os portugueses e espanhóis tiveram de fazer com certos grupos para acessarem com maior regularidade determinados territórios.

Comecei essa viagem pelo estudo que compõe a Terceira e última Parte deste trabalho. Analisando os relatos de viajantes das monções do século XVIII, deparei-me com assaltos movidos por grupos aliados como aquele sofrido por Cabral Camelo, resumido acima. Diante disso, tentei entender a complexa trama política de alianças interétnicas entre as populações do extremo oeste, o que me levou a examinar a trajetória da aliança entre os Mbayá e os Payaguá e suas relações com os agentes coloniais. Ao mesmo tempo, busquei apreender as estratégias que portugueses e espanhóis utilizavam para obter a livre passagem dos comboios de canoas e o acesso regular aos territórios almejados. Prosseguindo a análise até o final do século XVIII, deparei-me com um acirramento das contradições entre os grupos envolvidos na rota das monções: portugueses e espanhóis instalaram fortes militares para controlar os acessos fluviais, ao mesmo tempo em que os Mbayá e os Payaguá, através de estratégias de manipulação das rivalidades coloniais, procuraram resistir e lutar pela preservação de seus territórios.

Mas a vida cotidiana das viagens monçoeiras mostrou ser muito mais do que o contato entre viajantes europeus e grupos étnicos locais. Os trabalhadores das canoas (os mareantes, como os chamo aqui), tinham funções decisivas nas viagens e, como fui descobrindo aos poucos, uma posição contraditória no âmbito dessa rede de contatos entre culturas diferenciadas. Realmente, as viagens ao extremo oeste só se tornaram possíveis porque alguns setores da população paulista especializaram-se profundamente nas práticas do sertão, graças ao intercâmbio cultural com os indígenas. São esses fluxos, incorporados nas práticas dos trabalhadores das canoas monçoeiras, que analisei na Segunda Parte deste estudo. Busquei aprofundar a análise da relação entre permanência do legado de práticas indígenas e mistura de práticas culturais nativas e adventícias, entendendo este último processo como hibridação cultural. Percebi que, a partir da segunda metade do século XVIII, os mareantes mamelucos

¹² Sobre a problemática das alianças, vide: BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Difel: Edusp, 1969. p. 50 et seq.; ALBERS, Patricia C. Changing patterns of ethnicity in the Northeastern Plains, 1780-1870. In: HILL, Jonathan (Ed.). *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996. p. 93 et seq.

passaram a sofrer um processo de estigmatização social, e tentei desvelar, assim, seus fundamentos econômicos e políticos. Mas as evidências indicavam-me outras vozes, as vozes dos trabalhadores resistindo. Afinal de contas, eram eles quem entendiam das coisas do sertão, a partir de sua experiência. Tomei a liberdade de chamar tais estratégias de busca de afirmação da dignidade cultural.

Por fim, dei-me conta de que todas essas relações interculturais eram incompreensíveis sem a problematização de como se constituíram os itinerários das viagens. Por que navegavam pela rota do rio Pardo, Taquari e Coxim, e não mais por outras rotas, e o que isso tinha a ver com os contatos e conflitos com os grupos étnicos locais? Na Primeira Parte deste estudo, procurei oferecer uma contribuição ao desvendamento dos itinerários seguidos pelos viajantes para as fronteiras da colônia portuguesa na América do século XVIII, atentando para a contradição decisiva entre as rotas e as territorialidades dos grupos étnicos locais. Analisei a trajetória das rotas para as minas de Cuiabá seguidas por terras dominadas pelo grupo étnico Kayapó do sul e os desdobramentos decorrentes da expansão movida por este grupo étnico, no final da década de 1720. Num segundo momento, procurei analisar a trajetória das rotas para as minas de Cuiabá seguidas pelo território da Vacaria (correspondente ao atual Estado do Mato Grosso do Sul e leste do Paraguai), e busquei entender o processo de expansão do grupo étnico Mbayá pelo referido território, a partir da segunda metade do século XVII. Busquei analisar, finalmente, as desesperadas tentativas dos portugueses de criar rotas de viagem alternativas para Cuiabá, bem como as estratégias dos grupos étnicos no sentido de manter a posse de seus territórios.

Neste trabalho, procurei fugir aos estereótipos dos estudos das viagens mostrando que o contato dos viajantes com as populações locais, as relações sociais dentro de uma canoa e a própria rota por onde se viaja possuem história social e atores sociais com seus anseios, dores e experiências. O núcleo de minha argumentação encontra-se na relação sempre dialética entre as relações interculturais entre as populações envolvidas e as disputas de territorialidades suscitadas pelo itinerário da rota de viagem. A hipótese a que cheguei é a de que as monções conseguiram perdurar, durante boa parte do século XVIII, como uma importante rota fluvial ligando os estabelecimentos portugueses do extremo oeste a São Paulo, porque se tornaram dependentes da complexa trama de alianças imposta pelos grupos étnicos fronteiriços e da licenciosidade para com as reivindicações dos mareantes mamelucos das canoas. A história que vou contar é, em boa parte, a história do acirramento das contradições que estavam no cerne dessa interdependência.

Vali-me, dentre outras fontes, de crônicas de época, cartas ânuas, relatos de missionários, correspondências de governadores de província, bandos, regimentos e, principalmente, relatos deixados pelos próprios viajantes das monções. Poder dispor das coleções da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, tanto o brasileiro quanto o paulista, na Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá, permitiu-me rápido acesso aos relatos de viagem publicados. O mesmo vale para a clássica coletânea *Relatos monçoeiros*, editada por Afonso de Taunay. Tais relatos de viagem, embora tenham sido bastante estudados, sempre surpreendem o pesquisador que os aborda com novas perguntas. Já os *Diários de Langsdorff*, publicados não há muito tempo, e os manuscritos de relatos de viagem depositados no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, por terem sido até agora pouco estudados, permitiram-me conhecer aspectos diferenciados dessas viagens.

Documentar a polifonia de atores sociais envolvidos exigiu o recurso a outras fontes. Os *Documentos Interessantes*, cuja coleção encontra-se no Arquivo do Estado de São Paulo, permanecem sendo um rico acervo de materiais produzidos pela administração colonial. Obras impressas importantes sobre os grupos étnicos do vale do rio Paraguai, como crônicas e relatos de missionários, pude encontrá-las no Museo Etnográfico Andrés Barbero, em Assunção, Paraguai. Pude realizar ainda um rápido levantamento no Arquivo Nacional de Assunção, que me rendeu interessantes depoimentos sobre os fortes militares da segunda metade do século XVIII, compondo a parte final deste trabalho.

Procurei nessas fontes não apenas a voz do viajante ou do administrador colonial, o que a historiografia tradicional tem feito até ontem. Procurei as vozes dos trabalhadores das canoas, “pessoas comuns” a quem até então não se havia prestado atenção sobre como viviam a vida. Procurei as vozes dos indígenas ribeirinhos, sujeitos ativos de sua própria história que entravam em contato com as embarcações e tinham seus próprios interesses ao fazê-lo. Aqui, tais atores sociais têm vez e voz tanto quanto os viajantes portugueses ou espanhóis. Como diz Thompson, “à medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, gerais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena”.¹³

Só que a ausência de testemunhos escritos pelos próprios mareantes ou pelos índios fronteiriços impõe certas estratégias ao historiador. Como sugere John Schofield Saeger, nesses casos é necessário fazer perguntas aos documentos da “repressão”, tentando recuperar a história que estes tentaram reprimir. Esforço interpretativo que consiste em ouvir as vozes

¹³ THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 234.

dos atores subalternos, que ecoam fracamente dos documentos do colonizador, e em reconstruir o ponto de vista desses atores.¹⁴ Na mesma direção, Carlo Ginzburg tem argumentado que os textos com que se deparam os historiadores e antropólogos são intrinsecamente dialógicos e polifônicos, contrapondo visões opostas de mundo e contendo forças conflituosas que não estão em igualdade de circunstâncias. Para o autor, é preciso “aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual desses diálogos”.¹⁵

Quero destacar ainda dois pontos que julgo importantes sobre o modo como construí a narrativa deste texto. Primeiro ponto: a narrativa foi arquitetada de modo não-linear buscando oferecer elementos explicativos, pois que definitivamente não opostos ao ato de narrar,¹⁶ e atentando para as micro-situações como forma de desvendamento das estruturas sociais mais amplas. Sobre isso, Alban Bensa afirma que se trata de ajustar a lente às dimensões pertinentes do objeto, localizando as articulações correspondentes.¹⁷

Depois, é forçoso admitir que o estilo que recorri para narrar essa história encontra-se carregado de expressões de época e mesmo de construções frasais, em alguns casos, pouco usuais. Mesmo sob pena de, eventualmente, comprometer a fluidez da leitura, julguei mesmo inevitável que determinadas passagens fossem construídas como foram aqui. Pois a documentação do século XVIII, rebuscada como só ela, cria, em muitos casos, um abismo entre o português contemporâneo e o daquela época. Destarte, a conversão de certas locuções

¹⁴ SAEGER, James Schofield. *The Chaco mission frontier: the Guaycuruan experience*. Tucson: University of Arizona Press, 2000. p. xiii.

¹⁵ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: ___ et alii. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 209. Vide também: Idem. As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas. In: ___. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 88-89; RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1976. Embora o método interpretativo proposto por Paul Ricoeur tenha ajudado na identificação das múltiplas vozes que emanam dos textos, a análise dos discursos não poderia ser bem sucedida se não atentasse para o poder de que dispõem aqueles que os pronunciam. Por essa razão, recorri também a Bourdieu, para quem as lutas de classificação pelo monopólio legítimo da visão e da divisão do mundo social são lutas sociais entre grupos sociais desigualmente munidos de capital específico (econômico, social, político, cultural), sendo necessário avaliar de quanto poder dispõe cada um dos agentes envolvidos no problema considerado. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 84-91.

¹⁶ Cf. as reflexões de Hélio Rebello Cardoso Júnior, para quem a tarefa narrativa, central no trabalho do historiador, não exclui a análise, muito pelo contrário. A narrativa é iluminada pelo trabalho concomitante de reflexão e elaboração de conceitos e generalizações histórico-causais. Vide: CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Narrativas e totalidades como problemas da historiografia: um estudo e dois casos. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

¹⁷ BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998. p. 63-64.

poderia implicar em irremediável perda de qualidade semântica. Concordo com Jurandir Malerba, que teve de enfrentar situação semelhante, que “não é uma questão de estilo, mas metodológica”.¹⁸

Antes de iniciar a viagem, uma última palavra sobre o tema das monções. Sem dúvida, trata-se de um tema já amplamente estudado por vários historiadores, desde Afonso de Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e Mello Nóbrega até novos pesquisadores, com novas questões, como Maria de Fátima Costa, Glória Kok, entre muitos outros. Mas não é porque essa viagem fora empreendida muitas vezes que perdeu o seu interesse. Os dilemas sociais nos quais os historiadores, como homens que vivem uma época histórica específica, se debatem e se questionam provocam novas questões e novas buscas no passado. Aí as paisagens já são outras, os rios não são os mesmos, nem os que entram neles. Para lembrar o grande mestre Octávio Ianni:

[...] os caminhos do mundo não estão traçados. Ainda que haja muitos desenhados nas cartografias, emanharados nos atlas, todo viajante busca abrir caminho novo, desvendar o desconhecido, alcançar a surpresa ou o deslumbramento. A rigor, cada viajante abre seu caminho, não só quando desbrava o desconhecido, mas inclusive quando redesenha o conhecido.¹⁹

¹⁸ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 42.

¹⁹ IANNI, Octávio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 29.

PRIMEIRA PARTE:
ITINERÁRIOS DO EXTREMO OESTE

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.
Antonio Machado, *Proverbios y cantares*.

1.1 “PELO CAMINHO QUE SEGUIAM ANTIGAMENTE OS SERTANISTAS”

1.1.1 Introdução

A descoberta de metal precioso nas barrancas do rio Caxipó-Mirim e, logo mais, em Cuiabá, provocou um alvoroço entre os moradores de São Paulo dos começos do século XVIII. Para chegar ao tão noticiado novo Eldorado, valiam-se os sertanistas dos mais variados caminhos. Veredas imprecisas, transfiguradas, mas mais ou menos nítidas, devido às décadas de incursões preadoras de índios do século anterior. Dada a heterogeneidade das populações que se lançavam ao sertão, muitos dos quais sequer conhecedores dos itinerários a seguir, era oportuno que alguém experiente redigisse um guia com os principais caminhos para o Cuiabá. Um anônimo teve essa idéia, e Afonso de Taunay julga que tenha redigido a “Demonstração dos diversos caminhos” alguns anos antes de 1727.¹

Dentre os roteiros mencionados, o Autor Anônimo afirma que se poderia chegar a Cuiabá saindo de São Paulo, tomando o rio Tietê, o Paraná e o Pardo e, a certa altura deste último, largando as canoas, seguir a pé até o rio Piquiri (vide Figura 1). Aqui convinha fazer novas embarcações, navegar o rio até sua foz no Itiquira e seguir neste até o rio Paraguai. A seguir, subia-se o rio Paraguai e o Cuiabá. A vantagem desse itinerário seria a de “ir por caminho enxuto e livre dos Castelhanos, e do gentio cavaleiro Guaicuru, que é hoje o maior perigo, que receiam os paulistas”.²

A quem preferisse, um roteiro diferente poderia ser tomado seguindo o rio Paraná até a barra do rio Ivinheima. A certa altura deste rio, os sertanistas largavam as canoas e procediam à varação dos campos da Vacaria³ até alcançar as nascentes do rio Mbotetei, para cuja

¹ TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 21.

² DEMONSTRAÇÃO dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os Rios Cuiabá e Província de Cachiponé [anterior a 1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 203.

³ Fontes seiscentistas e setecentistas referem pelo nome de Vacaria ao território que abrangia desde a confluência dos rios Paraná e Paraguai, ao sul, até o vale do rio Pardo a nordeste e o Pantanal do Taquari ao norte. Tendo as incursões preadoras, paulistas e não-paulistas, por volta da década de 1640, capturado índios das reduções jesuíticas que estavam instaladas nessa região, promovendo o deslocamento de algumas e a destruição de outras, aludem os cronistas ao fato das manadas de gado vacum e cavalari terem se desprendido das reduções e se espalhado rapidamente, razão pela qual se passou a utilizar o nome Vacaria. NOTÍCIAS UTILÍSSIMAS á corôa de Portugal e suas conquistas [1695]. In: CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (Org.). Inventários dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. t. 6: Rio de Janeiro: 1616-1729. *ABN*, v. 39, p. 223; SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá* [...] [1765]. *RIHGSP*, v. 4. p. 8-9.

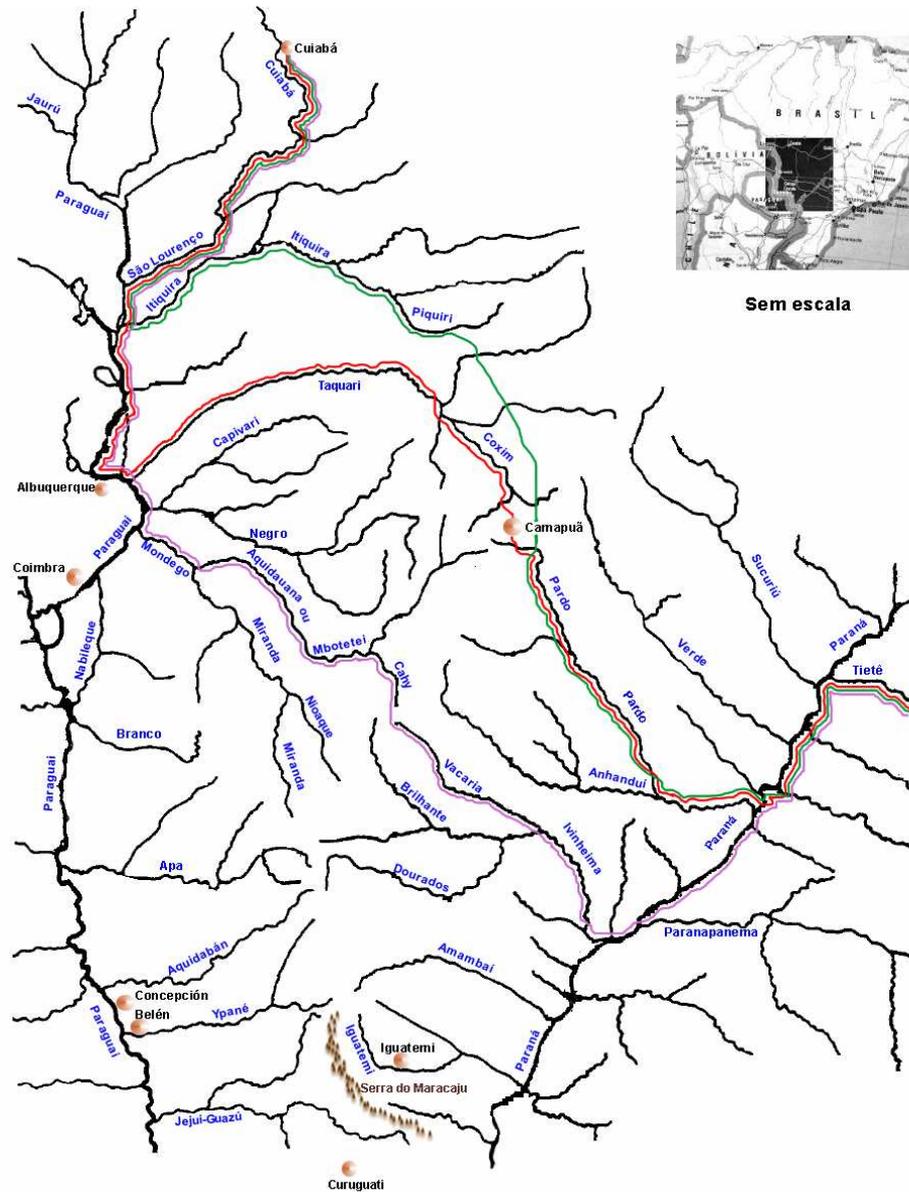
navegação fabricavam novas canoas, seguindo até o rio Paraguai e deste até o Cuiabá. Mas o autor adverte: “esse caminho é mais arriscado de encontrar os Índios Guaicusús [sic]”.⁴

A constante referência aos índios Mbayá-Guaykuru não é acidental. De fato, a maioria dos relatos de viagem da rota monçoeira menciona os perigos, ataques, alianças e conflitos com esse grupo étnico e com outros, a exemplo dos Kayapó e dos Payaguá. No século XVIII, viajar para o extremo oeste⁵ não era tarefa das mais confortáveis. E ainda que se conhecessem vários itinerários, a rota pelos rios Paraná e Pardo, seguida do varadouro de Camapuã, continuada nos rios Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, prevaleceu na maioria das viagens. Era a chamada rota ordinária das monções (vide Figura 1). Cabe, contudo, uma questão: por que esta rota foi preferida pelos viajantes em detrimento dos outros itinerários muito bem conhecidos desde o século XVII?

Nesta Primeira Parte do presente estudo, procuro apresentar uma contribuição ao desvendamento dos itinerários seguidos pelos viajantes para as fronteiras da colônia portuguesa na América do século XVIII. Busco analisar as características essenciais e os desdobramentos fundamentais da contradição decisiva entre as rotas pelas quais se embrenhavam os viajantes adventícios e as territorialidades específicas dos grupos étnicos locais.

⁴ DEMONSTRAÇÃO... op. cit., p. 203.

⁵ Utilizo da expressão “extremo oeste” valendo-me do sentido geral a ela atribuído por Sérgio Buarque de Holanda, pelo qual consegue não apenas neutralizar boa parte da ideologia vigente sobre a “ocupação dos sertões” (isto é, a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner), com seus vários epígonos conhecidos, mas sobretudo permite atentar para os fluxos interculturais envolvidos nesses deslocamentos para o interior da América portuguesa, trazendo os indígenas para a condição de sujeitos históricos plenos desse processo. No momento oportuno, porém, mencionarei os pontos que tenho em desacordo com a interpretação desse autor. Vide: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 25-30. Para uma análise rigorosa da revisão da noção de “oeste” operada por Sérgio Buarque, vide: WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000. p. 121-23, 143-62, passim; FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 79-124, passim.



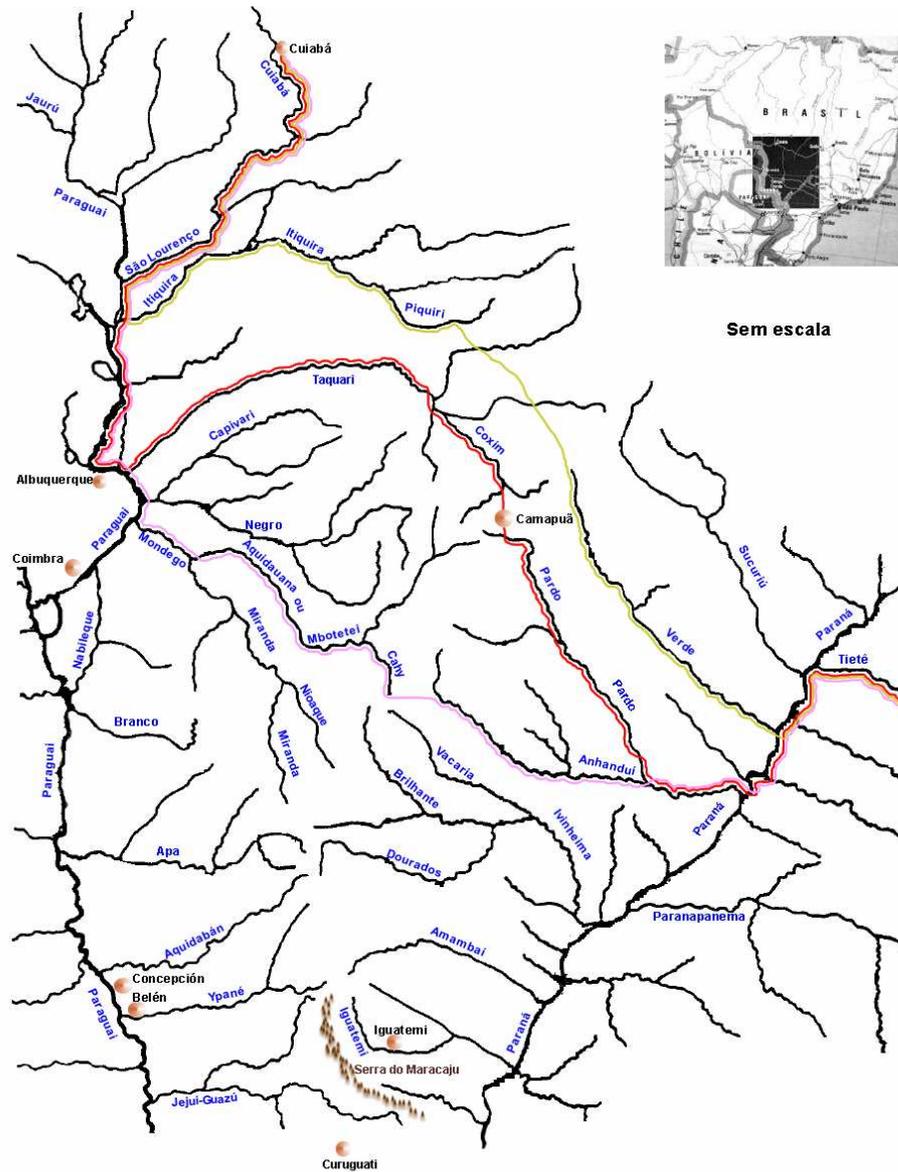
Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá no século XVIII - Primeira Parte

Legenda:

-  Rota ordinária das monções
-  Rota pelos rios Pardo, Piquiri e Itiquira, indicada pelo Autor Anônimo da "Demonstração dos diversos caminhos" e anterior a 1727
-  Rota pelos rios Paraná, Ivinheima e Mbotetê, indicada pelo Autor Anônimo da "Demonstração dos diversos caminhos" e anterior a 1727

FIGURA 1: Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá no século XVIII – Primeira Parte.

Fonte da representação hidrográfica: OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. 1995. 210 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.



Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá no século XVIII - Segunda Parte

Legenda:

-  Rota ordinária das monções
-  Rota pelos rios Verde, Piquiri e Itiquira, indicada pelo Autor Anônimo da "Demonstração dos diversos caminhos" e anterior a 1727
-  Rota pelos rios Pardo, Anhanduí e Mbotetei, indicada por José Barbosa de Sá, autor das "Chronicas do Cuyabá", e referente ao ano de 1720

FIGURA 2: Possíveis itinerários para as minas do Cuiabá no século XVIII – Segunda Parte.

Fonte da representação hidrográfica: OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. 1995. 210 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

1.1.2 Itinerários por caminhos de terra

O Autor Anônimo da “Demonstração dos diversos caminhos” indica que, nos primeiros anos das minas do Cuiabá, os viajantes podiam escolher e de fato utilizavam-se dos vários itinerários conhecidos desde as incursões preadoras do século XVII. Tão conhecidos que o autor, que não menciona nem suas fontes nem se realmente enveredou pelas rotas, as descreve com uma objetividade notável, mencionando com precisão os nomes dos rios, os varadouros, os locais específicos para fazer pouso, ou deixar canoas para, mais a diante construir outras e, sobretudo, os nomes e algumas das principais ações dos grupos étnicos nativos que ocupavam aqueles territórios.

A quem quisesse ir ter às minas cuiabanas, havia inicialmente mais opções do que o itinerário que ficou conhecido posteriormente como rota das monções, sendo que boa parte dos trajetos eram por caminhos de terra. Uma primeira opção consistia em marchar a pé a partir de certa paragem do rio Pardo até Cuiabá. Assim, o viajante poderia fazer como os sertanistas que, após navegar o rio Pardo por quinze dias,

[...] lançam as canoas em terra, porque já não se pode navegar, fazem plantas de mantimentos os que querem. Daí caminham por terra a qual tem pouco mato, em alguns Caponetes nesse Caminho, os que não querem mais servir-se de canoas [...] vão caminhando por tempo de 25 dias ou mês.⁶

A segunda opção de itinerário consistia em tomar o rio Verde, que deságua no Paraná, “pelo qual sobem pelo espaço de dez ou doze dias, até um salto do mesmo Rio, aonde deixam as Canoas; e aí tomando por terra o caminho de 25 dias, vão dar no porto do Rio Píkirí”.⁷ A partir deste último, certamente com novas canoas, navegava-se até sua foz no Itiquira, pelo qual se seguia até o rio Paraguai, de onde é conhecida a ida a Cuiabá (vide Figura 2).

Havia também os partidários de uma terceira opção, segundo a qual resolviam simplesmente sair marchando a pé de São Paulo a Cuiabá, margeando alguns rios conhecidos. Em quatro dias, informa alguém, podia-se passar do rio Piracicaba aos campos de Araraquara, e daí, caminhando em sentido noroeste e tendo à mão esquerda a mata do rio Tietê, chegava-se ao rio Paraná. Até este rio, “julgam alguns será caminho de um mês; mas outros julgam que feito o caminho e batidos os pastos, que são altos com o fogo, em menos dias se fará esta

⁶ DEMONSTRAÇÃO... op. cit., p. 202.

⁷ Ibidem, p. 203.

viagem”.⁸ O caminho prosseguia marchando pelas margens do rio Verde, e provavelmente seguia-se o sentido noroeste a pé até Cuiabá.

Esses três itinerários, adverte o autor, exigem dos “Mineiros grande vigilância porque os assaltos dos Caiepós hão de ser contínuos”.⁹ No início do século XVIII, o território dos Kayapó meridionais¹⁰ abrangia, a leste, desde o rio das Velhas, no Triângulo Mineiro, até a região onde depois seria instalada a cidade de Anápolis; ao norte, seus assentamentos chegavam até a Serra Dourada, próximo a Vila Boa de Goiás; a oeste, acompanhavam as margens dos rios Piquiri e Taquari; e a oeste, os Kayapó chegaram, em alguns momentos, a penetrar na região da Vacaria, pelo vale do Anhanduí, indo além do que supôs um autor, que os limitou ao rio Pardo.¹¹

São muitos os relatos de assaltos promovidos pelos Kayapó, tanto sobre os caminhantes do roteiro por terra às minas de Goiás, freqüentado desde 1722, quanto aos caminhantes e navegantes que seguiam para o Cuiabá, a partir de 1718. Escapa do foco deste trabalho abordar os conflitos coloniais na capitania de Goiás, tema sobre o qual existem estudos relativamente recentes.¹² Neste capítulo, estou interessado em entender a dinâmica das rotas de viagem para Cuiabá, em especial as que iam por caminhos de terra, e as imposições da presença dos Kayapó, em cujos territórios tais veredas se embrenhavam.

Nesse recorte, procuro demonstrar que as ações dos Kayapó meridionais, no sentido de preservarem o controle sobre seus territórios na bacia do rio Paraná, envolviam, por um lado, os assaltos às expedições paulistas e, por outro, a partir sobretudo dos últimos anos da década de 1720, uma ação militar sistemática para promover a expulsão de todos os sesmeiros que se estabeleceram na região. Naqueles anos, circulava entre os paulistas curiosa notícia, recolhida pelo Autor Anônimo, segundo a qual os Kayapó “chegaram tão perto de S. Paulo, que tocaram o sino da Igreja de Jundiáí, com cujo som aterrados fugiram”.¹³ O viajante que

⁸ Ibidem, p. 204.

⁹ Ibidem, p. 205.

¹⁰ Grupo étnico da grande família lingüística Jê. De acordo com Odair Giraldin, os Kayapó do sul e do norte, além de possuírem diferenças étnicas, com o contato colonial, seguiram trajetórias históricas distintas. Os territórios tradicionais dos Kayapó meridionais sofreram processos de invasão e foram palco de intensos conflitos e contatos coloniais durante os séculos XVIII e XIX. Defende ainda o mesmo autor que os Panará seriam os descendentes atuais dos Kayapó do sul, habitando o Parque do Xingu e demandando o vale do rio Peixoto de Azevedo, na região norte de Mato Grosso. GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil central*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p. 30-34, 57, 133-36.

¹¹ Ibidem, op. cit., p. 57.

¹² Vide, além do trabalho de Giraldin, já citado: ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: EdUCG, 1998.

¹³ DEMONSTRAÇÃO... op. cit., p. 205.

intentasse passar às minas do Cuiabá por esses caminhos terrestres deveria ter claro que, além de ter que andar milhares de quilômetros, sua marcha e mesmo as roças que lançasse pelo caminho estavam sob contínua ameaça dos ocupantes daqueles territórios.

1.1.3 Um paradigma indiciário

No início do século XVIII, período no qual os intercâmbios culturais já fizeram cristalizar nas disposições dos paulistas uma série de hábitos culturais que permitissem acessar o extremo oeste, marchar por semanas e até por meses não era algo incomum para boa parte dos habitantes da capitania. Andar a pé pelas veredas herdadas dos indígenas exigia uma disposição que não poucos paulistas já possuíam, em decorrência de mais de dois séculos de intercâmbios com os grupos étnicos locais. Diante de uma situação na qual não havia outras alternativas para prosseguir a viagem, não se pensava duas vezes em abandonar as canoas e se lançar à marcha a pé para chegar ao destino almejado.

Parece ter sido essa a disposição que moveu o comerciante João Antônio Cabral Camelo a andar de certa paragem no Alto Paraguai até a fazenda de Camapuã. Sorocabano, Cabral Camelo partiu para Cuiabá em 1727 com a esperança de conseguir alguma coisa fisciando nas minas, mas logo se frustrou ao contabilizar os poucos resultados. Em 1730, resolveu voltar acompanhando a monção do ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto, na qual se levariam os 900 kg de ouro produtos do quinto Real.¹⁴ Ao descerem as canoas no rio Paraguai, sofreram um fulminante ataque dos índios Payaguá aliados aos Mbayá, que mataram o Lanhas Peixoto e vários outros viajantes, tomaram o ouro, as fazendas e fizeram vários cativos. Cabral Camelo e um grupo conseguiram resistir ao ataque, colocando-se em trincheira e, com medo de novos assaltos dos Payaguá pelos rios, resolveram ir a Camapuã a pé. Como escreve Cabral Camelo: “os mantimentos estavam quase no fim, porque os que se não gastaram, se tinham perdido com as águas, resolvemos a vir por terra até Camapuã pelo caminho que seguiam antigamente os sertanistas”.¹⁵

Apesar de imprevista, o comerciante e o grupo de sertanistas sabiam muito bem como proceder numa viagem por terra. Narra Cabral Camelo:

¹⁴ Quantidade cf. TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 77.

¹⁵ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 147.

[...] saltamos em terra, e deixadas as canoas, carregamos a farinha, feijão, e toucinho que nos pareceu bastante para vinte e cinco dias, que podíamos gastar nesta viagem. /Postos em marcha começamos a caminhar pelo Pantanal sempre à vista dos morros, e atravessando lagoas, e tremedais, e algumas vezes matos, chegamos em quatorze dias à primeira roça do Taquari: achamo-la já despovoada; porque o Caiapó lhe matou sete, ou oito pessoas, depois de lhe reduzir a cinzas as casas.¹⁶

Relata ainda que fizeram boa parte do trajeto a pés descalços e sob a contínua ameaça de um ataque dos Kayapó,

[...] marchando sempre unidos com as armas na vanguarda, e retaguarda, e no centro as cargas: de noite era o se continuar as vigílias, e sentinelas, assim por respeito ao gentio, como das onças: enfim tolerando mil trabalhos, passando os rios sobre paus, e vadeando descalços, e por espinhos muitas e várias lagoas, chegamos a Camapuã.¹⁷

O depoimento permite entrever vários aspectos da prática de viagens por caminhos de terra na América portuguesa. O cálculo do mantimento pelos dias de viagem, o senso de direção do roteiro a seguir, as estratégias de defesa contra os senhores daqueles territórios, a prática de seguir “vadeando descalços”, são algumas das práticas culturais incorporadas que, mesmo numa situação imprevista, atualizam-se e permitem a improvisação.

Outros viajantes, contudo, não obtinham o mesmo sucesso, e a circulação das informações entre os moradores permitia a opção por outras rotas menos perigosas. Valendo-se da correspondência de quatro meses que teve com “um grande sertanista de muitas viagens de todo aquele sertão”, Manuel de Barros também escreveu um roteiro dos principais itinerários que se serviam os paulistas para chegar ao Cuiabá.¹⁸ O autor afirma que, desde que um grupo de viajantes malogrou ao caminhar de uma paragem do rio Pardo chamada Capão dos Porcos até Cuiabá, as monções costumam subir esse rio no sentido de diminuir o trajeto a pé.

[...] foram tão infelizes, que sobre lhes faltar o mantimento, lhes deu a peste, se sendo bem numerosas, pouca gente chegou delas ao Cuiabá: o que vendo os novos Mineiros daquelas Minas, e considerando a grande dificuldade, que havia em passar a elas por terra assim pela

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ BARROS, Manuel de. Notícia 7ª Prática e roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas [...] que se costumam fazer por mar e por terra [entre 1727 e 1740]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 177. Datação aproximada do relato cf. TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 121-24.

distância, como pela falta comum de mantimentos pois naquele Sertão até certa altura sempre houve pouca caça, e hoje nenhuma, começaram a navegar até as cachoeiras do Rio Pardo, não obstante os muitos embarços.¹⁹

Parecem restar poucas dúvidas quanto à prática dos paulistas em marchar para regiões distantes “vadeando descalços”, para usar o termo de Cabral Camelo. Como constatou Sérgio Buarque de Holanda, por boa parte do século XVIII os calçados eram artigos de luxo entre os paulistas, signos de distinção que, certamente, só tinham razão de ser ao serem utilizados nas ocasiões de sociabilidade nas vilas. Nas marchas para o extremo oeste, o mais provável é que permanecesse o costume de andar de pés descalços. Já no final do século XVII, o Cabildo de Assunção do Paraguai relatava a El-Rei que os paulistas que pôde ver ou dos quais ouviu falar marchavam por terras, montes e vales trezentas e quatrocentas léguas, tudo isso a pé, como se estivessem andando pelas ruas de Madri: “son todos mansevos descalsos de pié y pierna”.²⁰ É fato conhecido que Cabeza de Vaca, guiado pelos Guarani, fez descalço todo o percurso entre o litoral de Santa Catarina e as margens do rio Paraná.²¹ Ainda de acordo com Sérgio Buarque, pode ter contribuído para a permanência desse costume de se andar a pé um outro costume a ele correlato, e indestrutivelmente ligado, de desfrutar posteriormente do prazer de se tirar o bicho-de-pé. Segundo um informante, nesse costume de lavar os pés, fazendo com que alguém extraísse os parasitas com uma tesoura ou alfinete, espécie de encontro desejado de dor e prazer, chegava-se a passar o tempo com tal deleite “que chega o somno, como se estivessem acalentando com o mayor mimo”.²²

Mas um fator mais decisivo faz supor que os que viajavam pelos caminhos de terra para Cuiabá iam descalços, conforme o costume paulista: diante dos evidentes perigos de se passar por um território indígena, ainda mais quando se tratavam dos Kayapó meridionais, que se declaravam abertamente hostis à presença paulista, impunha-se a necessidade de marchar incógnito. Passar sem ser percebido, ou pelo menos sem deixar os rastros com que facilmente se pudesse ser seguido. Já vítima de um dramático assalto por parte dos Payaguá, certamente Cabral Camelo e o grupo de sobreviventes que resolveram marchar até Camapuã o fariam “à maneira sertanista”.

¹⁹ BARROS, op. cit., p. 170.

²⁰ Archivo General de las Indias, Sevilha apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 26.

²¹ Ibidem, p. 29.

²² ABREU, José Rodrigues de. *Histologia médica* [1733] apud ibidem, p. 103.

E marchar incógnito não exigia apenas o andar descalço, senão que impunha mesmo a reeducação do próprio andar. De acordo com Sérgio Buarque, várias populações indígenas andavam com os dedos do pé voltados para dentro, enquanto que os brancos voltavam os dedos para fora. Os mamelucos já incorporavam essas disposições indígenas não só pelas vantagens motrizes – tendo em conta que se economiza trabalho, pois os dedos dos pés ficam poupados às agressões dos galhos a beira do caminho, além de que o peso do corpo fica melhor distribuído, evitando o cansaço –, mas sobretudo pelas exigências de segurança. Pois pela diferença na impressão dos rastros era facilmente distinguível, a qualquer índio atento, se se tratava de pegada de índio ou de “caraíba”.²³ Nesse sentido, sobre o simples fato de caminhar pelos itinerários do extremo oeste pesava todo um sistema de alianças e conflitos interétnicos, com as devidas estratégias para as quais os viajantes não podiam estar desatentos.²⁴

Os caminhos e descaminhos das marchas são distinguidos pela observação dos astros, rastros, restos e sinais, de modo que deveria ser vigente entre não poucos sertanistas, da mesma forma que entre os grupos étnicos nativos, um paradigma de conhecimento indiciário. Refere Thomas Whiffen que, durante a marcha por certa floresta, um dos índios que o guiavam lhe afirmou que dez minutos antes passara por aquela mesma paragem um homem: para confirmar, o índio lhe apresentou uma folhinha colhida do chão. Precisamente dez minutos antes tinha começado a chover, e como algum caminhante revirou as folhas com as suas passadas, o exemplar que o índio tinha em mãos estava molhado nas duas faces.²⁵

Não é exagero supor que a vida de um grupo de viajantes dependia, em não raros momentos, das deduções adequadas que os guias tiravam, por exemplo, de um sinal de fumaça. Pelo relato de Theotônio José Juzarte, que depois de empreender uma expedição de Araraitaguaba ao presídio de Iguatemi levando 800 povoadores, foi incumbido de descobrir

²³ Ibidem, p. 34-35.

²⁴ Segundo Sérgio Buarque, as estratégias de dissimulação das marchas a pé, fundamentais para se evitar a perseguição, são a base material de lendas como a do Curupira, amplamente vigentes entre os grupos Tupi: “A preocupação constante entre os índios de dissimular ao inimigo todas as pistas que possa deixar sua marcha através dos sítios mais infestados transparece claramente de tais lendas. As marcas dos pés descalços são, entre essas pistas, das mais evidentes e, por conseguinte, das mais perigosas. No caso do curupira elas têm uma função particular, a de atrair o caçador que pretende escapar-lhe, iludindo por sua direção suposta e falsa”. Ibidem, p. 31. Para um mapeamento da produção historiográfica sobre a prática das caminhadas pelos bandeirantes e índios, vide: PACHECO NETO, Manuel. *Palmilhando o Brasil colonial: a motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII*. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

²⁵ WHIFFEN, Thomas. *The North-West Amazons. Notes of some months spent among cannibal tribes* apud HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 68.

caminho por terra do referido presídio até Cuiabá, sabe-se que os Guarani-Kayowá utilizavam do sinal de fumaça como expediente de comunicação. Ao não se porem em retirada assim que perceberam que “em distância de duzentos passos nos acendeu fogo o Gentio”, os viajantes do grupo de Juzarte acabaram por caminhar em direção aos índios, que os perseguiram e quase os alcançaram.²⁶

A exigência do olhar treinado, capaz de identificar, pelos rastros e sinais, a presença de algum observador inimigo e mesmo prever um ataque-surpresa era decisivamente importante para os que empreendiam a marcha a pé pelos territórios Kayapó em direção a Cuiabá. Pois o método de ataque dos Kayapó, mencionado por vários relatos de viagem do século XVIII, consistia precisamente no ataque camuflado, modo de neutralizar as precauções dos mais atentos sertanistas. No manuscrito do viajante Francisco Palácio, sujeito que empreendeu monção às minas do Cuiabá no ano de 1726, descreve-se com detalhes o método de ataque dos Kayapó.

E adivirto vos q' deveis ir com armas na mão, por respeito do já nomeado gentio Cayapó, que toma todo este caminho, e se vos bate [ilegível], como tem feito a tantos q' tem morto, [...]. /Costumam estes estar escondidos em qualquer moitazinha de mato besuntados com terra, e estareis olhando para elles sem divisareis q' hé gente, e deixando-vos passar vos faram tyro por detrás com o já nomeado porrete, pondo-vos os miolos a mostra, e basta hum só gentio dessa nação, p.^a acabar com húa tropa de muitos milhares de homens, porq' se vos vem hum destes no Cam.^o, como já disse, por onde passais, sem q' vejais, e no último da retaguarda, seguirão o tyro [de porrete] lançando-o por terra, e parte a correr mais ligeiro q' hum cavalo, enquanto olhares p.^a trás já está onde não vedes, senão quando vos por por terra o último da tropa q' há na retaguarda.²⁷

Assim, se os viajantes possuíam guias com o olhar apurado, práticos nas coisas e gentes do sertão, os grupos fronteiriços, buscando neutralizar todas as precauções, tinham

²⁶ JUZARTE, Theotônio José. Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios [...] principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 285.

²⁷ PALÁCIO, Francisco. Roteyro da viagem de São Paulo para as Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726 [1734]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. IEB/USP. Códice: Yan, 31. 22 folhas inumeradas. Cit. f. 14a-b. Em outro documento lê-se que o indivíduo Kayapó, “posto escondido no caminho, faz tiro ao último da retaguarda, e partindo logo correndo com mais ligeireza que um cavalo volta a esconder-se e a dizimar a tropa”. NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1746]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 194. Essa carta anônima, publicada e datada por Taunay como escrita em 1746, reproduz alguns trechos do relato de viagem de Francisco Palácio, que por sua vez é muito mais completo, possuindo vários parágrafos inteiros que foram omitidos na referida carta. Muito provavelmente Taunay não chegou a conhecer o manuscrito de Palácio. Vide: TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 124.

suas técnicas particulares de ataque. Mais de um relato refere-se à destreza com que os Kayapó, em seus ataques camuflados, manejavam seus porretes. Informa Antonio Pires de Campos que “usam muito de garrotes, que são de pau de quatro a cinco palmos com uma grande cabeça bem feita, e tirada, com os quais fazem um tiro em grande distância, e tão certo que nunca erram a cabeça; e é a arma de que mais se fiam, e se prezam muito dela”.²⁸

Ao mesmo tempo, os viajantes também dispunham de técnicas para neutralizar as ações hostis dos grupos fronteiriços. A própria advertência de Francisco Palácio para que os viajantes ficassem atentos mesmo às moitazinhas de mato e terra, sugere que a atenção aos detalhes do entorno tornava-se, em certos momentos, uma exigência vital. Por outro lado, como refere Manuel de Barros, era conhecido dos sertanistas que empreendiam a derrota por terra até Cuiabá o estratagema atribuído ao padre André dos Santos. Consistia em enganar os índios e evitar seus ataques através do pouso falso.

É porém muito necessário e grande cautela de dia e noite desde o Rio Taquari até o dos Porrudos à barra do Cuiabá porque em toda esta distância há gentio e quem se quiser livrar dele mande fazer fogo em uma parte e vá arrancar-se em outra como costuma fazer fogo nessa viagem o P.^e André dos Santos e assim acudindo o gentio à fumaça e ao fogo e não achando ninguém se persuade que lhe fugiram.²⁹

Desse modo, nos rastros de pegadas, nos sinais de fumaça e mesmo em qualquer moitazinha de mato e terra se definem as estratégias decisivas de se viajar pelo extremo oeste: “o diabo mora nos detalhes”, ou mais precisamente nos indícios. O paradigma indiciário vigente aproxima-se bastante daquele referido por Carlo Ginzburg, e exemplificado na fábula oriental por ele narrada. Três irmãos encontraram um homem que perdeu um cavalo e imediatamente procedem à descrição do animal: branco, cego de um olho, transportava dois odres, um cheio de vinho, outro cheio de óleo. Ao serem perguntados se teriam visto o cavalo, responderam que não. Como é possível? Foram então acusados e submetidos a julgamento, ocasião em que demonstraram como, através de mínimos indícios, puderam reconstituir o aspecto de um animal que, de fato, não chegaram a ver: esterco, pegadas, pêlos, gotas de óleo

²⁸ CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão [...] do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo [...] até o dia 20 de maio de 1723 [1727]. In: TAUNAY, *Relatos Sertanistas...* op. cit., p. 180.

²⁹ BARROS, op. cit., p. 174. Sérgio Buarque afirma que, além de tal procedimento, alguns viajantes simplesmente deixavam de ascender fogo nos pousos que faziam, recolhendo-se assim à escuridão. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 291.

e vinho. “O que caracteriza esse saber, resume Ginzburg, é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade não experimentável diretamente”.³⁰

De acordo com o geógrafo Paul Claval, a atribuição da devida atenção aos detalhes de uma floresta é decisiva para as populações que ali vivem, exigindo dos indivíduos a capacidade de reconhecer-se naquele espaço: “Os caçadores apreendem com um golpe de olhos os rastros dos animais, marcas, ervas amassadas”.³¹ As viagens demandavam também uma outra capacidade, a da orientação, ou seja, localizar-se num espaço de referência mais amplo e abstrato.³² Um chefe do grupo Suiá, respondendo a uma informação pedida por Von den Steinen, desenhou na areia parte do curso do rio Xingu, incluindo com detalhes os numerosos afluentes e sem esquecer de acrescentar as posições das treze aldeias ribeirinhas.³³ Ao senso de orientação e à habilidade cartográfica apuradas dos indígenas os sertanistas deviam o traçado e a permanência de não poucos itinerários que recortavam o território sul-americano. Embora instáveis, as estradas mantinham um sentido geral balizado, e assim passaram com poucas modificações aos adventícios europeus.³⁴

Caminhar por essas rotas exigia as duas capacidades de que fala Claval: reconhecimento dos indícios imediatos que indicavam o percurso e senso de orientação mais amplo para a abstração do itinerário completo. Destarte, na densidade de uma floresta, os olhares iniciados facilmente distinguiam o curso do roteiro pelos galhos cortados a mão de espaço a espaço, ou por varetas quebradas de uma determinada forma regular, ou ainda, já posteriormente, com sinais de golpes de machado alternados em troncos de árvores.³⁵ No que tange à orientação, os astros também eram utilizados com habilidade, a dar crédito para uma crônica quinhentista segundo a qual dois Tupinambá marcharam da Bahia ao Rio de Janeiro seguindo a orientação do sol, “com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, por onde nunca andaram”.³⁶

Mas nem sempre a orientação pelos astros era possível. Em determinados roteiros, como o famigerado caminho de Piabiru, aparentemente seguido por Cabeza de Vaca na sua

³⁰ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 152.

³¹ CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: EdUFSC, 1999. p. 189-90.

³² *Ibidem*, p. 189.

³³ STEINEN, Carl Von den. *Durch Zentral-Brasilien*, 1866 apud HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 23.

³⁴ *Ibidem*, p. 33.

³⁵ *Ibidem*, p. 20.

³⁶ SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional: Edusp, 1971. p. 319.

viagem de Santa Catarina ao Paraguai, a densidade da mata era tal que simplesmente deixava-se de ver o céu.

[...] y asimismo se pasaron grandes sierras y montañas muy ásperas y cerradas de arboledas de cañas muy gruesas, que tenían unas púas muy agudas y recias, y de otros árboles, que para poderlos pasar iban siempre delante veinte hombres cortando y haciendo el camino, y estuvo muchos días en pasarlas, que por la maleza de ellas no veían el cielo”.³⁷

As sensações experimentadas por um viajante em tal situação não poderiam ter sido mais bem descritas do que nas páginas de *Cem Anos de Solidão*: “e o mundo ficou triste para sempre. Os homens da expedição se sentiram angustiados pelas lembranças mais antigas, naquele paraíso de umidade e silêncio”.³⁸

1.1.4 Os condicionamentos da itinerância

Não há dúvida que as incursões que, desde o final do século XVI e por todo o século XVII, tomavam o rumo do extremo oeste à cata de índios para servirem de mão-de-obra aos empreendimentos dos habitantes dos campos de Piratininga, eram guiadas por índios de grupos aliados. Nesse sentido, não poucas veredas utilizadas pelos indígenas em sua mobilidade subsistencial ou bélica continuaram ativas durante as incursões paulistas: instáveis, porém com o sentido geral do curso conhecidamente balizado.³⁹

Muito já se escreveu sobre as motivações da itinerância dos paulistas.⁴⁰ Embora seja escusado retomar todo esse debate, cumpre, pelo menos, enfatizar algumas linhas fundamentais para a compreensão das sucessivas transformações dos itinerários do extremo

³⁷ CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. *Naufragios y comentarios, con dos cartas*. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946. p. 124.

³⁸ MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. 58. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 17.

³⁹ HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 33.

⁴⁰ Divulgou Jaime Cortesão conhecida tese, hoje já bem refutada, segundo a qual as expedições para o sertão constituíam-se num dos elementos centrais do projeto político expansionista da Coroa portuguesa, cujo objetivo era a anexação de toda a ampla porção territorial da fictícia Ilha Brasil aos domínios de El-Rei. CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958. Os fundamentos dessa tese foram contestados primeiro por Sérgio Buarque e, em seguida, por John Manuel Monteiro. HOLANDA, *Extremo oeste...* op. cit., p. 92 e et seq.; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 7. Acrescentou este último que Cortesão, assim como outros autores, acabou por reproduzir os pretextos dos atores sociais como se fossem suas reais intencionalidades. *Ibidem*, p. 73. Um mapeamento desse debate pode ser lido em: MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: EdUsp, 1997. p. 45-61, passim.

oeste. Segundo John Manuel Monteiro, ao se buscar as razões pelas quais os paulistas embrenhavam-se em veredas indígenas e tomavam o rumo do sertão, os pretextos divulgados, como cata do ouro, repelir espanhóis, “guerra justa” contra “tapuias”, não podem ser tomados pelo objetivo concreto dessas incursões, a saber, a necessidade econômica de suprir de mão-de-obra indígena os incipientes empreendimentos paulistas.⁴¹ De acordo com o mesmo autor, até meados do século XVIII, era comum que, sob o pretexto de combater os “tapuias de corso”, as entradas paulistas iam ter ao sertão e voltavam com escravos Tupi. O governador Câmara Coutinho, escrevendo à Coroa no ano de 1693, afirmou que os paulistas “deitam tropas por todo o sertão, e nenhum outro intento levam mais, que captivarem o gentio de língua geral, que são os que já estão domesticados, e se não ocupam no gentio do Corso, porque lhes não serve para nada”.⁴² Assim, desde a segunda metade do século XVI até inícios do século XVIII, sustenta Monteiro, “a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica de mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas”.⁴³

Entre 1628 e 1640, expedições de apresamento devassaram as missões jesuíticas espanholas do Guairá, Tapes e Itatins, tomando inúmeros cativos Guarani. Nas décadas seguintes até 1720, incursões menores e mais frequentes embrenharam-se nas sendas indígenas, tomando cativos aos grupos mais distantes.⁴⁴ Essas bandeiras alimentavam a reprodução da força de trabalho nos campos de Piratininga e forneciam o “capital inicial” de qualquer empreendimento nascente. Daí que era comum, à época, o dizer que se ia “buscar

⁴¹ MONTEIRO, op. cit., p. 52-53, 57, 60-61.

⁴² GOVERNADOR Câmara Coutinho à Coroa, 19/07/1693 apud ibidem, p. 52.

⁴³ Ibidem, p. 57. Podem-se enumerar vários outros fatores também importantes que condicionaram a itinerância mameluca, isso em níveis variados de influência sobre as disposições de uns e outros. Sublinhou Sérgio Buarque que embora os motivos edênicos e os anúncios de Eldorados tenham impellido muitos à pesquisa por supostas minas de metal precioso escondidas no sertão, pode-se dizer que, de início, o objetivo principal era sempre a obtenção de mão-de-obra escrava entre os grupos indígenas. O autor de *Visão do Paraíso* sustenta seu parecer, entre outros, em informe governador do Paraguai, D. Felipe Reja Corvalán, de 1679, para quem os paulistas “não fazem muito caso do ouro, o que mais querem é maloquear índios”. Apud HOLANDA, *Extremo oeste...* op. cit., p. 27. Sobre os motivos edênicos, vide: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. p. 63 et seq.; KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 22-26.

Em outro trabalho, Sérgio Buarque estuda os “movimentos da população em São Paulo”, no século XVII, a partir de uma raiz que “é a má distribuição dos solos e é, sobretudo, o mau uso deles, com o que logo se fazem imprestáveis”. Esse estudo encontra-se publicado em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Movimentos da população em São Paulo no século XVIII*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, p. 55-111, 1966.

⁴⁴ MONTEIRO, op. cit., p. 71-74, 79; KOK, op. cit., p. 29.

remédio para minha pobreza”.⁴⁵ A viúva Maria Vitória fez constar em seu testamento, datado de 1646, que achara conveniente mandar o filho ao sertão “a buscar remédio como o pai o fazia e que do que trouxe a dita viagem seria para nós ambos, como fez a dita viagem e trouxe dela algum gentio guaianá e me deu a minha parte e saiu com a sua no que se não porá dúvida por ser meu filho”.⁴⁶ Alcântara Machado, referindo-se a essa busca de “remédio”, que são escravos indígenas, refere que os jovens eram mandados a fazê-la logo cedo: “Mal saído da meninice, apresenta-se e parte a *buscar a sua vida, o seu modo de lucrar, o seu remédio e para as suas irmãs*. [...] Uma ‘entrada’ equivale a um diploma”.⁴⁷

A dinâmica das alianças políticas com determinados grupos étnicos locais foi decisiva para o fracasso ou sucesso das incursões preadoras dos paulistas e, por conseguinte, da viabilidade dos roteiros. Desde a época de João Ramalho – cuja aliança com os Tupiniquim fora conseguida através de casamento com a filha de um tal cacique Tibiriçá –, o papel dos intermediários continuou sendo fundamental no conhecimento das veredas indígenas e, sobretudo, na obtenção de cativos.⁴⁸ “Ainda inexperientes no conhecimento do sertão – constata John Monteiro – e com suas forças paramilitares em fase de constituição, os paulistas dependiam desses intermediários, sobretudo à medida que se distanciavam de São Paulo”.⁴⁹ A esse propósito, Monteiro refere que, por volta de 1612, as bandeiras paulistas conseguiram tomar com êxito inúmeros índios do Guairá graças à colaboração de certos caciques Guarani, que lhes serviam de guias naqueles caminhos.⁵⁰

Simultaneamente, desde os inícios do contato colonial, os espanhóis também se serviam dos Guarani como aliados e guias em expedições pelo vale do rio Paraguai e Chaco, seguindo por itinerários muito bem conhecido por estes índios até as barrancas dos Andes. É notável, neste caso, que da perspectiva de alguns grupos Guarani, as incursões seriam como que verdadeira oportunidade de realizar a vingança contra seus inimigos. Sabe-se que os Guarani que guiaram Cabeza de Vaca tentavam, a todo o momento, movê-lo contra os grupos Guaykuru.⁵¹ No século XVI, afiançados no poderio bélico dos espanhóis, os Guarani

⁴⁵ MONTEIRO, op. cit., p. 85.

⁴⁶ INVENTÁRIOS e Testamentos, v. 34 apud KOK, op. cit., p. 28.

⁴⁷ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p. 225-26 (ênfases do original).

⁴⁸ MONTEIRO, op. cit., p. 29-30.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 62-63.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ CABEZA DE VACA, op. cit., p. 145. Como documentou Branislava Susnik, vários grupos Guaykuru promoviam, desde antes do contato colonial, constantes incursões contra os Guarani, objetivando a tomada de cultivos, a aquisição de crianças para integrá-las etnicamente e, não menos importante, a busca de escalpos para as festas de iniciação guerreira Guaykuru. SUSNIK, Branislava.

conseguiram atacar algumas vezes os Guaykuru, tomando-lhes os cativos necessários para a consumação da vingança em ritual antropofágico.⁵² A tradução dos itinerários aos adventícios certamente implicava, da perspectiva dos Guarani, uma manipulação política segundo o sistema de conflitos e alianças vigentes.

1.1.5 Viajar plantando roças

Mas não bastava apenas dispor de um bom guia que conhecesse o itinerário: fazia-se necessário partir para a jornada provido dos mantimentos adequados. Ou ainda, caso se dispusesse de mais tempo, ir plantando roças pelo caminho. Tal é a recomendação de Manuel de Barros a quem intentasse, como os antigos sertanistas, proceder à marcha a pé do rio Pardo até Cuiabá.

E como todos os campos que acompanham uma e outra parte ao Rio Pardo até as cabeceiras já não dêem sustento, e tanto, que há de ser bom o caçador, que possa trazer à noite para seu dono cear; por isso se faz necessário o carregar mantimentos iguais à comitiva de cada um que é o mais preciso, e o mais custoso: se porém pelo tempo adiantado se poder roçar, e plantar de sorte, que haja pelo caminho mantimento em abundância, mais suave ficará esta viagem.⁵³

Segundo Sérgio Buarque, a preferência dos sertanistas voltava-se para o plantar não a mandioca, mas o milho. Deve-se isto às exigências da mobilidade, tendo em vista que, por um lado, as ramas de mandioca são de condução difícil, ocupando demasiado espaço nas bagagens, enquanto o milho vai mais fácil por ser em grãos; e, por outro, exige a mandioca a espera de no mínimo um ano para a obtenção de colheitas satisfatórias, enquanto que o milho já começa a produzir em cinco ou seis meses após a sementeira.⁵⁴ O autor de *Cultura e opulência do Brasil*, ao informar o roteiro do caminho da vila de São Paulo para as Minas Gerais e para o rio das Velhas, observa que “aqui há roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E

El indio colonial del Paraguay: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanés-Arawak. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971. p. 24.

⁵² Ibidem, p. 106.

⁵³ BARROS, op. cit., p. 170.

⁵⁴ HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 186; Idem, *Monções...* op. cit., p. 108.

só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, têm de mais algumas batatas”.⁵⁵

As exigências da mobilidade fizeram cristalizar uma disposição preferencial com relação ao milho, de modo que já na era das monções regulares para o Cuiabá, o prato de resistência cotidiana dos viajantes constituía-se do conhecido “virado paulista”: o feijão, que era consumido frio e guardado da véspera quando se estava a bordo, pois nas canoas não era permitido o fogo;⁵⁶ o toucinho, sempre pouco mas indispensável, requisitado em vários pontos da capitania, como Jaguari e Atibaia;⁵⁷ e a farinha, não a de mandioca, que ainda no século XVIII não entrou na preferência dos habitantes, mas a de milho, considerada por mais de um viajante até mais sadia.⁵⁸ Na expedição de Cândido Xavier de Almeida e Souza, que partiu em outubro de 1800 com destino às fronteiras com o Paraguai, levava-se 174 alqueires de farinha de milho, em contraste com apenas 6 alqueires de farinha de mandioca, para 62 tripulantes entre soldados e mareantes.⁵⁹ Augusto Leverger, percorrendo a rota monçoeira já na década de 1830, afirma referindo-se aos trabalhadores das canoas: “Estes homens são sustentados com farinha de milho e feijão temperado com uma pequena porção de toucinho”.⁶⁰

À época da expedição Langsdorff (1825-1829), ainda era comum o consumo da bebida matinal chamada jacuba, indispensável em qualquer viagem desde o início do século

⁵⁵ ANTONIL, André João [João Antonio Andreoni, S.J.]. *Cultura e opulência do Brasil* [1711]. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 182-83. O secretário Gervásio Leite Rebelo, que acompanhou Rodrigo César de Meneses em sua viagem a Cuiabá no ano de 1726, relata, ao chegar às minas, a importância do milho para aquelas populações, “que é o sustento de brancos e negros”. De acordo com Rebelo, o milho seria o “único remédio e regalo destas Minas; porque dele se faz farinha, que supre o pão, a canjica fina para os brancos, a grossa para os negros, os cuscus, arroz, bolos, biscoitos, pastéis de carne e peixe, pipocas, catimpuera, aloja, angu, farinha de cachorro, água ardente, vinagre e outras muito mais equipações que tem inventado a necessidade e necessitam de momento”. REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses [...] [1727]. In: TAUNAY, HBP, t. 3. p. 129.

⁵⁶ JUZARTE, op. cit., p. 241.

⁵⁷ HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 110.

⁵⁸ Lacerda e Almeida, por volta da década de 1790, afirmou que o virado paulista é “o melhor guisado do mundo, e o mais inocente”. LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841 (Impresso pertencente ao AESP). p. 66. O secretário Rebelo, em 1726, asseverou: “antes vender um negro do que um alqueire de milho, feijão ou farinha”. REBELO, op. cit., p. 123.

⁵⁹ ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier de. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *RIHGB*, v. 202. p. 12-13.

⁶⁰ LEVERGER, Augusto. De São Paulo a Cuiabá: derrota da navegação interior da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso. *RIHGB*, v. 247. p. 365.

XVIII. Consistia na farinha de milho desfeita em água, às vezes com o acréscimo de um pouco de rapadura.⁶¹ O próprio Langsdorff teve um parecer favorável: “A Jacuba é uma bebida muito refrescante; recorre-se a ela em toda parada, seja às 8h da manhã ou às 9h da noite. Nós, passageiros dos barcos com barracas, procuramos melhorar o sabor dessa bebida misturando a ela um pouco de açúcar, laranja e vinho (além da farinha)”.⁶²

As chamadas roças de Itapeva, lançadas pelos sertanistas preadores de índios para abastecerem-se durante suas incursões pelo vale do rio Paraná, parece que ainda não desapareceram totalmente na década de 1730, época em que escreve Manuel de Barros. Diz o autor que, pouco depois da entrada no rio Paraná, o terreno para o plantio (isto é, as “capoeiras”) encontra-se na margem esquerda: “Estas são as Capoeiras, e paragens, onde os sertanistas costumam lançar as suas Roças, que na volta do Sertão tenham mantimentos nelas, para se refazerem a si e ao gentio, que consigo trazem”.⁶³ Segundo Laura de Mello e Souza, a presença dessas roças era constante nos caminhos de penetração paulista: Fernão Dias Pais, embrenhando-se no sertão atrás de esmeraldas, teria deixado seu genro, Manuel de Borba Gato, no rio das Velhas, “fazendo plantas de mantimentos para os achar prontos quando voltasse”.⁶⁴

Quando as várias veredas por terra até Cuiabá ainda eram percorridas à maneira dos antigos sertanistas, o consumo do milho das roças recém plantadas podia demorar alguns meses. Nesse ínterim, todo o cuidado era pouco com os índios Kayapó, que controlavam os campos do rio Pardo e Verde. Manuel de Barros adverte: viajar plantando roças é só para quem estiver suficientemente armado contra esses índios.

[...] mas como todos temem muito e com razão, o gentio Caiapó, que valendo-se das noites, queimam as casas, e mata a gente, ninguém se anima a lançar roças, e viver em semelhante altura, salvo se fosse algum homem de poder, vivesse muito bem entrincheirando, e com bastante armas.⁶⁵

⁶¹ HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 107.

⁶² LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 200.

⁶³ BARROS, op. cit., p. 167.

⁶⁴ MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: ____ (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa* (v. 1). São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 48.

⁶⁵ BARROS, op. cit., p. 170.

1.1.6 Expansão Kayapó

Os Kayapó meridionais eram bastante conhecidos entre os paulistas. Refere Antônio Pires de Campos,⁶⁶ sertanista que esteve entre os primeiros descobridores do Cuiabá, que os Kayapó controlavam, desde o final da década de 1720, não somente a região de Camapuã, mas todo o rio Taquari, o qual fizeram despovoar destruindo todas as roças dos colonos.

[...] por todo o rio Pardo, e Camapoan e Guichum, não há outra nação de gentio habitante, porque os índios Caiapós tudo infestam por d'onde têm feito consideráveis danos, assim em barcos e escravos, como nas canoas dos viajantes, e mineiros que passam para as minas do Cuiabá, fazendo despovoar todas as roças que já haviam no Tacoarí, matando a maior parte da gente, e queimando-lhe as casas, fazendo-lhe despovoar aquele rio, e o mesmo fariam em Camapoan, se os roceiros não estivessem com armas na mão de noite e de dia, sem embargo de haver já perdido às mãos do gentio, mais de vinte escravos, e proximamente mataram quatro escravos a... Vieira do Rio que estava na roça de Nhanduí mirim que faz barra no Rio Pardo.⁶⁷

Por este relato depreende-se que as ações dos Kayapó no rio Pardo estavam apenas começando, enquanto que no rio Taquari seu objetivo de expulsar os colonos já fora alcançado.

Nos inícios do século XVII, os paulistas realizaram várias incursões ao Sertão dos Bilreiros, conhecendo por este último nome os índios Kayapó. Contudo, a princípio, tais incursões não eram propriamente para a escravização dos Kayapó, tidos por índios temíveis que trucidavam os inimigos facilmente com porretadas certeiras na cabeça, senão que intentavam aproveitar-se deles como intermediários na obtenção de cativos de populações inimigas. Assim, os Kayapó passaram a fornecer cativos aos paulistas, conforme o sistema de alianças vigente na época, mas essas relações amistosas duraram pouco tempo. Em 1608 e 1612, os Kayapó atacaram e destruíram duas grandes expedições, o que lhes valeu a partir de então a hostilidade portuguesa. “Expostos ao cativeiro ou ao extermínio, afirma John Monteiro, apenas refugiando-se nos sertões remotos é que os Kayapó conseguiram evitar, por

⁶⁶ Nota Taunay que há, geralmente, certa confusão entre os historiadores a respeito dos dois Antônio Pires de Campos, sendo necessário distinguir o pai, autor das “Breves notícias” e um dos descobridores das minas cuiabanas, do filho, que moveu, posteriormente, guerra contra os Kayapó. TAUNAY, Afonso de. Os dois Antônio Pires de Campos e a campanha dos Caiapós. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 4., 1950, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950 apud GIRALDIN, op. cit., p. 88.

⁶⁷ CAMPOS, op. cit., p. 180-82.

mais de um século, novos confrontos”.⁶⁸ Ainda de acordo com Monteiro, os desdobramentos da aliança entre os Kayapó e os paulistas ilustram claramente a política indigenista dos brancos no século XVII, segundo a qual não se deveria investir muito nas alianças, utilizando para isso de itens de escambo de baixíssimo valor, porque o amigo de hoje poderia ser o cativo de amanhã.⁶⁹

Os Kayapó voltaram a ser uma preocupação dos paulistas a partir do século XVIII, devido às suas evidentes ações expansionistas. Os depoimentos dos viajantes sugerem que a política expansionista dos Kayapó teve, entre os anos de 1727 a 1734, o período de suas ações mais arrojadas. Essa afirmação parece razoável a dar crédito às observações de Antonio Pires de Campos, para quem esse grupo étnico devia estar movendo guerra continuada contra populações do vale do rio Pardo e Anhanduí. Justamente no rio

[...] Nhanduí da parte esquerda, [...] habita o gentio chamado Gualaxo, e sem embargo que estes tenham mantimentos não são de aldeias, mas vivem de corso, e montarias, as suas armas de que usam, são arcos e flechas e usam muito de laços para as caças. Os trajés deste gentio, os homens andam nus, as mulheres usam seus reparos de palha; estes só têm algumas guerras com os Caiapós, que até lá alcançam.⁷⁰

A tradição etnográfica geralmente atribui o etnônimo Gualacho aos Kaingang, grupo étnico de língua Jê.⁷¹ O problema torna-se complicado porque Antonio Pires de Campos afirma que os Gualacho atacados pelos Kayapó eram grupos de “montarias”, munidos de “laços para as caças”, e sobre a posse de cavalos por parte dos Kaingang no século XVIII não se encontrou nenhuma referência. Além disso, como se lê na Carta Ânua do Padre Diogo Ferrer, datada de agosto de 1633, o nome Gualacho era aplicado genericamente por colonos castelhanos do Paraguai aos grupos étnicos que não falassem o Guarani. Segundo o padre

⁶⁸ MONTEIRO, op. cit., p. 64.

⁶⁹ Ibidem, p. 63.

⁷⁰ CAMPOS, op. cit., p. 180.

⁷¹ MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 1. p. 447 apud HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 277; MONTEIRO, op. cit., p. 70; MOTA, Lúcio Tadeu. Relações interculturais nas bacias dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. 1 CD-ROM. p. 6. De acordo com Lúcio Tadeu Mota, a porta de entrada dos Kaingang e Xokleng para o sul do Brasil “teria sido os campos e cerrados do interflúvio Paranapanema/Itararé e Ribeira. Trabalhando com a hipótese de que os grupos Jê que se deslocaram do Brasil central para o sul foram ocupando regiões semelhantes às que ocupavam em seus locais de origem, podemos afirmar que após ocuparem os planaltos de cerrados entre os rios Tietê e Paranapanema eles iniciaram a ocupação dos Campos Gerais no Paraná”. MOTA, loc. cit. Assim, os jesuítas que fundaram reduções naquela região pelo século XVII notaram a presença dos grupos não-Guarani, os quais os padres chamavam arbitrariamente de Gualacho.

Ferrer: “desde la ciudad de Assumpcion mas de cien leguas arriba de la otra parte del río ay varias naciones Gualachas que se llaman Guanas, Tunus, Bayas, Guamos, etc., y todas se comprehenden debajo del nombre de Guaycurus y Guaycurutis”.⁷² Nesse depoimento do padre Ferrer encontram-se inclusos os Mbayá e os Guaykuru entre as “nações Gualachas”. Nada desautoriza, assim, a supor que os Gualacho referidos pelo sertanista Campos se tratassem dos Mbayá, grupo que praticava suas incursões pela Vacaria desde a segunda metade do século XVII e sabidamente eram possuidores de montarias e laços de caçar. Se for assim, então as incursões dos Kayapó teriam mesmo até um sentido defensivo, no sentido de conter a expansão Mbayá para aquém dos limites do rio Pardo.⁷³

Ou antes, um sentido de vingança. Houve cronista, ainda no século XVIII, que divulgou, dentre os cativos tomados pelos Mbayá aos vários grupos étnicos seus vizinhos, a existência de indivíduos Kayapó.⁷⁴ Inversamente, ainda não se encontrou informante que refira a prática, entre os Kayapó, de tomar para si cativos aos inimigos com a finalidade de integrá-los no grupo.⁷⁵ Mas, a despeito de não tomarem cativos para si, os Kayapó não deixavam de se vingar daqueles que os faziam de cativos, isso em decorrência da centralidade da relação com os inimigos vigente em sua sociedade.⁷⁶ A partir de relatos etnográficos sobre os Kayapó e Panará, Odair Giraldin informa que, nos conflitos em que se inseriam, os Kayapó procuravam matar sistematicamente todos os inimigos, sem tomar cativos, pois estes não poderiam ser incorporados em seu complexo sistema de clãs, sendo, além do mais, pertencentes a uma outra categoria existencial, não-Kayapó, portanto, “não-humanos”. Para os Kayapó, a morte dos inimigos e a realização da vingança permitiam o acesso aos bens materiais e a realização das cerimônias de escarificação apropriadas.⁷⁷

É muito provável que, com essas incursões para além dos limites do rio Pardo, adentrando já em plenos campos da Vacaria, os Kayapó não estivessem propriamente interessados em migrarem para essa região, senão que buscavam uma expansão do raio de suas ações militares, aumentado agora de modo impressionante do Goiás à Vacaria. Com isso,

⁷² FERRER, Diogo. Anua do Pe. Diogo Ferrer para o Provincial sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatim. 21/08/1633 [Doc. VII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim* (1596-1760): Manuscritos da coleção De Angelis. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952. p. 45-46.

⁷³ Sobre a expansão dos Mbayá na segunda metade do século XVII, que lhes valeu a posse de amplo território da margem do rio Jejuí-Guaçu ao rio Taquari, vide: SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit. Análise no capítulo 1.2 as implicações da expansão Mbayá, e apresento alguma documentação que comprova a sua eventual presença na bacia do rio Paraná.

⁷⁴ PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros [...] [1795]. *RIHGB*, v. 1. p. 31.

⁷⁵ Embora tenham fornecido cativos aos paulistas no século XVII. Cf. MONTEIRO, op. cit., p. 64.

⁷⁶ GIRALDIN, op. cit., p. 47-50.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 50.

os Kayapó também continham a expansão dos Mbayá em direção a leste, vingando-se deles por lhes tomarem vários cativos.

Cabral Camelo, que viajou para Cuiabá em 1727, pôde observar com precisão a envergadura das ações dos Kayapó. Durante a viagem de ida, enumera o autor, com certo ânimo, cinco produtivas roças nos inícios da subida do rio Pardo, nas quais “há muito feijão e bananais”; mais a diante “se vê uma formosa roça povoada”.⁷⁸ A seguir chega à fazenda de Camapuã, cuja população vive ali “como em um presídio”, temerosa dos assaltos dos Kayapó. “De uma e outra parte há gentios”, adverte Camelo, mas se supõe que sejam “nações que os sertanistas conquistaram”.⁷⁹

Alguns dos sesmeiros que tinham suas roças no rio Pardo possuíam até patentes concedidas pela Fazenda Real, graças ao incipiente incremento da produção. Um tal Miguel Pereira de Souza recebera, em abril de 1729, a patente de Sargento-mór Povoador dos Moradores do rio Pardo, o que o obrigava a organizar a defesa das roças contra os ataques Kayapó. Concorreram para a nomeação de Pereira de Souza

[...] haver ocupado o posto de Sarg.^{to} mor dos moradores do Rio Tacoary e ser dos pr.^{os} povoadores q.’ fabricarão faz.^{das} no Rio Pardo em grande utilid.^c dos dízimos Reaes e dos mineiros q.’ passavam as minas do Cuayabá por terem hali mantimentos com q.’ se fornecerem, assistindo com canoas as pessoas q.’ tinham das ditas minas conduzido os q.^{tos} Reaes.⁸⁰

Pelo registro da patente de Capitão Povoador dos Moradores concedida a José Vieira do Rio, também em abril de 1729, depreende-se a preocupação do governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel (1727-1732), com uma possível invasão dos Kayapó.

[...] tendo respeito a se acharem os moradores do Rio Pardo com um só cabo e ser conveniente pela sua grande distância nomiar ce hum capp.^m p.^o districto de *Nhanduí mirim* p.^a q.’ com mais prontidão se executarem as ordens q.’ se mandarem aquele certão e se acudir a qualquer invasão q.’ o gentio intente fazer aos mor.^{es} daquelas Rosas.⁸¹

⁷⁸ CAMELO, op. cit., p. 133.

⁷⁹ Ibidem, p. 135.

⁸⁰ *DI*, v. 27, p. 8-9.

⁸¹ *DI*, v. 27, p. 10.

Retornando de Cuiabá para Sorocaba em 1730, pôde observar Cabral Camelo que essa iniciativa do governo de transformar moradores em chefes militares de nada adiantou frente à expansão dos Kayapó. Na descida do rio Pardo, encontrou o viajante as roças tão “formosas” que vira três anos antes destruídas pelos Kayapó e despovoadas.

Pelo Rio Pardo abaixo gastamos só sete dias até chegarmos à roça do Caijuru, e passado o Salto do Corau, e o Nhanduí-mirim vimos despovoadas as roças, e mortos pelo Caiapó os moradores, também sabemos tinham desamparado as suas os do Caijuru de cima temeu-nos de que lhes sucedesse o mesmo: a roça de baixo, onde pousaram os que vieram por terra, ainda se achava com bastante gente, não obstante o estarem as casas já queimadas.⁸²

Os últimos corajosos que ficaram em meio às cinzas aproveitavam e pediam carona ao viajante para que os levassem até Sorocaba: “no outro dia rodamos logo pelo rio abaixo com as canoas tão cheias de gente, que vinham com os bordos na água: chegamos ao Nhanduí, neste achamos mais três, em que repartimos a gente”. Outros não tão desenganados abandonavam tudo e seguiam para Camapuã: “no dia em que deixamos a roça a deixou também o roceiro, e com os camaradas, e negros se foi por terra para a de Camapuã”.⁸³

A ofensiva dos Kayapó, que teve lugar no final dos anos 1720 e início da década seguinte, fez despovoarem-se todas as roças dos rios Taquari, Pardo e até do Paraná, restando apenas a fazenda de Camapuã, que por décadas seria o único núcleo de colonização adventícia nessa região. Atestam o despovoamento total, por exemplo, as referências à roça de um certo João de Araújo Cabral, cuja produção do sítio na barra do rio Coxim abastecia os passageiros das monções com víveres frescos para o restante da viagem até Cuiabá. Durante a viagem de Rodrigo César de Meneses àquelas minas, em 1726, sabe-se que foram gastas ali 250 oitavas de ouro na compra de mantimentos.⁸⁴ Valendo-se da documentação das sesmarias, Sérgio Buarque constata que também existiram as roças de Domingos Gomes Beliago, na margem do rio Taquari, Manuel Góis do Prado, no Coxim, e Luiz Rodrigues Vilares, no Camapoã.⁸⁵

A memória sertanista conservou o nome de alguns desses roceiros expulsos pelos Kayapó. O nome Beliago foi preservado numa cachoeira do rio Taquari.⁸⁶ Escreve José

⁸² CAMELO, op. cit., p. 148.

⁸³ Ibidem, p. 148.

⁸⁴ *DI*, v. 13, p. 145.

⁸⁵ HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 290.

⁸⁶ Em 1800, Almeida e Souza escreve que ao passar a cachoeira “denominada Belial notamos, que em nada pode assemelhar-se áquelle espírito Infernal do mesmo nome incumbido da impureza e da Sensualidade”. Na viagem de volta das fronteiras do Paraguai, ao passar pela mesma cachoeira, refere

Custódio de Sá e Faria, em viagem para o presídio de Iguatemi, no ano de 1774, observando a margem direita do rio Paraná, próximo da boca do rio Pardo: “chegamos à paragem d’onde antigamente esteve um sítio de um Manoel Lopes, o qual, estando em povoado os índios bárbaros, lhe mataram os escravos e queimaram as casas; [...] este sítio esteve na margem dos Kayapó”.⁸⁷

Portanto, mesmo que um ou outro cronista ou viajante ainda recomendasse, aos viajantes do Cuiabá, os itinerários por terra, seja a marcha a pé a partir do rio Pardo, seja aquele que segue margeando o rio Verde, ou seja ainda o que ditava para os mais corajosos a caminhada direta de São Paulo a Cuiabá pela bacia do rio Paraguai, o certo é que, já no final da década de 1720, tais roteiros estavam totalmente liquidados. O próprio Manuel de Barros, que recomenda a marcha direta a partir do rio Pardo, chega a afirmar sobre os Kayapó:

É este gentio uma nação, que nunca foi conquistada pelos Sertanistas, [...] guerreiam com traição, nem tem domicílio certo, nem plantas ou lavouras: São volantes, e de corso, e se sustentam da imundície do mato; [...] por sua causa se não pode tomar o rio Verde, e endireitar logo por ele o caminho para o Cuiabá. Verdade é que também chegam ao rio Pardo, mas são poucos, e esses bastaram já para fazerem despovoar as roças, que ali havia, matando-lhes a gente, e queimando-lhe as casas.⁸⁸

Essas afirmações de que os Kayapó, e não só eles, não possuíam “domicílio certo, nem plantas ou lavouras”, e eram “gentio de corso”, têm, como já notou Monteiro, muito mais a ver com a procura, pelos portugueses, de justificativas para escravizar os índios do que propriamente com uma descrição.⁸⁹ Pois os Kayapó possuíam assentamentos estáveis e diversos cultivos, destacando-se o plantio do amendoim.⁹⁰ As notícias dos ataques dos

que “dizem os mais Antigos que aqui esteve situado hum Homem deste nome, de quem deriva este apellido”. ALMEIDA E SOUZA, op. cit., p. 30, 117. A partir disso, verifica-se incorreta a afirmação de Sérgio Buarque segundo a qual a memória a respeito dos roceiros, bem como dos ataques dos Kayapó, estivesse já apagada no final do século XVIII. HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 291.

⁸⁷ SÁ E FARIA, José Custódio de. Diário da viagem que fez o brigadeiro [...] da cidade de São Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemy, 1774-1775. *RIHGB*, t. 39, parte 1, v. 52. p. 256.

⁸⁸ BARROS, op. cit., p. 168.

⁸⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tupuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Concurso de Livre Docência)–Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p. 59. Idem. *Negros da terra...* op. cit., p. 52-53. A noção de “gentio de corso”, vincula-se a uma representação náutica, muito divulgada no período colonial, de ataque esporádico a embarcação comercial inimiga, realizado por navio armado, e em que se tira proveito da surpresa. Aplicada aos povos indígenas, servia para identificar os grupos “inimigos” como ameaças constantes aos índios “domésticos”, que habitavam nos estabelecimentos coloniais, sendo assim uma justificativa para atacá-los e escravizá-los. GIRALDIN, op. cit., p. 87.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 45-46.

Kayapó, contudo, circularam rapidamente na colônia, tendo Rodrigo César de Menezes, em 1728, lançado bando ordenando investigação sobre as mortes na região de Camapuã e dispondo que fosse feita a “guerra justa” aos índios culpados, conforme a Lei de 1611.⁹¹ Esta lei garantia juridicamente a pronta escravização dos índios capturados nessas expedições punitivas.⁹² No início da década de 1730, as notícias de constantes ataques aos viajantes e aos roceiros parecem ter preocupado as autoridades metropolitanas, sendo El-Rei servido conceder que aqueles que tomassem cativos entre os Kayapó, “que infesta o caminho e Minas do Cuyabá”, ter-lhes-iam legalmente como escravos; chegou-se a ordenar, em 1734, a guerra total aos Mbayá, Payaguá e Kayapó.⁹³

Os efeitos das ações dos Kayapó perduraram, no entanto, por longas décadas, não havendo colono que tencionasse lançar roças entre os rios Pardo, Verde, Sucuriú e mesmo no Taquari. O Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, em jornada ao Cuiabá para tomar posse do cargo de governador da nova capitania de Mato Grosso, escreveu na sua relação de viagem em agosto de 1751: “A 12 passei pelo último sítio, que se encontra até Camapuã, onde estão vivendo dois moradores, com alguns carijós, fora de toda a comunicação”.⁹⁴ Rolim escreveu isto quando estava nas proximidades do salto de Avandava, no rio Tietê. Até aquele momento, ninguém ousara estabelecer roça nem no rio Paraná, nem no rio Pardo.

As ações expansionistas dos Kayapó impuseram duas situações bem claras aos viajantes paulistas. Primeiramente, o abandono completo dos roteiros alternativos por terra para o Cuiabá, com exceção do caminho de Goiás, constantemente ameaçado. Isso significa que a partir da década de 1730, a quem quisesse passar ao Cuiabá pela parte central da Colônia, só existiam duas alternativas plausíveis: ou bem a rota ordinária das monções, predominantemente fluvial, que consistia na navegação dos rios Paraná e Pardo, a varação de Camapuã, e o prosseguimento pelos rios Coxim e Taquari até o Paraguai; ou bem a rota por terra do chamado caminho de Goiás, estabelecido desde 1722 pela expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, mas praticado pelos bandeirantes desde o século

⁹¹ *DI*, v. 13, p. 135-36.

⁹² PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 124-25, 127

⁹³ *DI*, v. 24, p. 27-28; v. 22, p. 12-15; v. 13, p. 250.

⁹⁴ ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 207.

XVII,⁹⁵ itinerário este que, depois de intermináveis conflitos políticos entre autoridades de São Paulo e de Minas Gerais, foi liberado por Rodrigo César de Meneses em 1726.⁹⁶

A segunda imposição consistiu na militarização das expedições e da fazenda de Camapuã, como forma de manter os itinerários que sobraram. As canoas monçoeiras, restringindo a presença dos adventícios naqueles sertões tão somente ao curso dos rios pelos quais se navegava, evitavam ao máximo o contato demorado com as margens: entre os guias das viagens, era consenso o perigo de se levantar pouso na margem direita do Paraná e na margem esquerda do Pardo, além de ser recomendado sempre todo o cuidado no varadouro de Camapuã, feito sempre com armas nas mãos.⁹⁷ Quanto ao roteiro de Goiás, cumpre assinalar que não foram poucos os esforços das autoridades metropolitanas no sentido de “desinfestar” os caminhos. O capitão-general de São Paulo, D. Luiz Mascarenhas (1739-1748), chegou a contratar, em 1742, o sertanista Antonio Pires de Campos e seu exército de guerreiros Bororo por meia arroba de ouro para que “afugentasse e destruísse” todos os Kayapó que, fechando o caminho de Goiás, estavam prestes a aniquilar Vila Boa.⁹⁸

As ações expansionistas desses índios soam como uma ironia diante da frase de Cabral Camelo, segundo a qual se tratavam de “nações que os sertanistas conquistaram”.⁹⁹

⁹⁵ TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 190 et seq.

⁹⁶ Sobre os conflitos políticos em torno do caminho de Goiás, vide: *DI*, v. 12, p. 14-15, 25; v. 18, p. 182-83; v. 20, p. 19-24; v. 24, p. 57-59; v. 32, p. 19-20, 82-85, 132-33, 318-25; REBELO, op. cit., p. 117; TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 27-28, 53-54.

⁹⁷ NOTÍCIA 8ª PRÁTICA... op. cit., p. 192-93.

⁹⁸ *DI*, v. 13, p. 238-39. Para uma análise dessa guerra aos Kayapó, vide: ATAÍDES, op. cit., p. 72-77; KOK, op. cit., p. 144-45; GIRALDIN, op. cit., p. 73 et seq.

⁹⁹ CAMELO, op. cit., p. 133.

1.2 ROTAS PELA VACARIA E EXPANSÃO MBAYÁ

1.2.1 Como chegar a Cuiabá?

Entrando a década de 1720, as notícias dos verdadeiros prodígios das novas minas animavam uns e outros, em várias capitanias, a passarem para “estes descobertos como se fora a Terra da Promissão ou Paraíso encoberto, em que Deus pôs nossos primeiros paes”.¹ Deve ter causado forte impressão aos paulistas quando, em 1723, aportaram em Araraitaguaba as primeiras canoas carregadas com o quinto Real: José Barbosa de Sá, com certo exagero, afirma que o anúncio da “máquina de ouro” fabulosa

[...] foi uma trombeta que chegou ao fim do orbe e soando a fama do Cuyabá por todo o brazilico Hemispherio, até Portugal, e ainda pelos reinos estranhos, tanto que chegaram a dizer que no Cuyabá serviam os granetes de ouro de chumbo nas espingardas para caçar veados, que de ouro eram as pedras em que nos fogões se punham a cozer as panelas e que para o tirar não era preciso mais do que arrancar as tossas de capim e nellas vinham pegados os troços de ouro.²

Não foram poucos os que resolveram embrenhar-se por algum itinerário em jornada para o Cuiabá. Procurando controlar o movimento populacional, Rodrigo César de Meneses lançou bando, datado de 18 de março de 1722, exigindo que quem quer que fosse seguir a viagem deveria, primeiro, providenciar uma licença com o capitão-general. O mesmo bando ordenou ainda que passasse a ser proibido levar índios aldeados da capitania de São Paulo para o Cuiabá, algo que os viajantes já tinham se habituado a fazer.³ Dois meses depois, Rodrigo César lançou outro bando, desta vez tendo em vista os “frausteiros” que se encontravam em São Paulo, proibindo-lhes a jornada: se os dicionários conservaram bem o sentido desta palavra, entenda-se: vagabundos ou errantes.⁴ Mas talvez o exemplo mais

¹ SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá* [...] [1765]. *RIHGSP*, v. 4. p. 18.

² *Ibidem*, p. 24. Foi talvez atribuindo total crédito a essas hipérboles que certos historiadores divulgaram o mito da riqueza descomunal de Cuiabá e, a seguir, da capitania de Mato Grosso nos tempos coloniais. Modo de reificar as elites cuiabanas no poder, enraizando-as numa ancestralidade faustuosa, essa ideologia foi alvo da perspicaz análise de: VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 108-13.

³ Pois, diz o documento, os índios não seriam restituídos e, por esse motivo, os aldeamentos estariam cada vez mais minguados. A partir de então, seria necessário obter a licença para se levar índios ao Cuiabá. *DI*, v. 12, p. 24.

⁴ Na visão do capitão-general, pretendendo alguns ir sem negócios, a experiência teria mostrado o grande dano por eles causados em semelhantes descobrimentos. *Ibidem*, p. 29-30.

notável de tentativa de selecionar as pessoas que poderiam partir para as novas minas esteja em bando lançado em março de 1726. Por ele o capitão-general fez saber que proibira a passagem, para Cuiabá, de prostitutas, ou consoante suas palavras, “mulheres de suspeita”.⁵

Mas como chegar a Cuiabá? Que rota seguir? Na época, circulavam notícias nada animadoras de comboios inteiros saídos “de povoado”, dos quais se contava nos dedos os sujeitos que aportavam nas novas minas.⁶ Ressoavam os perigos de assaltos dos índios que habitavam os territórios, de modo que a procura por um itinerário seguro era uma exigência. No capítulo anterior, tratei da expansão dos Kayapó como motivadora do abandono de alguns caminhos por terra para o Cuiabá. Aqui, debruço-me sobre as ações dos Mbayá-Guaykuru sobre o território da Vacaria (correspondente ao atual Estado do Mato Grosso do Sul e leste do Paraguai), e as inquietações dos viajantes desejosos de alcançar as minas em saber se os itinerários por essa região ainda estavam desobstruídos.

1.2.2 Incursões preadoras pela Vacaria

De acordo com o cronista Barbosa de Sá, alguns utilizaram, em 1720, a rota pelos rios Pardo e Anhanduí, procedendo em seguida à varação dos campos da Vacaria e tomando, depois, o rio Mbotetei (atual Aquidauana), desaguaram no Paraguai (vide Figura 2). “Padeceram grandes destroços, afirma Sá, perdições de canoas nas cachoeiras por falta de pilotos e práticos, que ainda então não havia, mortandades de gentes por falta de mantimentos, doenças, comidas das onças, e outras muitas misérias”.⁷ Embora Sá não se refira a ataques de índios, é certo que, à época, as precauções não eram nada desnecessárias, a dar crédito para a advertência do Autor Anônimo: “esse caminho é mais arriscado de encontrar os Índios Guaicusús [sic]”.⁸

A rota pela Vacaria era conhecida dos paulistas desde o final da década de 1640. Provavelmente foi a rota de Antonio Raposo Tavares,⁹ tendo em vista que as reduções jesuíticas localizavam-se algumas no planalto da serra de Maracaju, entre a cabeceira do rio

⁵ O mesmo bando diz que as mulheres casadas poderiam passar às minas sem problemas com os seus maridos. *DI*, v. 13, p. 78-79.

⁶ SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 19-20.

⁷ *Ibidem*, p. 19.

⁸ DEMONSTRAÇÃO dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os Rios Cuiabá e Província de Cachiponé [anterior a 1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 203.

⁹ Sertanista também conhecido pela sua participação na destruição do Guairá, entre 1628 e 1632. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 71-74.

É provável que, para alcançar as missões do Itatim, os paulistas tomassem, além do Anhanduí, o rio Ivinheima, cuja proximidade de sua foz com a do Paranapanema o fazia quase que um prolongamento natural para os sertanistas acostumados a navegar este último rio.¹¹ Em crônica do padre Lozano encontra-se um roteiro dos primeiros anos do século XVIII, pelo qual se fica sabendo que as incursões tomavam um rio que faz barra no Paraná chamado Yaguari, que suponho seja o Ivinheima,¹² até a sua nascente, de onde se procedia à varação em busca da nascente do rio Cahy, que desemboca no Mbotetei (vide Figura 1).¹³ Seja como for, na mesma crônica do padre Lozano, multiplicam-se as referências a sertanistas paulistas nos Itatins e além, do mesmo modo que o número de cativos por eles tomados.¹⁴

De acordo com Luis Castanho de Almeida, Pascoal Moreira Cabral, um dos primeiros a atingir as minas de Cuiabá, chegou a entricheirar-se em alguma paragem das nascentes do rio Mbotetei, no período de 1684 a 1694.¹⁵ Esse arraial, que ficou conhecido como Nova Xerez dos paulistas, seria um posto avançado estratégico para organizar a captura de cativos Guarani, condensados nas reduções.¹⁶ Em 1668, segundo a carta de um jesuíta, o grande medo dos castelhanos do Paraguai devia-se ao fato dos paulistas estarem “no meio dos índios e

¹¹ DEMONSTRAÇÃO... op. cit., p. 203. Há informação de navegação regular do rio Paranapanema com destino à Vacaria no ano de 1695. NOTÍCIAS UTILÍSSIMAS á corôa de Portugal e suas conquistas [1695]. In: CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (Org.). Inventários dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. t. 6: Rio de Janeiro: 1616-1729. ABN, v. 39, p. 224.

¹² Provavelmente se trate do rio Ivinheima, pois o Anhanduí não faz barra no Paraná, e sim no Pardo. Prosseguindo no rio Ivinheima e depois navegando pelo seu afluente atualmente conhecido como Vacaria, alcança-se com breve varação a um dos afluentes do antigo rio Mbotetei, atual Aquidauana.

¹³ O padre Lozano se baseia numa carta do mestre de campo Sebastião de Vilalva ao governador do Paraguai, escrita em 12/12/1708: Vilalva fora encarregado de verificar qual a rota utilizada pelos paulistas. EXAME necessário do Padre Lozano sobre o manifesto do Padre Vargas Machuca [1760] [Doc. XXXVIII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*: Manuscritos da coleção De Angelis. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952. p. 327.

¹⁴ Lozano enumera incursões paulistas contra o núcleo *criollo* de Villarica em 1676 e 1677, obrigando-a a deslocar-se em 1678; em 1681 e 1683, os paulistas teriam atacado as missões de Chiquitos. *Ibidem*, p. 327-28.

¹⁵ O sertanista teria aparecido em Sorocaba em 1710 e, em 1716, partiu na incursão em que se descobririam as minas cuiabananas. ALMEIDA, Luis Castanho de. *Bandeirantes no ocidente. RIHGSP*, v. 40. p. 354, 358; TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 18. Acrescenta Castanho de Almeida que há indícios de arraiais paulistas na Vacaria para antes de 1679, devendo ser observado que Pascoal Moreira Cabral e os sorocabanos não moravam continuamente na Vacaria, aonde iam quase todos os anos, mas mantinham ali uma base estratégica para plantar roças, organizar os despojos de cativos e se “refrescar” para as incursões de maior distância. ALMEIDA, loc. cit.

¹⁶ As reduções facilitavam as incursões preadoras porque aumentavam significativamente a densidade demográfica das populações indígenas, ou seja, em vez de grupos móveis e esparsos, tem-se um numerário considerável condensado num mesmo lugar. MONTEIRO, op. cit., p. 70.

dispondo de abundância de cavalos e víveres”.¹⁷ Em outros termos, tratava-se do receio de que os paulistas estivessem aliados aos Mbayá.

Tal aliança é muito provável, tendo em vista que os moradores de Santa Cruz de la Sierra, já em 1692, solicitavam socorro das autoridades de Assunção, pois se viam cercados de paulistas e Mbayá aliados. Um morador refere que “los Portugueses de San Pablo estan coligados com los Enemigos Guaicurus, Bayas y demas naciones con Pretencion de apoderarse de aquella Prov.^{as}”.¹⁸ Outro morador faz pedido para que se “reprima la ousadia de los mamelucos de la Ciu.^d de San Pablo y ser la nueva que pretenden assaltear este presidio [...] porque el biene con soblada gente escolteada de las barbaras nazonas de Guaycurus, Payagua y Guacharapos”.¹⁹ Há quem ateste, para o mesmo ano de 1692, incursões de paulistas aliados aos Mbayá “entre los Itatines, Xarayes y Chiquitos”, tomando numerosos cativos.²⁰

Por toda a segunda metade do século XVII, os paulistas freqüentaram os itinerários fluviais e os varadouros entre os rios Paraná e Paraguai, a fim de tomar cativos Guarani às reduções jesuíticas do Itatim e aos *pueblos* ali existentes. Para isso, chegaram a consertar uma aliança com os Mbayá, Payaguá e outros grupos, e mantiveram um arraial provisório denominado Nova Xerez. Isto posto, permanece o problema quanto à razão pela qual os paulistas, no século XVIII, mesmo tendo essa experiência nas rotas da Vacaria, não as usavam, ao menos não regularmente, para acessar as minas do Cuiabá.

¹⁷ PASTELLS, Pe. Pablo. *Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay*, v. IV apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 62.

¹⁸ AUTO do governador do Paraguai pelo qual se tomam as medidas necessárias para atender ao pedido de socorro dos moradores de Santa Cruz de la Sierra. Assunção, 12/11/1692 [Doc. XXXVII]. In: CORTESÃO, *Jesuítas e bandeirantes no Itatim...* op. cit., p. 310.

¹⁹ COPIA de uma carta dos moradores de Santa Cruz de la Sierra pedindo ao governador do Paraguai socorro contra os portugueses. 22/05/1692 [Doc. XXXV]. In: CORTESÃO, *Jesuítas e bandeirantes no Itatim...* op. cit., p. 302.

²⁰ GANDÍA, Enrique. *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires: [s.n.], 1929 apud SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay*: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971. p. 37.

1.2.3 Expansão Mbayá

Os Mbayá²¹ promoveram, desde o início da segunda metade do século XVII, contínuas incursões preadoras de cativos nas reduções da margem oriental do rio Paraguai. Segundo Branislava Susnik, esses Mbayá, cujo poderio já havia aumentado enormemente desde a posse dos cavalos no final do século anterior, espelharam-se nos exemplos das bandeiras paulistas, como a de 1648, e perceberam a proficuidade das “trocas vantajosas” de cativos por bens “civilizados” em Assunção. Desse modo, suas incursões, da mesma forma que a dos paulistas, cumpriam a função de abastecimento de mão-de-obra Guarani para os empreendimentos colonizadores.²²

Levando em conta as incursões dos Mbayá, Uacury Ribeiro de Assis Bastos chega a propor que as missões do Itatim, atacadas também por paulistas, foram na verdade destruídas por esses índios.²³ Consoante a notícia do padre André de Rada enviada ao Ouvidor Real, no ano de 1659, certas reduções do Itatim, que já estavam até bem providas, padeceram das incursões dos Mbayá e aliados, e tiveram de ser abandonadas ou realocadas.

²¹ Aqui me refiro tanto aos Guaykuru do sul quanto aos Mbayá do norte, que atuavam juntos nas incursões pelas terras Guarani a leste. Neste ponto, deve-se fazer um esclarecimento, pois embora a historiografia brasileira comumente se refira aos Guaykuru indiscriminadamente, existem diferenças históricas decisivas na trajetória dos grupos Guaykuru do sul e Mbayá do norte. Pelo nome Guaykuru deve-se entender a família lingüística que inclui vários grupos étnicos que, em determinado momento antes da invasão dos conquistadores europeus, teriam migrado dos pampas para o Chaco e margem ocidental do rio Paraguai. Antes do contato colonial, esses grupos Guaykuru eram pedestres (ou canoeiros), caçadores e coletores; possuíam uma notável mobilidade territorial e promoviam incursões violentas contra grupos vizinhos cultivadores. Ludwig Kersten e Branislava Susnik enumeram como pertencentes à família lingüística Guaykuru os seguintes grupos: Mbayá, Toba, Abipon, Mocovi, Pilagá, Payaguá e Guaxarapo. KERSTEN, Ludwig. *Las tribus indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII: una contribución a la etnografía histórica de Sudamérica*. Resistência, Argentina: Universidad Nacional del Nordeste, 1968. p. 39; SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 18; Idem, *Los aborígenes del Paraguay*: t. 1: Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII). Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978. p. 72-73.

Segundo Susnik, durante a migração para o Chaco, cruzando o rio Pilcomayo, o grupo Mbayá se dividiu: uns passaram a ocupar a região próxima a Assunção, sendo denominados Guaykuru do sul (autodenominando-se Taquiyqui e Napinyiqui), e outros ocuparam o Alto Paraguai, mais ao norte, sendo conhecidos como Mbayá do norte (autodenominando-se Eyiguayegi). Essa subdivisão em duas parcialidades produziu efeitos culturais profundos, com vários desdobramentos históricos. Na segunda metade do século XVII, os Guaykuru do sul iniciaram sua fusão com os Mbayá do norte e, ao que parece, passaram ambos a reivindicar uma nova identidade. Por essa razão utilizo, doravante, a denominação Guaykuru quando me referir exclusivamente aos Guaykuru do sul no período anterior a 1650. O etnônimo Mbayá, utilizo-o para referir-me às duas parcialidades unidas a partir de 1650. Cf. SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 18-20; Idem, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 1, op. cit., p. 73, 85-88.

²² Idem, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 37.

²³ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. 1972. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. p. 152, 158.

[...] estando bien descuidados estos indios acabando de haçer sus pueblos, iglesias y casas, los indios barbaros Guaycurus, Bayas e Payaguas q' se les avian dado antes por amigos, dieron de repente sobre ellos queriendo llevar cautivos sus hijos y mugeres, y aunq' se pusieran en defensa y maraton muchísimos de los Barbaros dellos, también murieron muchos, y les cojieran algunos cautivos q' llevaron con q' les fue forzoso a retirarse mas haçia el Paraguay y juntarse [...] en un puesto mui acomodado p.^a defenderse destos Barbaros; [...] este a sido el modo como se fundaron estas rreduções.²⁴

As incursões fizeram com que algumas reduções, totalmente arruinadas, tivessem que mudar de assentamento e se fundir a outras menos hostilizadas, ou ainda se assentar mais próximas de Assunção, por medida de segurança. As reduções de Caaguasu e Aguaranambi, que faziam parte da missão de Itatim, teriam sido assaltadas por paulistas e logo acabaram transferindo seus assentamentos para uma paragem chamada Pirapó. Mas aqui “padeçieron de nuevo pocos años ha otras de los enemigos Guaicurus y Payaguas, Indios infieles, que acostumbran asaltar las costas y fronteras de la Provincia por cuia causa se hallaron obligados a mudar de el açiento que primero avian elegido”.²⁵ Ao se deslocarem para evitar as incursões dos paulistas, caíram vítimas, logo depois, dos assaltos dos Mbayá aliados aos Payaguá.

Na segunda metade do século XVII, as reduções da Vacaria pareciam atacadas pelos dois lados. Durante o governo de Felipe Reja Corvalán, as reduções castelhanas do Paraguai sofreram severos ataques dos Mbayá, em especial no período entre 1671-1674. Os jesuítas suspeitavam que o governador Reja fizesse vistas grossas às incursões dos Mbayá, chegando a supor que ele as apoiasse, diante dos evidentes benefícios que o fornecimento de mão-de-obra para as *haciendas* trazia. O padre Lozano, referindo-se a um documento de época, afirma que “fueron grandes las hostilidades de los Guaykurus sin que el Gov.^{or} Rege se moviesse al reparo de esos daños por atender a sus granderias”.²⁶

Realmente, ainda que seja difícil avaliar se as incursões mais decisivas para o esvaziamento das reduções da Vacaria foram promovidas por paulistas ou Mbayá, o que se depreende da documentação é que a posse, ocupação e efetivo controle desse vasto território ficaram sob a égide do poder Mbayá.²⁷ O movimento expansionista de um grupo chaquenho,

²⁴ RESPOSTA ao pedido de informações pelo ouvidor da Real Audiência, D. Pedro de Roxas y Luna, ao Pe. André de Rada, visitador geral das Províncias do Paraguai e da Companhia de Jesus. 23/10/1664 [Doc. XXVIII]. In: CORTESÃO, *Jesuítas e bandeirantes no Itatim...* op. cit., p. 280-81.

²⁵ INFORMAÇÃO e requerimento da Câmara (Cavildo Abierto) de Assunção dirigidos à audiência de La Plata para que se mudem as aldeias de Caaguaçu e Aguaranambi para as proximidades daquela cidade. 19/07/1667. [Doc. XXX]. In: CORTESÃO, *Jesuítas e bandeirantes no Itatim...* op. cit., p. 288.

²⁶ EXAME necessário do Padre Lozano... op. cit., p. 326.

²⁷ AZARA, Félix de. *Viajes por la América Meridional* [1789-1801]. Madrid: Espasa-Calpe, 1969. p. 218-19.

munido de considerável plantel de cavalos, por uma enorme “área cultural” de influência Guarani, e a tentativa de afirmação da posse desse território por quase dois séculos (1650-1850), constituem um evento notável na história das colonizações européias, significando, na prática, a imposição de poderosos obstáculos ao acesso dos portugueses ao extremo oeste.²⁸ Nessas condições, a presença dos Mbayá nos territórios da Vacaria resultaria em severas limitações de mobilidade dos viajantes paulistas que quisessem chegar às minas do Cuiabá, seja pela rota do rio Mbotetei, seja pela rota do rio Taquari.

Certamente que a posse de cavalos aumentou o poderio bélico dos Mbayá e favoreceu seu movimento expansionista. A adoção do cavalo por algumas populações chaquenhas foi, segundo Alfred Métraux, “the most important consequence of the contact of the Chaco Indians with the Spaniards, and completely revolutionized their economic, social, and political life”.²⁹ Os grupos étnicos da família Guaykuru apresentaram uma maior disposição para a aquisição dos cavalos, talvez em decorrência da constante mobilidade que os caracterizava, correrias que, muito provavelmente, os trouxeram de alguma região pampiana ao Chaco séculos antes da invasão dos adventícios europeus.³⁰ No final do século XVI, os Abipon teriam sido os primeiros a dispor de cavalos, seguidos pelos Guaykuru do sul, parcialidade que habitava as imediações de Assunção e podia facilmente subtrair os animais às *haciendas*. Até meados do século XVII, segundo os cálculos de Dobrizhoffer apenas para os Abipon, deve ter chegado a 100 mil o número de cavalos em poder destes índios.³¹

Esses Guaykuru do sul mantiveram contínuos contatos com as populações de Assunção, atuando de acordo com duas disposições fundamentais. Por um lado, promoviam sucessivos assaltos contra os estancieiros das redondezas e seus Guarani de serviço, tomando

²⁸ BASTOS, op. cit., p. 152; COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999. p. 47-52; Idem. Entre Xarai, Guaikuru e Payaguá: ritos de vida no Pantanal. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 74.

²⁹ MÉTRAUX, Alfred. *Ethnography of the Chaco*. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 1. Washington: Cooper Square Publishers, 1963. p. 202.

³⁰ *Ibidem*, p. 203; HERBERTS, Ana Lúcia. *Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*. 1998. 262 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998. p. 18. De acordo com esta última autora, o cavalo integrou-se sem muitas dificuldades à vida social das populações Guaykuru, semi-nômades caçadoras, “pois se adaptava às táticas de guerra empregadas, que se caracterizavam por incursões rápidas e periódicas em territórios habitados por grupos sedentários, especialmente as vizinhas sociedades agricultoras”. HERBERTS, loc. cit.

³¹ DOBRIZHOFFER, Martin. *Historia de los Abipones* [1784]. v. 3. Resistencia, Argentina: Universidad Nacional del Nordeste, 1970. p. 16. Constatados os primeiros roubos de cavalos pelos Guaykuru no final do século XVI, torna-se incorreta a afirmação de Félix de Azara, segundo a qual os primeiros roubos começaram em 1672. AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. v. 1. Madrid: Imprenta de Sanchiz, 1847. p. 207.

violentamente cativos, cavalos e itens para as trocas. Por outro, procuravam trocar pacificamente os itens de que dispunham em Assunção, onde aproveitavam para observar e aprender certos elementos culturais que os tornassem, na sua visão, senão superiores, pelo menos “iguais” aos espanhóis em termos de poderio. Desde o final do século XVI, empenhavam-se em trazer ao mercado local: cativos (principalmente Guarani), cavalos, gado, mel, cera, peles e penas coloridas; procuravam obter: facas, machados, agulhas, ganchos, ferro para pontas de flechas e lanças, contas para colares e vestidos.³² Desse modo, os assaltos, a posse violenta de bens e a autonomia para a realização das trocas tiveram para os Guaykuru um salto de qualidade notável, graças à posse dos cavalos. Mais de um depoimento refere que os Guaykuru acabavam por vender alguns cavalos ou outros itens aos mesmos estancieiros de quem os subtraíram anteriormente.³³

Os cavalos permitiram, assim, aos Guaykuru, estarem em vários lugares ao mesmo tempo, promoverem incursões violentas, retirarem-se sem muitos inconvenientes quando de alguma expedição punitiva espanhola e, ainda, realizarem pacificamente a troca dos itens obtidos no mercado de Assunção.³⁴ Essa nova situação rapidamente emperrou a colonização européia na fronteira do Chaco.³⁵ Tanto que por volta de 1595, constatando a debilidade das expedições punitivas organizadas pelos espanhóis, os Guaykuru se permitiam dirigir provocações contra os adventícios. “Vengan en hora buena – teria dito um deles a uma expedição espanhola – que acabándose el bizcocho, y el pan duro de leche (así llaman al queso) se volverán sin hacer nada”.³⁶

³² No século XVI, Assunção se configurou numa sociedade poliétnica em situação de mercado. A animosidade etnocêntrica existente entre os Guaykuru e os Guarani, por exemplo, não os impedia de realizarem trocas no mercado. A esse respeito, refere Cabeza de Vaca que os Guaykuru vinham semanalmente carregados de carne de veados e porcos monteses, além de peixes e um tipo de manteiga. Também traziam mantas de linho, couro de “tigres”, de antas e veados. Por meio de intermediários, tais itens eram trocados com os Guarani por milho, mandioca, “manduví”, arcos e flechas. CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. *Naufragios y comentarios*, con dos cartas. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946. p. 162. Para uma instigante análise de uma sociedade poliétnica em situação de mercado, vide: SIVERTS, Henning. Estabilidad étnica y dinámica de límites en sur de México. In: BARTH, Fredrik (Org.). *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. p. 131-51.

³³ SAEGER, James Schofield. *The Chaco mission frontier: the Guaycuruan experience*. Tucson: University of Arizona Press, 2000. p. 62.

³⁴ BALDUS, Herbert. Introdução. In: BOGGIANI, Guido. *Os Caduveos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 20; SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...*, op. cit., p. 42-43, 51. Esta autora enumera, dentre as instituições mais honoráveis dos Guaykuru, a vingança étnica, a posse violenta dos bens, a troca vantajosa e o xamanismo.

³⁵ MÉTRAUX, op. cit., p. 203.

³⁶ LOZANO, Pedro. *Descripción corográfica del Gran Chaco Gualamba [1733]*. Tucuman: Universidad Nacional de Tucuman, 1941. p. 77.

As razões que levaram à desintegração dos Guaykuru do sul são, paradoxalmente, fatores decisivos que impulsionaram a expansão dos Mbayá pelos campos da Vacaria. Na primeira metade do século XVII, os assaltos intensificaram-se, multiplicando o número de cativos, cavalos e gado em poder desses índios. As expedições punitivas dos espanhóis, embasadas pela cédula Real de 1618, que autorizou “entrar entre los dichos índios, prenderlos para service de ellos, cautivarlos, esclavizarlos, matarlos”,³⁷ não refrearam o ritmo das incursões Guaykuru que, desde 1611, passaram a atacar as reduções jesuíticas na margem oriental do rio Paraguai. As relações entre os Guaykuru do sul e os Mbayá do norte eram razoavelmente estáveis, pois os primeiros eram responsáveis pelo intercâmbio dos itens trazidos pelos últimos, por estarem mais perto de Assunção. Além disso, eventos significativos como festas e matrimônios promoviam visitas inter-parcialidades, incrementando a solidariedade grupal.³⁸

Realmente, alguns rearranjos estruturais na política interétnica do Chaco condicionaram a aproximação da parcialidade meridional da setentrional.³⁹ Pela década de 1650, os Lengua-Juiadgé e os Enimagá-Cochaboth cruzaram o rio Pilcomayo, penetrando no Chaco boreal e ocupando a zona de livre mobilidade dos Guaykuru sulinos (vide Figura 4). A presença desses grupos deve ter desagradado os Guaykuru, que se viam agora limitados em seus deslocamentos, o que poderia ser muito prejudicial em caso de perseguição espanhola. Inversamente, permaneciam vantajosas, aos olhos dos Guaykuru, as regiões à margem oriental do rio Paraguai, onde existiam *pueblos* Guarani, estâncias de *criollos*, reduções jesuíticas e caminhos de escoamento da erva, reservatórios potenciais de cativos, cavalos e gado para pilhagem-troca.⁴⁰

³⁷ Archivo Nacional de Asunción, Sección Historia apud SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 32.

³⁸ Ibidem, p. 21.

³⁹ Algumas estimulantes sínteses sobre os conflitos e contatos entre os grupos étnicos nativos e os adventícios no Chaco colonial podem ser lidas em: SAEGGER, James Schofield. Warfare, reorganization, and readaptation at the margins of Spanish rule: the Chaco and Paraguay (1573–1882). In: SCHWARTZ, Stuart B.; SALOMON, Frank (Eds.). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas: South America*. v. 3, Parte 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 257-86; CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos de Araújo. *Os Toba do Chaco: missão e identidade: séculos XVI, XVII e XVIII*. 200. 201 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do vale do rio dos Sinos, São Leopoldo, 2000. p. 58-79; ARNT, Fúlvio Vinícius. *San Ignacio de Los Zamucos: índios e jesuítas no coração do deserto sul-americano, século XVIII*. 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do vale do rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005. p. 38-80.

⁴⁰ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 32-33; Idem. *Los aborígenes del Paraguay: t. 3-1: Etnohistoria de los chaqueños, 1650-1910*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1981. p. 62-64.

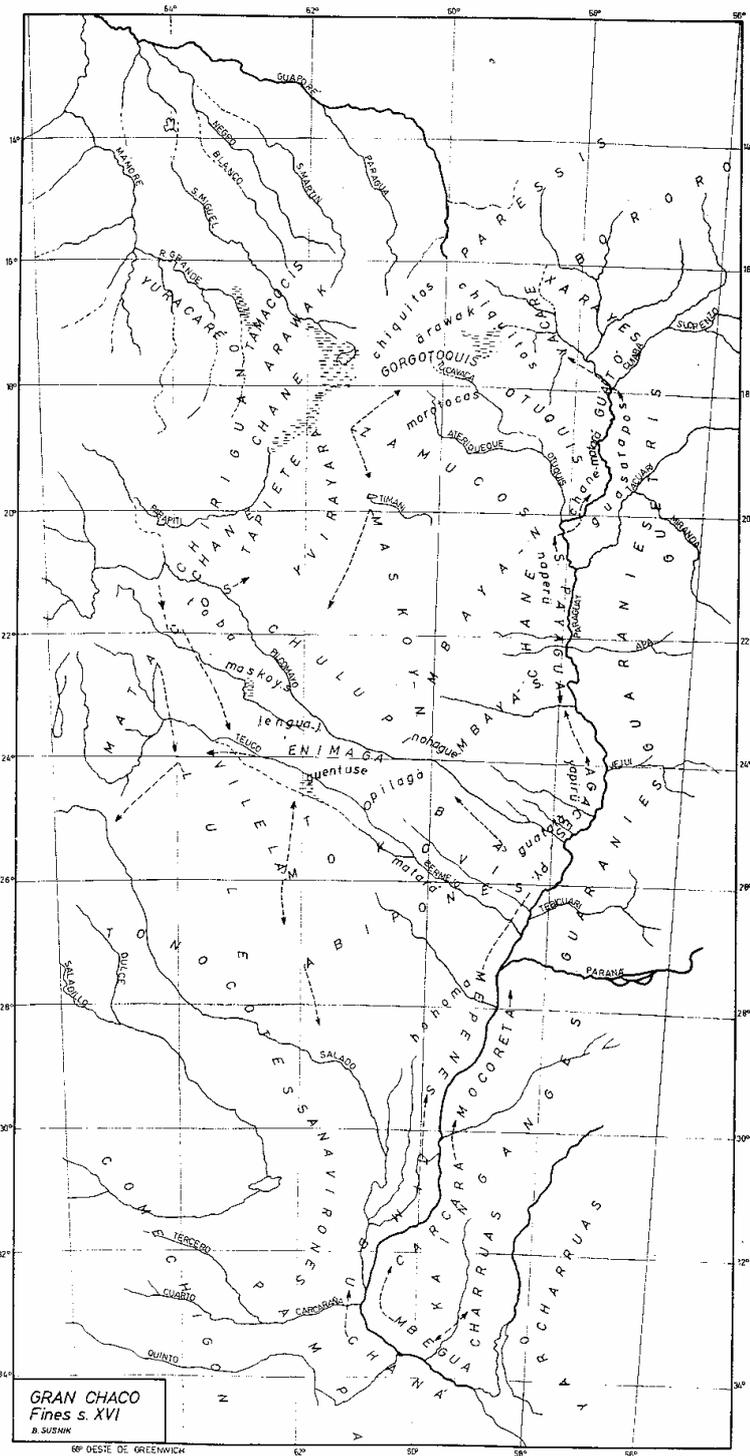


FIGURA 4: Chaco ao tempo dos primeiros contatos entre os grupos étnicos nativos e os adventícios europeus. Observa-se que os Enimagé, no século XVI, possuíam territórios ao sul do rio Pilcomayo. Os assentamentos Mbayá-Guaykuru estavam na margem ocidental do rio Paraguai e, à margem oriental, encontrava-se a “área cultural” dos grupos Guarani.

Fonte: SUSNIK, Branislava. Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y de su periferia (enfoque etnológico). *Suplemento Antropológico*, Asunción, v. 7, n. 1-2, 1972. p. 106.

A expansão dos grupos Enimagá em pleno Chaco boreal empurrou para o leste não apenas os Guaykuru, mas também os Mbayá. A hostilidade entre os Mbayá e os Enimagá nutria-se em tradição, recolhida por Félix de Azara, segundo a qual, em tempos pré-coloniais, ambos viviam em “frecuentes batallas”. Em dado momento, os Enimagá lograram “subyugar á los Albayas y hacerlos su esclavos”, mas em seguida os Mbayá “escaparon hácia el Norte”.⁴¹ Assim, a reconfiguração do cenário geopolítico no Chaco é um dos fatores importantes para se explicar o porquê grupos chaquenhos da família Guaykuru acabaram por expandir-se e territorializar-se numa “área cultural” diferenciada, predominantemente Guarani, a leste.⁴²

O golpe decisivo contra os Guaykuru do sul foi a chacina organizada pelos espanhóis em 1678. Diante das constantes ações de pilhagem-troca praticada por esses índios, recebera Felipe Reja Corvalán a aprovação eclesiástica para fazer a guerra defensiva, o que se praticou mediante ardiloso casamento entre o tenente José de Avalos e a filha de um cacique, em cujo evento foram mortos 300 Guaykuru convidados.⁴³ Esse etnocídio fragilizou enormemente o restante do grupo diante da presença dos Enimagá e, nessas condições, eles resolveram se unir definitivamente aos Mbayá do norte para prosseguirem juntos no plano de expansão a leste pelas terras da Vacaria (vide Figura 5).⁴⁴

⁴¹ AZARA, *Descripción e historia del Paraguay...* t. 1, op. cit., p. 236.

⁴² SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 34; MÉTRAUX, op. cit., p. 197.

⁴³ AGUIRRE, Juan Francisco. *Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada Don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional [1793-1796]. Revista de la Biblioteca Nacional, Buenos Aires, v. 19, 1950. p. 441-42.*

⁴⁴ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 43-44.

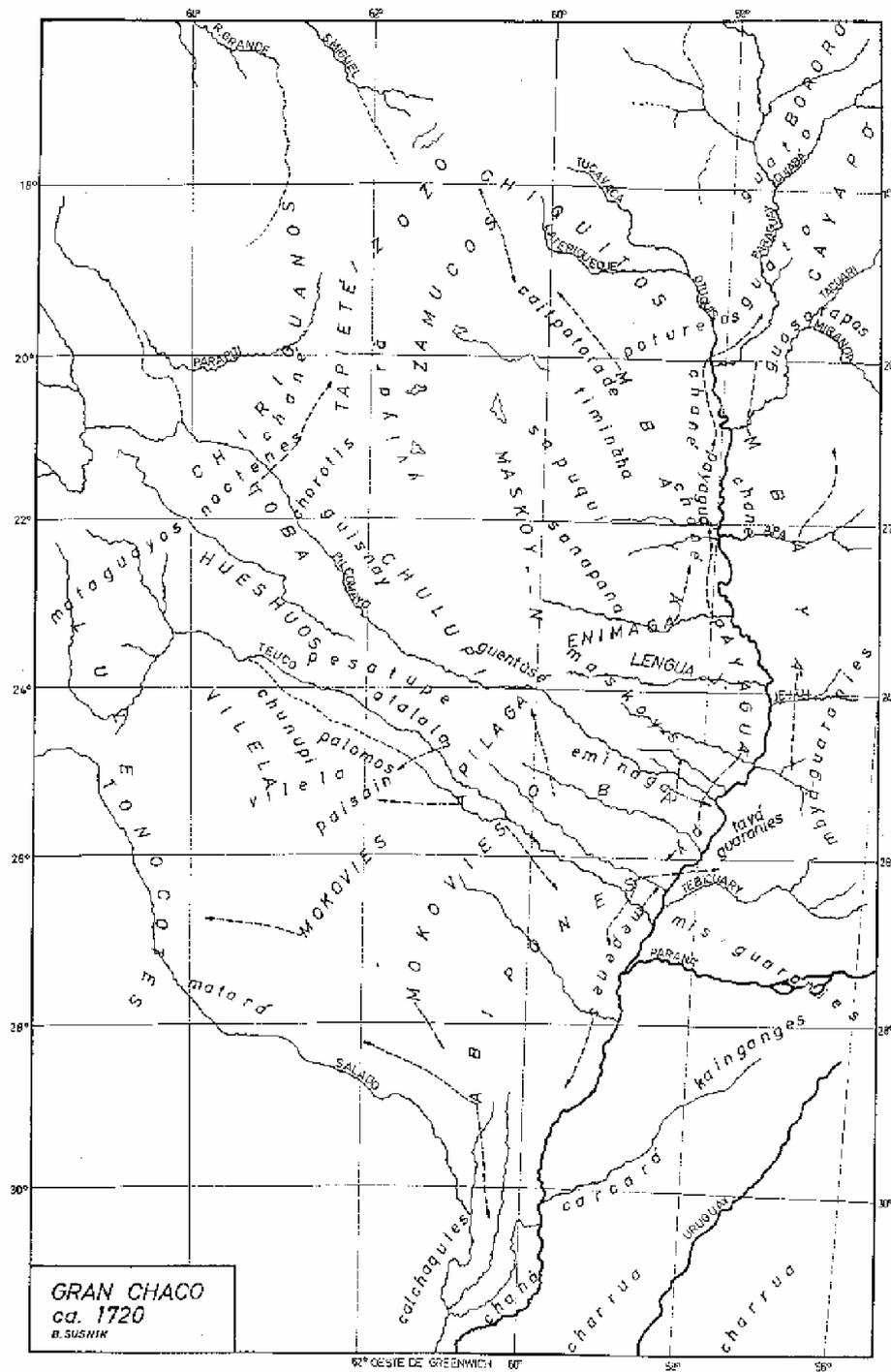


FIGURA 5: Chaco em meados da década de 1720, época em que iniciam as monções regulares dos paulistas ao novo descobrimento do Cuiabá. Observa-se que os Enimagá ocupavam o território outrora pertencente aos Mbayá-Guaykuru. Vê-se também que os Mbayá ocupavam a margem oriental do rio Paraguai, possuindo ainda alguns assentamentos no Alto Paraguai à margem ocidental.

Fonte: SUSNIK, Branislava. Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y de su periferia (enfoque etnológico). *Suplemento Antropológico*, Asunción, v. 7, n. 1-2, 1972. p. 107.

O desenvolvimento de uma sociedade eqüestre entre os Mbayá, ao aumentar consideravelmente a mobilidade subsistencial e a possibilidade de promover incursões contra populações sedentárias, teria, na opinião de Stewart e Faron, reforçado a importância da atividade belicosa e, com isso, incrementado a estratificação social na qual a primazia caberia às linhagens guerreiras.⁴⁵ Os mesmos autores sublinham que os Mbayá, como outros grupos da família lingüística Guaykuru, reconheciam um sistema hierárquico de distinções entre estratos sociais, de modo que cada grupo possuía uma elite, composta de chefes por nascimento e líderes militares, um estrato de pessoas comuns e um considerável estrato de servos e escravos.⁴⁶

Os Mbayá do norte, num período anterior à invasão européia, acabaram submetendo os vizinhos Guaná a uma aliança simbiótica descrita pelos cronistas como “vassalagem”. Segundo Susnik, essa aliança contava com a vigência de um *status* dominante (*Oquilidi*: o senhor Mbayá) e um dominado (*Niyolola*: o “gentio dependente”, como os Mbayá chamavam os Guaná).⁴⁷ Durante o período colonial, *grosso modo*, a simbiose funcionava assim: os Guaná colocavam seus cultivos à disposição dos Mbayá, ofereciam-lhes mão-de-obra para vários trabalhos e cediam-lhes mantas, que eram trocadas em Assunção pelos itens desejáveis. Em contrapartida, os Guaná preservavam sua autonomia étnica, contavam com proteção militar, participando inclusive de algumas incursões, e acessavam os bens “civilizados”, obtidos pelos Mbayá aos provinciais.⁴⁸ O “servicio chané” foi decisivo para a expansão territorial dos Mbayá porque lhes permitiu a mobilidade simultaneamente à disponibilidade de cultivos e itens culturais manufaturados, como os “panões”.

⁴⁵ STEWARD, Julian; FARON, Louis. *Native Peoples of South America*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1959. p. 421-22.

⁴⁶ Ibidem; SAEGER, *The Chaco mission frontier...* op. cit., p. 77.

⁴⁷ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 34-35.

⁴⁸ Ibidem. Está implícita aqui a noção de “interação simbiótica”, que devo a Roberto Cardoso de Oliveira, em cujo estudo clássico sobre os Terena aplicou-a no exame da relação entre os Mbayá e os Guaná. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 36. A discussão teórica da “feudalidade” e das relações sociais de dependência demandaria um espaço muito maior do que disponho aqui. Compete esclarecer, porém, que não há consenso na antropologia sobre a aplicação dos termos “servidão” ou “relações feudais” para classificar os sistemas políticos das sociedades tradicionais. Houve quem intentasse retirar do conceito de feudalismo a sua característica de modo de produção para metamorfoseá-lo em “tipo ideal” de regime político, no sentido de Weber, o que não pode deixar de ser visto como uma extravagância teórica. Para um mapeamento de algumas posições sobre a questão da “feudalidade”, vide: BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Difel: Edusp, 1969. p. 89-92. Quando utilizo a expressão “servos Guaná” neste trabalho, deve-se ter em conta que ela segue o tom mais moderado com que é empregada por Susnik, enfatizando a dependência pessoal e a competição política. Não há, portanto, nenhuma intenção de encontrar supostas afinidades com o feudalismo histórico.

Susnik acredita que esse quadro se configurou no período em que os Mbayá migravam do sul rio Pilcomayo para o Alto Paraguai, encontrando ali os Guaná.⁴⁹ De modo que à época da conquista, quando Ulrich Schmídel esteve na região de Puerto San Fernando, pôde registrar que havia chegado “a una nación llamada *Maieaiess* [Mbayá], es una gran muchedumbre de gente; sus súbditos tienen que pescarles y cazarles y hacer lo que se les ofrece, tal y como aquí los paisanos se someten al que es noble”.⁵⁰

O debate em torno das causas da submissão dos Guaná parece ter passado dos cronistas coloniais aos estudiosos do século XX. Duas hipóteses logo se impõem e se contrapõem. Escrevendo do presídio de Nova Coimbra em 1803, Ricardo Franco de Almeida Serra acredita que a submissão dos Guaná foi o resultado das contínuas incursões militares dos Mbayá: “Estragos e danos que obrigaram os guanás a pedirem paz, e a deixarem-se chamar seus captiveiros, dando-lhes voluntariamente parte de suas colheitas, para pouparem o resto, e as mortes que cada anno soffriam”.⁵¹ Métraux ratifica essa hipótese militar como a mais provável.⁵² O jesuíta Sánchez Labrador, que conviveu com os Mbayá entre 1760 e 1767, procurou explicar as causas dessa submissão considerando as relações de parentesco e repelindo a conquista por armas, pois para ele os casamentos interétnicos intercaciais transferiam os agregados das falecidas esposas Guaná aos maridos Mbayá. Segundo o padre: “Los vasallos de éstas, muertas ellas, quedaron en un perpetuo feudo á los descendientes de los maridos de sus señoras”.⁵³ O fato de que os Guaná só deviam obrigações aos chefes Mbayá, e não aos comuns, reforça essa hipótese – “los capitanes Eyiguayeguis, solos tienen criados: el vulgo Guaycurú no adquirió derecho sobre aquellas gentes”⁵⁴ – que é aceita por Susnik⁵⁵ e Baldus⁵⁶. Roberto Cardoso de Oliveira, que também aventa uma terceira hipótese relacionada ao controle das vias de comunicação, prefere entender que se tratam de aspectos diversos de um mesmo processo de competição econômica e interação⁵⁷.

⁴⁹ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 34-35.

⁵⁰ SCHMÍDEL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata* [1565]. Buenos Aires: Cabaut y Cía., 1903. p. 247.

⁵¹ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes [1803]. In: VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: EdUFMS, 1999. p. 132.

⁵² MÉTRAUX, op. cit., p. 306.

⁵³ LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay Católico* [1780]. v. 1. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910. p. 267.

⁵⁴ *Ibidem*, v. 2, p. 267.

⁵⁵ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 35.

⁵⁶ BALDUS, op. cit., p. 26.

⁵⁷ OLIVEIRA, *Do índio ao bugre...* op. cit., p. 36.

Enquanto o regime de servidão a que estavam submetidos os Guaná vigorava somente entre os Mbayá do norte, a busca incessante de cativos e as relações sociais escravistas eram vigentes nas duas parcialidades Mbayá. Os escravos eram os cativos de guerra ou os indivíduos obtidos por trocas; possuíam um *status* social diferenciado dos servos e, sobretudo, estavam sujeitos a serem vendidos em Assunção. Em carta a S. M. datada de 1622, Diego de Gongora descreve a busca constante de escravos como uma forma de, através do resgate em Assunção, acessar os bens desejáveis. Segundo o autor, “tienen estos Indios es hacer entradas a otros de otras naciones [...] matando los que resisten y prendiendo los que puedan que llevandolos a la Ciudad de Assumpcion los benden y truecan a sus vecinos por los generos de que usan de que resulta la ynquietud de estos barbaros”.⁵⁸

O sistema de trabalho escravista estava também organizado para uma economia voltada antes para o comércio do que para o incremento da produção. Mesmo em seu apogeu expansionista, na primeira metade do século XVIII, a atenção dos Mbayá parecia direcionada para as trocas e a posse violenta dos bens, esta última institucionalizada como honorável.⁵⁹ O estrato social dos escravos era numeroso e contava com indivíduos de vários grupos étnicos, segundo informa Rodrigues do Prado, que pôde assinalar cativos Guachí, Guató, Guarani-Kayowá, Bororo, Kaingang, Kayapó, Chamacoco e índios tomados às missões de Chiquitos.⁶⁰ Símbolo de prestígio entre os caciques Mbayá, a posse de vultosa escravaria constituía uma preocupação fundamental, como registrou Labrador: “Manifiestan una indecible ansia de tener cautivos y chicos de cualquiera otra nación, aun de la española. El que más tiene, goza una fama indeleble y autoridad grande en su toldo”.⁶¹

Desprovidos de braços para tocar seus empreendimentos estancieiros, e mesmo que ressentidos pelos assaltos eventualmente sofridos em suas manadas de cavaleiros, os habitantes da província paraguaia certamente estariam dispostos a pagar com bons itens “civilizados” aos Mbayá pelo préstimo de lhes trazer mão-de-obra Guarani. Segundo Susnik, “la extrema falta de brazos en aquel período indudablemente influía en una tasa ventajosa en el truque-

⁵⁸ GONGORA, Diego de. Carta de D. Diego de Gongora a S.M. sobre los yndios guaycurús y payagua [1622] apud HERBERTS, op. cit., p. 21.

⁵⁹ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 54-55.

⁶⁰ PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros [...] [1795]. *RIHGB*, v. 1. p. 31. O elevado número de escravos é atestado por Azara, para quem “el albaya más pobre, tiene tres o cuatro de estos esclavos habidos en la guerra”. AZARA, *Descripción e historia del Paraguay...* t. 1, op. cit., p. 211. Serra, que pôde observar os Mbayá assentados nas proximidades do forte de Coimbra, no início do século XIX, crê que o número de Mbayá “puros” seja muito pequeno: dos 2000 supostos Mbayá, 500 seriam servos Guaná, 500 cativos Chamacoco, 800 cativos de vários grupos étnicos e somente 200 Mbayá “puros”. SERRA, op. cit., p. 130.

⁶¹ LABRADOR, op. cit., v. 1, p. 311.

rescate de cautivos, fomentaba las incursiones mbayáes y estructuraba una economía adquisitiva a base de venta de esclavos”.⁶² Desse modo, não chega a ser surpreendente a aliança entre os paulistas e os Mbayá, por volta da década de 1690, para que atacassem conjuntamente as reduções jesuíticas da Vacaria, tendo em vista a semelhança dos objetivos de ambos. Do ponto de vista dos Mbayá, graças à posse de amplo território na margem oriental do rio Paraguai, o tráfico de escravos continuou sendo um negócio atrativo durante todo o século XVIII.

Assegurada pela agricultura e manufatura dos servos Guaná, cujos serviços deveriam ser inevitavelmente “retribuídos” com bens desejados, e condicionada pela busca de cativos, a sociedade Mbayá organizava-se nos moldes de uma economia predominantemente *botinera*, voltada para as incursões, para quem deveria parecer irresistível, em meados do século XVII, a promissora região da Vacaria, com suas missões de índios Guarani, seus cavalos e gado.

Um último fator condicionante à marcha expansionista dos Mbayá para o leste corresponde à demanda desse grupo étnico pela palmeira bocaiúva (*Acronomia aculeata*), *Namogolidi* em língua Guaykuru. Embora os Mbayá apreciassem também outras palmeiras, era do *Namogolidi* que tiravam maior proveito, consumindo-o de várias formas.⁶³ Como sociedade escravocrata em expansão, os Mbayá deparavam-se com a alimentação como um problema a ser solucionado: as margens orientais do rio Paraguai, por seu turno, afiguravam-se como um nicho ecológico adequado à demanda pelo *Namogolidi*.⁶⁴ Durante o processo de expansão, coube ao subgrupo Apacachodegodegi, também conhecidos como “Avestruzeiros”, a posse dos territórios ricos em *Namogolidi* entre os rios Apa e Jejuí. Essa posse proporcionou aos Mbayá uma identificação inédita com aquela região, constituindo-a, no plano simbólico, como expressão máxima da “nossa terra” e do ser Eyiguayegi, população do sítio de palmeiras.⁶⁵ Contudo, no início do século XIX, quando os projetos colonizadores limitaram

⁶² SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 52.

⁶³ Sobre o sistema de coleta entre os Mbayá, vide: HERBERTS, op. cit., p. 137 et seq. Do *Namogolidi* consumiam os cocos crus ou assados na brasa; com o miolo produziam a farinha, com a qual faziam bolos e tortas; utilizavam as fibras das folhas para confeccionar cordas e linhas; os espinhos dos troncos eram usados como alfinetes; da amêndoa do coco obtinham o azeite que servia para iluminação; da casca do coco confeccionavam anéis e brincos; da fermentação da polpa do coco extraíam suave licor, servido sempre nas festas dos guerreiros. LABRADOR, op. cit., v. 1, p. 157-59; HERBERTS, op. cit., p. 138-40; SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 38-39.

⁶⁴ Sobre a importância dos nichos ecológicos na dinâmica competitiva dos grupos étnicos (numa perspectiva bem diversa do determinismo), vide: BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 1. reimp. São Paulo: Edunesp, 1998. p. 201-202.

⁶⁵ SAEGER, *The Chaco mission frontier...* op. cit., p. 53; SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 38-39, 91.

violentamente o acesso dos Apacachodegodegi aos *Namogolidi*, a perda do nicho ecológico foi sentida como perda do próprio significado da identidade Mbayá, sendo vista pelo grupo como inaceitável.⁶⁶

Desejosos de acessar um nicho ecológico que suprisse a necessidade de *Namogolidi*, aspirando à captura de cativos para as trocas vantajosas e almejando aumentar o montante de cavalos em seu poder, partiram os Mbayá, na segunda metade do século XVII, afiançados na segurança subsistencial possibilitada pela servidão dos Guaná e na destreza que possuíam como sociedade eqüestre, para um projeto expansionista de dominação da região da Vacaria. Os Guaykuru do sul, que ocupavam a margem ocidental do rio Paraguai, em frente à cidade de Assunção e um pouco mais a oeste, entre o Pilcomayo e o Yabebiry, devido à depopulação e à presença dos Enimagá, uniram-se aos Mbayá do norte e partiram também no projeto expansionista. Por sua vez os Mbayá, que ocupavam no século XVI a margem ocidental do rio Paraguai, terra adentro, pelos paralelos 22° e 24°, a partir de 1650, empurrados para o leste pelos Enimagá e tendo em conta um projeto expansionista, cruzaram o rio e passaram a dominar o Itatim e a Vacaria. Após contínuas incursões, simultâneas às promovidas pelos paulistas, esvaziaram as reduções jesuíticas e passaram a dispor de vastíssimo território que, pelo final do século XVII, contemplava as terras do rio Jejuí (24°), ao sul, até o rio Taquari (19°), ao norte, sem contar os territórios da margem direita, que não abandonaram, localizados entre os paralelos 20° e 23°. Durante todo o século XVIII pode-se dizer que, a dar crédito para os depoimentos dos cronistas, os Mbayá não tiveram nenhuma perda territorial significativa (vide Figura 6).⁶⁷

Notou Azara que os Mbayá, consolidando sua expansão, passaram a dar “diferentes nombres al país”, modo de se apropriarem simbolicamente do espaço: “por ejemplo, llaman hoy Appa y Aquidaban a los ríos conocidos antiguamente con los nombres de Corrientes y de

⁶⁶ Ibidem, p. 91-92.

⁶⁷ Azara afirma que os Mbayá “quedaron dueños absolutos de la provincia de Itati, que comenzaba hacia los 24°7' de latitud, en el río Jejuy, y se prolongaba en toda su anchura hacia el Norte hasta el lago de los Xarayes”. AZARA, *Viajes por la América Meridional...* op. cit., p. 219. O padre Quiroga atesta, em 1752, que o território dos Mbayá ia do rio Jejuí ao rio Taquari, devendo-se contar ainda os territórios que possuíam na margem ocidental do Paraguai e, certamente, os territórios de vassalos Guaná, que lhes forneciam vários itens. “Desde el río Xexuí, por una y otra banda, habitan los mbyayás, repartidos en varias parcialidades. Sus principales tolderías están de una y otra banda del Paraguay, en las tierras más inmediatas al sud del Pan de Azúcar. Corren estos indios toda la tierra, desde el Xexuí al Tacuarí, por la banda oriental y por la occidental, hasta cerca de los Chiquitos. Desde el Pan de Azúcar hacia el norte habitan en la banda occidental los guanás. Estos son indios que trabajan sus tierras para sembrar maíz; y hacen también sus sementeras a los mbyayás, pagándoles estos su trabajo”. QUIROGA, José. Descripción del Río Paraguay, desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná [1752]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). CODA, t. 6. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1838. p. 73-74.

Piray”.⁶⁸ Frei Francisco Mendes, franciscano que esteve entre os Mbayá após a expulsão dos jesuítas, referiu-se àquele território pelo nome de “tierra Mbayânica”, e se supõe que fosse tal a denominação dada entre as autoridades castelhanas.⁶⁹

⁶⁸ AZARA, *Viajes por la América Meridional...* op. cit., p. 219.

⁶⁹ MENDES, Francisco. Carta do franciscano Frei Francisco Mendes sobre os costumes dos índios Mbaiá e Guaná, no Alto Paraguai. 20/06/ 1772 [Doc. VII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos* (1750-1802): Manuscritos da coleção De Angelis. t. 7. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. p. 54.

1.2.4 A territorialidade Mbayá e a inviabilização dos roteiros paulistas pela Vacaria

A nova territorialidade⁷⁰ dos Mbayá intensificou algumas tendências culturais, como a livre mobilidade, a busca da “posse violenta” dos cativos, cavalos e outros bens e a “troca vantajosa” no mercado, tornando-as significativas de sua identidade étnica.⁷¹ As incursões deixaram de ser realizadas tão somente para a obtenção da subsistência, senão que passaram a ter função relevante na própria reprodução da sociedade Mbayá, posto que “reafirmaban la misma existencia tribal y perpetuaban la socialización guerrera de la juventud; la misma presencia de cautivos-esclavos en las capitanías mbayáes obligaba a los ‘oquilidi’ – señores – a acciones continuas”.⁷² Conforme refere Félix de Azara, os Mbayá passaram, a partir de sua nova base territorial no Itatim, a mover expedições militares contra vários grupos étnicos e estabelecimentos espanhóis ou portugueses da porção central da América do Sul. O autor enumera algumas incursões:

⁷⁰ Aqui deve ser feito um esclarecimento quanto à abordagem adotada. A expansão dos Mbayá por amplo território na margem oriental do rio Paraguai, está diretamente ligada às relações interculturais que se processaram entre este grupo étnico, os grupos Enimagá em expansão pelo Chaco, os grupos Guaraní que habitavam o território pretendido, os moradores *criollos* e os bandeirantes paulistas. Além disso, tem a ver com a servidão dos Guaná e com a posse de escravos de vários grupos étnicos. Destarte, o conceito de territorialidade a que recorro deve ser entendido sob a “perspectiva ecológica” de que fala Barth. Este autor sublinha a necessidade de precisar os níveis de competição territorial em que os atores estão envolvidos, a fim de analisar os padrões de interdependência entre os grupos e os conflitos territoriais. BARTH, Grupos étnicos e suas fronteiras... op. cit., p. 201-202.

A partir dessa perspectiva, adoto aqui o conceito de territorialidade proposto por Robert David Sack, segundo o qual se trata do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. O mesmo autor destaca que a territorialidade pode ser experimentada como estratégia de conduta relacionada ao espaço: “Territoriality in humans is best understood as a spatial strategy to affect, influence, or control resources and people, by controlling area; and, as a strategy, territoriality can be turned on and off. In geographical terms it is a form of spatial behavior”. SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. New York: Cambridge University Press, 1986. p. 1-2 (definição cf. p. 19). Há desdobramentos interessantes dessa proposta em: LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, n. 322, 2002; MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

No decorrer deste trabalho, utilizo os conceitos de territorialidade e territorialização, mas não como sinônimos. Como enfatiza João Pacheco de Oliveira, territorialização tem a ver com o confinamento do grupo, decorrente das imposições da situação colonial: a “intervenção da esfera política que associa — de forma prescritiva e insofismável — um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados”. OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, n. 4(1), 1998. p. 56.

⁷¹ SAEGER, *The Chaco mission frontier...* op. cit., p. 62-63.

⁷² SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 48.

Desde dicha provincia de Ytati hicieron correrías hacia el Mediodía, y con sus repetidos ataques en diferentes tiempos, hicieron muchos destrozos en el pueblo de Tobatí, precisándole a transmigrar en 1699. No satisfechos con esto, venían desde dicha Ytati cuando les daba la gana y atacaban hasta las quintas de la Asunción, logrando destruirlas y matar a muchos centenares de españoles, faltando poco para exterminarlos totalmente.⁷³

Dentre as ações militares promovidas a partir da década de 1740, Azara destaca:

[...] habían ya puesto en los mayores apuros a la villa de Curuquati. Después no siendo conforme a su sistema el vivir en paz, dirigieron la guerra contra los orejones, nalicuegas, y guaraní silvestres, y contra los pueblos de la provincia de Chiquitos, en la que han precisado a transmigrar al del Santo Corazón. También la han hecho por temporada a los portugueses.⁷⁴

Com efeito, os sertanistas paulistas mais experientes conheciam bem demais as atividades dos “cavaleiros chamados Aycurús” para darem um parecer favorável quanto à rota de São Paulo a Cuiabá pela passagem do rio Mbotetei da Vacaria. Antonio Pires de Campos, escrevendo provavelmente em 1727, tinha clareza do raio de ação dos Mbayá naquelas paragens.

Cursam até o rio de Araguaí, rio de Botetehuço, rio Claro, e todas as vargens de Taquari e por todos estes distritos, andam fazendo grandes destruições em todo o gentio nomeado até de onde podem alcançar com a sua cavalaria em que recebem pouco dano, subindo da barra do Botetehu pelo Peraguaí acima.⁷⁵

Acrescenta ainda Campos que os Mbayá realizavam incursões para a margem ocidental do rio Paraguai graças à aliança que tinham com os Payaguá, cobrando tributos em cavalos dos povoadores castelhanos.

⁷³ AZARA, *Descripción e historia del Paraguay...* v. 1, op. cit., p. 207-208.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 208.

⁷⁵ CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão [...] do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo [...] até o dia 20 de maio de 1723 [1727]. In: TAUNAY, *Relatos Sertanistas...* op. cit., p. 184. Não vislumbrando a territorialidade específica dos Mbayá, o Conde de Azambuja afirmou, em 1751, que estes índios “vivem à borda do rio Paraguai, da parte do poente; [...] pelo tempo que os rios estão cheios, vem buscar o Taquari”. ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 215. Trata-se de uma imprecisão dos informantes que passou à historiografia, permanecendo até recentemente. Glória Kok, por exemplo, afirmou que os Mbayá “costumavam transitar pelo curso dos rios Taquari, Paraguai e seus afluentes”. KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 146.

[...] pela passagem que lhe dá o gentio Paiaguá para a outra parte, nas suas canoas no rio Paraguai fazem cruel guerra a outros gentios, e também a algumas povoações de castelhanos, que por se livrarem das suas hostilidades, e grande número de cavaleiros, lhe pagam tributo, levando cada um 4 e 5 cavalos a dextra.⁷⁶

A despeito de inconstante, a aliança entre os Mbayá e os Payaguá,⁷⁷ vigente desde antes da conquista, foi responsável pelo incremento da notável mobilidade dos Mbayá, que podiam atravessar longos trechos do rio Paraguai em suas incursões, servindo-se da “passagem que lhe dá o gentio Paiaguá” em suas canoas. Conforme refere um cronista, muitos Mbayá chegaram até a aprender a técnica da navegação com os Payaguá, o que deve ser contado como um fator a mais na mobilidade para o controle da ampla região da Vacaria no século XVIII.⁷⁸

As ações expansionistas dos Mbayá contribuíram para o abandono de não poucos estabelecimentos espanhóis da fronteira nortenha do Paraguai, os quais migraram em direção ao centro da província. O êxodo rural forçado comprometia a produção da erva e acirrava as contradições sociais envolvendo a questão das terras.⁷⁹ Por essa razão, os governadores do Paraguai da primeira metade do século XVIII tentaram obrigar os moradores da fronteira nortenha a não abandonarem suas *haciendas*, constantemente atacadas pelos Mbayá. Ao reprovar o êxodo para o sul, o governador Martín José de Chauregui (1735-1741), em bando lançado no ano de 1737, adverte que “no faltan las bárbaras naciones para que con semejante mudanza quedarán para ellas las tierras pobladas”.⁸⁰

Se na primeira metade do século XVIII a colonização espanhola no vale do rio Paraguai sofria um refluxo, a colonização portuguesa, embora tenha assegurado a posse das minas de Cuiabá, via-se fragilizada.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ De acordo com a síntese de Susnik: “Los Evuevi-Payaguáes pertencen a la familia lingüística guaycurú, representando una tribu con características destacadas de canoeros-pescadores-corsarios fluviales; en la época del Paraguay Colonial, ellos fueron los verdaderos dominadores del R. Paraguay, recorriendo continuamente en sus canoas, manifestando siempre una hostilidad ventajista y un trato astuto con los provinciales”. SUSNIK, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 1, op. cit., p. 93.

⁷⁸ “Depois desta aliança é que os Cavalleiros aprenderam o uso das canoas, que são de um só tronco”. PRADO, op. cit., p. 32.

⁷⁹ SUSNIK, Branislava. *Una visión socio-antropológica del Paraguay: XVI – 1/2 XVII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1993. p. 121, 124; Idem. *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1991. p. 11, 62; BASTOS, op. cit., p. 110-18.

⁸⁰ EL GOBERNADOR de la Provincia prohíbe el abandono de sus casas a los vecinos del pueblo de la Cordillera que han huido por los continuos ataques de los indios Mbayás [1737]. SH, v. 119, n. 4, f. 1a.

Assim, à época das monções para o Cuiabá, deixaram de ser seguros os caminhos pelos rios da Vacaria, tão bem conhecidos dos sertanistas paulistas, e mesmo a rota mais freqüentada pelo rio Pardo, varadouro de Camapuã e rios Coxim e Taquari, tinha lá seus perigos de ataques dos Mbayá. Uma localidade conhecida como Passagem da Prensa, no rio Taquari, acumulava a memória não só da rotineira travessia dos Mbayá, mas sobretudo dos assaltos que praticavam, ali, contra os monçoeiros. De acordo com o Autor Anônimo,

[...] assim o experimentaram no ano de 1726 sete canoas que se adiantaram da mais tropa e encontraram estas o gentio cavaleiro, e quis Deus acharam uma parte do rio funda e na terra um capão do mato a que se acolheram, e para que em tudo parecesse prodígio divino o salvarem-se, tiveram a fortuna de terem também ao pé do morro, da parte do campo, um grande pantanal com água e lodo: neste estiveram cercados 7 dias, e desesperado o gentio de os não poder assaltar, por lhe não ser possível vadearem o rio com os cavalos, menos o pantanal, e se retiraram ao aparecer a mais tropa que eram 60 canoas com duas pequenas peças de artilharia.⁸¹

Ficava, pois, lançada a advertência aos viajantes que descessem o rio Taquari para que “trazei limpas e prontas sempre as armas e com cartuchos feitos, com usa a infantaria nas campanhas; porque as investidas deste gentio são de súbito, e repentinas”.⁸²

As viagens dos Mbayá não consistiam apenas de incursões em busca da desejável “posse violenta” dos bens, senão que incluíam também jornadas com outras finalidades. Cabral Camelo menciona, no rio Taquari, além da Passagem da Prensa, um outro trecho deste rio, próximo da barra com o Paraguai, onde o curso seria mais estreito e raso, facilitando a travessia dos cavalos de uma margem a outra. Nessa região, “costumam sertanizar todos os anos, pela nímia abundância de caça” (vide Figuras 7 e 8).⁸³

⁸¹ NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1746]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 197. O fato também é narrado por: PALÁCIO, Francisco. Roteiro da viagem de São Paulo para as Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726 [1734]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. IEB/USP. Código: Yan, 31. f. 17b.

⁸² NOTÍCIA 8ª PRÁTICA... loc. cit.

⁸³ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 135.

A propósito das Figuras 8 e 11, pinturas de Jean Baptiste Debret, deve-se fazer a ressalva de que o autor não as produziu por meio da observação direta dos indígenas, mas usou de outras fontes de informação. Para uma análise das condições de produção e do valor etnográfico da obra de Debret, vide: HARTMANN, Thekla. *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX*. São Paulo: Fundo de pesquisa do Museu Paulista da USP, 1975. p. 67-73, 123, passim (devo um agradecimento ao professor Giovani José da Silva por essa indicação bibliográfica).



FIGURA 7: Índios Mbayá realizando travessia de rio com seus cavalos.

Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (1783-1792): Iconografia: v. 1: Geografia/Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.



FIGURA 8: Viagem de um grupo de índios Mbayá. Observa-se nesta gravura de Jean Baptiste Debret o transporte das esteiras das casas portáteis nos cavalos, bem assim como o costume, já notado por Ricardo Franco de Almeida Serra, segundo o qual cabia às mulheres a condução dos cavalos de carga. Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 6. ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975; SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Continuação do parecer sobre os índios Uaicuru's, Guana's, etc. [...] [1803]. *RIHGB*, v. 13. p. 352.

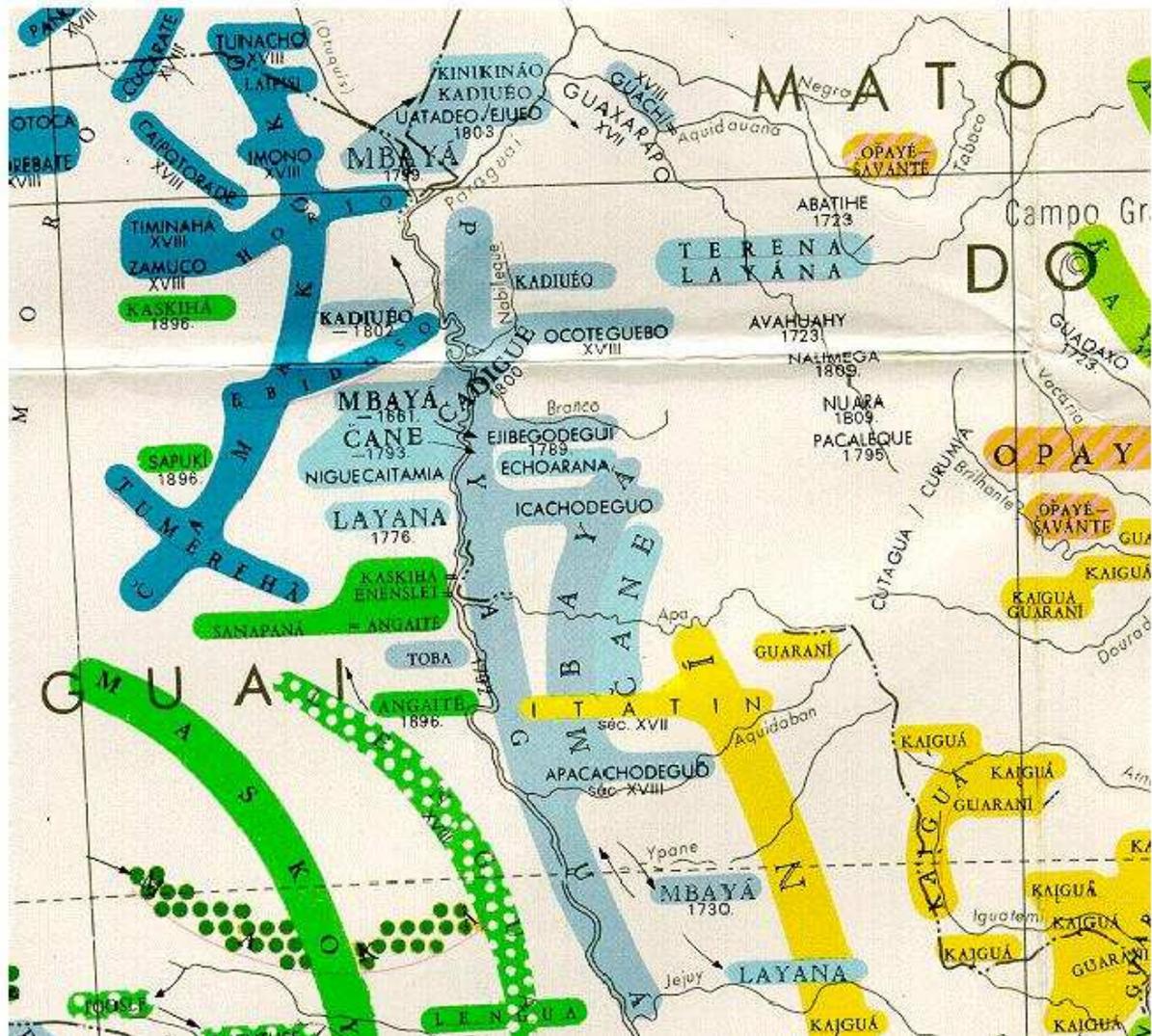


FIGURA 9: Extrato do Mapa etno-histórico preparado por Kurt Nimuendaju.

Fonte: NIMUENDAJU, Curt Unkel. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. 1. ed. 2. imp. Rio de Janeiro: IBGE: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

No século XVIII, os Mbayá costumavam viajar em visitas inter-parcialidades, posto que o grupo étnico se subdividia em seis subgrupos mais ou menos independentes politicamente.⁸⁴ Como informa o jesuíta Labrador, tais visitas eram frequentes, divulgando as novidades e recrutando voluntários para as guerras (vide Figuras 6 e 9).

Visítanse algunas veces, y se comunican las nuevas que pueden conducir á su seguridad y mantener firme la unión, sin la cual no se conservan. [...] Cuando premeditan expedición contra sus enemigos, corre el aviso por todos, y se levantan humos, que conocen al punto. Así se alista el número de soldados voluntarios, á más de los del capitán que ha de gobernar el campo.⁸⁵

Nas viagens comerciais a Assunção, os caciques faziam questão de teatralizar sua entrada na cidade seguindo, à sua maneira, o tão almejado por eles modelo de “capitão” espanhol, munidos de um séqüito de escravos e servos e procurando trajar-se à moda militar. Buscavam realizar as “trocas vantajosas” e negociar politicamente com as autoridades locais a obtenção de “bastões de mando cacical”, ao mesmo tempo garantia de paz com os espanhóis e manutenção da autonomia e mobilidade étnicas. Contudo, sobretudo a partir de 1750, as trocas de cavalos realizadas em Assunção já haviam provocado entre os Mbayá uma irreparável fenda no estoque do grupo, diminuindo sua capacidade de organizar incursões de grande porte.⁸⁶

Outro itinerário comum das viagens dos Mbayá no século XVIII tinha como destino a chamada “montanha dos xamãs”, que os portugueses conheciam como Pão de Açúcar, na margem oriental do rio Paraguai, pelas proximidades do paralelo 21°. Neste serro, chamado de *Eguagua*, que quer dizer “festa” em língua Guaykuru, reuniam-se periodicamente os

⁸⁴ Na margem oriental do vale do rio Paraguai, entre os rios Ypané e Apa, possuíam territórios os Apacachodegodegi (“os do campo de avestruzes”); entre os rios Apa e Branco, assentavam-se os Lichagotegodi (“os da terra avermelhada”); na nascente do rio Branco, os Gotocogegodegi (“os do bambuzal”); entre os rios Branco e Mondego, ficavam os Eyibegodegui (“os setentrionais”). Na margem ocidental do rio Paraguai, possuíam territórios os Cadiguedodi (“os de onde nasce a planta *cadi*”), que habitavam as proximidades onde depois seria instalado o Forte Olimpo (paralelo 21°5’); finalmente, os Guetiadegodi (“os serranos”) eram os mais setentrionais dos subgrupos Mbayá, assentando-se não muito longe das missões de Chiquitos, acima do paralelo 20°. SUSNIK, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 3-1, op. cit., p. 76-78; Idem, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 57-61; MÉTRAUX, op. cit., p. 217-18; HERBERTS, op. cit., p. 26-28.

⁸⁵ LABRADOR, op. cit., v. 1, p. 260.

⁸⁶ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 68.

grandes caciques dos subgrupos Mbayá: cada um dos caciques levava seus melhores xamãs, somente os de fama, agourentos, que prediziam com precisão a guerra vitoriosa.⁸⁷

Confirmando o raio de ação desses índios até as proximidades do vale do rio Paraná, as incursões promovidas, em 1749, sob a liderança do cacique Caminigo, do subgrupo Eyibegodegui, contra o núcleo ervateiro de Curuguati, surpreenderam as autoridades castelhanas, “porque jamas se persuadieron pudiesen venir los Guaicurus á estos lugares”.⁸⁸ Informa Aguirre que os moradores de Curuguati “experimentaron las lamentables consecuencias de tener mas de 100 personas muertas, varias cautivas y perdidos los animales”.⁸⁹ Em anos seguintes, incursões a leste renderam aos Mbayá boa quantidade de cativos Guarani-Mbya, Guarani-Kayowá (ou “monteses”) e povoadores mestiços, bem como ferramentas e o mais que puderam tomar aos moradores e às caravanas ervateiras.⁹⁰ Escrevendo no final do século XVIII, Rodrigues do Prado alude que os Mbayá costumavam “fazer guerra aos gentios chamados por elles Cayavaba, e por nós Coroados, que habitam as cabeceiras do Mambayaba, rio que vai misturar as suas pobres águas com as do Rio Grande ou Paraná”.⁹¹

A livre mobilidade dos Mbayá pelo território da Vacaria, chegando a alcançar as proximidades do vale do rio Paraná, tornava árdua qualquer viagem pela região, cujos roteiros, passando a ser menos freqüentados pelos paulistas, afiguravam-se cada vez mais labirínticos. Padeceu semelhantes dificuldades a expedição mista da Terceira Partida de demarcação de limites quando, ao colocar em prática os termos do Tratado de Madri, marchou em 1754 rumo à demarcação dos rios da Vacaria e das Sete Quedas, no rio Paraná. Em verdade, desde o início as coisas não saíram bem como esperado, e o itinerário da expedição foi bastante modificado. Pelo que rezava o Artigo VI do Tratado de Madri, de

⁸⁷ Ibidem, p. 59. Cabia aos xamãs, além da inevitável premonição do sucesso nas guerras, a integração de alguns itens “civilizados” entre os bens culturais dos Mbayá, como parece depreender-se da narrativa de Guido Boggiani que, estando entre os Kadiwéu no final do século XIX, pôde presenciar um ritual xamânico de cura no qual o espelho tinha especial função para o xamã Sabino. BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 144 et seq.

⁸⁸ AGUIRRE, op. cit., v. 19, p. 208.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 66.

⁹¹ PRADO, op. cit., p. 21. A guerra continuada contra os “Coroados”, tomando-lhes cativos, sugere uma atuação dos Mbayá já no âmbito da bacia do rio Paraná. Referindo-se aos afluentes deste rio, Marcel Mano afirma: “Na documentação histórica, os Kaingáng dessa região são ora apresentados como Coroados, ora como Guayanás, podendo ambos os termos ser identificados com construções efetuadas por um olhar estrangeiro”. A maior parte dos casos que o autor pôde revisar indica mesmo que o etnônimo “Coroados” foi poucas vezes aplicado a outros grupos que não os Kaingang. MANO, Marcel. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. p. 288-95 (cit. p. 289).

1750, ela deveria seguir demarcando as fronteiras dos territórios das duas Metrôpoles pelos rios Iguereí (que faz barra no Paraná), Corrientes (ou Apa), Paraguai e Jaurú, onde deveria ser posto um marco de pedra.⁹² Mas a expedição, que contou com cientistas renomados, primeiro seguiu do rio da Prata pelo Paraná e Paraguai até o rio Jaurú, onde colocaram o marco em janeiro de 1754, e só depois resolveram empreender a parte da viagem que cabia à demarcação do rio Paraná.⁹³

Saíram, então, de Assunção em fevereiro do referido ano e marcharam para Curuguati. Ali esperaram canoas vindas de São Paulo para levar os demarcadores até o Salto de Sete Quedas, aonde chegaram em outubro de 1754. Concluído esse trabalho, gastaram meses procurando um itinerário fluvial que ligasse o rio Paraná ao rio Paraguai. Essa última parte da viagem é de interesse aqui, por se tratar do território recortado no século XVII pelas incursões paulistas.

Em setembro de 1754, os expedicionários seguiram de Curuguati ao rio Iguatemi a fim de encontrar com os paulistas, que lhes trouxeram as canoas solicitadas para que descessem o rio Paraná até o Salto de Sete Quedas. Os perigos de deixar às vistas dos Mbayá e dos Kayowá, que habitavam aquele território, os víveres e demais petrechos necessários, enquanto a expedição seguia para as Sete Quedas, deram ensejo a uma idéia. Tratava-se de construir um forte provisório, no rio Iguatemi, para a segurança das pessoas e dos itens da expedição.

Aqui, vendo-nos em terreno de Índios Monteses, e Bayás, cujas toldarias não estavam longe, e os riscos de perder-se gado, e cavalaria evidentes, se determinou fazer hum Forte de estacas, e terra, e tranqueira capaz de poder evitar estes perigos [...]. Isto mesmo obrigou a mandar ao Geógrafo da Partida Portuguesa pelo rio Gatimy acima em duas canoas p.^a reconhecer as principais cabeceiras e no em torno se faria o Forte, e o Cerco.⁹⁴

O forte foi concluído a 4 de outubro de 1754, ficando nele 12 soldados e 6 pedreiros tomando conta do gado e demais itens. Ora, tal fato terá uma repercussão posterior de

⁹² TRATADO firmado em Madrid, 13 de enero de 1750, para determinar los límites de los estados pertenecientes a las coronas de España y Portugal, en Asia y América. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). CODA, t. 5, p. 198.

⁹³ DIÁRIO das três partidas de demarcação da América em virtude do tratado de limites ajustado entre as duas coroas de Espanha e Portugal [1759]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. IEB/USP. Códice: Yan, 11. 236 folhas inumeradas, 5 mapas. A expedição mista contava, entre os membros da comitiva de S.M.F. (Portugal), com José Custódio de Sá e Faria, 1º comissário e sargento-mór e o doutor Miguel Siera, cosmógrafo. Da comitiva de S.M.C. (Espanha), destacavam-se os seguintes membros: D. Manuel Antonio de Flores, 1º comissário e capitão de fragata e o jesuíta Pe. José Quiroga, cosmógrafo. Ibidem, f. 48a-48b.

⁹⁴ Ibidem, f. 103b.

enormes proporções, pois essa experiência dos portugueses de construir um forte no rio Iguatemi fornecerá as bases para o posterior empreendimento expansionista pombalino, sob os cuidados de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775). Este governador da capitania de São Paulo, em 1767, fará levantar um presídio naquelas paragens. Quanto ao forte provisório ali construído em 1754, ficou conhecido pelo sugestivo nome de *Tapera de los portugueses*. O receio de um assentamento em frente a Curuguati, significando o emperramento das relações de força na fronteira, tomou conta dos espanhóis, que expulsaram os portugueses daquele rancho provisório e, como relata Manuel Antonio de Flores, passaram a fiscalizar a região.⁹⁵

Entre novembro de 1754 e janeiro de 1755, a Terceira Partida procurou um roteiro que fosse adequado para que pudessem passar do rio Paraná ao rio Paraguai, atravessando a Vacaria. A devassa da região, fizeram-na com algum detalhe, pois afora as canoas, dispunham de cavalos, e assim podiam averiguar o destino de vários rios antes de meter neles as embarcações; além do mais, estiveram nas terras Mbayá quando estes índios faziam suas periódicas incursões mais ao norte, pelo vale do rio Paraguai, dando mais tranqüilidade aos expedicionários.⁹⁶

É notável que os demarcadores, auxiliados por sertanistas paulistas, gastaram praticamente três meses tentando encontrar um rio adequado para atravessar a Vacaria e do rio Paraná passar ao Paraguai. O *Diário* chega a afirmar que todos se sentiam como em um labirinto.⁹⁷ Mas a sorte da expedição foi encontrar alguns índios Kayowá, que possuíam roças no rio Aguaray e em todo o varadouro até o Iguatemi. Estes índios informaram que o sinuoso Aguaray ia ter, assim como outros rios, no Ypané-Guaçu, “q’ deságua no de Paraguay, e em cujas margens estão alojados agora [nossos] inimigos os Índios Bayás”.⁹⁸ Como não poderia deixar de ser, o depoimento dos habitantes dos territórios acabaram sendo decisivos para a demarcação arbitrária pretendida pelas Metrôpoles (vide Figura 10).

Com as informações dos Guarani-Kayowá, a Terceira Partida pôde prosseguir o roteiro, seguindo pelos rios Aguaray, Ypané-Guaçu e Paraguai, e finalmente chegar a Assunção, em janeiro de 1755. Essa última parte da viagem foi especialmente difícil, pois os víveres já estavam escassos e os rios não eram de navegação simplificada.⁹⁹

⁹⁵ FLORES, Manuel Antonio de. Carta [...] al Marqués de Valdelirios [...] [1756]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 5, p. 278.

⁹⁶ DIÁRIO das três partidas de demarcação... op. cit., f. 112b et seq.

⁹⁷ Ibidem, f. 118b.

⁹⁸ Ibidem, f. 118b-119a.

⁹⁹ Ibidem, f. 120a.

* * *

A posse Mbayá do amplo território da Vacaria, posse conflituosa, permeada de lutas com os Kayowá e outros grupos Guarani que ali viviam, mas mantida por praticamente desde o final do século XVII e por quase todo o século XVIII, graças às contínuas incursões, dificultou enormemente o acesso dos viajantes pelas rotas conhecidas há muito pelos bandeirantes. É sintomático que os pilotos e guias paulistas que auxiliaram os expedicionários da Terceira Partida, já em 1754, não soubessem indicar o curso dos rios daquela região, não soubessem como passar a serra do Maracaju e tomar o rio Mbotetei ou mesmo o Apa. Nessas condições, tiveram que recorrer ao auxílio dos Kayowá que habitavam aquelas paragens. A partir desse indício, é possível supor que, com o controle da Vacaria pelos Mbayá e a impossibilidade dos paulistas freqüentarem-na regularmente, entrando o século XVIII, a geração seguinte de sertanistas paulistas não dispunha de uma memória prática da devassa daqueles rios.

Outra constatação importante é a de que a rota de viagem para o Cuiabá pelo rio Pardo, varadouro de Camapuã, rios Coxim, Taquari e outros, acabou sendo, ainda na década de 1720, a última possibilidade (nem de todo segura) de se chegar às minas, pois, por um lado, a expansão dos Mbayá pelo amplo território da Vacaria e, por outro, a expansão dos Kayapó no sentido sudoeste até o rio Pardo, deixaram sem outras opções os viajantes ávidos para acessarem o extremo oeste. A varação dos campos da Vacaria e da serra do Maracaju deve ter se tornado cada vez mais difícil para os paulistas, que ali encontraram os Mbayá já “senhores de grandes manadas de gado vaccum, cavallar e lanígero”.¹⁰⁰

Nesse sentido, a cena descrita por Rodrigues do Prado pode ter sido bem comum no início do século XVIII, promovendo a inviabilização total, à marcha paulista, dos outrora tão freqüentados itinerários da Vacaria (vide Figura 11). Para o autor, com os cavalos, os Mbayá

[...] se fizeram temíveis aos outros selvagens, e os mesmos Paulistas, que não saham ao sertão senão com grande levada, receavam enconral-os em campo limpo, pelo modo com que eram acomettidos. Tanto que os Guaycurús os viam, ajuntavam os cavallos e bois, e cobrindo os lados, os apertavam de sorte que, com a violência com que iam, rompiam e atropellavam os inimigos, e elles com a lança matavam quantos encontravam diante. O único remédio que tinham os Paulistas para escapar era o metterem-se no matto; e amparados das árvores, a tiro os derrubavam a seu salvo.¹⁰¹

¹⁰⁰ PRADO, op. cit., p. 22.

¹⁰¹ Ibidem, p. 22-23.



FIGURA 11: Tática de montaria Mbayá-Guaykuru. Debret anotou a seguinte informação sobre a tática adotada pelos Mbayá-Guaykuru ao montar seus cavalos em caso de ataques ou confrontos: “cada guerreiro, unicamente apoiado no estribo direito, segura a crina com a mão esquerda e assim se mantém suspenso e deitado de lado, no sentido do corpo do cavalo, conservando essa atitude até chegar ao alcance da lança; ergue-se então na sela e combate com vantagem”.

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. 6. ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975.

1.3 A BUSCA DE ROTAS ALTERNATIVAS

1.3.1 As fronteiras da visibilidade

Com a expansão dos grupos étnicos Kayapó e Mbayá pelas bacias dos rios Paraná e Paraguai, tornou-se extremamente complicado o acesso dos portugueses aos estabelecimentos que possuíam no extremo oeste. Busca-se analisar, neste capítulo, as tentativas de que lançaram mão os portugueses, a partir da segunda metade do século XVIII, para criar rotas de viagem alternativas para Cuiabá, bem como as estratégias dos grupos étnicos no sentido de manter a posse de seus territórios.

Um primeiro ponto a destacar é que passam a se acirrar as rivalidades entre as duas Coroas pela demarcação das fronteiras naqueles territórios ocupados pelos grupos étnicos. A esse respeito, o manuscrito do *Diário das Três Partidas*¹ atesta com situações particulares a decisiva contradição entre, por um lado, as tentativas de demarcação das fronteiras entre as duas Coroas, decorrentes de intermináveis debates dos quais resultaram os vários tratados de limites, e, por outro, a vigência das territorialidades específicas das populações indígenas, condicionada pela posse, ocupação e controle dos seus territórios. De fato, tal contradição se desdobrava nas perspectivas espaciais totalmente diversas: aquelas discutidas nas cortes metropolitanas e aquelas experimentadas pelos grupos étnicos em seus territórios.

Desde o Tratado de Tordesilhas, de 1494, a questão da demarcação das fronteiras da América meridional permaneceu um problema indócil para portugueses e espanhóis. Até o Tratado de Madri, de 1750, já tinham sido assinados o Instrumento de Escritura, de 1592, o Tratado Provisional, de 1681, e o Tratado de Paz, celebrado em Utrecht, em 1715. Mas foi somente com o Tratado de Madri que, pela primeira vez, resolveu-se mandar à América do Sul equipes mistas de demarcadores, as chamadas Partidas.²

Como já referido, a equipe mista da Terceira Partida deveria cumprir o que estabelecera o Artigo VI do Tratado de Madri, ou seja, tomar um roteiro que iria do rio Paraná ao Paraguai pela região da Vacaria e deste último rio ao Jaurú, onde se colocaria o marco de

¹ DIÁRIO das três partidas de demarcação da América em virtude do tratado de limites ajustado entre as duas coroas de Espanha e Portugal [1759]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Códice: Yan, 11. 236 folhas inumeradas, 5 mapas.

² COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999. p. 56-57; REIS, Artur César Ferreira. Os tratados de limites. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). *HGCB*. t. 1, v. 1. 6. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1981. p. 368 et seq.

pedra. Contudo, não padeceu a expedição somente das imprevistas mudanças de itinerário, senão que realizou viagem pouco tranqüila, experimentando na prática a contradição gritante entre a linha invisível que desenhavam nos territórios e a sua ocupação visível pelos grupos étnicos locais, estes também com suas próprias fronteiras delimitadoras.

Na primeira parte da viagem, de Assunção ao rio Jaurú pelo rio Paraguai, já afloraram essas contradições. Navegando pelos domínios dos senhores daqueles rios e daquelas terras, os viajantes puderam, por exemplo, descrever os assentamentos Mbayá, nas margens ocidental e oriental do rio Paraguai, pela altura dos paralelos 21° e 22°, nas proximidades da foz do rio Apa, constituindo-se de 5 toldarias, sendo três dos Mbayá e duas dos seus servos Guaná.

Vimos na praya direita maçarocas secas de milho, e algodões; [...] estes Bayás são três toldarias, e duas dos Guanás, seus aliados: estes servem de lavrar a terra, em q' semeão milho, [ilegível], plantão algodão, e fumo, e os outros criam vacas, cavallos, ovelhas, e fazem guerra aos Índios seus inimigos, e dos Guanás, que confinam com essas duas Nações, e vivem em interior do Chaco: pelo que dizem, q' se servem dos Guanás, como se se houveram sujeitados a elles por fracos, e incapazes de defender-se de seus inimigos. Estas cinco toldarias estão situadas por ambos os lados do Rio.³

A situação de contato parecia inevitável para esses viajantes, que prosseguiram na subida do rio Paraguai, tendo já deixado para trás o Pão de Açúcar ou *Eguagua*, a “montanha dos xamãs” dos Mbayá. Durante todo o dia 23 de novembro de 1753, a expedição de demarcação do Tratado de Madri pôde observar, em ambas as margens do rio Paraguai, vários índios Mbayá munidos de seus cavalos. Interessados em obter algumas vacas dos índios para fazer a charqueada, alimento típico dos viajantes do rio Paraguai,⁴ os expedicionários tentaram, em várias oportunidades, estabelecer contato com os Mbayá.

³ DIÁRIO das três partidas de demarcação... op. cit., f. 60b-61a.

⁴ A charqueada, que se produz salgando a carne de vaca, feita em mantas, e expondo-a ao sol, é um dos víveres cotidianos das viagens castelhanas pelo rio Paraguai. Ignacio de Pasos, no ano de 1790, em viagem na qual pretendia o reconhecimento do curso do rio Paraguai e a observação dos novos empreendimentos portugueses de Nova Coimbra e Albuquerque, fez com que sua expedição parasse na estância de um tal D. Pedro García. Escreve Pasos: “Aquí paramos a las 7^h 25’, y se despachó al cabo y dos soldados para que de dicha estancia pasen a la villa, y mediante la orden que llevan para el comandante de aquella población, se charqueen seis reses, y se preparen dos más vivas para alzarlas a nuestra llegada y con esto no padecer demora: aquí esperamos una res de dicha estancia”. PASOS, Ignacio de. *Diario de una navegación y reconocimiento del río Paraguay desde la ciudad de la Asunción hasta los presidios portugueses de Coimbra y Alburquerque [1790]*. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 6. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1838. p. 111.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, a economia platina do charque tinha várias vantagens em relação à produção do Rio Grande do Sul, dentre elas a melhor qualidade do gado, as taxas mais

A narrativa do episódio no *Diário* enfatiza especialmente os mecanismos políticos acordados entre as partes, para evitar qualquer ataque surpresa e ao mesmo tempo não parecer subserviente. Os Mbayá disseram “q’ tinham as vacas de frente de onde paramos, q’ fossem tomalas em hua canoa só, e sem armas de tum – assim explicam a arma de fogo”.⁵ Ao que ponderaram os comissários das duas Coroas, José Custódio de Sá e Faria e Manuel Antonio de Flores, “q’ comprassem as rezes aos Índios sem engano a troco de várias cousas, q’ lhes derão p.^a este efeito; porém q’ não permitissem, q’ a sua gente se apartasse do alcance dos fuzis caso intentassem os Índios algua traiçam”.⁶

O encontro ocorreu nos arredores de uma tenda armada na costa oriental. Aproximaram alguns soldados das duas partidas, deixando suas canoas na praia, adiantando-se um deles, desarmado, para estabelecer o negócio com uns aparentemente poucos Mbayá que ali se encontravam. Contudo, a situação não parecia tão favorável aos adventícios, notando estes que seriam os índios por volta de 200, “todos armados com lanças, porretes, facôens de páo, e frechas, e montados em pello sobre bons cavallos”. Disseram-lhes os índios, “q’ podiam subir os mais, q’ vinhão p.^a matar as vacas, e que fossem as canoas buscar mais gente, porq’ erão poucas p.^a aquelle trabalho”. Os Mbayá aproveitaram ainda para convidar o capitão de toda aquela gente a ir bosque adentro, onde estava o seu cacique.⁷ Frente a tão desfavorável encontro, os adventícios tentaram resolver o mais rápido possível o negócio, respondendo um dos capitães da expedição aos índios que “deixassem de conversas, q’ trouxessem as vacas, e q’ se lhes pagaria bem. Elles as trouxeram, e sem demora subiram alguns marinheiros p.^a as laçar”.⁸

Apesar disso, ocorreu algo inesperado: um marinheiro da Partida espanhola, “sem reparo, e com m.^{ta} confiança se apartou a comprar hua ovelha: o Índio q’ lhe vendeo, logo q’ vio o marinheiro com ela nos ombros, e apartado de seus companheiros, chegou por detrás, e deo-lhe hua porretada na cabeça, q’ o derribou morto”.⁹ Diante dessa cena, colocaram-se em retirada tanto os índios quanto os adventícios, estes últimos levando o corpo do defunto. Logo

baixas a que estava sujeita a exportação, o fácil acesso aos portos, as relações com os ingleses e, sobretudo, o fato de não utilizar a mão-de-obra escrava (CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 70) – certamente, contudo, este último fator não estava presente na sociedade escravocrata dos Mbayá, a qual, como se depreende do *Diário das Três Partidas*, estava envolvida no negócio do charque em meados do século XVIII, provavelmente como um dos fornecedores dos assuncenhos.

⁵ DIÁRIO das três partidas de demarcação... op. cit., f. 62b.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem, f. 63a.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

em seguida, contudo, puderam ver das canoas os Mbayá retornarem ao local, como que comemorando um trunfo: “Logo q’ as canoas se largaram p.^a vir p.^a as embarcaçoens grandes, tornaram os Índios com m.^a algazarra, celebrando a façanha”.¹⁰

A despeito de inusitadas, as ações dos Mbayá certamente foram movidas por objetivos políticos bem concretos. Os participantes da expedição de demarcação somaram alguns indícios que os convenceram de que tais ações dos índios deviam ser levadas bem a sério. Soube-se depois que a outro marinheiro natural do Paraguai lhe dissera por duas vezes um conhecido seu, que se tornara cativo dos Mbayá desde menino, “q’ se fosse p.^a as canoas, porq’ aquelles não estavam de bom ânimo, e q’ os Índios haviam de fazer alguma das suas, porém o nosso marinheiro não fez caso, nem avisou a sua gente, até q’ estando já em sua embarcação o contou”.¹¹

Mais adiante, o *Diário* acrescenta um indício ainda mais importante. Refere-se aos vários encontros que tiveram os expedicionários com os Payaguá, e com a suposição de que estes tivessem alertado os Mbayá sobre os objetivos dos demarcadores das fronteiras Metropolitanas.

Desde q’ saímos do Paraguay cruzamos várias vezes com as canoas dos Payaguás com m.^{ta} afabilidade, dando-lhes algúas ninharias de que fazem apreço, porq’ estes acabarão de fazer pazes com aquella Província, e ainda q’ veio às Capitânias das duas Partidas o Cacique mais velho, e mais respeitado delles, chamado Aypaná: os q’ forão hoje pelas vacas virão entre os Bayás alguns Payaguás, e ainda lhes pareceo, q’ não obstante a pintura, ou tinta dos rostos, de q’ usao todos, erão dos mesmos, q’ haviam visto em as canoas referidas, pelo q’ inferimos, q’ *havião feito Liga p.^a destruir as Partidas, assim por terra, como pelo rio.*¹²

Não é tarefa fácil reunir elementos que esclareçam a consciência que os Mbayá e os aliados Payaguá possuíam dos embates geopolíticos entre as duas Coroas pela demarcação da América do Sul. Sobre este ponto, o que não pode ser menosprezado – ainda que difícil de documentar – é a possibilidade de que, em eventuais encontros interculturais, como o que foi mencionado com o cacique Aypaná dos Payaguá, os grupos étnicos acabassem sabendo, pelos próprios adventícios, os objetivos de suas expedições. Os Payaguá há muito se especializaram na atividade de espias do rio Paraguai, fazendo circular entre outros grupos étnicos as novidades e os movimentos dos provinciais. Na avaliação de Susnik, chegaram a consolidar,

¹⁰ Ibidem, f. 63b.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem, f. 64a. Ênfase acrescentada.

no século XVIII, “una verdadera red de espionaje”, serviço que prestavam “a cambio de bienes en son de reciprocidad intertribal”.¹³

O que se pode afirmar com mais certeza é que, tanto para os Mbayá como para seus aliados Payaguá, a noção de território que norteava suas práticas era a condicionada pela sua territorialidade específica. Os Mbayá e aliados atuavam, pelo menos durante a segunda metade do século XVII e por todo o século XVIII, munidos de uma noção de geografia que a posse de um amplo território lhes permitia conceber. O rio Paraguai, por exemplo, que para os portugueses e espanhóis é o próprio objeto de disputa fronteiriça, para os Mbayá, certamente, não tinha um significado de fronteira, pois seus territórios abarcavam regiões que estavam tanto a leste como a oeste deste rio. Além disso, com o auxílio das canoas Payaguá, a travessia sequer poderia ser considerada um problema, de modo que os subgrupos Mbayá poderiam dispor de certa mobilidade.¹⁴

A expansão dos Mbayá e aliados é, nesse sentido, o contraponto dos empreendimentos demarcadores europeus. São duas lógicas espaciais contrárias, podendo, em uma ocasião como a mencionada pelo *Diário*, tornarem-se antagônicas. Portanto, a suposição, por parte dos membros da expedição, de que os índios “havião feito Liga p.^a destruir as Partidas, assim por terra, como pelo rio”, não pode ser tomada como desmedida, pois não deixaria de ser inaceitável, para os Mbayá e aliados, a idéia de que seu território pudesse ser simplesmente mutilado.

Embora tenham experimentado essas situações, os viajantes da Terceira Partida prosseguiram sem maiores percalços até o rio Jaurú, voltando para Assunção em fevereiro de 1754. Dali partiriam em agosto do mesmo ano para o rio Paraná, a fim de demarcar o Salto de Sete Quedas e os rios da Vacaria, onde verificariam os domínios Mbayá e contariam com a ajuda dos Kayowá para discernir os itinerários. Diante de tantas situações imprevistas, o resultado da demarcação apenas incrementou os acirrados debates entre as duas Coroas sobre as fronteiras da América do Sul. Vale lembrar que em 1752 irrompeu a Guerra Guaranítica,

¹³ SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay*: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971. p. 121-22. Os Payaguá observavam atentamente os espanhóis, a começar pelos seus medos. Conta Aguirre que, em 1698, percebendo os Payaguá o receio generalizado entre os espanhóis das incursões dos Lengua chaquenhos, que lhes infligiam severos danos, divulgaram em Assunção a iminência de uma invasão Lengua. Ofereceram suas canoas a 50 soldados, de quem serviram de remeiros, partindo com urgência. Em certa paragem, retiraram o barro com que taparam alguns buracos de suas canoas, previamente danificadas, e em meio ao naufrágio, padeceram os espanhóis “miserablemente ahogados y a golpes de macanas”. AGUIRRE, Juan Francisco. *Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada Don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional [1793-1796]*. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires, v. 19, 1950. p. 451.

¹⁴ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 40-41, 45, 64.

provocada por resolução do Tratado de Madri que incluía como pertencente a Portugal o território dos Sete Povos das Missões. Indefinições sobre territórios litigiosos, como o das missões e a Colônia de Sacramento, corroboraram também com a assinatura do Tratado do Pardo, de 1761, que anulou o Tratado de Madri. As negociações e os processos de demarcação seriam retomados com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, ocasião em que foram mandados como demarcadores os cientistas Félix de Azara e Francisco José de Lacerda e Almeida. Somente em 1801, por meio do Tratado de Badajoz, as discussões arrefeceram, embora na prática muitos dos territórios indígenas precisassem ainda ser mutilados para serem conformados aos novos territórios nacionais dos modernos “Estados-nação”.¹⁵

1.3.2 O plano do Morgado de Mateus: reativação dos itinerários pela Vacaria

Por boa parte do século XVIII, as tentativas de demarcação de linhas fronteiriças na bacia dos rios Paraná e Paraguai esbarraram na vigência da territorialidade específica dos Mbayá e de seus aliados, cujos domínios estendiam-se da Vacaria ao Chaco periférico, sem contar as “ilhas” de territórios Guarani, como o dos Kayowá, nas proximidades do rio Iguatemi. Mas ao mesmo tempo em que discutiam com os castelhanos os limites das possessões das duas Metrôpoles, os portugueses, na prática, tentavam neutralizar as supostas demarcações e alcançar meios de garantir o *uti possidetis*, ou mesmo itinerários que comunicassem os estabelecimentos coloniais. Assim, na segunda metade do século XVIII, são retomadas as buscas por rotas fluviais que ligassem o rio Paraná ao rio Paraguai pelos rios e varadouro da Vacaria.

A experiência da construção de um forte provisório às margens do rio Iguatemi, a *Tapera de los portugueses* (1754), o receio do avanço dos castelhanos pela América portuguesa, o temor do fechamento das rotas para as minas e as exigências do despotismo esclarecido pombalino quanto à noção de soberania territorial “como constante e real domínio de um espaço geográfico bem demarcado”,¹⁶ condicionaram o Morgado de Mateus a estabelecer um plano de colonização da fronteira do Iguatemi. O contexto no qual o Morgado de Mateus assumiu o governo deve ser compreendido, também, na perspectiva da recriação da capitania de São Paulo, ocorrida em 1765. Em 1748, a capitania fora extinta, passando a ser administrada pelo capitão-general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade. O ministro

¹⁵ COSTA, *História de um país inexistente...* op. cit., p. 58-59, 211-14.

¹⁶ MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração sob os últimos Vice-Reis. In: HOLANDA, *HGCB*, t. 1-2, p. 356.

dos negócios estrangeiros e da guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, o futuro Marquês de Pombal, nomeou o Morgado de Mateus incumbindo-lhe de uma série de metas, particularmente no tocante à política de militarização das fronteiras coloniais. A exploração territorial, o povoamento, a urbanização, o fomento econômico, e, sobretudo, o fortalecimento militar das fronteiras com as possessões espanholas nas conflituosas regiões ao sul e ao oeste eram algumas das metas a cargo do novo governador da recém restaurada capitania.¹⁷

Sob essa orientação, em 1767, o ituano João Martins de Barros seguiu com alguns povoadores e fundou a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, às margens do rio homônimo. Em 1769, Theotônio José Juzarte partiu de Araraitaguaba para o Iguatemi levando 800 povoadores, que viriam a padecer no presídio as agruras da irregularidade no abastecimento de recursos, as ameaças dos Mbayá, Kayowá e espanhóis vizinhos, as epidemias de malária e a fome cotidiana.¹⁸ Pelos cálculos de José Custódio de Sá e Faria, militar que viajou ao Iguatemi, de 1769 a 1775 teriam morrido 499 moradores de naquele presídio.¹⁹

Como solução para a falta de recursos da população de Iguatemi e como garantia da posse daquela região fronteira, o Morgado de Mateus tentou implementar o projeto de uma rota de Iguatemi a Cuiabá. Considerando que a pesquisa de um itinerário pelos rios da Vacaria significava, àquela altura, freqüentar território sob aguerrido litígio, ainda mais com a anulação do Tratado de Madri, concebeu D. Luiz Antonio de Souza um curioso estratagem, consistindo no forjamento de uma viagem comercial fictícia às minas de Cuiabá. Em Carta ao Conde de Oeyras, datada de 19 de maio de 1769, o capitão-general refere-se à expedição, que seguiu logo depois da de Juzarte, comandada por Luiz de Araújo Coura, sertanista conhecido “pelas suas viagens destes rios, para se intentar pelas cabeceiras dos Rios, que saem da Vacaria alguma passagem mais breve para aquella Capitania de Matto Grosso”.²⁰ Contudo,

¹⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. p. 46-47; BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. 1972. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. p. 164-65, 169-70.

¹⁸ JUZARTE, Theotônio José. *Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios [...] principia em 10 de março de 1769*. In: TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 3. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 283, 287.

¹⁹ SÁ E FARIA, José Custódio de. *Diário da viagem que fez o brigadeiro [...] da cidade de São Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iगतemy, 1774-1775*. *RIHGB*, t. 39, parte 1 (v. 52), p. 220-21.

²⁰ *DI*, v. 34, p. 12-13.

não é com tais funções que o sertanista Coura aparece em documentação que circulou na Colônia.

A 10 de julho de 1769, o capitão regente de Iguatemi, João Martins Barros, redigiu despacho no qual, tendo em vista a petição de Luiz de Araújo Coura e de seus companheiros, todos supostos comerciantes de Cuiabá, os autorizava a procurar melhor roteiro entre Iguatemi e as minas. Na petição de Coura são referidos os ataques dos Kayapó no rio Pardo como um dos motivos fundamentais que os levaram a recuar e seguir por Iguatemi. Como diz Coura, ter-lhes-iam sucedido

[...] vários contratempos até a barra do Rio Pardo, como foi a fuga de muitos escravos, mollestia dos trabalhadores e emborcação de duas canoas, no que tiverão não só a perda de muitas cargas de negócio, mas a de muita parte de mantimentos que lhes erão preziosos para completar a sua viagem, por cuja causa e tãobem por lhes apparecer o Gentio Cayapó atacando fogos de muito perto logo à entrada daquele Rio.²¹

É interessante notar que Juzarte, que partira de Araraitaguaba para Iguatemi uns dias antes, teve de esperar, em determinado trecho do rio Paraná, pela expedição do Coura, da qual fora informado que deveria chegar em breve, com o objetivo de ir para as minas de Cuiabá “rompendo pela Povoação de Guatemi, por onde nunca ninguém foi, nem pode ir”.²²

Chegados ao Presídio de Iguatemi, ainda teve o regente João Martins Barros o cuidado de passar às mãos dos supostos comerciantes um documento com as “Ordens para a conducta” da expedição. Este documento trata-se de uma salvaguarda no caso de se encontrar “gente civillisada, e que *receozas de algum projecto oculto*, lhes queiram embaraçar a passagem”.²³ Em outras palavras, era uma desculpa elaborada para que, no caso de se encontrar espanhóis pelo caminho, tudo pareça um eventual desvio de roteiro de uma monção comercial, provocado pela ofensiva dos Kayapó. Juzarte, que viu a expedição partir de Iguatemi em 27 de julho de 1769, afirma que eles levavam “instruções do que haviam de praticar, tanto com o Gentio, como com os Castelhanos, caso os encontrassem”.²⁴

A invenção de um suposto ataque dos Kayapó a uma monção de comerciantes do Cuiabá foi o pretexto encontrado pelas autoridades portuguesas para tentar neutralizar os litígios sobre as fronteiras e perseguir a reativação da rota para as minas do extremo oeste

²¹ *DI*, v. 34, p. 35-36.

²² JUZARTE, op. cit., p. 268.

²³ *DI*, v. 34, p. 40. Ênfase acrescentada.

²⁴ JUZARTE, op. cit., p. 282.

pelo antigo roteiro da Vacaria. Em carta ao governador de Mato Grosso, datada de 13 de agosto de 1770, D. Luiz Antonio de Souza fala abertamente sobre as finalidades, antes políticas do que comerciais, da expedição do Coura:

[...] para segurança [...] q' nos facilite a navegação e passagem do Paraná para o Paraguay, como já antigamente praticavão os naturaes desta capitania em tempos que esta de V. Ex.^a descobrião, mas *hoje se achão tão apagadas as memórias da derrota que seguiu* que, procurando facilitar este descobrimento, formei o projecto da expedição do Coura e o não pude conseguir.²⁵

O sucedido com a expedição de Coura pode ser avaliado pelo que foi relatado em carta de 20 de agosto de 1769. Os 200 homens envolvidos iniciaram pela exploração da nascente do rio Iguatemi, partindo em seguida para a Serra do Maracaju (ou Amamba). Depois de atravessá-la, tomaram um afluente do rio Paraguai (rio Apuré?), cujas 22 cachoeiras e penhas ásperas que o margeiam o impedem de ser navegado até sua foz. Resumindo: “pelo dito rio é impossível descer canoas, nem haver navegação”.²⁶ Confirmou-se, assim, a afirmação do Morgado de Mateus, para quem as rotas pela Vacaria “hoje se achão tão apagadas as memórias da derrota que seguiu”. Os sertanistas da expedição do Coura encontraram de índios apenas os indícios: “Em toda a direcção desta diligência nada houve de encontro com os Gentios, exceto algumas mostras de fogo, que fizeram ao longe”.²⁷ Portanto, a exploração fracassou, e prosseguindo a argumentação fictícia, afirmou-se ao final dos documentos que os “comerciantes” resolveram “seguir o seu destino pelo Rio Pardo”.²⁸

Nem sequer havia recebido notícias do fracasso do Coura, o Morgado de Mateus foi servido mandar Juzarte e o capitão João Alves explorarem uma rota que ligasse o Iguatemi a Cuiabá. Logo de saída, subindo o rio Iguatemi, encontraram, dia 17 de agosto, a expedição frustrada de Coura, que retornava para a Praça; Coura, nesta ocasião, disse a Juzarte que “por ali não se podia fazer viagem para o Cuiabá”.²⁹ Mesmo assim, Juzarte prosseguiu seguindo as novas ordens do capitão-general. Subiram o rio Iguatemi até certo ponto, onde saltaram em terra e marcharam por campo “vendo se achávamos algum Ribeirão por onde se pudesse principiar a navegação para o Cuiabá”.³⁰ Seguindo um córrego próximo da Serra do Maracaju,

²⁵ *DI*, v. 34, p. 258. Ênfase acrescentada.

²⁶ SÁ E FÁRIA, op. cit., p. 278; *DI*, v. 34, p. 42-45.

²⁷ *DI*, v. 34, p. 45.

²⁸ *Ibidem*, p. 44; SÁ E FÁRIA, op. cit., p. 278.

²⁹ JUZARTE, op. cit., p. 284.

³⁰ *Ibidem*.

encontraram Juzarte e os seus com um grupo de índios que se supõe fossem os Guarani-Kayowá.³¹ Juzarte relata assim o acontecido:

[...] seguimos a margem deste Córrego, quando direto a nós em distância de duzentos passos nos acendeu fogo o Gentio, e logo que o fumo subiu responderam mais dois fogos, e a poucos passou toda a Campanha estava circulada de fumo, e nós cercados de Gentio isto era cinco horas da tarde, eles nos viram a nós, e nós a eles, logo que vimos isto voltamos para trás atendendo que éramos só nove pessoas com três tiros somente cada um, que não podíamos resistir a um poder tão grande de gentio se nos demorássemos mais tempo; [...] marchamos com pressa metendo-nos por pântanos até à cintura chegamos ao mato com o escuro da noite, e com bem risco de vida; [...] embarcamos, e seguimos a toda pressa Rio abaixo [...] navegando de noite e de dia, chagamos a Praça às Ave-Marias, cansados, mortos de fome, faltos de sono e mordidos dos péssimos mosquitos.³²

A busca incessante de roteiros que ligassem Iguatemi a qualquer outro estabelecimento era a saída, vislumbrada pelo Morgado de Mateus, para a situação crítica da Praça. Era preciso ligá-la a fontes seguras de recursos militares e mantimentos, não importando que para isso se utilizasse dos mais inusitados estratagemas, como a criação de uma monção comercial fictícia. Entretanto, esses projetos fracassaram. A busca da neutralização das fronteiras presumidas entre as duas Coroas, para possibilitar uma maior mobilidade entre os estabelecimentos portugueses, esbarrava na vigência da territorialidade dos grupos étnicos locais e na perda da memória prática dos roteiros da Vacaria, provocada sem dúvida pela expansão Mbayá.

Outros projetos de reativação do itinerário pela Vacaria tiveram lugar na segunda metade do século XVIII, buscando não só uma alternativa à rota ingrata das monções pelo rio Pardo, Coxim e Taquari, mas também a consolidação de núcleos fronteiriços como o de Iguatemi, importantes como garantidores da posse territorial portuguesa na bacia do rio Paraná. Em 1769, a expedição de Juzarte, que levava povoadores para Iguatemi, fez uma

³¹ MOTA, Lúcio Tadeu. Relações interculturais nas bacias dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. 1 CD-ROM. p. 8, nota 4; JUZARTE, op. cit., p. 285; ABREU, Manuel Cardoso de. Divertimento admirável para os historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso [...] [1783]. *RIHGSP*, v. 6. p. 283.

³² JUZARTE, loc. cit. Ainda que tenham fracassado as expedições anteriores, seja devido às agruras do meio natural, seja à ameaça dos grupos étnicos locais, a obsessão do Morgado de Mateus em abrir roteiro de Iguatemi a Cuiabá não se abalou. Isso é confirmado por carta de Sá e Faria redigida em 15 de dezembro de 1774. Ali se relata que o roteiro de uma expedição, ocorrida no mesmo ano, seguiu a Serra do Maracaju no sentido sul em direção ao caminho de Curuguati, o qual examinaram. Concluíram que não havia inconvenientes nos caminhos para a vila de Curuguati, podendo-se passar tranquilamente, por ele, cargas, carretas, tropas e artilharias. SÁ E FARIA, op. cit., p. 275-77.

pausa na barra que tem o rio Pardo no Paraná e passou a explorar, naquelas paragens, as possibilidades de um roteiro que ligasse Iguatemi ao rio Pardo e deste até Sorocaba, tudo por caminhos de terra. Acrescenta Juzarte que se evitaria “desta sorte a navegação de tão perigosos rios”.³³

O plano completo de conter a subida dos espanhóis, Mbayá e Payaguá pelos rios Paraná e Paraguai e estabelecer uma nova rota das monções para o Cuiabá, através dos rios da Vacaria, apresentou-o D. Luiz Antonio de Souza em carta ao tenente-coronel João Miz’ Barros e ao ajudante de ordens Antonio Lopes de Azevedo, de 30 de outubro de 1770.³⁴ Tratava-se de levantar outra fortificação para auxiliar o Iguatemi e garantir o controle do rio Paraná, devendo ser estabelecida no rio Piquiri, salvo em se comprovando sua insalubridade ou pouca navegabilidade. Neste caso, dever-se-ia estabelecer o forte mais acima, no rio Ivaí.³⁵

Uma companhia de soldados curitibanos, de acordo com o mesmo plano, sob ordens do tenente Francisco Lopes, se estabeleceria no meio da Vacaria, em alguma paragem entre os rios Ivinheima e Apa, “fazendo hua fortificação p.^a se defender do Gentio e ao mesmo tempo procurando os não escandalizar em nada, mas antes lisongeal-os, e attraillos por todos os meynos povos”.³⁶ Em 3 de novembro de 1770, D. Luiz Antonio chegou a planejar a partida dos curitibanos para estabelecer o dito forte, sob o comando do sertanista Afonso Botelho de Sampaio e Souza. De fato, a escolha dos curitibanos decorreu da semelhança, na visão do capitão-general, entre eles e os Mbayá: “os nacionaes mais próprios para este effeito, por serem creados nos campos, andando a cavallo e mui semelhantes ao gentio q.’ habita para estas partes, e tem o mesmo costume, e hé mais natural que se unão com elles e os possuão meter em paz”.³⁷

A política indigenista contida no projeto do Morgado de Mateus apelava, de modo inusitado, a uma estranha política de mestiçagem como forma de amalgamar as populações fronteiriças, consolidar as alianças estratégicas com os Mbayá, senhores do território da Vacaria, e permitir, assim, não só a liberação das rotas de viagem para o Cuiabá, mas também o florescimento de um novo núcleo colonial na mesma região onde, no século XVII, os predores paulistas levantaram a Nova Xerez.

Realmente, o novo forte seria a base avançada para a reativação do roteiro que, segundo leu D. Luiz Antonio em mapa dos antigos paulistas, permitia ir de São Paulo a

³³ JUZARTE, op. cit., p. 268.

³⁴ *DI*, v. 9, p. 79-87.

³⁵ *DI*, v. 9, p. 81-82.

³⁶ *DI*, v. 9, p. 86-87.

³⁷ *DI*, v. 34, p. 278.

Cuiabá pelos rios da Vacaria.³⁸ Esse roteiro seguia de São Paulo a Sorocaba, desta à fazenda de Botucatu, desta a São Miguel no rio Paranapanema, tomando-se canoas navegava-se até o Paraná e entrava-se no Ivinheima, largava-se as canoas para varar a Vacaria, tomava-se com novas canoas o rio Apa (referido como Corrientes), daí ao Paraguai e daí a Cuiabá.³⁹ A partir da leitura desse mapa dos antigos paulistas, que suponho seja senão o mesmo, pelo menos um bem semelhante ao que existe na Biblioteca Nacional, D. Luiz Antonio projetou uma rede de fortes militares, que serviriam de verdadeiras barreiras de contenção, assegurando a livre passagem de uma nova rota das monções pelos rios da Vacaria (vide Figuras 12 e 13).

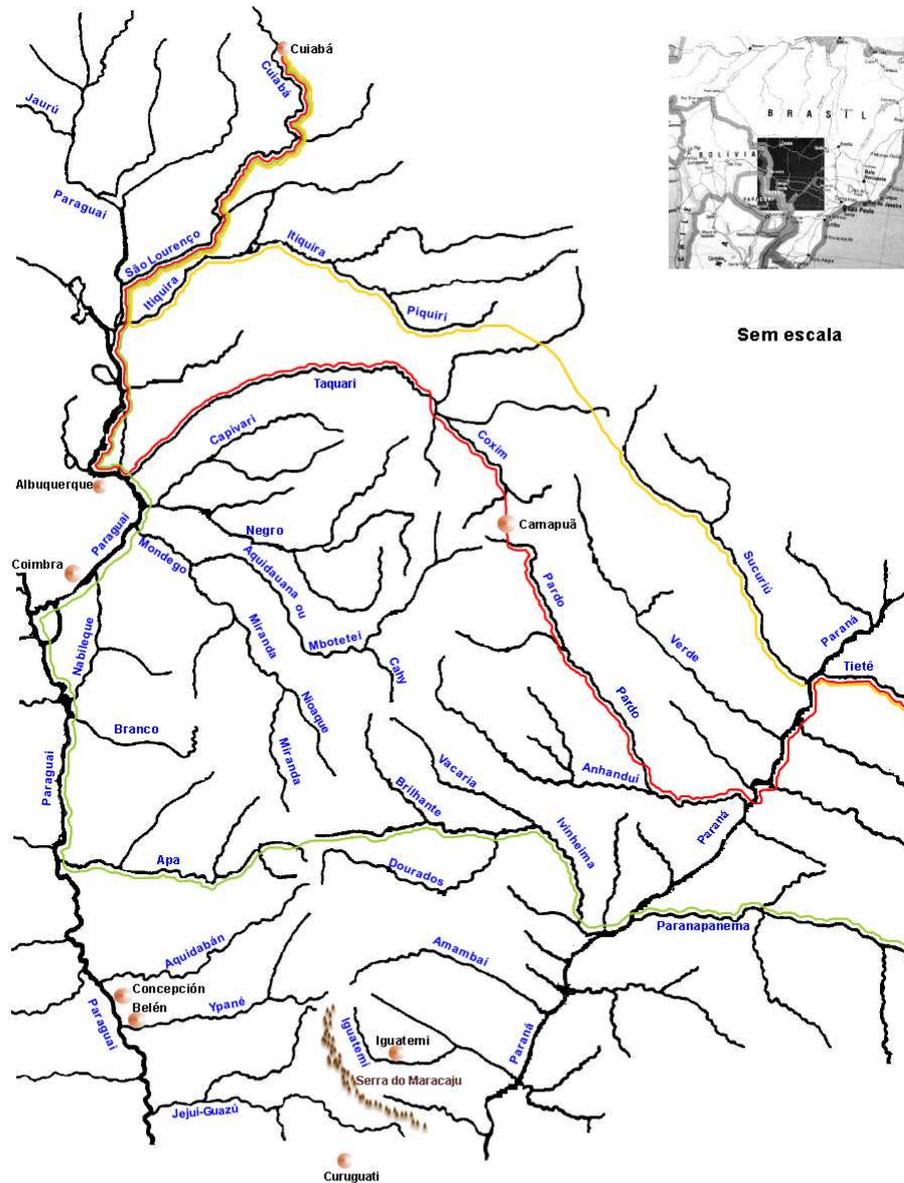
³⁸ *DI*, v. 9, p. 83-84.

³⁹ *Ibidem*.



FIGURA 12: Mapa dos antigos paulistas, indicando caminhos pela Vacaria.

Fonte: PARTE DO GOVERNO de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha [ca. 1740]. BN, Seção Cartografia, ARC 030, 03, 003. 1 mapa ms.: desenho a tinta ferrogálica; 51,5 x 71cm.



Rotas alternativas projetadas para as monções

Legenda:

-  Rota ordinária das monções
-  Rota pelos rios Sucuriú, Piquiri e Itiquira, projetada pelo governador de Mato Grosso, João Carlos Augusto Oeynhausien, em 1811
-  Rota pelos rios Paranapanema, Ivinheima e Apa, projetada pelo governador de São Paulo, Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, em 1770

FIGURA 13: Rotas alternativas projetadas para as monções.

Fonte da representação hidrográfica: OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. 1995. 210 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

Por meio do mesmo mapa, o Morgado de Mateus indicava a localização de várias reduções jesuítica e povoações castelhanas no Guairá e Vacaria, as quais foram destruídas no século anterior (na Figura 12 podem ser observadas as indicações das reduções e, com alguma definição, o caminho pelos rios Paranapanema e Ivinheima).⁴⁰ Na perspectiva do governador, “hé m.^{to} conveniente q’ hoje procuremos p.^a as restaurar, e restabelecer, e p.^a o referido no caso de me darem socorros necessários queria preparar huas espediçoens”.⁴¹ A primeira expedição faria a referida exploração entre os rios Ivinheima e Apa, ou outro afluente do rio Paraguai, a fim de estabelecer nova rota de comércio. A segunda, muito mais ambiciosa, desceria pelo rio Paraguai para “fundar hua fortificação no estreito adonde chamam o *fecho dos morros* p.^a segurarmos a navegação daquelle Rio contra as irruçoens dos Paragûás [sic]”.⁴²

A militarização das fronteiras no rio Paraguai, através da instalação de fortes militares, prosseguiu a partir do último quartel do século XVIII, reorientando o jogo de forças naquela região, assunto que abordo no capítulo 3.3 do presente trabalho. Quanto aos outros planos, pela documentação existente, constata-se que não chegou D. Luiz Antônio a presenciar a realização dos seus projetos de mestiçagem fronteiriça entre curitibanos e Mbayá e da reativação dos roteiros da Vacaria. Sem desistir da idéia, contudo, em fevereiro de 1771, o governador de São Paulo escrevia ao capitão-mor de Sorocaba parabenizando-o pela iniciativa de “abrir cam.^o a sua custa desde esta V.^a em té a Praça de Guatemi”:⁴³ Aproveitava para tomar a liberdade de sugerir um roteiro que, segundo leu em mapa dos antigos paulistas, permitia ir de São Paulo a Cuiabá.⁴⁴ Em outras palavras, o Morgado de Mateus, aproveitando a economia de recurso da Fazenda Real, tentava convencer o capitão-mor de Sorocaba a adotar seu projeto de reativação das rotas pela Vacaria.

Se o projeto de mestiçagem não vingara, pelo menos a política de alianças tornou-se imperativa. Entrou o século XIX e a tentativa de reativar os itinerários pela Vacaria permaneceu uma obsessão nos projetos “colonizadores” de João da Silva Machado, o barão de Antonina. O objetivo do barão de Antonina era estabelecer comunicação fluvial entre Curitiba e Cuiabá, a fim de substituir a penosa rota das monções, e apropriar-se de imensas posses territoriais no sul do Mato Grosso, no contexto da efetivação da Lei de Terras de

⁴⁰ Vide os comentários e a descrição sobre o referido mapa em: CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. v. 1. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores: Instituto Rio Branco, 1965. p. 226-27.

⁴¹ *DI*, v. 9, p. 86.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *DI*, v. 6, p. 144. Ênfase acrescentada.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 145.

1850.⁴⁵ Entre 1844 e 1857, financiou uma série de expedições, conduzidas pelos seus sertanistas João Henrique Elliot e Joaquim Francisco Lopes.

Numa dessas viagens, realizada em 1847, Elliot e Lopes navegaram itinerário fluvial muito próximo daquele previsto pelo Morgado de Mateus, entrando em contato com os grupos étnicos locais. Tomaram canoa e seguiram pelo rio Tibagi e Paranapanema até a foz deste no Paraná. A seguir, prosseguiram pelo rio Samambaia (ao norte do Ivinheima) até sua nascente, onde abandonaram a canoa, doravante marchando a pé. No vale do Ivinheima, encontram alguns Guarani-Kayowá, a quem presentearam com ferramentas, roupa, barretes e miçangas.⁴⁶ Tomam cavalos até o forte de Miranda, sobre as margens do rio homônimo. Ali tomaram canoa e seguiram pelos rios Mondego e Paraguai até o estabelecimento português de Albuquerque. Foram recebidos pelo comandante do forte e puderam conhecer os Kadiwéu e Guaná que habitavam naquelas redondezas. Sobre os Kadiwéu, escreveu Elliot que “tinham um olhar arrogante e desdenhoso” e eram senhores de amplos territórios entre os rios Mondego e Apa, “próprios para fazendas de criar; mas como formar estabelecimentos n’estes bellos lugares onde o feroz *Guaycurú* anda de rédea solta”.⁴⁷ O relato termina comparando a rota pela Vacaria com a das monções. Enquanto esta última possuía, conforme o relato setecentista de Lacerda e Almeida,⁴⁸ citado por Elliot, 113 cachoeiras e somava 564 léguas, a rota navegada sob os auspícios do barão de Antonina tinha apenas 3 pequenas cachoeiras e 374 léguas. Ganhava-se 190 léguas e evitava-se 110 cachoeiras.⁴⁹

⁴⁵ Sobre os planos do barão de Antonina, vide: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do barão de Antonina no Brasil meridional. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-55, 1995.

⁴⁶ ELLIOT, João Henrique. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844-1847 [...]. *RIHGB*, v. 10, 1848. p. 160-67, passim.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 170.

⁴⁸ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841 (Impresso pertencente ao AESP). p. 89.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 176. Mas aquelas terras estavam sob o poder dos Guarani-Kayowá. Pela década de 1840, somente procedendo ao estabelecimento de uma aliança com os Kayowá que habitavam o rio Ivinheima pôde o Barão de Antonina dar continuidade ao seu intento de apropriação das terras e estabelecimento de rota comercial pelo território da Vacaria. De fato, já nesse período estava em decadência o poderio dos Mbayá sobre aquelas terras, de modo que passaram a se concentrar entre os rios Apa e Miranda, o que certamente tranqüilizou os Kayowá. A aliança estabelecida entre o Barão de Antonina e os Kayowá, de acordo com a análise de Lúcio Tadeu Mota, foi possível porque, no entendimento destes índios, Antonina os ajudaria na reconquista de seus territórios ancestrais na bacia do rio Paranapanema, em parte ocupados pelos Kaingang. A migração de algumas parcialidades dos Kayowá, em 1852, para o Paranapanema não significou o abandono dos territórios na bacia do rio Ivinheima, os quais permaneceram ocupando. Quanto aos grupos que migraram, já na década de 1860 tinham instalado seus *Tekoha* por meio dos quais continuavam a usufruir dos bens “civilizados”

1.3.3 Rota pelo rio Sucuriú e presença dos Kayapó

Considerando as dificuldades das vias de comunicação que levavam ao Cuiabá, sobretudo os “trabalhosos e perigosos” rios Pardo e Coxim, o governador de Mato Grosso, João Carlos Augusto Oeynhausén (1797-1819), planejou para julho de 1811 uma expedição que ressuscitaria a rota pelos rios Cuiabá, Paraguai, Itiquira e Piquiri, daí pelo “melhor varador e mais curta passagem” ao rio Sucuriú, deste ao rio Paraná e finalmente ao Tietê (vide Figura 13). No seu entendimento, tratar-se-ia de uma “empréza muito fácil e quando se encontrem dificuldades ellas serão certamente pagas com a maior usura pelos grandes interesses, que hão de resultar para o comércio e felicidade dos povos desta Capitania, onde os gêneros de primeira necessidade são de hua carestia enorme”.⁵⁰

Entre os paulistas, a discussão da retomada da rota pelos territórios dos Kayapó já tinha começado um ano antes, com o projeto do vigário de Porto Feliz, Manuel Ferraz de Sampaio Botelho, enviado ao capitão-general Antonio José da Franca e Horta (1802-1808), em 17 de fevereiro de 1810.⁵¹ A proposta consistia na criação, entre aqueles índios, de uma povoação sob administração eclesiástica objetivando não apenas a sua “civilização”, mas ainda o “bem comum” com o auxílio que se poderia prestar aos comerciantes que fossem para o Cuiabá pela rota do rio Sucuriú, em cujas margens seria levantado o estabelecimento. Sampaio Botelho foi categórico ao reivindicar para si plenos poderes sobre a futura povoação: “eu sendo chefe munido de todos os poderes Espirituaes, e temporaes, seja encarregado da sua execuq.^m”.⁵² O plano previa, ainda, que a povoação fosse um entreposto para que as monções obtivessem refresco em sua viagem para o Cuiabá, que passaria, a partir de então, a ser feita pelo rio Sucuriú, considerado caminho mais breve: “sendo p.^r aquelle logar o cam.^o de Cuyabá, devem os negociantes ser obr.^{os} a soccorrernos com o necessário, trocando as suas espécies p.^r mantim.^{os} q.^e forçosam.^e precisão p.^a tam longa viagem”.⁵³

oferecidos pelos brancos e mantinham seu modo de vida ancestral. MOTA, op. cit., p. 11, 22-23. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, somente a partir de 1854 – 14 anos depois do início das negociações com os Kayowá – receberam algum incremento as viagens pelo rio Ivinheima, que se faziam tomando este rio, entrando no rio Brillhante, procedendo-se à varação até o rio Nioaque, deste pelo Miranda até o Paraguai. A prática dessas viagens permitiu o crescimento do núcleo de Nioaque, cidade que ainda existe com este nome no atual estado do Mato Grosso do Sul. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 84-85, 264-66.

⁵⁰ OEYNHAUSEN, João Carlos Augusto d'. Officio nº17, dirigido ao Conde de Linhares [...] relativamente aos meios de comunicação da capitania de Mato Grosso com as outras por via Fluvial [1811]. In: HOLANDA, *Monções...* op. cit. [Anexo C], p. 125.

⁵¹ *DI*, v. 3, p. 108-13.

⁵² *DI*, v. 3, p. 110.

⁵³ *DI*, v. 3, p. 112.

O projeto foi enviado a alguns pareceristas, tendo o governador Franca e Horta, ao que parece, aceito o mais crítico deles, pelo qual se rechaçava completamente o plano de Sampaio Botelho.⁵⁴ Sobre a concentração dos poderes nas mãos do padre, João da Costa Ferreira, coronel do Real Corpo de Engenheiros, em seu parecer afirmou: “Raras vezes produz bom efeito aunião dos dois poderes em hum só sojeito”.⁵⁵ Criticou o mesmo autor a escolha de lugar tão distante e inútil aos interesses do Estado, posto que sua produção não poderia ser facilmente escoada, dadas as inúmeras cachoeiras em que “hé preciso varar toda a Carregação, e Canoas por terra, enão pequena distancia”.⁵⁶ Rechaçou, finalmente, a importância da catequização: “q.^e importa q.^e aqui se forme huma grande povoação de Indios, se estes não só pelo seu gênio, mas tão bem pela imopecibilidade, ja mais poderão ser úteis ao Estado”.⁵⁷

Realmente, para alguns setores da elite paulista à época, muito mais interessante se mostrava o vale do rio Sucuriú não pelas facilidades de uma nova rota das monções, mas pela possibilidade de tomarem, entre seus moradores, os Kayapó, a mão-de-obra barata e necessária às lavouras de cana-de-açúcar. Sob tais pressões, o vigário Sampaio Botelho reorientou radicalmente o seu plano. Sem apoio da Fazenda Real, recorreu ao financiamento de particulares e preparou expedição composta por 22 pessoas e 3 canoas, entrando no rio Tietê em 10 de julho de 1810.⁵⁸ O vigário parece ter deixado claro, aos particulares, os objetivos da viagem, “para cuja despezas formára hua sociedade, com avistas de repartir pelos sócios os Indios, que assim conduzisse, e serem por elles adoptados”, sendo essa uma forma barata de obter mão-de-obra.⁵⁹ Já no rio Paraná, deliberando com os Kayapó, o padre conseguiu que alguns pais vendessem seus filhos “por várias espécies de ferramenta”, oferecendo-se uma mulher para vir junto, totalizando, nessa oportunidade, 8 índios comprados, que desembarcaram em Porto Feliz em 12 de outubro de 1810.⁶⁰

Nessa época, os Kayapó já não contavam com o mesmo poderio do século anterior, quando travaram intensos conflitos com os moradores de Goiás e com as expedições punitivas mandadas pelas autoridades. Na década de 1750, chegaram até a matar o sertanista Antônio Pires de Campos, embora tenham perdido, nos anos antecedentes, cerca de mil indivíduos

⁵⁴ *DI*, v. 58, p. 306-307.

⁵⁵ *DI*, v. 3, p. 120.

⁵⁶ *DI*, v. 3, p. 122.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *DI*, v. 3, p. 127.

⁵⁹ *DI*, v. 3, p. 136.

⁶⁰ *DI*, v. 3, p. 127-31.

feitos cativos pelo exército Bororo que ele liderava.⁶¹ Pela década de 1770, segundo Raimundo José de Cunha Matos, os Kayapó aceitaram, para preservarem sua sobrevivência, uma aliança com os brancos, sendo algumas parcialidades conduzidas aos aldeamentos de São José de Mossâmedes e D. Maria I, onde “por meio da mortandade e deserção os índios caíram em ruínas”.⁶² No início do século XIX, tais aldeamentos estavam arruinados e os Kayapó empreendiam fugas em massa, dados os excessos de trabalhos a que eram forçados e as constantes epidemias de varíola.⁶³

Prosseguiram as iniciativas dos paulistas em tomarem mão-de-obra barata entre os Kayapó do rio Paraná. Entre 3 de setembro e 6 de novembro de 1810, empreendeu viagem às aldeias dos Kayapó o padre João Ferreira de Oliveira Bueno, prestando contas assim que voltou ao governador Franca e Horta, contando-lhe que comprara 18 pessoas.⁶⁴ O relato de viagem de Oliveira Bueno narra as negociações havidas com os índios, evidenciando os objetivos de ambas as partes. O padre procurou apresentar aos caciques uma série de vantagens a que teriam acesso se consentissem em passar a morar nas proximidades de São Paulo, como terras para fazer seu alojamento, ferramentas, sustento e vestuário. Ao que os caciques responderam que teria de ser diferente do governador de Goiás, que conheciam muito bem dos aldeamentos, o qual “não era bom, porque lhes não dava ferramentas, nem vestuário”.⁶⁵ Afirmaram ainda que somente se lhes fornecessem umas 10 canoas grandes e o pronto abastecimento de víveres poderiam aceitar essa mudança, para a qual também convidariam outros subgrupos que habitavam mais ao norte, “três aldêas de muita gente”.⁶⁶

Desse modo, os Kayapó também procuravam impor seus interesses ao porta-voz do governador de São Paulo, fazendo-lhe exigência de ferramentas e outros itens. Mas o grupo

⁶¹ *DI*, v. 13, p. 262, 284-85.

⁶² MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goyas* apud KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 145. Ataídes confronta os depoimentos dos cronistas e supõe que o aldeamento de São José de Mossâmedes tenha sido construído em 1774. O mesmo autor analisa a trajetória do aldeamento D. Maria I (1781). Sobre os Kayapó nos aldeamentos, vide: ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: EdUCG, 1998. p. 77-94, passim; GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil central*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p. 91-106, passim.

⁶³ Para conter essas fugas e atrair novos grupos Kayapó aos aldeamentos, as autoridades coloniais utilizaram-se da índia Kayapó Damiana da Cunha; ela era muito influente entre os Kayapó, conseguindo convencer centenas de índios em cinco expedições que liderou entre 1808 e 1830. GIRALDIN, op. cit., p. 99.

⁶⁴ *DI*, v. 3, p. 126-27.

⁶⁵ BUENO, João Ferreira de Oliveira. *Simple narração da viagem que fez ao rio Paraná o thesoureiro-mór da sé d'esta cidade de São Paulo [...] aos 3 dias do mez de Setembro de 1810*. *RIHGB*, v. 1. p. 146.

⁶⁶ *Ibidem*.

parecia estar dividido quanto aos rumos da negociação. Em certo momento, enquanto ocorriam tais deliberações no rio Paraná, um cacique protestou duramente contra a venda de cativos:

[...] veiu outro chefe enfurecido, contra seu irmão, pela gente que me tinha dado; ao que occorri ponderando, que esta gente se havia de unir a elle [...]; ao que me respondeu mais socegado [...] que para o ano infallivelmente me esperava, e que não faltasse eu ao promettido, levando dez canoas com as provisões necessárias para sua gente.⁶⁷

Depreende-se daí que essa situação de contato colocava o grupo diante de novos tipos de decisões a tomar, sobre as quais não havia acordo entre as lideranças quanto ao melhor modo de proceder.

Do ponto de vista dos paulistas, eram muitas as vantagens em tratar tais negociações com os Kayapó. Pois pela Carta Régia de 1 de abril de 1809, D. João VI foi servido mandar que todos os índios *comprados* devessem ser registrados como cativos pelo prazo de 15 anos, podendo, dentro deste período, ser vendidos ou comprados.⁶⁸ Tal legislação indigenista incentivava os fazendeiros a tomarem como mão-de-obra as crianças, pois o prazo de 15 anos só passaria a contar quando completassem 12 (meninas) e 14 anos (meninos).⁶⁹

Em 8 de dezembro de 1815, o padre Sampaio Botelho comunicou ao ouvidor de Itu que voltara do rio Paraná com 20 índios rapazes.⁷⁰ Mas os “sócios”, que chegaram a fornecer um capital de 500 a 600 mil réis ao referido padre, “ficarão pouco satisfeitos com a Contabilidade, e distribuição que o mesmo P.^e fez dos Indios”.⁷¹ Vários comerciantes passaram a trabalhar como intermediários na “distribuição” dos Kayapó entre os fazendeiros que financiavam as expedições, organizados em “sociedades”. É o caso de certo José Góes e Pacheco, que em 1817 voltou do rio Paraná com 23 Kayapó, sendo 16 com menos de 15

⁶⁷ Ibidem, p. 147.

⁶⁸ CARTA RÉGIA – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os indios bárbaros que infestam aquelle território. 01/04/1809. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 71. Em carta de 5 de novembro de 1808, o governador Franca e Horta recebeu a seguinte ordem do Príncipe: “perseguir os mesmos Indios infestadores do meu território; procedendo a declarar que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segurar algum desses Indios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhes convier”. CARTA RÉGIA – Sobre os indios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava. 05/11/1808. In: CUNHA, op. cit., p. 62-63.

⁶⁹ CARTA RÉGIA – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava... op. cit., p. 71.

⁷⁰ *DI*, v. 3, p. 137.

⁷¹ *DI*, v. 3, p. 149.

anos.⁷² Dois anos depois, El-Rei foi servido ordenar que o reverendo bispo e os mais governadores interinos da capitania de São Paulo auxiliassem Sampaio Botelho no que fosse preciso para o “bom êxito deste interessante negócio”, fornecendo-lhe “os meios necessários, para que possa continuar as suas viagens e missões naquele sertão”.⁷³

Nesse sentido, a referência a uma rota alternativa para as monções pelo rio Sucuriú acabou valendo apenas como pretexto para uma política indigenista de apropriação de mão-de-obra compulsória barata. Isso seguia a linha mestra ditada por D. João VI, para quem os povos indígenas que não dessem aldeamento, em virtude de seu número reduzido, deveriam ser distribuídos entre os fazendeiros. Com os Kayapó, ocorreu que parte do grupo que vivia nas imediações do rio Paraná foi “distribuída” entre os fazendeiros de Campinas, Piracicaba, Mogi-Mirim, Itu, Porto-Feliz e Capivari, afiançados na legislação que vinculava compra e cativoiro.⁷⁴

Apesar das intermináveis desavenças entre as autoridades paulistas sobre a viabilidade do projeto de reativação da rota do Sucuriú, e o modo de executá-lo, a experiência de escravização dos Kayapó prolongou-se pelas décadas de 1810 e 20, sempre com viva participação dos religiosos, embora daí não decorresse nenhuma ativação de um novo itinerário monçoeiro pelo rio Sucuriú.

Quando da passagem da expedição Langsdorff pelo rio Paraná, em agosto de 1826, estavam em curso esses processos de “distribuição” dos Kayapó. Hercules Florence, desenhista de Langsdorff, ao relatar a passagem da expedição pela foz do rio Tietê, menciona que o guia tocou uma buzina feita de chifre de boi para chamar os Kayapó, o que deixou o viajante “curioso de ver os índios ‘vermelhares na praia’, segundo a expressão pitoresca de um nosso camarada. Ninguém, porém, apareceu”.⁷⁵

A visita da expedição Langsdorff à barra do rio Sucuriú no Paraná, em 1826, reavivou os projetos de estabelecimento da rota entre São Paulo e Cuiabá por aquele rio. Munido de uma perspectiva pró-capitalista de desenvolvimento econômico, o Barão de Langsdorff, não poderia deixar de ser diferente, emitiu parecer favorável quanto ao incremento do rio Sucuriú, enfatizando que algumas salvaguardas para a produção devessem ser concedidas pelo Estado. A pesca, a pecuária, o solo fértil e a possibilidade de empregar os índios abririam, nessa

⁷² *DI*, v. 3, p. 153.

⁷³ CARTA RÉGIA – Manda promover a civilização dos índios denominados Caypoz, habitantes do sertão do Rio Paraná, defronte de barra do Tietê, e outros circumvisinhos. 24/03/1819. In: CUNHA, op. cit., p. 95.

⁷⁴ GIRALDIN, op. cit., p. 117-19.

⁷⁵ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829; com gravuras do Autor [1829]*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 54.

região, uma “perspectiva maravilhosa para um espírito empreendedor”.⁷⁶ Contudo, refere o mesmo viajante, fazia-se imperiosa uma Lei de Terras: “Só que, sem a ajuda do governo e sem uma garantia incontestável do direito de posse sobre as terras, tal empreendimento fica inviável”.⁷⁷ Assim, com estímulo do governo para a abertura da navegação pelo rio Sucuriú até Cuiabá, rapidamente poderia prosperar ali uma fazenda de grande porte.⁷⁸

A exploração da rota pelos rios Sucuriú, Piquiri e Itiquira, de fato, estava em curso, sob os auspícios do governo de Mato Grosso e comando de Manoel Dias e Pedro Gomes. Os viajantes da expedição Langsdorff os encontraram no rio Taquari em dezembro de 1826. A dar crédito para a impressão que tiveram Hercules Florence e Langsdorff, os exploradores não pareciam homens práticos naqueles itinerários, já que se equivocaram entrando no Taquari em vez de terem seguido pelo Itiquira.⁷⁹ Este é outro exemplo de um dos efeitos duradouros das ações dos indígenas no sentido de fecharem os caminhos do extremo oeste aos colonizadores: a perda da memória prática dos roteiros.

Os Kayapó prosseguiam tentando levar seu modo de vida tradicional nos seus assentamentos às margens do rio Sucuriú, embora fossem cada vez mais perseguidos por traficantes de mão-de-obra e demais interessados em suas terras. Os projetos de incremento econômico por meio de uma rota comercial entre São Paulo e Cuiabá, com parada em estabelecimento a erguer no rio Sucuriú, encontraram seu contraponto na presença e nas estratégias movidas pelos Kayapó no sentido de defenderem seus territórios. Apesar de toda a depopulação das décadas anteriores, a expedição Langsdorff, que visitou seus assentamentos às margens do rio Sucuriú, observou que eles continuavam com suas atividades.

Os Caiapós que se estabeleceram aqui vivem, com certeza, em sociedade. Nós contamos 14 moradias e duas barracas abertas. Algumas casas são bem espaçosas, talvez abriguem várias famílias. Vimos poucos sinais de atividade agrícola: praticamente só uma

⁷⁶ LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 185.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ O projeto de Langsdorff mencionava, com especial ênfase, a necessidade de abrir-se comunicação com Cuiabá pelo Sucuriú. Escreve o viajante: “Aumentando-se a criação de gado, melhorando-se os meios de transporte e expandindo-se a população, seria perfeitamente viável abrir-se uma via de comunicação curta e direta com Porto Feliz. Se o Governo garantisse estímulo e apoio da sua parte, logo apareceria um agricultor, ganancioso e trabalhador, que, movido pela perspectiva de alcançar a prosperidade em pouco tempo, se dispusesse a criar uma fazenda às margens do Sucuriú. Abrindo-se a comunicação com Cuiabá, o viajante encontraria um mercado garantido para o excedente de seu estoque de gêneros alimentícios e formaria, por assim dizer, um entreposto ou empório para o comércio com a fazenda de Camapuã; do contrário, esse estabelecimento teria grande prejuízo com a criação da via de comunicação com o Sucuriú”. Ibidem, p. 306.

⁷⁹ FLORENCE, op. cit., p. 85-87; LANGSDORFF, op. cit., v. 3, p. 15.

grande plantação de algodão próxima às casas e algumas bananeiras e mamoeiros. Nosso guia nos disse que cada família tem sua própria plantação. O feijão e o milho prosperam muito bem aqui, mas as pessoas não se preocupam em trabalhar a terra com afinco. Elas caçam e pescam meses a fio e vivem com fartura.⁸⁰

Durante a sua monção para o Cuiabá no ano de 1830, Augusto Leverger chegou até a estabelecer alguns intercâmbios comerciais com os Kayapó: “Defronte da foz do Tietê e meia légua da beira direita do Paraná está uma aldeia de índios Caiapós; alguns deles estavam na praia e ali nos demoramos algum tempo; comprou-se deles cera de abelhas, a troco de fumo, sal e anzóis”.⁸¹ Seja como for, os projetos de incremento capitalista dessa região, fundados no latifúndio e na pecuária, encontraram seu contraponto nas lutas movidas por esses índios pela defesa de seus territórios.⁸²

1.3.4 A rota ordinária das monções

Houve quem, diante dessas pesquisas por rotas alternativas de acesso ao Cuiabá, ponderasse o perigo de se perder a dificultosa – porém ainda transitável – rota pelo rio Pardo e varadouro de Camapuã, deixando à cobiça do espanhol os territórios freqüentados pelos paulistas na região da Vacaria.⁸³ Viajando pelo rio Paraná em 1788, Lacerda e Almeida menciona as vantagens da rota pelos rios Sucuriú e Piquiri, mas sugere que “no interesse de

⁸⁰ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 180-81. Vide também as impressões de FLORENCE, op. cit., p. 54-56.

⁸¹ LEVERGER, Augusto. De São Paulo a Cuiabá: derrota da navegação interior da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso [1830]. *RIHGB*, v. 247. p. 376. A hipótese de Giralдин, segundo a qual os Kayapó procuraram migrar, durante o século XIX, no sentido norte-noroeste, através do rio Teles, até se instalarem no rio Peixoto de Azevedo, na fronteira do Mato Grosso com o Pará, não define com precisão em que momento essa migração ocorreu. De acordo com o mesmo autor, os Kayapó consolidariam, no novo território, uma nova identidade sob o etnônimo Panará. Na década de 1970, entraram os Panará em intensos contatos com os não-índios, ocorrendo notável depopulação de 700 para 79 pessoas, as quais foram transferidas, em 1974, para o Parque Indígena do Xingu. GIRALDIN, op. cit., p. 33-34, 133-36

⁸² Permanece de interesse o estudo clássico de SODRÉ, Nelson Wenerck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. Análises renovadas sobre as relações interculturais na bacia do rio Paraná podem ser encontradas em trabalhos mais ou menos recentes. ATAÍDES, op. cit., p. 44-57, analisa a trajetória da política indigenista oitocentista e seus desdobramentos na sociedade Kayapó. GIRALDIN, op. cit., p. 133-37, propõe uma hipótese para a rota migratória dos Kayapó rumo ao norte de Mato Grosso. MOTA, op. cit., analisa as relações interétnicas envolvendo os Kayowá, os Kaingang e os brancos nas disputas pelos territórios do vale dos rios Paraná e Paranapanema no século XIX. Para o século XX, vide: PINHEIRO, Niminon Suzel. Terra não é troféu de guerra. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. 1 CD-ROM.

⁸³ *DI*, v. 6, p. 156-57.

estender os domínios de S.M.F. que Deus guarde, o mais que pudesse ser, procurando o Paraguay”, a rota ideal seria a que navegasse o rio Paraná até a sua foz no rio Paraguai e por este último subisse até Cuiabá e Mato Grosso.⁸⁴

A perda do presídio de Iguatemi, que capitulou diante de uma ofensiva dos espanhóis em 1777, sem sequer possuir meios de resistir, provocou nos portugueses um grande medo de que os mesmos espanhóis se apossassem do rio Pardo.⁸⁵ O cronista Manuel Cardoso de Abreu, escrevendo em 1783, deixa evidente em seu texto o receio partilhado à época.

Não havendo presídio em Yguatemy podem facilmente os castelhanos vir ao Rio Pardo e apprehender os commerciantes de Cuyabá e Matto Grosso, levando tudo sem embaraço algum, e da mesma sorte quando vem os canoas [sic] de volta de qualquer dessas minas com o ouro apurado, pois julgam os mais experientes que do dito Rio Pardo à villa de Curuaty, por indireitura, não haverá mais distância do que a de 8 dias pela campanha e eu o affirmo.⁸⁶

De todas as rotas examinadas até aqui, somente a rota pelo rio Pardo, fazenda de Camapuã, rios Coxim, Taquari e Paraguai é referida com ampla regularidade nos relatos de viagem das monções. Entre os itinerários que existiam para se passar da bacia do rio Paraná à do rio Paraguai, esta era a única rota que, durante boa parte do século XVIII, contava com uma fazenda em que se pudessem renovar as forças, durante a passagem do varadouro. Em viagem ao rio Paraguai no ano de 1800, Candido Xavier de Almeida e Souza, que estava encarregado de fiscalizar a região fronteira e negociar a devolução dos despojos tomados em Iguatemi, ao passar pela fazenda de Camapuã, refere, com seu habitual tom desqualificador, que o estabelecimento “vai em tal decadência pella indolência dos Sócios, que em poucos annos ficará dezerta, se antes não parar na posse dos Hespanhoes”.⁸⁷ Naquele tempo, conforme o parecer do mesmo autor, Camapuã seria a “única posse, que conserva a Coroa Portuguesa na grande Península, entre os Rios Paraguay e Paraná em frente aos

⁸⁴ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. Diário da viagem feita de Villabella até a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos rios no anno de 1788. *RIHGB*, t. 62, parte 1 (v. 99). p. 50.

⁸⁵ De acordo com Uacury Bastos, a destruição de Iguatemi não se deveu apenas à falta de recursos, mas sobretudo às disputas geopolíticas dentro das quais essa Praça era um dos elementos-chave. Corresponhia a um novo momento em que os castelhanos conseguiram alguns avanços na conquista da fronteira nortenha do Paraguai. Em 1773, fundaram o forte de Concepción, ao sul do rio Aquidabán. Graças aos contatos com os Mbayá, que ali viviam, puderam dispor de 200 guerreiros, entre eles recrutados, somando-se aos 400 veteranos e 600 milicianos que formaram a tropa de invasão do Iguatemi, em 1777. Ao que parece, os Mbayá também forneceram cavalos e bois para a empreitada. BASTOS, op. cit., p. 174-75.

⁸⁶ ABREU, op. cit., p. 285.

⁸⁷ ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *RIHGB*, v. 202, p. 26.

estabelecimentos Hespanhoes antes da construcção e ao depois da invazão da nossa destruída Praça [...] d'Iguatemy".⁸⁸

Fundada em 1728, Camapuã foi desde o início um componente fundamental que impediu a perda da rota pelos rios Pardo, Coxim e Taquari diante da expansão dos Kayapó, que arruinaram os itinerários que existiam por terra a partir dos rios Verde ou Sucuriú, e diante da expansão dos Mbayá, que fecharam as rotas pela Vacaria. Mesmo assim, Camapuã não ficou livre das constantes ofensivas dos senhores daqueles territórios. De acordo com Almeida e Souza, ela foi estabelecida "no centro das Nações Gentílicas".⁸⁹

Mesmo provendo os viajantes de mantimento, agasalho e bois de carga para a condução das mercadorias pelo varadouro, a fazenda de Camapuã permaneceria um local em constante risco de assaltos dos Kayapó. As descrições do modo de se fazer a travessia do varadouro alteraram-se muito pouco diante do quadro esboçado por Cabral Camelo, que esteve por ali em 1727. Navegava-se do rio Paraná ao rio Pardo e subia-se por este último até um riacho chamado Sanguessuga,

[...] nesta vargem se desembarca, e tirando para a terra as canoas, se põem em umas carretas de quatro rodas pequenas, de que tiram vinte e mais negros, distância de légua e meia, até as porem no pequeno riacho de Camapuã, uma légua pouco ou mais do seu nascimento, em sítio em que estão duas roças povoadas; as cargas vão à cabeça dos negros, e se gastam nesta passagem quinze ou vinte dias, é porém preciso toda a vigilância nela, porque os Caiapós não perdem toda a boa ocasião que se lhes oferece. [...] Estes dois pobres roceiros vivem como em um presídio, com as armas sempre nas mãos; para irem buscar água, não obstante o terem-na perto, vão sempre com guardas: no roçar, plantar e colher os mantimentos levam sempre todas as armas, e enquanto vigiam uns trabalham outros, mas sempre com as espingardas à mão; e nem com toda esta cautela se livram de que em várias ocasiões lhes tenham os Caiapó morto a alguns.⁹⁰

No relato de sua monção, empreendida em 1751, o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, informa que a varação das cargas se fazia de noite em razão dos desconfortos do sol e sempre com os cuidados militares contra os Kayapó: "Tanto o sítio como por todo o rio Pardo

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 134.

é distrito do gentio caiapó, o qual tem feitos muitos insultos: por cuja causa [eu] mandava por sempre uma guarda para a parte da campina, cobrindo todo o acampamento”.⁹¹

Em 1783, quando já os Kayapó não contavam com o mesmo poder de ataque, o cronista Manuel Cardoso de Abreu refere sobre a necessidade de vigilância: “A gente de serviço, que trabalha, está debaixo de sentinellas por causa do mesmo gentio cayapó, porque em qualquer descuido que os apanhe lhes faz grande estrago, como está acontecendo, e da mesma sorte se conserva a fazenda”.⁹² Dois anos depois, Diego de Toledo Lara e Ordonhes, em viagem para o Cuiabá onde assumiria o cargo de juiz de fora, observou em Camapuã alguns Kayapó feitos cativos por um dos fazendeiros, que os obteve em número de 80 numa incursão preadora que mandou aos seus assentamentos.

Este [fazendeiro] vendo que aqueles lhe fariam vários danos nas suas roças, ao gado, e que tinham morto algumas pessoas da fazenda quando alguma vez saíram sem armas de fogo, mandou uma escolta de gente que andaram quatro dias, e foram dar com uma Aldeia que fica distante seis ou oito léguas da mesma fazenda, e deram-lhe uma investida uma madrugada, de sorte que só de uma grande casa trouxeram umas oitenta pessoas, mulheres, crianças e rapazes de pouca idade porque mais tudo fugiu, exceto dois velhos que deixaram: trouxeram muita coisa, pedaços de ferro, facas, tesouras, etc., coisas que eles noutros tempos tinham furtado.⁹³

Passando por Camapuã em 1788, observou Francisco José de Lacerda e Almeida aos escravos Kayapó que ali serviam e registrou a seguinte impressão: “os vi falando portuguez, alegres, e pacíficos, depois de terem tentado a fuga por duas vezes inutilmente, pois forão seguidos pelo rasto, e apanhados”.⁹⁴

Mesmo que a rota pelo rio Pardo e varadouro de Camapuã tenha prevalecido nas viagens monçoeiras devido ao total fechamento dos outros roteiros pela Vacaria ou por terra no rumo dos rios Verde ou Sucuriú, isso não livrou os viajantes nem os habitantes de Camapuã dos contínuos conflitos, durante todo o século XVIII, com as populações que dominavam aqueles territórios. Além dos embates com os Kayapó, as viagens por esse

⁹¹ ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 210.

⁹² ABREU, op. cit., p. 268.

⁹³ LARA E ORDONHES, Diego de Toledo. Carta de um passageiro de monção [1785]. In: Taunay, *HBP*, t. 3. p. 231-32.

⁹⁴ LACERDA E ALMEIDA, op. cit... AESP, p. 75.

itinerário sofreram sucessivos ataques dos Mbayá e de seus aliados Payaguá nos rios Taquari e Paraguai.⁹⁵

Nesta Primeira Parte do presente estudo, procurou-se analisar a trajetória dos roteiros pelos quais os viajantes ganhavam o extremo oeste no século XVIII, as contradições e lutas em jogo e as ações movidas pelos senhores daqueles territórios no sentido de defenderem ou controlarem o acesso aos seus domínios. De fato, a historiografia vigente sobre essas viagens, particularmente sobre a rota das monções, tem senão enfatizado demasiadamente a perspectiva dos viajantes europeus ou luso-brasileiros, ao menos relegado a um segundo plano os decisivos processos provocados pelas expansões e territorialidades das populações indígenas.

Ainda que tenha se debruçado sobre as implicações das relações interculturais presentes nas viagens para o extremo oeste, as conclusões a que chegou Sérgio Buarque de Holanda quanto à prevalência da rota do rio Pardo sobre todos os outros itinerários enfatiza a idéia segundo a qual essa rota respondeu melhor às exigências do transito regular e defesa dos territórios que os portugueses conseguiram se apossar durante o século XVIII. Segundo Sérgio Buarque, a instalação de um núcleo colonial nas minas do Cuiabá, com o inevitável aparelhamento burocrático, exigiria uma rota regular de transporte, e não mais as aventuras por caminhos mais ou menos conhecidos.⁹⁶ A rota pelo rio Pardo cumpriria essa exigência por ser, com exceção do varadouro de Camapuã, praticamente toda fluvial, permitindo o uso de canoas e, por conseguinte, o transporte de itens pesados, como o aparelhamento militar, fato este que teria permitido a sobrevivência da rota ainda quando já estava aberto o caminho por terra por Goiás.⁹⁷ Além disso, graças ao que o autor chamou de “varadouro sofrivelmente cômodo” de Camapuã, os viajantes que se lançassem ao referido itinerário poderiam encontrar mantimento, agasalho, bois de carga para a varação e mesmo alguma segurança num ponto estratégico a meio do caminho.⁹⁸ E finalmente, de acordo com Sérgio Buarque, a rota das

⁹⁵ Dentre os assaltos mais marcantes promovidos pelos aliados, Rodrigues do Prado destaca os ocorridos nos anos de 1725, 1726, 1728, 1730, 1733, 1737, 1740, 1744, 1752, 1753 e, já rompida a aliança, tem-se, entre outros ataques dos Mbayá, os movidos nos anos de 1771, 1774 e 1775. O autor calcula que, até o final do século XVIII, chegariam às cifras de 4.000 mortos e mais de três milhões de réis os assaltos dos Payaguá e dos Mbayá aos portugueses. PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros [...] [1795]. *RIHGB*, v. 1. p. 33-36. A análise da aliança entre os Mbayá e os Payaguá e da atuação desses grupos no século XVIII encontra-se na Terceira Parte deste trabalho.

⁹⁶ HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 98, 274.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 89, 259.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 89.

monções pelo rio Pardo teria sido mantida porque permitiria evitar a cobiça dos espanhóis para além dos limites supostamente alcançados pela expansão portuguesa.⁹⁹

Embora aponte alguns elementos importantes, a explicação de Sérgio Buarque é demasiadamente limitada e não toca a contradição central que permeou a trajetória dos itinerários do extremo oeste, ou seja, a contradição entre a busca de vias de comunicação entre os núcleos coloniais e a vigência das territorialidades dos grupos étnicos nativos. De fato, não permite entender porque os itinerários conhecidos desde a segunda metade do século XVII foram perseguidos obsessivamente pelas autoridades metropolitanas na busca de alternativas mais viáveis de comunicação, e nem o porquê do fracasso dessas buscas até meados do século XIX.

Procurei apresentar aqui uma contribuição ao desvendamento dos itinerários seguidos pelos viajantes para as fronteiras da colônia portuguesa na América sem descuidar da contradição decisiva entre as rotas e as territorialidades. Com efeito, a mobilidade dos colonizadores no extremo oeste entrava em contraponto e, não raro, em frontal antagonismo com as lutas movidas pelos grupos étnicos locais em defesa de seus territórios. A rota pelos rios Pardo, Coxim, Taquari e outros, em vez de ser uma opção dentre outras veredas possíveis (como parece sustentar Sérgio Buarque), foi antes uma imposição das ações dos grupos étnicos locais que a tornaram a única rota ainda viável. Essas ações das populações indígenas, entendidas como sujeitos históricos, impuseram ao colonizador algumas situações bem precisas, que pude analisar no decorrer deste estudo.

Em primeiro lugar, tais ações impuseram o fechamento das rotas alternativas pela Vacaria, graças à expansão dos Mbayá na região desde a segunda metade do século XVII, e das rotas por terra a partir dos rios Pardo, Verde ou Sucuriú, graças a um movimento expansionista e incursionista dos Kayapó. Já no final da década de 1720, estavam obstruídos os caminhos alternativos, e o impedimento de percorrê-los provocaria um efeito profundo nas décadas seguintes: a perda da memória prática dos roteiros. Como procurei demonstrar, as tentativas de reativar as rotas pela Vacaria, intentadas pelo Morgado de Mateus e, mais tarde, as intermináveis discussões sobre a reabertura da rota do rio Sucuriú esbarravam, entre outras coisas, na perda da memória prática dos roteiros por parte dos sertanistas, privados de percorrê-los devido às ações dos indígenas.

Em segundo lugar, essas ações não pouparam a rota pelo rio Pardo, que conseguiu sobreviver, mas sob contínuos ataques anuais movidos pelos Kayapó, Mbayá e aliados

⁹⁹ Ibidem, p. 87, 268; Idem. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 152.

Payaguá, durante todo o século XVIII. De fato, a resistência indígena determinou, a partir de certo momento, a militarização das expedições ao extremo oeste. Além da contínua vigilância contra ataques dos Kayapó na região de Camapuã, tornou-se comum, desde o fabuloso assalto de 1730, virem canoas armadas de Cuiabá encontrar os viajantes no rio Taquari, numa paragem chamada Pouso Alegre, de onde partiam em formação de guerra sob o temor de mais um ataque dos Payaguá.¹⁰⁰ Não satisfeito com a precaução das canoas de escolta mandadas de Cuiabá, D. Antonio Rolim gastou alguns dias em enfatiantes exercícios militares antes de prosseguir viagem no ano de 1751, cuidando de dispor as canoas de acordo com uma rígida hierarquia militar e armando-as abundantemente.¹⁰¹

Mas as viagens só se tornariam menos suscetíveis a ataques com a instalação dos fortes militares fronteiriços de Nova Coimbra (1775),¹⁰² Príncipe da Beira (1776), Vila Maria (1778), Albuquerque (1778) e Miranda (1797), época em que a aliança dos Mbayá e dos Payaguá já fora desfeita e o poderio de ambos começava a diminuir gradativamente.¹⁰³

Obviamente, a perda da memória prática limitou-se a alguns roteiros específicos, obstruídos pela expansão de certas populações indígenas. Mas não implicou no esquecimento dos eventos significativos para os sertanistas, nem abalou o conhecimento que estes possuíam das técnicas adequadas para acessar o sertão. De fato, pode-se dizer sem exagero que a cultura mameluca de alguns setores da população paulista foi uma das condições imprescindíveis da colonização. O contínuo intercâmbio cultural com as populações indígenas forneceu aos sertanistas técnicas e conhecimentos que favoreceram a itinerância, *impedindo a inviabilização do projeto colonizador*.¹⁰⁴ Desde a marcha a pé, o “marchar à paulista” para usar a expressão de Sérgio Buarque,¹⁰⁵ assegurado pela ótima capacidade de orientação do indígena, até a apropriação integral e praticamente intacta das técnicas indígenas de

¹⁰⁰ ABREU, op. cit., p. 271; ALMEIDA E SOUZA, op. cit., p. 30. Pelo que ouviu do seu guia em 1788, Lacerda e Almeida relata que “Dão a este logar o nome de Pouso Alegre pelo contentamento que havia no encontro das canoas de commercio, que vinham de S. Paulo, com outra canoa armada em guerra, que vindo do Cuyabá em tempo próprio, as costumava esperar n’este lugar, e unidas às outras faziam uma força capaz de resistir ao Gentio Payaguá”. LACERDA E ALMEIDA, op. cit... AESP, p. 69.

¹⁰¹ ROLIM, op. cit., p. 216.

¹⁰² Num termo que se lavrou no ano de 1775, durante a confusa procura pelo Fecho dos Morros como local adequado para se construir um forte português, pode-se ler com clareza os objetivos almejados pelos colonizadores com semelhante empresa. Tratava-se de conter a passagem de espanhóis e índios Payaguá para o Alto Paraguai, evitando assaltos ou invasões e assegurando a livre passagem dos viajantes monçoeiros pelo rio. SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá [...] [1765]*. *RIHGSP*, v. 4. p. 175-78.

¹⁰³ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 76 et seq.

¹⁰⁴ KOK, op. cit., p. 32 et seq.

¹⁰⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, 1966. p. 76.

construção de embarcações e de navegação pelos encachoeirados rios do interior da colônia, o que transparece é a constituição de elementos de uma cultura mameluca, fundada nas trocas interculturais com os indígenas, como condição mesma de penetração nos sertões.

SEGUNDA PARTE:
PRÁTICOS DO SERTÃO

A intimidade incessante com a natureza desvenda assim aos sertanistas, como aos antigos moradores da terra, as secretas condescendências de um mundo agreste e primitivo, mesmo onde tudo parece querer privar o homem dos meios de subsistir.
Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*.

[...] com tal estrondo o horror que se ouve de muito longe com a admiração, e medo por estes canais é preciso se encaminhe a canoa com segurança porque metida nelas corre mais que um pensamento por isso necessito sempre de um bom Piloto.
Autor Anônimo, Notícia 8ª Prática [...] [1746].

2.1 OS “DESCCLASSIFICADOS” DO SERTÃO

2.1.1 Os mareantes no âmbito dos contatos

As viagens ao extremo oeste só se tornaram possíveis porque alguns setores da população paulista especializaram-se profundamente nas práticas do sertão, graças ao intercâmbio cultural com os indígenas. Esse contínuo intercâmbio cultural forneceu aos sertanistas técnicas e conhecimentos adequados para a viagem, diminuindo suas agruras e impedindo mesmo a inviabilização do projeto colonizador. São esses fluxos culturais,¹ incorporados nas práticas dos trabalhadores das canoas monçoeiras, que serão analisados aqui.

Os relatos de viajantes, a despeito das observações que tecem sobre a flora, a fauna, as paisagens e as populações das regiões visitadas, não excluem de seus olhares, como se poderia supor, os trabalhadores da tripulação que guiavam os visitantes pelos territórios. Facilmente se comprova esta afirmação ao se consultar, por exemplo, todos os relatos monçoeiros: em todos há alguma referência, com mais detalhes em uns, com menos em outros, sobre os mareantes das canoas. De fato, para quem faz uma viagem qualquer nos dias atuais, seja, por exemplo, de ônibus ou avião, ao relatar suas experiências a um interlocutor, certamente seriam raros os comentários a respeito do trabalho daqueles que fazem parte da “tripulação”. Não é este, sem dúvida, o caso das viagens pelo interior da América portuguesa ou pelo interior do Brasil no século XIX. A descoberta de uma realidade diversa,² do exótico, do Outro, do desconhecido, que pode ser surpreendente, maravilhoso, ou insólito, absurdo, terrificante, inclui as populações da tripulação como parte desse desvendamento.

Infelizmente, a historiografia corrente sobre as viagens e os viajantes tem enfatizado, como que reforçando um preconceito ou uma indiferença dos dias atuais, as representações com as quais os viajantes descreveram e interpretaram a realidade que puderam observar, concentrando-se na visão de mundo desses homens, e silenciando sobre as populações que os

¹ Utilizo o conceito de fluxos culturais seguindo a proposta de Ulf Hannerz, para quem as escolhas dos itens que vão compor os repertórios culturais dos grupos sociais devem ser entendidas como produto de uma atuação e seleção políticas desses grupos, em contínua inter-relação fronteiriça. A adoção dessa abordagem relacional, na esteira de Fredrik Barth, não implica desatenção quanto à hegemonia e à dominação, pois como enfatiza o mesmo Hannerz, “o equilíbrio entre os fluxos é sempre desigual”. HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, 1997. p. 14; Idem. Fronteras. *Revista de Antropología Experimental*, n. 1, 2001. Disponível em: < <http://www.ujaen.es/huesped/rae/indice2001.htm> >. Acesso em: 12 set. 2006.

² Cf. as reflexões de Octávio Ianni sobre a experiência do viajar. IANNI, Octávio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 31.

guiavam.³ Isto é lamentável para a história social da expansão colonial no extremo oeste porque negligencia a explicação das práticas culturais – mormente presentes nas ações dos trabalhadores das canoas – que foram decisivas para o processo colonizador.

Por outro lado, há notáveis exceções a esse paradigma de estudos dos relatos de viajantes na historiografia contemporânea, procurando dar voz aos atores sociais subalternos, desvelando suas práticas e representações, tão importantes como as do viajante.⁴ De fato, a reflexão historiográfica produzida nas últimas décadas sobre a “história vista de baixo para cima”⁵ permanece sendo um parâmetro importante para o estudo das populações subalternas da América portuguesa. Com esses apontamentos não quero afirmar aqui uma visão essencialista da cultura popular, mas enfatizar, pelo contrário, a necessidade de uma abordagem relacional que desvende os compartilhamentos culturais entre camadas sociais diferenciadas. Cumpre reconhecer, como de interesse para o tema do presente estudo, a relevância do enfoque relacional da cultura popular utilizado por Edward Palmer Thompson, sem desconsiderar é claro a especificidade do período que estuda (o século XVIII inglês).⁶

³ As referências aos trabalhadores que atuavam como mareantes ou guias das viagens, embora presentes nos documentos, têm merecido pouca atenção de certos historiadores. A ênfase no estudo das representações com as quais os viajantes descreviam e interpretavam o mundo social, escamoteando as relações sociais concretas que envolviam as viagens, sobretudo as relações de trabalho, pode ser observada nos seguintes estudos: COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999; SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; LISBOA, Karen M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997. Mary Louise Pratt chegou a propor um estudo das influências que os habitantes locais impuseram na construção das representações dos europeus sobre a América, definindo esse processo pelo termo “transculturização”. Contudo, a autora não desenvolve essa proposta, restringindo sua análise ao contato entre os viajantes e as elites letradas locais, excluindo as pessoas comuns. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturização*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 234-36.

⁴ O instigante estudo de Victor Leonardi dedica um capítulo inteiro às relações de trabalho, em especial o trabalho indígena, e enfatiza a sua centralidade para a compreensão da história social do processo de colonização dos sertões. Vide: LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 1996. Enfocando as relações de trabalho, tem-se a dissertação de SILVA, Valdeir Antônio da. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê*. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em História)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. O estudo de Glória Kok vem consolidar as pesquisas sobre a cultura mameluca, sob o viés da história do cotidiano, a partir dos relatos de viagens e outras fontes de que dispôs. Vide: KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

⁵ Entendendo-a como podendo, no dizer de Jim Sharpe, “servir como corretivo à história da elite abrindo a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história”. SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUnesp, 1992. p. 54.

⁶ Rejeitando as abordagens sistêmicas de cultura, Thompson propõe que esta seja entendida como um conjunto de diferentes recursos que supõem trocas entre o dominante e o dominado, o escrito e o oral,

Os trabalhadores empregados nas viagens fronteiriças foram também estudados por alguns clássicos da historiografia brasileira. De acordo com a interpretação de Caio Prado Júnior, retomada também por Sérgio Buarque de Holanda, essas populações fariam parte do contingente de “desclassificados” do sistema colonial. Segundo Caio Prado, o sentido da colonização portuguesa na América tinha como base a empresa comercial orientada para o mercado externo, cujos elementos constituintes eram a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. A colônia portuguesa na América contava com um enorme contingente populacional sem posição econômica definida: ao contrário dos escravos e dos senhores, estas coletividades deslocadas ou à margem do sistema agro-exportador, estes “desclassificados”, para utilizar a expressão do autor, constituíam uma imensa população flutuante e sem ocupação certa. Em muitos lugares, contudo, tais sujeitos poderiam ser recrutados, e com vantagem para a Fazenda Real, como elemento humano das milícias fronteiriças e dos empreendimentos povoadores, ou ainda fazer parte de expedições de desbravamento de sertões.⁷

Embora seja um ponto de partida, o modelo proposto por Caio Prado deixa suas lacunas e tem os seus problemas, além é claro do óbvio tom pejorativo com que emprega a palavra “desclassificados”. No momento oportuno, voltarei a revisitá-lo depois de aprofundar o estudo, por um lado, do processo mesmo de desclassificação dessas populações, em curso a partir da segunda metade do século XVIII, e, por outro, de analisar as estratégias por elas utilizadas como forma de inversão da hierarquia que estava sendo imposta. Convém, por enquanto, sublinhar a centralidade da figura desses trabalhadores no processo de colonização e nas viagens ao extremo oeste.

A rota comercial estabelecida no primeiro quartel do século XVIII entre São Paulo e Cuiabá promoveu constantes migrações pelo interior da colônia, inflamadas pela febre do metal precioso. As viagens realizadas pelos caminhos fluviais entre o povoado e aquele sertão admitiam não poucos homens livres para os serviços da mareagem. Muito provavelmente,

a aldeia e a metrópole, além de ser uma arena de “elementos conflitivos”. Assim, ao analisar as relações culturais deve-se ter sempre presente a vigência das relações de dominação e a configuração de diversas estratégias de subversão: vale dizer, não se deve abrir mão da noção gramsciana de “hegemonia cultural”: “Esta hegemonia pode ter definido os limites exteriores do que era política e socialmente praticável, tendo por isso influenciado as formas do que era praticado: fornecia a arquitetura nua de uma estrutura de relações de dominação e insubordinação, mas dentro desse traçado arquitetônico era possível traçar muitas cenas e representar diferentes dramas”. THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 78.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. p. 7-20; 286-93. Retomado de forma acrítica por HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 67-68.

contava-se um número nada desprezível de mestiços, pessoas cuja disposição para o intercâmbio de experiências e práticas, sobretudo com os grupos étnicos locais, no sentido da maior adaptação ao meio-ambiente, não sofria muitas restrições.

A descoberta de ouro no rio Caxipó Mirim pelos bandeirantes (1718) e a posterior rotinização da via fluvial pelos rios do interior da colônia para esse novo Eldorado deu origem ao movimento das monções. As viagens pelos perigosos rios do sertão demandavam uma adaptabilidade ainda maior por parte dos sujeitos que se metiam a conduzi-las. Os conhecimentos necessários pareciam mais especializados do que aqueles de que dispunham os bandeirantes, cuja prática rotineira de acesso ao sertão era a marcha a pé com eventuais usos de canoas. O serviço da mareagem teve, portanto, que se especializar nos trabalhos de minimização das agruras decorrentes dos acidentes geográficos da via fluvial, e aqui os intercâmbios culturais com os indígenas tiveram papel preponderante.⁸

Os rios pelos quais navegava a viagem monçoeira continham perigos e agruras extremamente árduas: a tais desconfortos tornava-se imperativo desenvolver ou aprender com os indígenas práticas que os diminuíssem ou neutralizassem. Inviabilizadas as antigas rotas dos sertanistas já no final da década de 1720, graças às ações dos grupos étnicos locais, o itinerário ordinário das monções passava pelos rios Tietê, Paraná e Pardo; atravessava o caminho terrestre pela fazenda de Camapuã; retomava os caminhos fluviais pelos rios Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Nesse percurso contavam-se cerca de 113 cachoeiras as mais diversas,⁹ impondo algumas a retirada das canoas do rio para sua varação por terra, e outras conhecimentos precisos para se encontrar o canal adequado para atravessá-las a remos. Os grupos de canoas que partiam de São Paulo para Cuiabá foram chamados de monções porque a viagem durava cerca de cinco meses, quase o mesmo tempo da viagem de Portugal às Índias, para a qual o termo era anteriormente empregado.¹⁰

2.1.2 Quem eram esses viajantes?

A despeito da ênfase do presente estudo recair sobre as relações interculturais entre as populações envolvidas nas monções, cumpre levar em consideração o contexto de fluxos

⁸ Análise pioneira sobre o tema encontra-se em: Ibidem; Idem, *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

⁹ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841 (Impresso pertencente ao AESP). p. 89.

¹⁰ HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 137.

mercantis dinâmicos em que essas viagens se inseriam. Isso porque não se deve desvincular a rota monçoeira da economia local que ela contribuía para movimentar. Mas falar em mercado interno dinâmico na capitania de São Paulo do século XVIII é já caminhar em direção diversa das teses da historiografia tradicional. Paulo Prado, por exemplo, defendeu que a descoberta das minas das Gerais e de Cuiabá promoveu o despovoamento e a decadência econômica da capitania de São Paulo. Para este autor, a avidez “do fisco português, a tirania dos capitães-generais, a fome do sal que empobrecia os organismos, a miséria crescente, sem comércio, sem indústria, sem lavoura, levaram a antiga capitania à indigência extrema em que a encontrou o começo do século XIX”.¹¹

Pesquisas mais recentes, como as de John Monteiro e Ilana Blaj, têm apontado a constituição, no século XVIII, de um mercado interno dinâmico entre São Paulo, as vilas vizinhas, as outras capitanias (através do porto de Santos) e os recentes descobrimentos de Minas Gerais e Cuiabá. Tal mercantilização dava-se sob base escravista e favorecia a concentração de riquezas nas mãos de uma elite produtora e mercantil, reproduzindo uma formação social hierarquizada. Os comerciantes abasteciam as minas com gêneros alimentícios (em especial, milho e feijão), aguardente, gado e escravos.¹² A transição de sertanistas aventureiros a produtores e comerciantes audazes já havia sido notado por Sérgio Buarque entre os comerciantes monçoeiros e tropeiros do século XVIII, cujo “espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora”.¹³ Escrevendo em 1783, o cronista Manoel Cardoso de Abreu, com base em sua experiência de comerciante da rota monçoeira entre 1765 e 1776, informa que os moradores da capitania de São Paulo estavam, à época, envolvidos em “várias negociações”, sinal de certo dinamismo da economia local.

[...] uns se limitam a negocio mercantil, indo à cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nella venderem; outros da extravagância dos seus officios; outros vão a Viamão buscar tropas de

¹¹ PRADO, Paulo. *Província e nação*: Paulística: Retrato do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. p. 16. Parecer semelhante sustentou Alfredo Ellis, para quem os descobrimentos auríferos arrancaram do solo paulista os elementos mais “eugênicos”, resultando no despovoamento. ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976. p. 118-20.

¹² MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 224; BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/rbh> >. Acesso em: 15 jun. 2006.

¹³ HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 133; vide ainda: Idem, *Monções...* op. cit., p. 112-13.

animaes cavallares ou vaccuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade e seu continente como também aos andantes de Minas Geraes, [...] e outros, finalmente, compram alguns effeitos da mesma capitania, como são pannos de algodão e assucar, e vão vender às Minas, labutando nesta forma todos naquillo a que se applicam.¹⁴

A tese do despovoamento da capitania de São Paulo também foi refutada por Silvana Alves de Godoy. De acordo com esta autora, com as descobertas das minas de Cuiabá, embora não poucos tivessem migrado em busca de ouro, outros optaram por aproveitar as oportunidades daquele momento permanecendo nas vilas que, como no caso de Itu, estavam próximas ao ponto de partida da jornada, o porto de Araraitaguaba. Dentre essas oportunidades, estava o fornecimento de mantimentos (feijão, farinha de milho e mandioca, toucinho, aguardente), canoas e outros petrechos aos que partiam nas monções.¹⁵ Cardoso de Abreu, na crônica de 1783 já citada, referindo-se às vilas mais próximas do porto das monções em Araraitaguaba, menciona as diversas atividades existentes, em especial a produção de cana-de-açúcar.

Os moradores das villas de Parnahyba e Ytú e freguesia de Araçariguama, que estão na estrada que vae desta cidade ao porto de Cuyabá, vivem de fábricas de assucar, de criar seus animaes cavallares e vaccuns e de pannos de algodão e por isso são mais remediados, como também os da freguezia de Araraytaguaba pela razão de ser o porto de commercio das ditas minas do Cuyabá.¹⁶

Dentre os viajantes que solicitavam o serviço das monções, convém distinguir aqueles que empreendiam viagem com objetivos administrativos ou militares oficiais, patrocinados pelo governo colonial, daqueles que partiam com interesses particulares, geralmente comerciantes, mineiros e outros empreendedores.

As expedições oficiais, com fins militares ou administrativos, contavam com recursos da Fazenda Real, que interferia na economia local e dinamizava-a, comprando o necessário para as viagens.¹⁷ Em 1726, empreendeu Rodrigo César de Menezes monção com destino a Cuiabá, onde deveria estabelecer a administração das minas. Requisitou entre os moradores

¹⁴ ABREU, Manuel Cardoso de. Divertimento admirável para os historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso [...] [1783]. *RIHGSP*, v. 6. p. 285-86.

¹⁵ GODOY, Silvana Alves de. Itu e Araraitaguaba na rota das monções (1718-1838). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: [s.n.], 2003. Disponível em: < <http://www.abphe.org.br> >. Acesso em: 4 set. 2005. p. 3-4.

¹⁶ ABREU, op. cit., p. 288.

¹⁷ GODOY, op. cit., p. 4 et seq.

de Araraitaguaba e região, à custa da Fazenda Real, feijão, milho, farinha, açúcar, capados, peixe seco, barris, frascas, fumo, entre outros itens. Foram desembolsados com a compra de 23 canoas 1:240\$000 e o pagamento da mão-de-obra da mareagem montou a 639\$000.¹⁸ Além disso, durante a viagem, foram comprados feijão, farinha, galinha, abóbora e mãos de milho aos roceiros que se estabeleceram nas margens do rio Paraná (Manuel Homem) e rio Pardo (Bartolomeu Fernandes dos Rios), aos roceiros de Camapuã – onde também se comprou toucinho e aguardente – e do rio Cuiabá.¹⁹ Para a expedição militar do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, que partiu com destino ao Iguatemi em 1774, solicitara-se em Itu e Araraitaguaba, “canoas com tudo o que lhe compete e gente de sua mareação as que forem necessário, 200 alqueires de feijão, 200 alqueires de farinha, oito alqueires de arroz, oito arrobas de açúcar, 80 medidas de aguardente de cana [e] linhagem para os sacos”.²⁰ Em 1804, numa monção à custa da Fazenda Real composta de 21 canoas e 139 homens, as despesas com embarcações, tripulação e mantimentos montaram a 9:575\$727 réis.²¹

Ao dinamizar o mercado interno atuando como compradora de vários tipos de produtos, a Fazenda Real não deixava, contudo, de procurar estratégias de adquiri-los por preços mais em conta. Em carta ao capitão-mor Salvador Jorge Velho, datada de 10 de janeiro 1767, o Morgado de Mateus informou que remetera 103\$360 réis referentes à conta passada de uma expedição ao Ivaí, e recomendou sobre os preparos de uma nova expedição à mesma região, a opção pela aquisição do que constitua “menos despeza para a Fazenda Real”, seja na compra de canoas, feijão, farinha, toucinho varas de algodão, caixotes e o mais indispensável.²² Essa ânsia por economizar o erário Real chegava a deixar certos militares em situação constrangedora. Cândido Xavier de Almeida e Souza, que em 1800 partiu de São Paulo com destino aos fortes militares da fronteira com o Paraguai, menciona que faltara “o preciso provimento p.^a huma jornada de cinco ou seis dias” da capital a Porto Feliz, embora a Fazenda Real tenha providenciado, para a monção propriamente dita, o preciso quanto aos armamentos, barracas, víveres, munições, petrechos, socorros espirituais e proteções corporais.²³

¹⁸ *DI*, v. 13, p. 141-46.

¹⁹ REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses [...] [1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 3. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 120-23, 128.

²⁰ *DI*, v. 8, p. 122.

²¹ *DI*, v. 94, p. 137-38.

²² *DI*, v. 5, p. 16-17.

²³ ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier de. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *RIHGB*, v. 202. p. 7-8.

Em razão da dependência da produção local, mesmo as viagens oficiais estavam sujeitas a atrasos, que poderiam durar meses. Em 1751, antes de principiar sua viagem ao Cuiabá, onde assumiria o cargo de capitão-general, o Conde de Azambuja teve de esperar mais de dois meses para que “crescesse o milho e feijão, e se fizessem as farinhas e toucinhos”, mantimentos indispensáveis a uma comitiva de 190 pessoas.²⁴ Empenhou-se Teotônio da Silva Gusmão, juiz de fora de Araraitaguaba, na compra desses itens aos produtores locais e comerciantes do Rio de Janeiro, totalizando 90 sacos de mantimentos e mais de 30 cargas de barris e frisqueiras, sendo tudo isso apenas para o consumo durante os 5 meses de viagem.²⁵

Por sua vez, uma das diferenças entre as viagens oficiais e as empreendidas por comerciantes e outros particulares consistia em que estes últimos deveriam providenciar o necessário à jornada às próprias custas. Não poucos comerciantes que passaram ao Cuiabá se endividavam com a promissória de que as dívidas seriam pagas com o ouro por ser extraído ou os lucros a serem obtidos. Como refere Sérgio Buarque, nessas viagens do século XVIII, todos “vivem a crédito, e quem não fia não vende. Aqueles que podem pagar pagam por si e pelos outros”. Se o ouro ou o lucro não apareciam, corriam os juros, de modo que uns e outros viviam com suas fazendas empenhadas.²⁶ O comerciante João Antônio Cabral Camelo, que passou ao Cuiabá em 1727, mas permaneceu ali apenas três anos, relata a experiência de sua viagem, realizada à custa de inúmeros empréstimos:

Eu saí de Sorocaba com quatorze negros e três canoas minhas, perdi duas no caminho, e cheguei com uma, e com setecentas oitavas de empréstimo, e gastos de mantimento que comprei pelo caminho: dos negros vendi seis meus, que tinha comprado fiado na Sorocaba, quatro de uns oito que me tinha dado meu tio, e todos dez para pagamento de dívidas. Dos mais que me ficaram, morreram três, e só me ficou um único, e o mesmo sucedeu a todos os que foram ao Cuiabá. Enfim, de vinte e três canoas que saímos de Sorocaba, chegamos só quatorze ao Cuiabá; as nove perderam-se, e o mesmo sucedeu às minhas tropas, e sucede cada ano nesta viagem.²⁷

²⁴ ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 204.

²⁵ *Ibidem*. p. 205. Outra fonte informa que nas canoas de carga “embarcaraõ II30 sacos de mantimento fóra o fato, e barrilame, e outras cargas mais”, não sendo possível precisar se eram duas vezes trinta ou 1.130 sacos. Cf. *RELAÇÃO* da chegada, que teve a gente de Mato Groço, e agora se acha em companhia do senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Araraitaguaba, até a esta villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Lisboa: Officina Silva, 1754. IEB/USP. Códice: 3, e, 14. p. 3.

²⁶ HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 112.

²⁷ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 140.

Quase um século depois, os custos para um particular empreender, com algum conforto, a jornada monçoeira ainda eram consideráveis. Entre maio e junho de 1826, os membros da expedição Langsdorff, que contavam com o financiamento do Império Russo, solicitaram vários itens entre os produtores locais da região de Porto Feliz, Itu e Sorocaba para realizarem sua viagem científica, que seguiria pela rota das monções. Nessa época, embora sofressem concorrência da rota por terra via Goiás, as monções ainda dinamizavam a economia local. Na fábrica de ferro de São João de Ipanema, localizada a noroeste de Porto Feliz, Langsdorff encomendou foices, facões, balas de chumbo, entre outros. Também compraram aos produtores boa quantidade de feijão, farinha e toucinho. Como de praxe, fez-se mister comprar canoas, novas e usadas, sendo que estas últimas requereram gastos adicionais com reparos. As despesas superaram a expectativa de Langsdorff, que, preocupado, anotou em seu diário: “Dia após dia, vão surgindo gastos não previstos, de modo que não se sabe se o dinheiro destinado à viagem será suficiente. O orçamento inicial era de 800.000 réis, que não serão suficientes nem para a metade da viagem”. Diante disso, os viajantes resolveram vender os animais e mercadorias que tinham adquirido.²⁸

O mercado local tanto era dinamizado pelas interferências da Fazenda Real, quanto pelas aquisições dos comerciantes particulares. Aliás, estes últimos dinamizavam-no ainda mais, pois vendiam os gêneros de grande necessidade nas minas distantes, não deixando de repassar ao consumidor final todos os custos da viagem. Sustenta Ilana Blaj que a carestia e a falta de mantimentos na capitania de São Paulo do início do século XVIII, longe de decorrer da debilidade na produção, eram resultado do efeito inflacionário provocado pelas minas, que por si só constituíam um mercado mais promissor que o local. A esse respeito, afirmou Antonil tratar-se de uma das causas de “padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro”.²⁹ Sobre a inflação dos preços para os consumidores locais, decorrente da venda dos produtos para mercados distantes, refere o juiz de fora Theotônio da Silva Gusmão, em carta de 1747 ao governador de São Paulo, que a população de Itu ficava “exaurida de mantimentos [...] vindos [os] da terra a comê-los mais caros”.³⁰

²⁸ LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 84, 95, 102-104.

²⁹ ANTONIL, André João [João Antonio Andreoni, S.J.]. *Cultura e opulência do Brasil [1711]*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 171.

³⁰ ORDENANÇAS de Itu, AESP, cx. 55, pasta 2, doc. 107, ordem n. 292 apud GODOY, op. cit., p. 11-12.

Simultaneamente, os moradores de Mato Grosso padeciam da carestia dos gêneros de primeira necessidade. Segundo Luiza Rios Ricci Volpato, os vendeiros de Cuiabá, que já recebiam tais produtos com elevado preço devido aos gastos com transportes e ao endividamento constante em que se encontravam, repassavam para o consumidor final as despesas, aumentando o preço enormemente e desvalorizando o ouro em termos de equivalência.³¹ Na década de 1750, observou o cronista José Gonçalves da Fonseca que os itens chegavam a “exorbitantes preços, porque, pelo que toca às fazendas, além do seu primeiro custo, se lhes juntam tantas parcellas de direitos e fretes de conducções, que se põem”.³² O autor fornece o seguinte exemplo: “um alqueire de sal, que embarrilado no Rio de Janeiro, sahe custando 2\$200; posto no Mato-Grosso pelo caminho do Cuyabá faz de despeza 28\$240, que, junto ao seu primeiro custo importa 30\$940 [sic]”.³³

Tendo que providenciar o necessário à jornada às próprias custas, muitos comerciantes tomavam empréstimos e ampliavam o leque de ocupações rentáveis, podendo se dedicar às mais variadas atividades, incluindo a mineração e as fraudes. Certo João de Souza Azevedo, que segundo um cronista, costumava “commerciar de S. Paulo para Cuyabá com fazendas, especialmente sal, a que dava consumo n’aquella villa”, resolveu seguir para as efêmeras minas do rio Arinos, chegando ali com “ferramentas e outras cousas de dar consumo no arraial, e n’elle minerar”.³⁴ Frustrou-se no seu intento de minerar, pois o ouro acabara no momento de sua descoberta.

Em 1747, o mesmo João de Souza Azevedo apareceu no Pará informando que achara num riacho chamado Três-Barras “grande abundancia de ouro”, notícia que lhe permitiu solicitar empréstimo entre os moradores locais, afiançado no suposto metal precioso por extrair. O mesmo fez no ano seguinte, quando apareceu no Mato Grosso, solicitando novos empréstimos. Semelhante procedimento permitiu-lhe adquirir fazendas para o transporte pela rota de comércio das monções do norte via Grão-Pará. Posteriormente, apurou-se que a notícia de minas no rio Três-Barras “fora estratagem dirigido a algum fim de sua particular

³¹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 132.

³² FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação de Matto Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes [1750]. *RIHGB*, t. 29, parte 1 (v. 32). p. 356.

³³ *Ibidem*, p. 357.

³⁴ *Ibidem*, p. 369. Refere Fonseca que as minas do rio Arinos (afluente do rio Juruena, que por sua vez deságua no Tapajós) foram descobertas por volta de 1739, promovendo grande alvoroço entre os moradores de Mato Grosso e Cuiabá. Chegou-se a levantar um arraial no novo núcleo aurífero, mas ele logo se exauriu, e os moradores que contraíram empréstimos “padeceram execuções pelos empenhos”, resultando em “universal ruína”. *Ibidem*, p. 367, 373.

utilidade”.³⁵ Aventura e negócio pareciam indissociáveis, posto que João de Souza Azevedo conseguira empréstimos no Mato-Grosso e no Pará apenas com a notícia do ouro, que sequer existia, a fim de prosseguir em seu novo investimento nas rotas de comércio das monções do norte.³⁶

Nesse contexto, é oportuno distinguir, entre as gentes embarcadas nas canoas, as diversas clivagens de grupos sociais envolvidos. Todas as expedições, de uma forma ou de outra, dinamizavam o mercado interno, contudo as expedições militares ou oficiais contavam com recursos da Fazenda Real, ao passo que os comerciantes tinham que requisitar o necessário às próprias custas. Mas não é objeto central do presente estudo a dinâmica do mercado interno em que se inseriam as monções, problema sobre o qual há interessante bibliografia disponível.³⁷

O núcleo do problema que investigo é a situação de contato proporcionada por essas viagens, os fluxos interculturais entre os grupos sociais envolvidos. Inevitavelmente, era imprescindível ao viajante contratar mareantes práticos dos caminhos fluviais, os quais eram trabalhadores livres e recebiam o pagamento adiantado referente aos meses da viagem. Também embarcavam nas canoas monçoeiras os escravos levados pelos comerciantes, podendo, eventualmente, ser empregados nos remos, mas não em atividades especializadas da mareagem. Em viagens oficiais, prisioneiros, povoadores e soldados eram conduzidos aos presídios fronteiriços, mas a maior parte do trabalho da mareagem estava concentrada entre os práticos daqueles caminhos.

Nos próximos capítulos, procuro entender as razões pelas quais certo setor da população paulista especializou-se profundamente nas práticas do sertão, a ponto de formar um grupo de trabalhadores que se responsabilizava pela mareagem monçoeira. Procuro também analisar as relações interculturais que esses mareantes mantinham com os grupos

³⁵ Ibidem, p. 371.

³⁶ Afirma Sérgio Buarque, sobre a relação entre aventura e negócio, que sem “renunciar à existência móvel do bandeirante, os que participam do comércio de Cuiabá e Mato Grosso têm ambições mais disciplinadas”. HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 112. Sobre as monções do norte pelo Grão-Pará, vide: LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

³⁷ Dentre os trabalhos com ênfase na análise da figura dos comerciantes paulistas do século XVIII, vide, além dos estudos já citados: AMORIM, Marcos Lourenço de. *O “segundo eldorado” brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro: de Araraitaguaba a Cuiabá (1719-1838)*. 2004. 232 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004; ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza: Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. 1978. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978; RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980.

étnicos locais e, sobretudo, com os viajantes comerciantes e militares, os quais, em certo sentido, representavam a elite colonial local.

2.2 EXPERIÊNCIA E INTERCULTURALIDADE

A experiência acumulada, somada aos intercâmbios culturais com os grupos étnicos nativos, ensinou aos mesmos “desclassificados” que integravam as marchas das bandeiras a maneira adequada de construir uma canoa para ganhar o sertão. O tipo do madeiro a escolher, o limite da escavação para obter uma densidade boa, o comprimento e a largura das canoas: tais medidas teriam sido ditadas, ao que parece, pela experiência mesma de navegar os rios das monções. Como escreve Afonso de Taunay, as grandes ubás monóxilas amazônicas eram maiores que os canoões monçoeiros não porque, em matéria de madeiros, a flora de lá fosse superior à de cá, como entende Sérgio Buarque de Holanda.¹ Mas porque o número de obstáculos e o fato dos rios serem mais rasos e apertados impunham canoas menores.²

Assevera João Antônio Cabral Camelo, em viagem ao Cuiabá no ano de 1727, que da barra do rio Vermelho ao varadouro de Camapuã, torna-se o rio Pardo estreito e com inúmeras curvas, de modo que as canoas grandes passavam por ali com muita dificuldade: “as canoas maiores vão pegando a cada instante com a proa em um barranco, e com a popa em outro, sendo preciso cortar muitas vezes paus e cavar os mesmos barrancos para poderem passar e navegar adiante”.³ No ano anterior, o secretário Gervásio Leite Rebelo, ao narrar a viagem na qual acompanhara o capitão-general Rodrigo César de Meneses, mencionou uma ocasião, no rio Taquari, na qual passaram por “canal tão estreito e cercado de pedras e de penhascos que qualquer leve toque de canoa basta para sacudir gente e cargas e perder tudo”.⁴

Descreve o sargento-mór Theotônio José Juzarte com precisão a canoa monçoeira.

Chamam-se estas Embarcações vulgarmente Canoas, são feitas de um só pau, têm de comprimento cinquenta, até sessenta palmos, e de boca cinco até sete, são agudas para a proa, e popa são à maneira de uma lançadeira de tecelão. Não tem quilha, nem leme, nem navegação a

¹ “O reino vegetal dita, por conseguinte, não só as dimensões como a própria configuração dos barcos, ao mesmo passo em que fornece a matéria de que eles são feitos”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 30. Esta tese, de leve sabor de determinismo geográfico, é surpreendente porque vai à direção contrária da tese fundamental de Sérgio Buarque sobre a adaptabilidade e capacidade de improvisação das populações, mesmo em condições naturais adversas, como elemento importante do processo de colonização.

² TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 152. Neste ponto, Taunay foi mais fiel à tese da adaptabilidade da cultura mameluca que seu próprio autor.

³ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 134.

⁴ REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses [...] [1727]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 125.

vela. A grossura do casco não excede na borda a duas polegadas. Custam estes Cascos, sem mais preparo algum, setenta até oitenta mil réis, e mais. Fornece cada uma de oito homens, oito remos, quatro varas, uma cumeeira e Coberta de lona, pólvora, bala, machados, foices, Enxadas e armas de fogo.⁵

Há indícios de que o tamanho das canoas monçoeiras tenha se mantido estável desde a época pré-colonial, quando eram fabricadas, com outras finalidades, pelos Guarani-Carijó e outros grupos étnicos do vale do rio Tietê.⁶ Pois na sua viagem ao Paraguai, no ano de 1628, para assumir o cargo de governador, D. Luís de Céspedes Xeria requisitou os serviços dos Guarani-Carijó da capitania de São Paulo, para que lhe fizessem três canoas e as conduzissem pelos rios Tietê e Paraná até seu destino. A fabricação das canoas demorou um mês, e um dos exemplares possuía 16,50m de comprimento por 1,32m de largura, enquanto outro somava 14,52m de comprimento e 0,88m de largura.⁷ Tomando-se como referencia um palmo a 0,22m,⁸ tem-se as seguintes medidas máximas para a canoa descrita por Juzarte: 13,22m de comprimento e 1,54m de largura. Já em 1830, pôde Augusto Leverger mensurar a canoa monçoeira por ele utilizada na sua viagem a Cuiabá e anotar 15,40m de comprimento e 1,10m de largura.⁹ Assim, até a época da total desintegração da rota das monções, permaneceu o mesmo modelo de embarcação utilizado por grupos Guarani desde tempos remotos.

Os rios do extremo oeste foram navegados, pelos portugueses e espanhóis, com tipos de embarcações específicos, produtos do contato com as populações indígenas locais que ditaram as suas particularidades. Em execução dos termos do Tratado de Madri de 1750, dever-se-ia realizar, entre outras, uma expedição pelo rio Paraguai até o rio Jaurú, onde seria plantado o marco de mármore demarcatório. As cinco canoas de que dispunha a Partida

⁵ JUZARTE, Theotônio José. Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios [...] principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 240.

⁶ De acordo com Marcel Mano, “o uso da canoa como meio de transporte e a adaptação e locomoção pelos grandes cursos d’água são elementos típicos tanto dos Tupis como Guaranis que se ajustam perfeitamente ao complexo das sociedades de Cultura Floresta Tropical”. Defende o mesmo autor que os Tupi e os Guarani mantiveram conflitos pela posse do vale do rio Tietê, durante o século XVI. Anchieta teria, em dado momento, subido em canoa Tupi e navegado aquele rio. Na passagem para o século XVII, grupos Guarani advindos dos rios Paraguai, Paraná e Paranapanema teriam consolidado algum controle sobre o rio Tietê. MANO, Marcel. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. p. 240-41 (cit. p. 240).

⁷ XERIA, Luís de Céspedes. Carta do capitão-general governador do Paraguay [...] a Felipe IV sobre a sua navegação no Tietê e no Paraná [1628]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 110.

⁸ Cf. a unidade de conversão utilizada por TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 110, notas 1-4.

⁹ LEVERGER, Augusto. De São Paulo a Cuiabá: derrota da navegação interior da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso [1830]. *RIHGB*, v. 247. p. 364.

espanhola para realizar esta tarefa eram antes “lanchas”, em muitos aspectos diferentes das canoas utilizadas comumente pelos portugueses. Eram embarcações armadas com duas peças cada uma, munidas de mastro instalado no meio e com espaço para o trabalho de 16 a 18 remeiros. Além disso, possuíam umas estruturas de toldos, feitas a base de couros, que protegiam praticamente toda a carga das canoas e ainda os remeiros das chuvas e rigores do sol. Segundo o *Diário das Três Partidas*, “são as que uzão no Rio Paraguay em todas as embarcações, havendo as capazes de carregar até 200 arrobas”.¹⁰

As embarcações devem ser adequadas às exigências dos rios. O rio Paraguai, por exemplo, permite que naveguem embarcações maiores, a vela, de Assunção até boa parte de Pantanal. Mas daí até ao rio Jaurú, como experimentado pela Terceira Partida de demarcação do Tratado de Madri, em 1753, as exigências dos rios são outras, impondo embarcações menores. Quanto mais se se considerar que a referida expedição chegou ao Pantanal no mês de dezembro, época em que se iniciam as cheias. O comandante português Francisco Xavier de Horta, que recepcionou a Partida, seguindo ordens de Cuiabá, na altura da foz do rio Taquari, trazendo-lhes víveres frescos e petrechos de que necessitavam, recomendou que, a partir dali, só seguissem as embarcações menores.¹¹

Diante desse quadro, os comissários da Partida decidiram mandar apenas quatro embarcações um pouco menores que possuíam, as quais permitissem, ainda assim, transportar as quatro peças de mármore que se uniriam no marco do Jaurú, os víveres indispensáveis e, é claro, os cosmógrafos de ambas as Coroas.¹² Da mesma forma, para realizar a demarcação do Salto de Sete Quedas, deliberou-se em Assunção, em outubro de 1753, que o mais prudente seria solicitar aos paulistas que mandassem algumas de suas canoas, que comumente navegavam o rio Paraná.¹³ D. Manuel Flores, que esteve entre os expedicionários, refere que foram 13 as canoas emprestadas aos paulistas, todas conduzidas por práticos mamelucos.¹⁴

Passava-se da metade do século XVIII e os espanhóis, mesmo conhecendo as imposições dos rios, mantinham o uso de seus bergantins, o que os impedia de acessar o Alto

¹⁰ DIÁRIO das três partidas de demarcação da América em virtude do tratado de limites ajustado entre as duas coroas de Espanha e Portugal [1759]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. IEB/USP. Códice: Yan, 11. f. 48b-49a.

¹¹ “[...] porq’ as correntes erão furiosas com a enchente do rio, q’ é maior por este tempo, com ventos contínuos pela proa, q’ reynam de Norte nesta Estação, o q’ embaraçaria muito as embarcações grandes, q’ vinham carregadas, e ainda mais nam havendo onde sirgar, porq’ ainda q’ o rio seguisse navegável ainda p.^a maiores barcos até mais arriba do rio Jaurú, suas margens eram de bosques espessos, sem praya, ou de pântanos com macega, e erva cerrada”. Ibidem, f. 82a.

¹² Ibidem, f. 82a-82b.

¹³ Ibidem, f. 102b.

¹⁴ FLORES, Manuel Antonio de. Carta [...] al Marqués de Valdelirios [...] [1756]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). CODA, t. 5. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1970. p. 277.

Paraguai. Os portugueses, por seu turno, graças ao uso das canoas indígenas, adequadas aos rios menores e labirínticos, puderam freqüentar com a regularidade possível – dados os conflitos com os grupos étnicos locais – os rios São Lourenço e Cuiabá, situados além do Pantanal.¹⁵ Assim, o tamanho das canoas é regulado pela experiência acumulada pelas populações, bem como pelos fluxos interculturais estabelecidos, e não pela qualidade das madeiras que ofereciam as florestas tropicais da América do Sul.

Para que, já na primeira metade do século XVIII, existisse nos arredores de Araraitaguaba e Itu um grupo de trabalhadores especializados nos serviços da mareagem dos rios monçoeiros, foram precisos processos de longa duração nos fluxos culturais entre os mamelucos e as populações indígenas. Ainda que a navegação do rio Tietê não fosse unanimidade entre os sertanistas predadores de índios, pois muitos itinerários seguiam por terra, sobretudo quando dos ataques às reduções do Guairá, Tape e Uruguai, não se deve desprezar a importância da via fluvial na mobilidade dos paulistas.¹⁶ A viagem de D. Luís de Céspedes Xeria pelo Tietê no ano de 1628 é evidência clara de que a utilização das vias fluviais, se não era decisiva para os habitantes do planalto de Piratininga, pelo menos é certo que era conhecida em suas técnicas fundamentais, como o fabrico da canoa e os procedimentos de mareagem nas cachoeiras.

De fato, a aprendizagem dessas técnicas não ocorre da noite para o dia. Se os mareantes do século XVIII conservaram algumas técnicas indígenas de navegação, deve-se supor fluxos culturais acumulados na experiência. Informa alguém, no ano de 1695, que os paulistas serviam-se das canoas para chegar à Vacaria durante o século XVII, tomando-as ora pelo rio Tietê, ora pelo Paranapanema:

[...] nauegando desde pouoado pelo rio Anhembi abaixo athe dar no Rio Grande e depois subindo por outro athe a vacaria. Este caminho tem suas cachoeiras onde uarão [se varam as] canoas. Outro caminho tem 14 ou 15 dias de uiagem por terra, e depois rodão por hum rio

¹⁵ COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999. p. 182.

¹⁶ Há certamente exagero na tese de Taunay: “Pelas águas do Tietê cada vez mais freqüentes desceram as bandeiras cativadoras de índios e prospectoras de ouro”. TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 110. A proeminência das viagens por caminhos de terra é sublinhada por ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Resumo da história de São Paulo* apud NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê*. 2. ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978. p. 23. Também para Sérgio Buarque, a “via predileta era a terrestre, e o Paranapanema só ocasionalmente serviu para a navegação”. HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 21; Idem. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 34-36, 137.

chamado Paranapanema athe dar no Rio Grande. Este caminho não tem cachoeiras.¹⁷

No capítulo 1.2, analisei os itinerários que os antigos sertanistas paulistas tomavam, pelo século XVII, para cruzar a Vacaria, enfatizando o que seguia pelos rios Paranapanema, Ivinheima, Mbotetei, entre outros, e as ações dos Mbayá no sentido de controlarem aquela região, provocando a perda da memória prática dessa rota entre os mamelucos. Cada vez menos percorrida, essa rota chegou a aparecer em plano do Morgado de Mateus, que dizia possuir um mapa que a indicava.¹⁸ Contudo, fossem quais fossem os itinerários, os conhecimentos práticos do navegar acumulavam-se na experiência dos mamelucos.

O procedimento de fabricação das canoas, embora contasse com ferramentas adventícias, permaneceu em geral fiel ao que adotavam os indígenas há tempos antes da invasão do conquistador europeu. Descreve-o Antonio Alves Câmara:

[...] derrubam um madeiro, tiram-lhe a casca, fazem uma face plana, e depois cavam grosseiramente, procurando dar a forma côncava interna de canoa./ Cavam com fogo, machado e enxó por cima e por baixo. Uma das extremidades é conservada com a seção transversal do corte, a outra é um pouco alterada a fim de tomar a forma de proa./ Atravessam caibros grossos, ou finos aos dois, facetados na parte superior para servirem de bancos.¹⁹

Válido tanto para as canoas paulistas como para as amazônicas, as quais eram maiores e se chamavam ubás, fazia-se uso no século XVIII do mesmo procedimento de fabricação dos indígenas.²⁰ Os madeiros utilizados eram a peroba, o tamboril e o ximbó;²¹ Francisco de Oliveira Barboza acrescenta que da casca do Jataí, “por ser muito grossa, fazem os gentios e sertanistas canoas para navegarem”;²² Langsdorff refere o uso da imbaúba.²³ Tais madeiros eram requisitados no vale do rio Capivari.²⁴

¹⁷ NOTÍCIAS UTILÍSSIMAS á corôa de Portugal e suas conquistas [1695]. In: CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (Org.). Inventários dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. t. 6: Rio de Janeiro: 1616-1729. *ABN*, v. 39, p. 224.

¹⁸ *DI*, v. 9, p. 83-84.

¹⁹ CÂMARA, Antonio Alves. *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (Col. Brasileira, v. 92). p. 64.

²⁰ *Ibidem*, p. 65.

²¹ TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 155.

²² BARBOZA, Francisco de Oliveira. Notícias da Capitania de S. Paulo, da América Meridional escriptas no anno de 1792. *RIHGB*, v. 5. p. 24. Essa é uma das poucas inserções de próprio punho do autor, pois este documento é uma cópia resumida de ABREU, Manuel Cardoso de. Divertimento admirável para os historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso [...] [1783]. *RIHGSP*, v. 6. p. 253-93.

A quem quisesse viajar para o Cuiabá, uma das primeiras providências a tomar era a compra das canoas. Mesmo as autoridades metropolitanas as compravam, de modo que não se constata a prática do aluguel ou empréstimo. Em Cuiabá, geralmente os viajantes as vendiam aos interessados em voltar das minas na “monção para povoado”. Em Araraitaguaba, uma expedição, que partiu em setembro de 1769, comprou a um tal Thomé Pacheco Gonçalves três canoas aos preços de 70\$800, 70\$400 e 54\$400 réis.²⁵ Pode-se ter uma idéia do que representam os referidos preços tendo-se em conta que o soldo de seis meses pagos a cada soldado que partiu para o Iguatemi no mesmo ano montou a 11\$400 réis,²⁶ e que se vendia no mesmo porto toucinho a \$800 o alqueire, feijão a \$320 o alqueire, farinha a \$400 o alqueire e o alqueire de sal a 2\$560.²⁷ Não era fortuita, portanto, a recomendação do Morgado de Mateus, em carta ao capitão-mor Salvador Jorge Velho, datada de 10 janeiro de 1767, diante dos preparativos para uma expedição aos sertões do Iguatemi, para que o montante a ser pago por cada canoa devesse se “regular conforme o merecimento de cada húa pelo Seu justo valor”.²⁸

Algumas canoas eram compradas pelos viajantes sem estarem preparadas, consistindo apenas do casco. Tais canoas deviam receber as bordaduras adequadas para sua conservação, trabalho pelo qual se cobrava à vista ou a jornal, dependendo do acordado com o interessado: à época do Morgado de Mateus, cada bordadura custava quatro mil réis.²⁹ Quem comprava canoas usadas geralmente devia fazer os reparos necessários: antes de partir, Langsdorff teve que esperar alguns dias e desembolsar um pouco mais para que fosse calafetada uma das canoas que comprou.³⁰ No final da década de 1760, 100 pregos de pau a pique para o conserto das canoas custavam \$720.³¹

Vale dizer que os mareantes não possuíam instrumentos de trabalho próprios, ou seja, o viajante deveria comprar os remos, que seriam utilizados durante a jornada e depois continuariam sob o poder do viajante, que poderia vendê-los juntamente com a canoa assim

²³ LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 93.

²⁴ ABREU, op. cit., p. 261.

²⁵ *DI*, v. 6, p. 38-39.

²⁶ *DI*, v. 6, p. 20-21.

²⁷ *DI*, v. 6, p. 38-42. Cf. a conversão utilizada por Taunay, na época 1 alqueire = 13,8 litros. TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 102-103.

²⁸ *DI*, v. 5, p. 16.

²⁹ *DI*, v. 5, p. 17.

³⁰ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 88.

³¹ *DI*, v. 6, p. 41.

que chegasse às minas. No referido período, um remo de proeiro custava \$160, e o remo de remar, \$120.³²

As negociações, recomendadas até pelas autoridades, para que o preço das canoas chegasse a “Seu justo valor”, eram razoáveis diante dos implausíveis preços cobrados, chegando rapidamente a montar, em 1818, a 150\$000 o preço de uma embarcação pronta em Porto Feliz.³³ Com efeito, os trabalhadores envolvidos no mister do fabrico das embarcações possuíam um controle ampliado sobre o processo produtivo e a jornada de trabalho. Em meados do século XIX, quando a noção ideológica de tempo de trabalho capitalista já grassava entre não poucos burgueses e operários da Europa, Langsdorff, cujas reflexões sobre as relações de trabalho pautavam-se por uma ótica inegavelmente capitalista, lamentava a autonomia daqueles que consertavam as canoas. Afirma o viajante:

É triste ter que depender de um operário daqui; nem com muito esforço se consegue fazer algo, principalmente nas vésperas de alguns feriados como o desta semana [...]. Todo o esforço e dinheiro empregados para manter os empregados trabalhando são inúteis. O carpinteiro, por exemplo, já faz meses que está trabalhando nas canoas e até agora não terminou o serviço. Deve-se atribuir a negligência dos brasileiros não só ao clima, mas também à abundância de alimentos e ao prazer que têm pela bebida. Nova ordem foi dada hoje para contratar mais trabalhadores, para ver se conseguem aprontar as canoas esta semana.³⁴

Munidos de uma noção de tempo diversa daquela dos viajantes europeus, cuja familiaridade com o capitalismo transfigurara em “indolência” os sistemas de trabalho vigentes no Brasil, os trabalhadores que se dedicavam ao mister da fabricação de canoas, é certo, realizavam uma tarefa que demandava um conhecimento especializado e cada vez mais raro. Assim, entrando a segunda metade do século XIX, ainda podiam gozar de uma autonomia quanto ao tempo de trabalho, manter algum controle sobre o processo produtivo artesanal e impor preços notáveis à sua força de trabalho.

Houve quem, por volta de 1858, solicitasse providências contra os trabalhadores da construção de canoas, pois além de fazerem uma jornada de apenas quatro horas por dia, ainda recebiam de quatro a cinco mil réis diários. Com o ritmo de trabalho ao gosto dos trabalhadores, refere uma testemunha, “tornam-se *duplicados os preços das construções*”; outro afirma que os trabalhadores aparecem “só por *formalidade*, alguns dias; que ao

³² *DI*, v. 6, p. 39.

³³ HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 34.

³⁴ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 88, 99.

princípio trabalhavam bem e depois pouco a pouco foram-se relaxando, a ponto de irem ao serviço só por formalidade ao que atribuí ficarem as ditas canoas por preços exagerados”.³⁵ Contudo, tais depoimentos devem ser relativizados tendo em conta, por um lado, a completa decadência da rota monçoeira no referido período, suplantada pelos lucrativos muares, e, por outro, a exigüidade seja de práticos seja de construtores de canoas, o que certamente deveria favorecer a autonomia dos construtores e a vultosidade dos preços. Mas nada desautoriza a supor autonomia semelhante na segunda metade do século XVIII.

Nesta época, os práticos paulistas eram conhecidos por exímios entendedores das técnicas de navegação fluvial. Ao que parece, chegavam alguns até a conhecer estilos de embarcações e técnicas de mareagem diferentes dos comumente utilizados nos rios das monções. Durante os preparativos para a Segunda Partida de Demarcação de Limites (1759), por exemplo, o parecer dos paulistas com relação às canoas que se iam usar foi não apenas respeitado, como imediatamente aplicado. Assim, para a navegação de alguns afluentes do rio Uruguai e deste até o Paraná, as embarcações e o estilo de remar foram alterados.

Os Paulistas, como mais costumados a navegação de canoas, e inteligentes em sua melhor construção, acharam as que haviam feito os Índios informes, e muito carregadas de madeira, pelo que se resolveo, que enquanto permitia o corte que ellas tinhão, as reparassem a seu modo ligeirando-as, para q’ pudessem levar mais carga; e em lugar de remos de pá, que com trabalho e número dobrado de remadores se servem os Índios, se substituíram de voga, pondo-lhes toleteiras nas bordas das canoas, para que remando sentados, fosse menor a fadiga, e se diminuísse o número de Índios, e de víveres, cuja condução era hum dos principaes embaraços da jornada.³⁶

A instalação de toleteiras, isto é, das peças de madeira ou de metal, pregadas na borda da embarcação, com um furo onde encaixa a forqueta do remo, e a adoção da prática de remar sentado, embora não sendo o estilo dos paulistas, pareceu-lhes a solução mais indicada para um problema específico. Além dessa capacidade de improvisação, ressalta-se na citada passagem como os práticos observaram o que entenderam como imperfeições das canoas construídas pelos índios, recomendando as alterações que julgavam necessárias.

O processo cultural de especialização dos mareantes livres não foi imediato. Mesmo que os descimentos de bandeirantes a pé tenham levado uns e outros para além dos limites do

³⁵ MORAES, Joaquim d’Almeida Leite. *Representação sobre a colônia naval de Itapura dirigida a S. M. o Imperador por [...] bacharel em direito pela Faculdade desta cidade e deputado à Assembléia Legislativa da Província* apud HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 34. Ênfases do original.

³⁶ DIÁRIO das três partidas de demarcação... op. cit., f. 126a.

Pantanal, chegando até ao Peru e a Amazônia, semelhante atividade não tinha ainda a regularidade de uma rota comercial como a que se estabeleceu posteriormente com as monções do século XVIII. Assim, o número de pilotos e guias era pequeno nos primeiros anos das monções. Além disso, sua experiência de lida com o sertão era ainda limitada. Por essa razão, as viagens dos primeiros anos de São Paulo a Cuiabá foram desastrosas, como relata o cronista José Barbosa de Sá.

Entrando o anno de 1720, fizeram viagem para estas minas algumas gentes [...]. Padeceram grandes destroços, perdições de canoas nas cachoeiras por falta de pilotos e prácticos, que ainda então não havia, mortandades de gentes por falta de mantimentos, doenças, comidas das onças, e outras muitas misérias. Não sabiam ainda [...] o uso de toldar as canoas, que tudo lhes apodrecia com as chuvas, nem também dos mosquiteiros para a defesa dos mosquitos, que muitos annos depois foram a experiência e a necessidade ensinando todas estas cousas pelo que padeceram de misérias sobre misérias os que escaparam da morte. Houve comboy de canoas em que morreram todos sem ficar um vivo, pois eram achadas as canoas e fazendas podres pelos que vinham atraz, e os corpos mortos pelos reductos e barrancos. [...] O capitão José Pires de Almeida, que, morrendo-lhe a escravatura e perdendo tudo o mais que trazia, chegou a dar um mulatinho que tinha em conta de filho por um peixe pacu por conservar a vida.³⁷

Os relatos de viajantes monçoeiros enfatizam sobremaneira a necessidade vital de se ter bons pilotos e guias para o bom curso das expedições. Embora pudessem ser recrutados alguns escravos para o serviço de remeiro, a maior parte da mareagem era formada de homens livres. A disposição da tripulação era a seguinte: ao bico da proa ia o proeiro, munido de um remo um pouco maior do que os dos remeiros para desviar de possíveis obstáculos no curso dos rios; ao bico da popa ia o piloto, munido também de um remo maior que o dos remeiros, pelo qual controlava os movimentos gerais da canoa; à proa iam cinco ou seis remeiros e à popa mais alguns. Todos da mareagem remavam em pé, como os grupos nativos locais o faziam há séculos. O compasso da remada era ditado pela pancada com o calcanhar que dava o proeiro ao meter o remo na água (vide Figura 14).³⁸

³⁷ SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá* [...] [1765]. *RIHGSP*, v. 4. p. 19-20.

³⁸ JUZARTE, op. cit., p. 240-41.

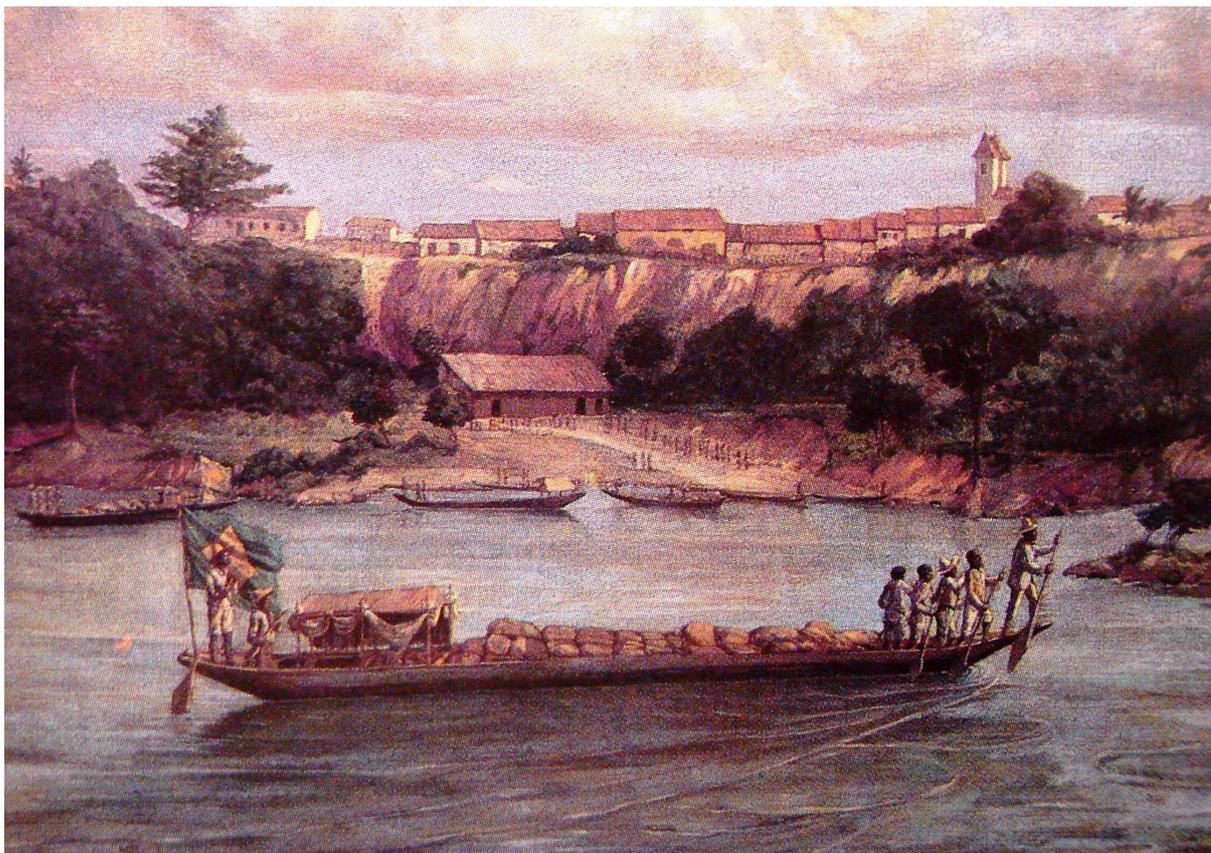


FIGURA 14: Disposição da mareagem numa canoa que parte de Porto Feliz em meados do século XIX.

Fonte: Pintura de Oscar Pereira da Silva, segundo desenho de Aimé-Adrien Taunay [1826]. Galeria do Museu Paulista. In: PARIS, Mary Loo. *O livro do rio Tietê*. São Paulo: Estúdio Ro, 1991. p. 67.

Como os rios Pardo, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, durante a viagem de ida às minas, e os rios Taquari, Coxim, Paraná e Tietê, durante a viagem de volta a São Paulo, navegavam-se a montante, os remos tornavam-se inadequados, de sorte que se utilizavam, nesses casos, varas com esporões de ferro à ponta. Com a ironia que lhe é peculiar, o Autor Anônimo recomenda: “vindes a investir a remos estes rios; guardai-os para outra ocasião pegai as varas pondo-lhe ferrões nas pontas que só com elas é que podereis subir por esta calçada continuada de lagos”.³⁹

Havia uma hierarquização das funções da mareagem monçoeira.⁴⁰ Todos os pilotos que controlavam as canoas de um comboio atendiam às resoluções do assim chamado guia: embarcado na canoa capitânia, que partia à diante das outras recomendando-lhes o caminho a seguir, o guia era, como informa Juzarte, “um homem dos mais práticos, e inteligentes daquele sertão, ao qual todos os mais pilotos seguem”.⁴¹

Tanto nos diários de Langsdorff quanto nos de Florence percebe-se que chamou a atenção dos viajantes o papel desempenhado pelo guia nos trabalhos da mareagem: tratava-se de Antonio Lopes Ribeiro, que àquela altura, 1826, já fizera a viagem a Cuiabá vinte e seis vezes.

Antonio Lopes, nosso guia, tem sua memória extraordinária; conhece cada pedra da cachoeira, cada árvore frutífera às margens do rio, cada banhado ou riacho, cada relva, cada acontecimento, cada quebra, naufrágio ou perda de embarcações ou homens, escravos ou livres, no caminho de Porto Feliz até Cuiabá.⁴²

Parece a Valdez Antônio da Silva que se tratava do mesmo Antonio Lopes Ribeiro, que aparecera na listagem resultante das devassas de 1806, sendo indicado, naquela oportunidade, como “piloto”, o que indica uma ascensão no seu *status* social à época de Langsdorff. Consta também que fora referido como “bastardo” (ou mameluco) e casado, possuindo, então, a idade de 36 anos. Destarte, estaria já com 56 anos quando foi empregado, em 1826, na expedição do cônsul.⁴³

³⁹ NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1746]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 192.

⁴⁰ Cf. os instigantes apontamentos de Norbert Elias sobre o desenvolvimento da hierarquização entre os oficiais navais na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. Vide: ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 7(1), p. 89-116, 2001.

⁴¹ JUZARTE, op. cit., p. 241.

⁴² LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 246.

⁴³ SILVA, Valdez Antônio da. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê*. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em História)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 37.

Mais de um viajante exprimiu admiração semelhante à de Langsdorff pela “memória extraordinária” dos guias monçoeiros. Impressionava aos passageiros que resolviam empreender a rota das monções a capacidade que tinham os mareantes de guardar na memória não só o itinerário e os acidentes geográficos, mas sobretudo os procedimentos técnicos diferenciados demandados por cada ocasião específica. O Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, escreveu que “é uma arte esta maior do que se apresenta a primeira vista, pois é necessário estarem estes homens com lembrança em uma viagem tão comprida”.⁴⁴

Os modos de passar as cachoeiras denotam a importância da memória: dependendo de cada caso, passavam embarcados todos, procurando o melhor canal para descer a toda velocidade; ou se passava a canoa à meia carga e sem passageiros; ou somente sem passageiros; ou à sirga, conduzindo a canoa amarrada por cordas margeando a cachoeira; ou retirando as Canoas e as cargas e fazendo a varação por terra. Como são mais de 100 cachoeiras, a viagem poderia até se tornar um pouco truncada se o guia e os pilotos não soubessem os procedimentos adequados de passá-las, de modo que houve quem afirmasse que “em uns e outros está a brevidade ou a demora das viagens, assim nas navegações pelos rios, como nas passagens das correntes, itaipavas e cachoeiras; porque os bons passam a maior parte delas a remo, e com toda, ou só meia carga” (vide Figuras 15 a 19).⁴⁵

⁴⁴ ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 206.

⁴⁵ CAMELO, op. cit., p. 132.



FIGURA 15: Vista da primeira grande queda do rio Tietê, denominada Salto de Avanhandava, segundo aquarela de Aimé-Adrien Taunay [1826]. Escreve Langsdorff: “É evidente que, nesse ponto, as embarcações têm que ser descarregadas, pois essa cachoeira não é navegável. Por isso, aqui é obrigatoriamente um local de pouso. É necessário retirar as mercadorias e transportá-las por terra, juntamente com as embarcações, para abaixo da cachoeira. A essa operação de descarregar e transportar por terra chamam varação, varadouro ou varadoiro”.

Fonte da imagem: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. v. 2. Rio de Janeiro: Alumbamento: Livroarte, 1988. p. 111.

Fonte do texto: LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 154-55.



FIGURA 16: Vista da segunda grande queda do rio Tietê, denominada Salto de Itapura, segundo aquarela de Aimé-Adrien Taunay [1826]. Escreve Manuel de Barros: “se levam as cargas às costas dos negros, passando as canoas às mãos roçando o barranco até as meterem na boca do varadouro”.

Fonte da imagem: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. v. 2. Rio de Janeiro: Alumbramento: Livroarte, 1988. p. 111.

Fonte do texto: BARROS, Manuel de. Notícia 7ª Prática e roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas [...] que se costumam fazer por mar e por terra [1730-1740?]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 165.



FIGURA 17: Cachoeira do rio Paraná, denominada Salto de Urubupungá, segundo aquarela de Aimé-Adrien Taunay [1826]. A pintura deste salto mostra uma paisagem que não existe mais, pois o lugar foi totalmente modificado quando da instalação do complexo hidrelétrico. No início do século XIX, os viajantes costumavam fazer uma digressão ao Urubupungá para realizarem boas caçadas, pescarias – podem-se ver, em primeiro plano, os membros da expedição Langsdorff caçando e preparando o peixe – e trocas mercantis com os Kayapó que habitavam aquelas paragens.

Fonte: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. v. 2. Rio de Janeiro: Alumbamento: Livroarte, 1988. p. 111.

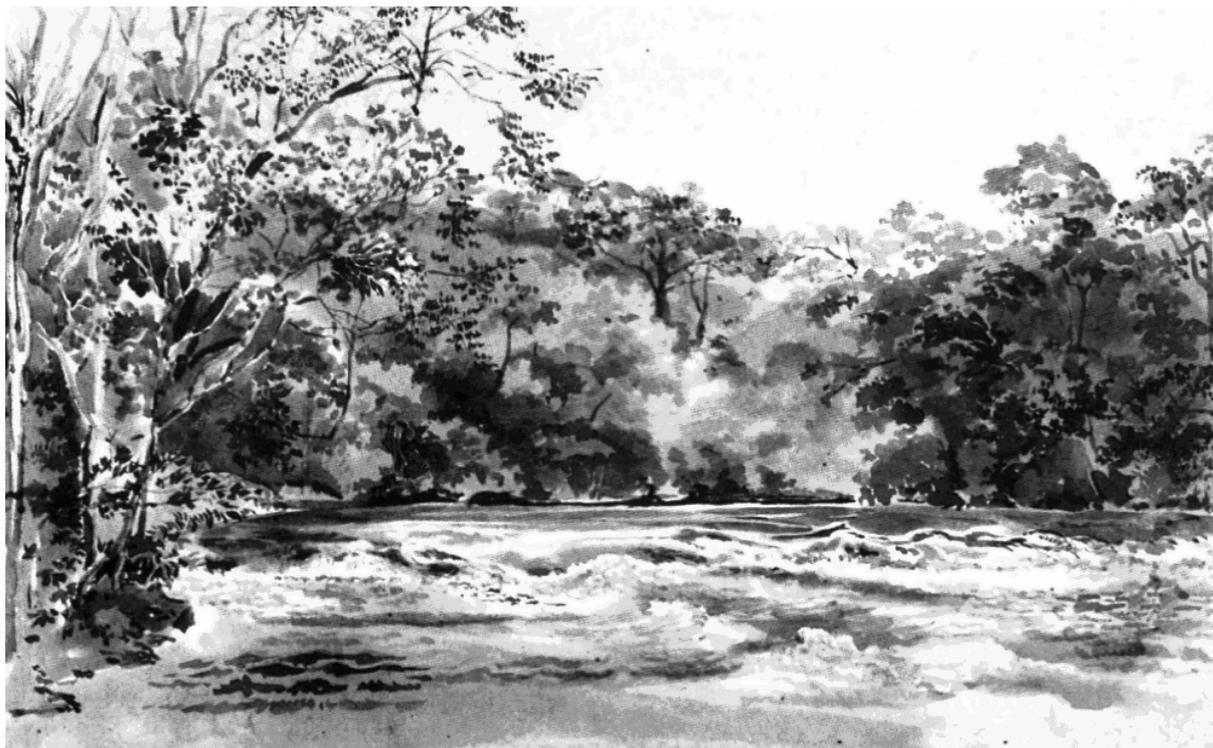


FIGURA 18: Vista de uma cachoeira do rio Pardo, segundo aquarela de Aimé-Adrien Taunay [1826]. A maioria das cachoeiras do rio Pardo eram passadas à sirga, conduzindo-se a canoa amarrada por cordas margeando a cachoeira ou puxando-a a partir da parte de cima das quedas.
Fonte: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. v. 2. Rio de Janeiro: Alumbramento: Livroarte, 1988. p. 111.



FIGURA 19: Canoa atravessando a toda velocidade por entre os canais da Cachoeira da Ilha, no rio Coxim, segundo aquarela de Hercules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829; com gravuras do Autor [1829]*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 83.

O procedimento de passar as cachoeiras menores sem desembarcar a tripulação e metendo as canoas a toda a velocidade pelos canais estreitos e perigosos infligia medo em não poucos viajantes que jamais viram coisa parecida. Tal é o caso do português Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, que em sua viagem à capitania de Mato Grosso, para tomar posse de cargo público em Cuiabá, em 1785, evidenciou nitidamente o sentimento de medo que experimentou no rio Tietê.

Eu não passava cachoeira alguma em canoa que não ficasse sem sangue, de susto, porque o sistema dos Pilotos e remadores é nessas cachoeiras meterem mais remeiros mestres em cada uma das canoas [...] e depois fazem um grande esforço com o qual, e com a violência da correnteza, que nas cachoeiras é violentíssima por terem muita queda, vai a canoa como uma seta, o que eles querem para assim obedecer melhor a canoa aos remos, tomar direito o canal que faz em muitas cachoeiras mil torcicolos; de sorte que eu via que se naquela violência a canoa batia em alguma das muitas pedras que há,

infalivelmente, tudo se fazia em cacos e não havia remédio senão ir ao fundo.⁴⁶

Descrição de procedimento semelhante de passar a canoa a toda velocidade efetuou Florence em cachoeira do rio Coxim, enfatizando o sincronismo que norteava as práticas dos mareantes, caracterizadas, segundo o viajante, pela precisão, energia e habilidade.

Toda a carga sai das canoas, nas quais se metem cinco ou seis homens dos mais entendidos. Sobem então um pouco o rio e, virando de repente, enfiam o canal. Eis que o frágil batel se inclina; voa que não corre; num redemoinho de espuma mergulha a popa ou a empina temeroso. Mas aí vigia o guia, de pé com um varejão na mão; à popa, o ajudante e seus pilotos estão alerta, e no meio trabalham os proeiros. Todos eles manobram com precisão, energia e habilidade. Curvados para maior firmeza das pernas, manejam o remo e a zinga, desviando a todo instante dos choques de encontro aos penhascos, onde as canoas se fariam em mil pedaços.⁴⁷

Para a passagem de uma cachoeira, em geral adiantava-se o guia acompanhado de mais alguns em uma canoa, observava “as condições do rio”, que sempre são mutáveis, e decidia qual o procedimento seria adotado pelos mareantes. “Para esta operação, ressaltou Langsdorff, é necessário muito conhecimento prático do local”.⁴⁸ Em outras ocasiões, o guia tinha que decidir em questão de poucos segundos por uma solução frente a uma situação imediata, como a que se viu a expedição Langsdorff, cujos relatos preservaram com detalhe a atuação experiente do guia. A canoa em que estavam o viajante e o guia tomou força repentinamente com a correnteza do rio Tietê e foi arremessada sobre alguns baixios e rochas, ficando atravessada no rio. “O guia que estava em pé no meio do barco segurando uma vara pulou apressadamente dentro do rio, onde ficou com água até os ombros, e mandou os outros trabalhadores fazer o mesmo”.⁴⁹ Conseguiram assim evitar o tombamento da canoa e retirá-la do baixio com ajuda de alavancas de ferro (vide Figura 20).

⁴⁶ LARA E ORDONHES, Diego de Toledo. Carta de um passageiro de monção [1785]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 226.

⁴⁷ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829; com gravuras do Autor* [1829]. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 81.

⁴⁸ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 176.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 172.

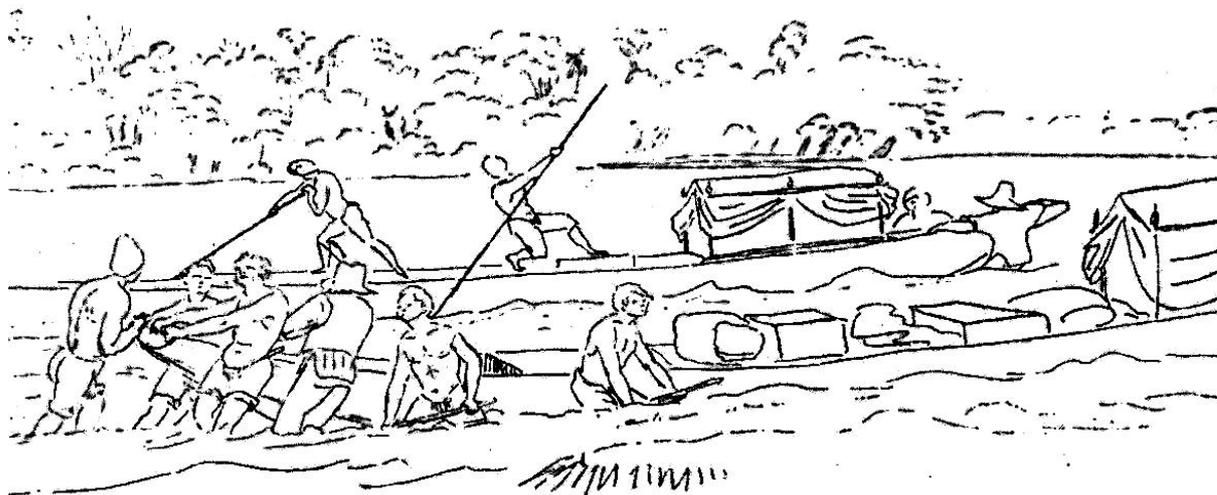


FIGURA 20: Mareantes desencalhando as canoas da expedição Langsdorff de um baixio do rio Tietê. Fonte: FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*; com gravuras do Autor [1829]. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 40.

A experiência acumulada pelos mareantes no domínio dos segredos dos rios monçoeiros não os livrava de acidentes de trabalho. Francisco José de Lacerda e Almeida, navegando a montante do rio Coxim, viu cáírem na água dois mareantes, empurrados pela aspereza de uma cachoeira: “e por felicidade se não aforagão n’aqueles fervedouros, e redemoinhos, ou pelo menos não quebraram algum membro nas pedras”.⁵⁰ Na passagem da canoa em que estavam Juzarte e o guia de sua monção pelo rebojo do Jupuíá, perigoso redemoinho do rio Paraná, quem foi jogado no rio foi o próprio guia, o que provocou pânico generalizado entre os viajantes, pois a canoa estava sendo sugada pelo turbilhão das águas. Segundo narra Juzarte, “ficando assim a Embarcação sem Piloto, nem governo, porque os mais se atemorizaram [...] tomando a corda o Guia tornou a Embarcar, e animando a gente se endireitou a embarcação, saltando todos sobre uma grande Pedra que estava na água”.⁵¹

⁵⁰ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841 (Impresso pertencente ao AESP). p. 72.

⁵¹ JUZARTE, op. cit., p. 265.

A ciência prática dos rios tem por instrumento privilegiado de trabalho a memória dos guias. Quando se alagam os pantanais, e ficam submersas as copas de algumas árvores, é pelas manchas verdes que se movimentam no curso das águas que os guias distinguem os descaminhos e lembram o itinerário a seguir.⁵² Segundo Langsdorff: “Para ser um guia, uma pessoa tem que conhecer tudo sobre a correnteza, a foz, a profundidade e as baixadas do rio em cada lugar”.⁵³

Embora o guia acabe sendo aquele que toma as decisões mais importantes sobre os trabalhos da mareagem na expedição como um todo, em cada canoa contam muito as funções desempenhadas pelo piloto e pelo proeiro. Com um remo maior do que dos outros camaradas, governa o piloto a direção tomada pela canoa; também o proeiro dispõe de um remo maior, pois graças a ele pode desviar o barco dos perigos que surjam à frente. Destarte, piloto e proeiro, de acordo com o parecer de Augusto Leverger, “devem ser homens destros e com mais ou menos experiência dessa navegação”.⁵⁴

Acumulava ainda o proeiro algumas funções a mais, devido ao reconhecimento que a função parecia ter entre os mareantes em geral, por ser sobremaneira perigosa e demandar uma experiência acumulada na viagem monçoeira. Assim, refere Lacerda e Almeida com algum detalhe as funções exercidas pelo proeiro da canoa que o trouxe de Vila Bela a Araraitaguaba, no ano de 1788. Tratar-se-ia de

[...] um remador dos mais antigos, e experiente [...], com o título de Proeiro. Este homem tem as chaves do caixão das carnes salgadas, e das frasqueiras, comanda e governa a proa, e está na sua jurisdição e vontade o fazer mais, ou menos compassadas as remadas, conforme bate mais, ou menos apressadamente com o calcanhar na canoa, servido cada pancada como de compasso para cada uma remada: todos remam em pé. Este homem merece na verdade toda a contemplação, pois nas decidas das cachoeiras leva a vida em muito perigo e risco; porque como o rio corre n'ellas (para assim dizer) como a balla despedida da peça, é necessário desviar a proa e a canoa das pedras, que lhe estão em frente [...]; se n'estas rápidas mudanças succede escorregar, ou rossar a canoa em alguma pedra, ainda que seja levemente, vai ao rio, e se faz em pedaços, ou ao menos morre afogado./ Todas estas considerações da importância da sua pessoa, e a autoridade que tem, o fazem respeitado de seus companheiros, e tem toda a chibança de um vilão obsequiado e respeitado.⁵⁵

⁵² NOTÍCIA 8ª PRÁTICA... op. cit., p. 197-98. Este procedimento chamou a atenção de Florence, que anotou: “Em alguns lugares, o que dá a conhecer as margens são as plantas e árvores a surgirem de dentro d'água”. FLORENCE, op. cit., p. 98.

⁵³ LANGSDORFF, op. cit., v. 3, p. 60.

⁵⁴ LEVERGER, op. cit., p. 365; TAUNAY, *HBP*, t. 2, p. 143.

⁵⁵ LACERDA E ALMEIDA, op. cit... AESP, p. 83-84.

Guias, pilotos, proeiros e remeiros eram, desde o início da rotinização da via monçoeira, ocorrido por volta do final da década de 1720, trabalhadores livres assalariados. No momento oportuno serão analisadas as condições sociais de seu recrutamento no âmbito das populações mamelucas paulistas, bem assim como o regime de exploração da força de trabalho. Por enquanto, convém sublinhar que os viajantes que seguiam para o Cuiabá faziam-no, em sua maioria, munidos de um grupo de escravos negros que lhes pertenciam, e que muito provavelmente seriam empregados no negócio que esses mesmos viajantes esperavam instalar nas minas. A divisão social do trabalho que perdurava durante os cinco, seis ou sete meses de viagem caracterizava-se por um exclusivismo dos trabalhadores livres mais “graduados” no exercício das suas funções mareantes, rejeitando como trabalho dos remeiros e dos escravos o transporte das cargas durante a varação por terra. Refere Leverger, já para os anos finais das monções, que “nas cachoeiras, só os remeiros levam as cargas às costas”.⁵⁶

Ao que se pode deprender dos relatos de viagem, vigorava um código costumeiro que regulamentava a divisão social do trabalho entre os mareantes “graduados”, os remeiros e os escravos dos viajantes, delimitando claramente os espaços de uns e de outros. Constatase mesmo que escravos chegaram a ser empregados na função de remadores.⁵⁷ Seja como for, predominou por mais de um século o código costumeiro pelo qual as funções de mareagem eram quase tudo o que cabia aos trabalhadores livres “graduados”, enquanto que os remeiros e escravos acumulavam também a função de transportar as cargas durante as varações por terra. É o que atesta Langsdorff, quando pôde observar a divisão social do trabalho no momento da varação de uma cachoeira. Descreveu com precisão este autor as situações em que eram realçados os traços exclusivistas das funções dos mareantes “graduados” em contraponto às funções dos remeiros e escravos, bem como os momentos em que, seguindo ainda o código costumeiro, todos eram obrigados a ajudar realizando o mesmo trabalho. Durante a varação do salto de Avanhandava, no rio Tietê, escreveu Langsdorff:

Todos estavam ocupados, sendo que as suas tarefas seguiam uma determinada orientação, ditada por costumes e leis antigos, mas suficiente para evitar toda e qualquer desorientação. Por exemplo, só os remadores devem levar a carga ou o lastro. O proeiro e o piloto (os oficiais) de cada uma das embarcações devem trabalhar com cuidado e prestar contas de tudo que recebem. Um joga de cima e o outro recebe embaixo. Depois que uma embarcação foi totalmente descarregada,

⁵⁶ LEVERGER, op. cit., p. 365.

⁵⁷ PALÁCIO, Francisco. Roteyro da viagem de São Paulo para as Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726 [1734]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. IEB/USP. Códice: Yan, 31. f. 10b.

ela é levada algumas centenas de metros para baixo, através da parte inicial superior da cachoeira (os baixios), uma operação que envolve um certo risco; depois ela é trazida para a margem para ser arrastada por terra. Amarra-se, então, uma corda forte na proa do barco, e todos, dos oficiais mais graduados aos trabalhadores comuns, põem mãos à obra para empurrar a embarcação por terra. Preciso reconhecer que imaginei que isso seria mais difícil do que realmente é. Quase toda a tripulação fica segurando a corda, alguns, de pé, vão da direita para a esquerda, manejando grandes e fortes barras de ferro; e outros ajudam a levar o barco para frente, empurrando-o pela parte de trás. É costume distribuir para a tripulação, durante esse trabalho difícil, um cálice de aguardente, o que lhes renova a força e a coragem.⁵⁸

Percebe-se, por este relato, uma hierarquização flagrante das funções dos trabalhadores das canoas monçoeiras. Entrando o século XIX, deve-se ter em conta, além do referido exclusivismo dos “graduados”, um exclusivismo dos trabalhadores remeiros livres em contraponto aos trabalhadores escravos. O mesmo Langsdorff, ao se preparar para deixar uma paragem do rio Tietê na qual fizera falha a expedição, constava que: “Os remadores terminam seu trabalho muito antes de nós; quando chega a hora de embarcar, meus empregados e escravos ainda estão lavando pratos e travessas”.⁵⁹

Na América portuguesa, as distinções baseadas na cor, ocupação e *status* permeavam a vida cotidiana das pessoas comuns e das elites coloniais, produzindo um complexo sistema de múltiplas hierarquias de honra e estima. Particularmente na capitania de São Paulo, de acordo com a análise de Stuart Schwartz, o incremento notável das plantações de açúcar, nos anos finais do século XVIII, não criou por si mesmo as hierarquias baseadas na cor, mas as intensificou enormemente. O mesmo autor enumera, para outras regiões, alguns casos em que grupos de ocupações mais ou menos exclusivas dos mestiços protestavam contra a ascensão social de indivíduos considerados “negros”, de mesma forma como reclamavam das comparações.⁶⁰ Segundo Schwartz, a hierarquia baseada na cor perpassava o cotidiano de todas as camadas sociais:

⁵⁸ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 156.

⁵⁹ Ibidem, p. 137.

⁶⁰ SCHWARTZ, Stuart B. Brazilian ethnogenesis: *mestiços, mamelucos, and pardos*. In: GRUZINSKI, Serge; WACHTEL, Nathan (Ed.). *Le Nouveau Monde: Mondes Nouveaux: L'expérience américaine*. Paris: Ed. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996. p. 23-27. Por exemplo, em 1756, na Bahia, uma milícia de “crioulos” reclamou quando um soldado nascido na África recebera o título de comandante do agrupamento. É certo que essas hierarquias eram também vigentes, com particularidades, na América espanhola. Uma boa bibliografia atualizada em perspectiva comparativa, com especial atenção às questões de “limpeza de sangue” e sexualidade, encontra-se em: STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, ‘raça’, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 14(1), p. 15-42, janeiro-abril, 2006.

Discrimination and prejudice in colonial society based on slavery in which black was at the bottom and white at the top created attitudes and perceptions among the whole population. Color, ethnic and 'national' divisions and rivalry were wide-spread among the population of color. Persons of mixed descent tended to emphasize that they were distinct from blacks and to identify upward on the ladder of color.⁶¹

A vigência de uma espécie de código costumeiro que reforça uma divisão social do trabalho nas canoas pode ser percebida em relatos da primeira metade do século XVIII. Com efeito, por tais relatos fica-se sabendo que, embora fosse em geral delegada aos escravos a função do transporte das cargas durante a varação por terra, essas imposições estavam sujeitas a estratégias de subversão.

A carta do Autor Anônimo, escrita em 1746, narra uma viagem de Araraitaguaba a Cuiabá, a partir da compilação do relato de Francisco Palácio. A mareagem era composta, nesta expedição, basicamente de escravos, situação que não era muito comum nas monções, embora eventualmente os escravos estivessem presentes nas canoas para a realização de outros trabalhos, como a abertura de picadas, o transporte de cargas, ou mesmo destinados à mineração, quando chegassem a Cuiabá. Transparecem nas afirmações do autor as ações empreendidas pelos escravos no sentido de estabelecer algum controle sobre o ritmo de trabalho e a distribuição da comida. Afirma a carta quando da passagem do rio Tietê ao Paraná:

[...] tive uma emborcação [e] molhou-se mantimento e a fazenda; quis falhar para enxugar mas a minha tropa não quis demorar nada; os negros tanto remam para diante como para trás, se ilha, dava, não os tenha para me remarem ou bem ou mal acima; [...] o trabalho dos varadouros me amofinava e os negros quando varavam as cargas metiam-se em matos e consumiam-nas.⁶²

Mais a frente, durante o varadouro de Camapuã, constata-se a mesma astúcia dos escravos, de modo que fica registrado o apelo do autor “advertindo que nunca os largueis que se os deixares sós desviam-se no caminho ou dormem quando querem, ou consomem, e furtam o que levam”.⁶³

A astúcia dos escravos, flagrante no furto e consumo de mantimentos das canoas monçoelras, deveria ser uma prática generalizada, pois mesmo quando da viagem do

⁶¹ SCHWARTZ, op. cit., p. 27.

⁶² NOTÍCIA 8ª PRÁTICA... op. cit., p. 190.

⁶³ Ibidem, p. 193.

governador Rodrigo César a Cuiabá, em 1726, viagem que deveria ser bem equipada militarmente, tais furtos ocorreram. Como relata Rebelo, que participou da mencionada viagem, o varadouro de Camapuã, pelo qual se passa por terra com canoas e cargas às costas dos escravos, é teatro propício para tais práticas.

Neste varadouro de canoas e cargas, morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo, [...] [levam-se] em umas pequenas carretas as canoas puxando delas mais de 20 e 30 negros, em cuja condução se experimentam vários descômodos, não só em cargas que arrombam e furtam, como nos mantimentos que se perdem; que nesta altura é a perda mais sensível, e tanto mais se quer antes perder um negro, sendo estes tão necessários, que um alqueire de mantimento, feijão ou farinha.⁶⁴

Sequer escapou a expedição Langsdorff de prosseguir na derrota dos rios em meio às astúcias daqueles que ficavam responsáveis pelo transporte e fiscalização das cargas. Contudo, o diário de viagem não deixa claro se se tratou de uma ação promovida pelos escravos ou pelos trabalhadores livres, embora pela quantidade dos itens subtraídos seja possível supor que não eram poucos os envolvidos. “Transtornos os mais diversos, escreve Langsdorff, acontecem em tais oportunidades. À noite, alguns roubaram vinho, outros açúcar. Foram descobertos e declarados culpados, e terão, em consequência, que pagar o prejuízo (aproximadamente 14 garrafas)”.⁶⁵

A atuação dos escravos podia tomar proporções ampliadas. Durante o século XVIII, foi largamente recorrente na memória dos populares a história do Pe. José Pompeu de Almeida. Este vigário embarcou com alguns escravos negros e índios Guarani-Carijó e desceu “o Tietê sem estorvos maiores e ao cabo de mais de dois meses foi acampar numa ilha das muitas que tem o Paraná. Certa noite os seus índios, mal satisfeitos com as impertinências do amo, fugiram todos, levando os cães, quando dormia”.⁶⁶ Achou-se só, por algum tempo, na referida ilha, o Pe. Pompeu de Almeida, e, segundo conta a narrativa popular, fez confissão antes de morrer ao Pe. Belchior de Pontes, que ao mesmo tempo estava nos arredores do rio Pinheiros em São Paulo. A mágica social do motim de escravos deve impressionar muito mais ao historiador do que a suposta bilocação milagrosa do Pe. Pontes.⁶⁷

⁶⁴ REBELO, op. cit., p. 123.

⁶⁵ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 157.

⁶⁶ TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 178-79.

⁶⁷ Contudo, não é esta a ênfase de Taunay, que reconta esta história já narrada por Pedro Taques de Paes Leme.

Seja como for, ainda que se utilizasse de boa parte das técnicas de construção naval e mareagem indígenas, as monções colocavam em situação de contato populações diversas, com pautas culturais específicas e hierarquizadas de acordo com sistemas de divisão social do trabalho complexos. Com o passar das décadas, foram se definindo *status* diferenciados para cada uma das funções exercidas pela mareagem. Tornaram-se vigentes códigos costumeiros exclusivistas, demarcadores de espaços sociais de prestígio no âmbito das funções dos mareantes (que constituíam uma gradação: remeiro, proeiro, piloto e guia), e entre estes, como grupo, e os escravos, que acumulavam tarefas específicas. Sobretudo, multiplicaram-se as estratégias de subversão e os conflitos entre as populações inter-relacionadas e hierarquicamente posicionadas. Todo um quadro social produto das novas relações interculturais vigentes a partir do século XVIII, caracterizador das especificidades dessas viagens ao extremo oeste.

Assim, afirmar que “os paulistas conservaram praticamente intactas as técnicas indígenas de construção de embarcações e de mareagem pelos rios encachoeirados”,⁶⁸ como quer uma autora contemporânea, é uma hipótese correta até certo ponto, já que não explica, por si mesma, os compartilhamentos culturais diferenciados em curso no século XVIII. É muito provável que pouco tenha sido acrescentado ao método de fabricação das canoas, e uma comparação entre a técnica empregada no trabalho dos Guarani-Carijó que, em 1628, durante um mês, construíram três canoas para o governador do Paraguai Céspedes Xeria, e a técnica dos artesãos especializados que, no século XIX, cobravam vultosas somas pelos seus produtos, revelaria mais semelhanças do que diferenças, embora se deva notar, por exemplo, uma maior utilização do ferro nos pregos, machados, e outros itens. Quanto às técnicas de navegação dos rios, a despeito das notáveis permanências, como o remar em pé, certamente o transporte de número maior de passageiros, itens de comércio, armas, animais e móveis pesados impunha técnicas diferenciadas, sobretudo na passagem das cachoeiras.

Mas as relações sociais vigentes são inteiramente outras. A mareagem estruturou-se segundo uma divisão social do trabalho específica. As populações de estabelecimentos como Araraitaguaba, Itu, Camapuã e boa parte da gente de Cuiabá, orientaram suas atividades econômicas para a viagem monçoeira. Havia interesses coloniais envolvidos impondo uma militarização das expedições fronteiriças no afã da disputa territorial entre as duas Metrópoles, processo este cada vez mais visível na segunda metade do século XVIII. Em que pese tais imposições, a cultura mameluca amalgamava as novidades presentes e as heranças

⁶⁸ KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 37.

passadas, permanecendo, pelo menos por enquanto, uma condição essencial da colonização, e ao mesmo tempo seu contraponto, fazendo-se presente, por exemplo, nas práticas dos mareantes monçoeiros.

2.3 POPULAÇÕES MISTIÇAS, CULTURAS HÍBRIDAS

A divisão social do trabalho das populações envolvidas no movimento das monções contava com um número muito maior de trabalhadores livres do que de trabalhadores escravos. A presença de mão-de-obra escrava nas viagens monçoeiras estava restrita a comboios numerosos, nos quais migravam alguns comerciantes ou indivíduos empreendedores com sua escravaria. Ou ainda, às viagens dos capitães-generais.

É Taunay um dos primeiros a afirmar que, no movimento das monções, “a recruta das populações arrolava sobretudo escravos negros”, hipótese que não vem acompanhada da devida comprovação documental, mas sim de uma outra suposição, ainda mais grave, que espero já ter refutado aqui.¹ Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, contabiliza a relação entre escravos e livres em cada canoa de monção em oito para um, de modo que em poucos anos de funcionamento das minas do Cuiabá já haviam entrado cerca de três mil escravos.² Com base nestes dados, Glória Kok supõe que os escravos eram largamente empregados na mareagem monçoeira.³ Não há o que objetar à passagem de escravos para as minas do Cuiabá já na primeira metade do século XVIII, como atestado pelo cronista Barbosa de Sá desde o ano de 1720 e, em especial, para o ano de 1724, quando chegou “monsam de bastantes canoas com fazendas e escravatura”.⁴ Outro informante, José Gonçalves da Fonseca, escrevendo em 1750, afirma que, além de 80 brancos, a vila de Mato Grosso contava com 1.100 “negros de Guiné”, dos quais 600 eram empregados nas minas e 500 nas lavouras.⁵

O problema desses estudos é terem confundido os escravos que os comerciantes faziam passar às minas pela rota fluvial, sujeitando-os não raras vezes ao trabalho de transporte das cargas ou mesmo ao auxílio no mister de remar, com a mão-de-obra livre

¹ Pois diz Taunay que é “realmente espantoso não se consignarem atos de reação contra a terrível servidão exigente de tamanho sacrifício”, referindo-se ao regime de trabalho a que era submetida a mão-de-obra monçoeira. TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 158. Sobre este ponto, basta lembrar as passagens supracitadas, retiradas de documentos publicados pelo próprio Taunay, nas quais são flagrantes as estratégias e astúcias sutis ou abertamente conflituosas promovidas pelos escravos que embarcavam nas canoas.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, 1966. p. 6, 80.

³ KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 62.

⁴ SÁ, José Barbosa de. Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus principios thé os presentes tempos [1775]. *ABN*, v. 23. p. 14.

⁵ FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação de Matto Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes [1750]. *RIHGB*, t. 29, parte 1 (v. 32). p. 356.

especializada de Araraitaguaba e Itu, a maioria mamelucos, que constituíam a força de trabalho fundamental do serviço da mareagem.

Alguns fatores explicam a não predominância do trabalho escravo na mareagem monçoeira. Primeiro, porque as vilas de Araraitaguaba e Itu, fornecedoras do contingente populacional que se ocupava das monções, só viriam a contar com uma expansão significativa da população escrava africana ou afro-descendente nas décadas finais do século XVIII, com a introdução das lavouras de cana-de-açúcar. Nesse período e no início do século seguinte, em que se verifica a pujança do açúcar, essas regiões presenciaram um incremento notável no efetivo de mão-de-obra escrava, bem como no número de engenhos e na sua produtividade. De acordo com Maria Thereza Schorer Petrone, contudo, para período anterior ao último quartel do século XVIII, o número de escravos negros empregados na capitania de São Paulo, embora tivesse relativa importância econômica, não chegara a desempenhar um papel central, como seguramente teve décadas depois.

Antes do ‘ciclo do açúcar’ as condições econômicas de São Paulo não justificavam a introdução de escravos africanos em larga escala. A pequena agricultura, geralmente praticada, recorria ali à mão-de-obra preexistente, índios e mamelucos, sobretudo, só raramente utilizando o escravo africano, tão comum nas outras áreas brasileiras. [...] Com o crescente interesse pela cultura da cana, aumentou o número de escravos e a sua conseqüente importação; [...] de 1813 a 1836 a população livre aumentou 44,7 por cento e a escrava de 80,1 por cento.⁶

Mesmo no final do século XVIII, embora contassem com mais escravos, as elites econômicas da região de Itu e Araraitaguaba os utilizavam na lida dos engenhos, não propiciando de modo algum o incremento do transporte fluvial.⁷ Este era um trabalho pouco rentável e tinha se tornado decadente desde a regularização da estrada de Goiás e das monções do Grão-Pará.

⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968. p. 110. A mesma autora constata a evolução do número de engenhos na região de Itu desde o tempo do Morgado de Mateus, pois um ofício de 1767 refere a exportação de açúcar ituano. Em 1776, Itu possuía 25 engenhos; já em 1798, existiam 107 engenhos, que produziam 64.809 arrobas de açúcar; em 1803, o número de engenhos na vila andava por 130, produzindo cerca de 80.000 arrobas; em 1836, existiam 98 engenhos, com produção de 91.965 arrobas de açúcar. *Ibidem*, p. 42-43.

⁷ SILVA, Valderéz Antônio da. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê*. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 36, 65.

Em segundo lugar, o elevado capital incorporado na pessoa do escravo tornava contraproducente sua utilização numa atividade pouco rentável, progressivamente decadente e repleta de oportunidades para suas ações astutas, como insurreição e fuga, vistas no capítulo anterior. Além do mais, morte e seqüestro de escravos negros eram situações amplamente conhecidas à época. Os Payaguá, aliados aos Mbayá, capturavam os escravos levados pelas monções para vendê-los ou trocá-los em Assunção; os Kayapó, avessos à captura de cativos, preferiam aniquilar comboios inteiros.

O trabalho da mareagem monçoeira era uma atividade predominantemente realizada por homens livres, e alguns estudos têm constatado a predominância da categoria *pardos* entre eles. A partir das listas nominativas de Porto Feliz do período entre 1798 e 1829, as quais inquiriram a “cor” daqueles que faziam parte da mareagem monçoeira (remeiros, proeiros, pilotos e guias), Silvana Alves de Godoy observou que 73,9% se identificaram como *pardos*, 18% como brancos, 4,3% como negros e 3,7% não informaram.⁸ Valderez Antonio da Silva, compulsando a documentação cartorial de Porto Feliz entre 1800 e 1810, notou que, entre 60 mareantes inquiridos, 24 identificaram-se como *pardos*, 20 como *bastardos*, 8 como *caborés*, 6 como brancos, 1 como mulato e 1 como *crioulo preto*.⁹

Stuart Schwartz tem estudado tais categorias a partir da perspectiva da etnogênese, ou seja, da criação de novos tipos de grupos sociais como resultado dos contatos culturais e sexuais proporcionados pelo sistema colonial.¹⁰ Segundo este autor, as categorias de mestiços, como *mamelucos* e *bastardos*, eram muito comuns em São Paulo colonial, apontando para uma presença significativa dos indígenas naquela sociedade, embora tais categorias, que vinculavam cor a legitimidade, servissem de base para discriminação.¹¹ Tanto a categoria de *mameluco* quanto a de *bastardo* descreviam, como informa John Monteiro, a prole de pai branco e mãe indígena, tendo os *mamelucos* a paternidade reconhecida e uma identidade

⁸ GODOY, Silvana Alves de. Itu e Araraitaguaba na rota das monções (1718-1838). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: [s.n.], 2003. Disponível em: < <http://www.abphe.org.br> >. Acesso em: 4 set. 2005. p. 21.

⁹ TRABALHADORES na navegação para Cuiabá identificados nos autos de devassas do cartório do ofício de Porto Feliz, nas décadas de 1800 e 1810 [ANEXO]. In: SILVA, op. cit.

¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. Brazilian ethnogenesis: *mestiços*, *mamelucos*, and *pardos*. In: GRUZINSKI, Serge; WACHTEL, Nathan (Ed.). *Le Nouveau Monde: Mondes Nouveaux: L'expérience américaine*. Paris: Ed. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996. p. 8.

¹¹ *Ibidem*, p. 14.

próxima à portuguesa, ao passo que os *bastardos*, sem o reconhecimento público da paternidade, permaneciam vinculados, pela linha materna, à camada indígena da população.¹²

Para Schwartz, em finais do século XVIII, quando da maior pujança dos engenhos açucareiros e da presença de escravos africanos, as mestiçagens levaram ao aparecimento de outras categorias, como as de *pardos*, *caboclos*, *curibocas*, *salta atrás* e mesmo *caborés* ou *caburés*, que o dicionário refere como mestiço de negro e índio, guardando ainda o uso pejorativo para “pessoa feia e de ar tristonho”.¹³ Ao mesmo tempo, houve uma perda do *status* social e uma nova gradação das categorias de mestiços.¹⁴

Seja como for, era entre esses novos grupos mestiços, a quem se atribuíam as mais variadas categorias, ao mesmo tempo étnicas e sócio-ocupacionais, que desde o início da era das monções até o século XIX foi recrutada a mão-de-obra que compunha a mareagem das canoas. À época da expedição Langsdorff, percebia-se ainda na região de Itu, cada vez mais pujante de engenhos açucareiros, uma maior miscigenação entre brancos e índios e uma presença notável dos fluxos interculturais próprios da cultura mameluca. Assim, comentando a respeito das populações da região de Itu, escreve Langsdorff:

Nesta cidade, como em toda a província, percebe-se uma maior miscigenação entre portugueses e índios do que talvez em outros locais do Brasil. Com isso, muitas palavras da língua indígena se tornaram comuns, e na população há maior número de brancos, ou seja, de mestiços de brancos com índios, do que negros. Embora as leis tenham proibido o comércio com índios, ele continua sendo feito até hoje, clandestinamente. Dizem que há paulistas que falam muito bem a língua dos antigos indígenas; e que muitos índios que vivem livres e longe da cidade, como, por exemplo, às margens do rio Tietê, falam relativamente bem o português.¹⁵

¹² MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 166-67. Segundo este autor, há certo debate sobre as origens do termo *mameluco*, e uma das versões associa-o ao termo *mamluks*, usado no Egito para identificar os escravos-guerreiros que ali existiram nos séculos XVI e XVII. Ibidem, p. 255. Entre os paulistas, consoante a explicação de Monteiro, o termo *mameluco* caiu em desuso no século XVIII, sendo substituído por *bastardo*, que ganhou sentido mais genérico, identificando toda a pessoa de ascendência indígena. Ibidem, p. 167.

¹³ SCHWARTZ, op. cit., p. 21; FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁴ “The growth of a mixed population and its ‘africanization’ eventually resulted in a loss of status within colonial society. While Indian roots to the family tree might be accepted, association with blacks or mulattoes was rarely recognized and never esteemed”. SCHWARTZ, loc. cit.

¹⁵ LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 39.

Não parece inverossímil, destarte, que os termos *pardo* e *bastardo* coletados por Valderez Silva se referissem aos mestiços de brancos com índios, ao passo que *caboré* provavelmente se referisse aos mestiços de negros com índios.

O mais significativo a notar, contudo, é que sobre uma população de mestiços, sobre a qual não incidia diretamente a sombra do latifúndio monocultor agro-exportador, estivesse concentrado o trabalho extremamente especializado da mareagem das canoas. Um trabalho cujos procedimentos dependiam decisivamente dos intercâmbios culturais com os grupos étnicos locais, fossem Guarani, Tupi ou outros, portadores dos conhecimentos apropriados para construir as canoas, conduzi-las e vencer as agruras do sertão. Referindo-se aos mamelucos paulistas dos primeiros séculos da colonização, escrevem Carmem Bernand e Serge Gruzinski:

[...] los mestizos mamelucos aprovechaban una situación en la que el número de los europeos aún era muy escaso, y considerables las influencias indígenas. Encarnaban un estado híbrido perfectamente adaptado a un modo de vida en que se mezclaban rasgos portugueses y rasgos indios.¹⁶

Os mamelucos experimentavam estratégias ambíguas diante da colonização, com a qual tanto poderiam estar ao lado quanto em franca oposição. Ressalta Schwartz que eles eram empregados em diversas atividades: “Such transfrontiersmen and their offspring became *lenguas* or interpreters, go-betweens, peacemakers, and agents of conquest, in effect, spearheads of colonial settlement”.¹⁷ O mesmo autor enfatiza que, a despeito dessas atividades, não poucos mamelucos escolhiam viver como os índios; assim, por exemplo, além daqueles que se integraram ao movimento de rebeldes indígenas Santidade de Jaguaripe, na Bahia do século XVI, outros “*mamelucos* who were sent to combat the *Santidade*, in fact, joined forces with its followers”.¹⁸

Trata-se de uma população mestiça, sobretudo culturalmente, na qual as influências indígenas estão muito mais presentes do que no restante da população. As próprias canoas utilizadas nas monções seguem o mesmo modelo das utilizadas pelos indígenas por tantos séculos. Pouca coisa foi, neste particular, acrescentada. O costume de remar em pé, como já foi dito, permaneceu inalterado. Ora, remar em pé, antes de ser uma imposição do meio-

¹⁶ BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *Historia del Nuevo Mundo*: t. 2: los mestizajes, 1550-1640. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 438.

¹⁷ SCHWARTZ, op. cit., p. 12.

¹⁸ Ibidem, p. 17. Uma análise atenta desse movimento encontra-se em: VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ambiente, foi uma imposição cultural. Pois os *coches* africanos, que por sinal navegavam rios não muito diversos dos da América portuguesa, eram movimentados por remadores que iam sentados e de preferência junto à popa; se algum ficava na proa, era para ajudar a ação do leme e informar dos eventuais obstáculos.¹⁹

Nos trabalhos de passar canoas pelas dificultosas cachoeiras, os mareantes despiam-se de boa parte dos hábitos culturais europeus que eventualmente adquiriram ao despirem-se e, como índios mesmo, realizarem as manobras necessárias em meio aos turbilhões de água. Pois a roupa, ao molhar-se, torna-se pesada e pode desequilibrar o mareante empurrando-o no rio e, mais ainda, favorecer a sua submersão e seu afogamento. Chamou à atenção de Juzarte a prática dos mareantes de ficarem nus ao realizarem os trabalhos de passagem das canoas pelas cachoeiras.

[...] um dos homens da mareação se despiu nu botando-se a nado subiu sobre uma Pedra no meio da Cachoeira para servir de vigia, e dar sinal com os braços por onde haviam de passar as Embarcações vazias, as quais se passaram com os Pilotos dobrados, e todos nus pela razão de que dando uma destas Embarcações em alguma Pedra, ou perdendo o equilíbrio da correnteza, fogem estes homens nadando, e a Embarcação se faz em pedaços.²⁰

Durante a viagem do governador do Paraguai, D. Luis Céspedes Xeria, pelo rio Tietê no ano de 1628, impressionou ao castelhano a prática dos Guarani-Carijó de trabalharem desnudos, sobretudo nas manobras necessárias para a passagem das canoas pelas itaipavas. Escreve Xeria que

[...] des de el salto grande de abayandava hasta aqueste de tapira todo es grandissimas corrientes, peñascos y Ryscos por donde veniamos todo los dias desnudos y embujando para las canoas y teniendolas per que no se haziessen pedasos y otras veses enchandolas alagua con palancas.²¹

A prática de navegar desnudo permaneceu inalterada e indiferente à surpresa com que a viam os viajantes europeus familiarizados à cultura européia (para se ter uma idéia, o Conde de Azambuja, na sua viagem a Cuiabá em 1751, partira de São Paulo e só foi despir-se três

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 28

²⁰ JUZARTE, Theotônio José. Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios [...] principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 252.

²¹ XERIA, Luís de Céspedes. Carta do capitão-general governador do Paraguay [...] a Felipe IV sobre a sua navegação no Tietê e no Paraná [1628]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 112.

meses depois em Camapuã).²² A realização das manobras de passagem das cachoeiras exigia dos mareantes, além da experiência e da técnica, o estar preparado para ser arremessado no rio, o que poderia ser fatal com roupas pesadas. A exigência de navegar desnudo assemelha-se bastante ao processo de que fala o antropólogo Ulf Hannerz, a “deculturação”, isto é, o despojar-se de uma sobrecarga de cultura ocidental (neste caso, as roupas) para ganhar em estratégias de movimento e criatividade.²³

Além da permanência de algumas técnicas de navegação Guarani-Carijó entre os mareantes monçoeiros posteriores, há elementos acrescentados por estes últimos. No resumido relato de Xeria, menciona-se, na passagem provavelmente do rebojo do Jupuíá, imponente redemoinho que existia no rio Paraná, o “mucho peligro para las canoas donde me desembarqué con toda mi gente saindo por terra gran pedaço, y las canoas por este peligro”.²⁴ Ao que parece, os Guarani-Carijó que conduziam as canoas utilizavam procedimento diverso para a passagem dos redemoinhos do Jupuíá, pois resolveram contorná-lo varando as canoas por terra, enquanto que os monçoeiros do século XVIII passavam por essa paragem, ainda que com dificuldade, fazendo uso de cordas ou margeando o rio.²⁵

Nessas viagens, saber caçar tornou-se uma necessidade vital, pois as monções saíam, geralmente, com as cargas de mantimentos em quantidade muito menor do que era preciso. A inflação dos preços para os consumidores locais, decorrente da venda dos produtos em mercados distantes, os inúmeros tributos do exclusivo colonial, fomentando a carestia, e a inviabilidade de manter roças nas margens do percurso monçoeiro, destruídas como eram pelos grupos étnicos nativos em defesa de seus territórios, estão entre os fatores que condicionavam essa falta de mantimentos.²⁶ Além do que, já pelo final do século XVIII, muito do mantimento levado era destinado aos fortes militares da fronteira.²⁷

²² ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 211.

²³ HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, 1997. p. 24.

²⁴ XERIA, loc. cit.

²⁵ De acordo com o depoimento de Cabral Camelo, que por ali passou em 1727, “neste Jupuíá se passam as canoas a sirga, presas com cordas pela proa e pela popa por medo dos redemoinhos que faz a água, e em que é fácil submergirem-se, como dizem aconteceu a toda um tropa de sertanistas antigos”. CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 132. Já em 1746, o Autor Anônimo recomendou simplesmente passar por ali “correndo e navegando pela parte esquerda”. NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1746]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 191.

²⁶ BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 18 n. 36, 1998.

A caça era, de fato, uma atividade enormemente apreciada entre a mareagem das monções, como uma espécie de jogo no qual se concorre para demonstrar que se é o mais prático nas coisas do sertão. Lara e Ordonhes, que como bom nobre português tinha predileção pelo esporte da caça, ficou impressionado, na sua viagem a Cuiabá em 1785, com a importância que a mareagem dava para isto.

Há manadas de veados brancos, galheiros, dos quais se matam bastante para o que são doidos e apaixonadíssimos os seguidores daquele caminho que não conversão noutra coisa; tanto que o meu Piloto que se prezava de grande atirador, e que estimava muito uma arma que tinha, não jantou um dia com a paixão de ter atirado dois galheiros, e não matar nenhum.²⁸

O hábito da caça sofreu enorme influência indígena. O Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, também um nobre afeito ao esporte da caça, estranhou a técnica empregada pela sua tripulação, que consistia no ataque camuflado.

A 10 se matou o primeiro cervo, e como modo de caçar estes e os veados é tão diferente da do reino, não quero deixar de o explicar aqui. Estes comumente andam pelos campos quando os caçadores os avistam, despedem a caminha, e a põem pela cabeça, e levam chegando desta sorte fazendo várias visagens com que a caça pára, e às vezes sem reconhecer o que aquilo é, e em segundo lhe atiram ordinariamente com chumbo grosso ou bastardo, pois de outra sorte não sabem. Para matarem as emas as buscam levando um ramo diante da cara, com que deixam lugar ao caçador, de forma que lhe atiram quase a queima-roupa.²⁹

Lacerda e Almeida, escrevendo em 1788, também descreve o estilo camuflado de ataque utilizado pelos mareantes nas suas caçadas a veados e cervos, que lhe chamou muito a atenção (vide Figura 21).

Disponível em: < <http://www.scielo.br/rbh> >. Acesso em: 15 jun. 2006; VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 132.

²⁷ O próprio Morgado de Mateus, em carta de 22 de maio de 1769, recomendou ao seu ajudante-de-ordens Afonso Botelho Sampaio Souza, chefe de uma entrada aos sertões do Ivaí, o “modo paulístico” de viajar: reservar o máximo de mantimento possível para entregá-los aos fortins militares que guardavam a fronteira distante, e realizar a viagem à base de caça e pinhão. Apud NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê*. 2. ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978. p. 83-84.

²⁸ LARA E ORDONHES, Diego de Toledo. Carta de um passageiro de monção [1785]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 231.

²⁹ ROLIM, op. cit., p. 209.

Encaminham-se os caçadores para as manadas de veados contra o vento, levando na cabeça algum barrete, ou pano vermelho: algumas vezes parão, e levantão o braço, e outras agacham-se: os veados que não estão acostumados a verem estes fantasmas, chegam-se a elles para os reconhecer, e ficão sendo victimas da sua curiosidade.³⁰

³⁰ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841 (Impresso pertencente ao AESP). p. 77.



FIGURA 21: Campo perto das margens do rio Pardo, no qual se observa, ao fundo, um veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*). Segundo Manoel Cardoso de Abreu, a variedade de animais ribeirinhos ao Pardo convidava os viajantes a saírem das canoas e fazerem caçadas. Também eram encontrados cervos, lobos, tamanduás, perdizes, codornizes, emas, entre outros.

Fonte: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. v. 2. Rio de Janeiro: Alumbamento: Livroarte, 1988. p. 108.

ABREU, Manoel Cardoso de. Divertimento admirável para os historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso [...] [1783]. *RIHGSP*, v. 6. p. 265.

De acordo com Sérgio Buarque, há uma proximidade, embora com meios distintos, entre a prática dos sertanejos de atraírem suas caças com um pano ou barrete vermelho, cor esta que sabidamente seduz a atenção dos animais, e o procedimento utilizado por alguns grupos indígenas consistente em colorirem-se os homens com o urucu ou o jenipapo, antes de partirem para as suas caçadas.³¹

³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 61.

Da mesma forma, é possível supor que o contínuo contato dos sertanistas, desde o século XVII, com os índios Bilreiros, ou Kayapó meridionais, tenha favorecido a adoção de sua técnica de ataque camuflado, embora deva ser registrada a diferença entre o uso do porrete pelos índios e da arma de fogo pelos mamelucos. Como já descrito no capítulo 1.1, os Kayapó, ao procederem ao ataque contra os viajantes nos momentos em que faziam o caminho por terra na região do rio Pardo e Camapuã, utilizavam-se da técnica de se besuntarem de terra e se adornarem de mato, a ponto de tornarem-se indiferençáveis das moitazinhas agrestes.³² Ao que se depreende da descrição feita por Langsdorff da técnica do seu contra-guia José Pereira, apelidado de “amante da caça”, o estilo seria praticamente o mesmo dos Kayapó. “Ele besuntou seu rosto e corpo com cinzas e lama para impedir totalmente que fosse visto. Logo que viu um cervo, tirou suas calças e foi rastejando, quase deitado, em direção ao animal”.³³

O incremento do latifúndio monocultor agro-exportador de cana-de-açúcar em São Paulo, já no último quartel do século XVIII, favorecerá o processo de implementação de hábitos culturais europeus entre os grupos sociais sob a sombra dos engenhos e o processo de estigmatização da cultura mameluca, sua “desclassificação”. Tanto que, em meados do século XIX, num manual de caça escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen, o autor desqualificou brutalmente as práticas mamelucas, atribuindo-lhe os adjetivos mais pejorativos, enquanto fez a apologia de um estilo pretensamente “europeu”, “racional”, que garantiria aos homens uma suposta “idéia de superioridade sobre todos os viventes”.³⁴

Contudo, desde o início da colonização até boa parte do século XVIII, a cultura mameluca, inventando-se e reinventando-se nos fluxos culturais entre indígenas, brancos e negros, fornecia as condições mesmas de possibilidade da colonização. Práticas indispensáveis nas viagens pelos sertões, como a caça, serviam-se de uma espécie de hibridação de técnicas indígenas de ataque camuflado e do uso da arma de fogo advéncia para o tiro a queima-roupa. O conceito de hibridação tem sido utilizado para entender situações desse tipo, podendo ser definido como “processos socioculturais nos quais

³² PALÁCIO, Francisco. Roteyro da viagem de São Paulo para as Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726 [1734]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. IEB/USP. Códice: Yan, 31. f. 14a-b.

³³ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 203-204.

³⁴ VARNHAGEN, Francisco de A. *A caça no Brasil ou manual do caçador* apud HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 69.

estruturas práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.³⁵

Durante sua passagem pelo rio Taquari, observou Lacerda e Almeida a piscosidade das águas e o uso da flecha, pelos praticos mamelucos, durante a pescaria: “Eram tantos e tão espessos os cardumes de peixes, que pelo rio se vião, que por divertimento qualquer pessoa, que não saiba pescar a flexa, a atirava à direção, e não errava tiro”.³⁶ O arco e a flecha estiveram, desde os primeiros tempos da colonização, entre os petrechos indispensáveis dos mamelucos, pois ofereciam inegáveis vantagens em relação à arma de fogo da época, mesmo na caça, porquanto não denunciavam o atirador, tinham o tempo de recarga mais curto e a possibilidade da pontaria indireta com o ricochetear.³⁷

Além das técnicas de caça, hibridaram-se as pautas culturais européias e indígenas na definição dos objetos de desejo dos caçadores. À época das monções, e certamente desde décadas anteriores, uma caça de grande predileção entre os mamelucos era a da ave anhuma (*Anhuma cornuta*), conhecida moradora do vale do rio Tietê, a cujo unicórnio eram atribuídos os mais fantásticos poderes curativos (vide Figura 22). Refere Lara e Ordonhes, ao passar pelo mencionado rio em sua viagem para Cuiabá no ano de 1785, que a anhuma, esta “ave do tamanho de um peru”, era muito procurada pelos mareantes.

³⁵ CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. xix. Tal conceito me parece adequado para explicar a cultura mameluca, possibilitando entendê-la como processo histórico no qual se misturam itens culturais das pautas das culturas indígenas e das culturas adventícias (o que definitivamente não significa que elas estivessem num estágio de “pureza” antes dos contatos coloniais). As ressalvas feitas por Ulf Hannerz a propósito de um suposto tom biológico que carregaria o conceito de hibridação já foram razoavelmente refutadas por Canclini nessa obra. A propósito, Schwartz afirmou: “The phenomena of ‘race-mixture’ was and remains ultimately a social rather than a biological question, a matter of shifting definitions and identities which have changed over time”. SCHWARTZ, op. cit., p. 27. Hannerz tem sublinhado a necessidade de perceber essas misturas culturais como caracterizadas “pela desigualdade de poder, prestígio e recursos materiais”. HANNERZ, Fluxos, fronteiras, híbridos... op. cit., p. 28.

³⁶ LACERDA E ALMEIDA, op. cit... AESP, p. 66.

³⁷ HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 62-66; MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p. 231 et seq. A certa altura da navegação do rio Iguatemi, observaram Juzarte e os seus camaradas de viagem uma flecha pendurada numa haste, prendendo um pedaço de carne de porco: “supusemos ser gente da Povoação, que por ali nos esperasse, porém não era, era Gentio, que nos andava espreitando”. JUZARTE, op. cit., p. 276. Depreende-se desta observação que deveria ser tal a utilização do arco e flecha entre os mamelucos que ficava até difícil distinguir, dentre vestígios de seu uso, se eram ou não pertencentes aos indígenas.

A gente do Caminho a procurava com muita diligência: matou-se só uma: atribuem-lhes grandes virtudes aos ferrões que tem nos encontros, e pontas das asas, e principalmente a um unicórnio elástico, e comprido que tem na cabeça; e que é excelente contraveneno, sobre o que contam maravilhas; eu o tenho para qualquer sucesso.³⁸

³⁸ LARA E ORDONHES, op. cit., p. 231. Cardoso de Abreu também aponta as vantagens antiofídicas do unicórnio da anhuma: “é de grande virtude para contra-veneno”. ABREU, op. cit., p. 259. A Figura 22 mostra a pintura de uma anhuma feita por Aimé-Adrien Taunay, artista da expedição Langsdorff. Interessante notar que, dentre os exemplares da fauna mais procurados pelos cientistas dessa expedição no rio Tietê, a anhuma foi sem dúvida o que mais insistentemente se buscou capturar, talvez devido aos entusiasmados relatos dos práticos daqueles caminhos. Langsdorff afirmou que ela seria “uma raridade nos museus europeus”. LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 143.



FIGURA 22: Aquarela de uma anhuma (*Anhuma cornuta*); trabalho realizado por Aimé-Adrien Taunay durante a expedição Langsdorff. O longo e flexível apêndice frontal que a anhuma possui tornou-a alvo de constantes perseguições de viajantes, mareantes e fronteiriços. Perseguição ao mesmo tempo movida pela crença na sua relação direta com o mítico unicórnio do Velho Mundo e pela atribuição, pelos naturais da terra, de fantásticas virtudes curativas ao seu “chifre”, esporões e outras partes.

Fonte: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. v. 2. Rio de Janeiro: Alumbamento: Livroarte, 1988. p. 64.

No afã de obterem uma mezinha ou amuleto que servisse de recurso preventivo para toda a sorte de males do sertão, os mamelucos elaboravam as mais variadas receitas terapêuticas a partir da incansavelmente perseguida anhuma. Contra as pestilências advindas do ar, ar de estupor, ar de perlesia e outros bafores doentios, bem como para evitar mordidas de serpentes, mal olhado e envenenamentos, um amuleto do esporão ou do unicórnio da anhuma era um item sumamente desejado.³⁹ As rasps dos esporões dessa ave, assim como a pedra-bazar, misturados com água e dados a beber, eram havidas como neutralizadoras de peçonhas ofídicas.⁴⁰

Produzida pelo amálgama de tradições das populações que viviam às margens do rio Tietê há muito tempo antes da invasão dos conquistadores europeus – populações que inclusive nomeavam o rio de Anhembi, rio das anhumas – e de tradições dos adventícios sequiosos, durante toda a Idade Média, pelo encontro daqueles animais míticos que povoavam as florestas do imaginário europeu, a disposição dos mamelucos para a obtenção das virtudes oferecidas pela ave anhuma é, provavelmente, um dos resultados mais bem acabados da hibridação cultural.⁴¹

Em viagem científica pelo interior do Brasil, realizada no ano de 1826 pela rota das monções, Langsdorff observou que os mareantes possuíam cada um o seu amuleto como recurso terapêutico e preventivo para os mais diversos males. Em vez de cruzeiros, os rosários dos trabalhadores exibiam amuletos, evidenciando a presença de uma cultura híbrida que incorporou e recriou itens das culturas indígenas locais.

Cada um dos nossos empregados traz um rosário pendurado no pescoço e dão muito valor a ele, pois é o que lhes ensina a religião. Só que, ao invés de uma cruzinha, eles penduram relíquias e amuletos, que para eles tem o mesmo valor, pois acreditam firmemente que eles os protegem de picadas de cobras venenosas, cachorros raivosos, aleijamentos, outras doenças e eventuais tentações perigosas do diabo. Entre esses objetos encontram-se dentes de lobo, de porcos selvagens, de onças. O chifre da anhuma é tido como grande protetor. Dizem que o bico do macuco faz o doente sangrar.⁴²

A mordida de serpente era um perigo iminente para os mareantes e viajantes em qualquer dos pousos diários que a monção tem que fazer durante os mais de cinco meses de viagem a Cuiabá. Um dos pilotos da canoa de Lacerda e Almeida, em viagem de Vila Bela a

³⁹ HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 83; NÓBREGA, op. cit., p. 85.

⁴⁰ NÓBREGA, loc. cit.

⁴¹ HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 83.

⁴² LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 211-12.

São Paulo em 1788, contou que fora mordido três vezes e que o remédio mais indicado é a aguardente ingerida em prodigiosa quantidade, sempre com pitadas de sal. Segundo o guia, nessas situações, por mais que o sujeito beba, a aguardente não sobe à cabeça como acontece normalmente.⁴³ Langsdorff registrou, em um pouso no rio Pardo, que um dos mareantes recebera mordida de serpente e logo em seguida foi acudido por todos com a terapêutica costumeira.

Primeiro deram-lhe uma mistura de sal, tabaco e aguardente. [...] Finalmente chegou um dos nossos timoneiros que possuía um dente de lobo. Este foi amarrado firmemente com um cordão abaixo do joelho do doente, em meio a muitos passes de magia, junto a uma imagem sagrada. Uma vela tinha que ficar acesa junto ao doente, e um outro amigo, ajoelhado, segurava uma espingarda em posição vertical. Enquanto isso, davam ao doente, de vez em quando, um gole de cachaça e colocavam não sei o que embebido em aguardente sobre o ferimento; [...] passou bem a noite. De todos os casos de picada de jararaca, esse foi o mais fácil.⁴⁴

Segundo Sérgio Buarque, os indígenas já se serviam de amuletos de praticamente todas as partes dos animais que não pudessem servir de alimento ou manufatura de couros, a exemplo dos chifres, dentes, unhas, ossos, cascos, entre outros. Os bezoares, as famosas “pedras” que se acham nos estômagos dos animais, gozavam de privilegiada reputação nas boticas mamelucas. Era o bastante alguns goles de água com as raspas de alguns desses itens para extinguir brevemente as peçonhas e enfermidades.⁴⁵

Com efeito, os portugueses não apenas incorporavam esses itens da medicina local, recriando seus significados segundo os critérios analógicos que os aproximassem dos remédios do Velho Mundo, mas também acabavam por hibridar as práticas curativas com o amálgama das diversas tradições culturais. No caso da terapêutica contra mordida de serpente presenciado por Langsdorff, os mareantes somaram, numa mesma prática, o uso do amuleto indígena (dente de lobo), a ingestão de bebida alcoólica, recurso comum em Portugal, mas

⁴³ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. Diário da viagem feita de Villabella até a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos rios no anno de 1788. *RIHGB*, t. 62, parte 1 (v. 99). p. 51.

⁴⁴ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 249-50.

⁴⁵ HOLANDA, *Caminhos e fronteiras...* op. cit., p. 79 et seq. Das relações de medicamentos requisitados em botica de São Paulo e enviados para o presídio de Iguatemi entre os anos de 1771 e 1774 pelas autoridades locais, enumera-se, dentre muitos outros itens, vários berzoáticos, pedras, pós e dentes, todos com seu devido peso e preço, evidenciando um processo de racionalização mercantil já consolidado. Constam berzoático de boi, cristal mineral, pedra-ume, pedra lipês, berzoático de “curvo”, pedra cordial, olhos de caranguejo, coral vermelho, pó de Joanez, pó de quintilio, dente de javali, pós nutritivos, pedra infernal, etc. *DI*, v. 7, p. 4, 170-72; v. 8, p. 114, 124-27; vide também: ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *RIHGB*, v. 202. p. 10-11.

com vinho, não com aguardente, e os “muitos passes de magia” de um verdadeiro ritual xamânico.⁴⁶

Não caberia nas proporções do presente estudo um aprofundamento sobre a complexa temática da medicina popular na América portuguesa, mas é importante destacar algumas questões diretamente relacionadas com a mareagem monçoieira, na tentativa de contribuir para o desvelamento do problema ora tratado.⁴⁷ O uso generalizado de amuletos e da prática de abrasamento das feridas como expedientes terapêuticos, juntamente com as ervas medicinais, estão entre os recursos indígenas que mais se tornaram presentes no cotidiano não só dos mamelucos, mas de boa parte dos paulistas. Os sertanistas atribuíam à natureza a causa dos mais diversos males (putrefação dos ares, pestilências das águas, etc.), ao mesmo tempo em que a viam como fornecedora de recursos terapêuticos, conhecidos e classificados pelos indígenas.⁴⁸

Cardoso de Abreu relata, em crônica do último quartel do século XVIII, a propósito dos amuletos, que os dentes do jacaré “são contra o ar e por isso os sertanistas os matam para lhes tirar os dentes”.⁴⁹ De fato, acreditava-se que pelo ar era possível aspirar os miasmas mais malignos provocadores das doenças e aflições. Circulava entre os mamelucos, pelo mesmo século, uma oração destinada a repelir os ares putrefatos e proteger os viajantes em suas jornadas. A oração rezava o seguinte:

Em nome de D.^s Padre/Em nome de D.^s f.^o/Em nome do espírito Santo/Ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar de perlezia, ar arrenegado, ar excomungado, eu te arrenego. Em nome da Santicima Trindade q.

⁴⁶ Ainda sobre as cobras, havia quem recomendasse a carne dos ofídios, venenosos ou não, como excelente remédio para doenças da pele, como a sarna e para as venéreas em geral. Antonio Lopes, o guia da expedição Langsdorff, relatou que uma sarna renitente que o incomodava há mais de quatro anos desapareceu de uma só vez quando comeu da carne de cobra. Ao ouvir isso, e diante da notícia de que um prático havia matado uma serpente, os mareantes solicitaram com insistência ao Cônsul que lhes desse um pedacinho da carne para tomarem como remédio para seus males de saúde, e ficou então decidido que se faria uma sopa de cobra. Segundo Langsdorff, “a princípio, experimentaram muito a contragosto. Mas, logo na primeira colherada, viram que ela era gostosa, e começaram os elogios: ‘Muito boa!’ ‘Bem forte!’ ‘Muito saborosa!’ ‘Melhor do que sopa de frango!’ Outro acrescentou ainda: ‘Melhor do que caldo de carne!’ No fim, todos acabaram experimentando da sopa”. LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 149.

⁴⁷ Sobre o tema, vide o excelente estudo de RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica do Brasil no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997. Para um mapeamento das artes de curar no contexto das expedições e estabelecimentos do extremo oeste, vide: JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

⁴⁸ KOK, op. cit., p. 105-109, 100.

⁴⁹ ABREU, op. cit., p. 275.

sayas do corpo desta Creatura, ou animal e q. vas parar no mar sagrado p.^a q. viva sam e alliviado/P.N.A. Maria Credo.⁵⁰

Desde Gandavo, circulava na colônia a crença de que esse “vento da terra he mui perigoso e doentio; e se acerta de permanecer alguns dias, morre muita gente assi portuguezes como índios”, como escreve o autor de *Tratado da terra do Brasil*.⁵¹ Ao principiar sua navegação pelo rio Paraná em maio de 1769, Juzarte, que levava 800 povoadores ao presídio de Iguatemi, comentou sobre este rio que “seu clima é mui doentio e sujeito a sezões dobres, e malignas, é mui triste e estéril de Pássaros, é abundante de imundícies, bichos e insetos”.⁵² Em 1800, Candido Xavier de Almeida e Souza, navegando pelo rio Paraguai em viagem militar, teceu um parecer amplamente desqualificador, chegando a afirmar que tudo, ali, conspira “contra a Humanidade”:

[...] o ardente calor próprio da zona tórrida, a transpiração dos suores, a vexação dos insetos, o hálito insofrível do almíscar dos Jacarés, seus horrorosos bramidos, e a horrível figura destes monstros, representam a vista e a imaginação huma verdadeira effigie do lago terrível do infernal Archeronte.⁵³

Fechando sua descrição, Almeida e Souza afirmou tratar-se de uma verdadeira “República Réptil”. Quando visitou, no final da década de 1780, a Vila Bela de Mato Grosso e encontrou várias pessoas doentes, emitiu Francisco José de Lacerda e Almeida um parecer semelhante, atribuindo as doenças aos ares malignos produzidos pelo “país encharcado”. Segundo o astrônomo, faz-se nos rios do Pantanal uma

[...] fermentação pútrida, e adquirem toda a malignidade de agoas encharcadas, e cheias de animaes mortos, cujas partículas elevando-se evaporadas pelo nímio calor, e espalhando-se pela atmosphaera, lhe comunicam a sua malignidade, e nos habitantes causam todas as suas moléstias, [...] sezões, e perniciosas, os catarrais, desinterias, icterícias, hydropsisas, obstruções, etc.⁵⁴

Alguns anos antes, já D. Manuel de Flores, em carta ao Marquês de Valdelirios datada de 1756, atribuía aos ares e climas da região onde se estabeleceram as minas de Cuiabá a

⁵⁰ *DI*, v. 3, p. 58.

⁵¹ GANDAVO, Pero Magalhães. *Tratado da terra do Brasil: história da província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 45.

⁵² JUZARTE, op. cit., p. 264.

⁵³ ALMEIDA E SOUZA, op. cit., p. 41.

⁵⁴ LACERDA E ALMEIDA, op. cit... AESP, p. 63.

maior parte das doenças padecidas por aquelas populações. Segundo Flores, o “temperamento de la población, en que puede entrar todo lo que abraza la Capitanía General, es cálido y húmedo en extremo, enfermo y propenso a diarrea, que en los meses de verano causan una anua peste, de que mueren muchas personas”.⁵⁵

De acordo com Antonello Gerbi, é preciso distinguir nessas representações desqualificadoras da natureza das Américas os argumentos episódicos, presentes desde os primeiros cronistas até meados do século XVIII, e os argumentos imbuídos de um conceito de evolução, já que estes últimos evidenciam influência do debate no qual estavam envolvidos Buffon e seus pares.⁵⁶ As obras de Buffon começaram a circular no início da década de 1760 pelas academias científicas européias, suscitando uma disputa inflamada entre os defensores e os detratores de sua tese sobre a imaturidade do continente americano, segundo a qual a corrupção reinante na natureza e nos homens daquele Novo Mundo resultaria de sua recente emersão das águas, o que poderia ser constatado pelas regiões inteiras que não secaram direito, ou seja, que *estão encharcadas*.⁵⁷ Não seria exagero supor que ecos desses debates chegassem até os funcionários letrados da administração colonial, e menos inverossímil é a possibilidade de Lacerda e Almeida, que utilizava a noção de lugares “encharcados”, tivesse qualquer influencia, mesmo que remota, dos ecos das formulações buffonianas.⁵⁸

Deve-se a Jean François Ravin um breviário de conduta dos naturalistas, escrito em 1774, em cujas páginas era recomendada, como “virtude” do naturalista que viajasse pelo Novo Mundo, a intervenção nas práticas medicinais populares. Ravin chegara a estar no Rio de Janeiro antes de seguir em outras expedições pela América e África e antes de receber diversas condecorações na Universidade de Coimbra, onde seria professor de botânica e medicina. Diz Ravin em seu breviário:

⁵⁵ FLORES, Manuel Antonio de. Carta [...] al Marqués de Valdelirios [...] [1756]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 5. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1970. p. 254.

⁵⁶ GERBI, Antonello. *La naturaleza de las indias nuevas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 15. Para uma análise da influência da Revolução Industrial nas elaborações ideológicas dos naturalistas europeus, com ênfase no sistema classificatório de Carl Lineau, vide: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 55-75.

⁵⁷ Idem. *O Novo Mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 22.

⁵⁸ Buffon referiu-se certa vez ao clima do Brasil: “o ar e a terra, sobrecarregados de vapores úmidos e nocivos, não conseguem se depurar nem aproveitar-se das influências do astro da vida; o sol dardeja inutilmente seus mais vivos raios sobre a massa fria; esta não tem condições de responder a seu ardor; produzirá apenas seres úmidos, plantas, répteis, insetos, e somente poderá nutrir homens frios e animais débeis”. Apud Ibidem, p. 22. Sobre o determinismo climático no pensamento ocidental desde a aurora da modernidade, com particular ênfase em Montesquieu, vide: Ibidem, p. 39 et seq.; SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à geografia: geografia e ideologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 37-53, passim.

[...] não será bom que hum naturalista probo e desinteressado, que observa tudo com os olhos da verd.^e, refere no seu diário hum facto, hua acção digna de louvores, e pela razão inversa, participe a quem compete o abuzo, o vício, a exacção e a perversid.^e quando conhecer nelles consequências contrárias ao sussego e bem da república./ Tenho alguns cadernos contra a perniciosa medicina de certas partes do Brasil”.⁵⁹

Alexandre Rodrigues Ferreira, que realizou viagem em finais do século XVIII pelos rios da bacia Amazônica e do Pantanal, recebera, antes de partir, instruções claras sobre o que deveria ser observado e dos cuidados que se deveria tomar para a preservação da saúde:

As doenças as quais poderao mais facilmente estar sujeitos os naturalistas, *nesses Paizes quentes, de agoas enxarcadas*, são as sezoens, Obstrucoens e Febres [...], além do veneno das cobras. P.^a precaver-se ou curar-se das T.^{tas} Infeccid.^{es} devem escolher p.^a bebidas as agoas mais puras [...], case de não acha-las, as corregirao com summo de Limão, ou com algumas pingas de Espirito de Ventriolo Justificado.⁶⁰

A desqualificação, em alguns casos, estendia-se às práticas medicinais utilizadas pelos mareantes mamelucos. Afigurou-se a Manuel de Flores a medicina de que se valiam os membros da expedição portuguesa – com quem teve contínuo contato desde 1753, por conta da Partida de demarcação – como tão perigosa quanto as enfermidades que pretendiam curar: “La medicina de que usan es tan bárbara y peligrosa como la misma enfermedad, ministrándola unos curanderos ignorantes, sin más regla que el uso, y sin excepción alguna, aunque sean varios los síntomas”.⁶¹

Os cuiabanos que José Quiroga encontrou em sua viagem ao rio Paraguai, também durante a demarcação, contaram-lhe as doenças geralmente padecidas pelas populações, em especial o *bicho*, que em outros relatos aparece como *corrução*. Atribuindo a causa da doença à temperatura quente e úmida, Quiroga questiona a terapêutica dos cuiabanos.

⁵⁹ RAVIN, Jean François. Prosa sob o título Exposição da Conduta e da utilidade de hum Naturalista peregrino no Brazil [...] [1774]. Manuscrito da coleção Alberto Lamego. IEB/USP. Códice: Lamego, 16.28. f. 3a.

⁶⁰ INSTRUÇÕES ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira sobre o roteiro da viagem entre o Pará e Mato Grosso pelos rios Amazonas e Madeira na ida, e Tocantins, na volta. Detalhes sobre o que deveria ser observado e recolhido, sobre animais, vegetais, e minerais, e cuidados para a preservação da saúde dos viajantes [ant. 1783]. Manuscrito da coleção Alberto Lamego. IEB/USP. Códice: Lamego, 101. f. 18-20. Ênfase acrescentada.

⁶¹ FLORES, op. cit., p. 254-55.

La enfermedad consiste en una extremada laxitud del orificio con disentería, y algo de calentura. Los portugueses, persuadidos de que se cría dentro de la carne algún bicho o gusano, que causa aquellos efectos, pretenden a fuerza de jugo de limón y otros agrios, matar el bicho, y acontece no pocas veces, que acaban con el enfermo.⁶²

Lara e Ordonhes, em viagem para Cuiabá em 1785, não chega a falar no limão como remédio para o mal das diarreias, mas refere o uso do remédio conhecido como sacatrapo, e que as principais vítimas eram os trabalhadores e escravos, desprovidos dos recursos confortáveis dos pousos dos viajantes: “No caminho o remédio principal é a pimenta malagueta, gengibre, etc., para os sacatrapos, que são continuados nos negros, principalmente por viverem na torreira do sol, dormindo no úmido”.⁶³ De fato, o sacatrapo era preconizado amplamente como o melhor tratamento para a corrução, sendo composto de pimenta, pólvora, tabaco de fumo e às vezes um pouco de gengibre ou vinagre, formando tudo um emplasto que se dispõe em um bastão de madeira: “embebido de cada vez, introduz-se no ânus essa terrível mistura”.⁶⁴ Ao que se supõe, a partir dos apontamentos de Luis dos Santos Vilhena, tal remédio era ministrado em outras regiões da Colônia, já que a pimenta-malagueta era reconhecidamente “bastante medicinal para as corrupções e cultivada por todo o Brasil, como indispensável a todos”.⁶⁵

A “gente do Caminho” dispunha de algumas bebidas tidas por estimulantes e preventivas contra boa parte das enfermidades a que estava sujeita no itinerário monçoeiro. Numa paragem do rio Tietê que ficou conhecida como “pouso das Congonhas”, refere Manuel de Barros, escrevendo na década de 1730, que costumam ali “os Sertanistas fazer as suas Congonhas, tanto para os brancos, como para os índios, e negros por lhe ser conveniente a todos beberem-nas pela manhã”.⁶⁶ A congonha foi largamente utilizada entre os sertanistas

⁶² QUIROGA, José. Descripción del Río Paraguay, desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). CODA, t. 6. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1838. p. 80.

⁶³ LARA E ORDONHES, op. cit., p. 235.

⁶⁴ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829; com gravuras do Autor [1829]*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 224.

⁶⁵ VILHENA, Luis dos Santos. *Cartas de Vilhena: notícias soteropolíticas e brasílicas*. v. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922. p. 771. Às vésperas da partida dos povoadores para o presídio de Iguatemi, em 1769, estando praticamente tudo já pronto para embarcar, relata Juzarte que “sobreveio uma diarreia geral por homens, mulheres e crianças, de tal sorte que uns escondidos pelo mato, outros desfalecidos que se não moviam de um lugar, outras crianças em artigo de morte”. Nesta ocasião, além do uso do sacatrapo, recorreu-se também ao recurso terapêutico dos cristais na “forma que permitia a ocasião e o País”. JUZARTE, op. cit., p. 246.

⁶⁶ BARROS, Manuel de. Notícia 7ª Prática e roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas [...] que se costumam fazer por mar e por terra [entre 1727 e 1740]. In: TAUNAY, HBP, t. 3. p. 162.

como bebida estimulante; era preparada através da infusão das folhas da erva homônima, também conhecida em outros locais por mate do campo, e que se supõe seja a *Luxemburgia polyandra*.⁶⁷ Segundo Juzarte, que estava em Iguatemi em março de 1770, havia uma erva naquelas redondezas que os moradores chamavam de congonha, sendo consumida intensamente diante da escassez de outros víveres: “esta erva era quase geralmente o maior sustento, porque aquecendo os homens vasilhas de água botando-lhe a dita erva dentro, continuamente estavam a beber”; outros, no desespero pela falta de tabaco, pitavam-na.⁶⁸

A assim chamada triaga, também referida como teriaga, triaga magna ou triaga de vênica, era uma mezinha com função preventiva das enfermidades e curadora de todos os males. O médico Curvo Semedo, autor de uma *Poliantéia Medicinal* que era uma das grandes farmacopéias que circulavam nos consultórios dos curiosos da Colônia no século XVIII, explica que a mezinha era composta de plantas, raízes, ervas e frutos, e suas “excelentes virtudes” já estariam comprovadas na cura de “qualquer peçonha e mordedura venenosa, como também outras enfermidades, só com mastigá-las”.⁶⁹ Pelo ano de 1726, época em que Rodrigo César de Meneses partiu para o Cuiabá, já eram conhecidas as virtudes medicinais da triaga, de modo que o capitão-general, temendo que os trabalhadores das canoas fossem acometidos por alguma epidemia qualquer, ordenou, ao iniciar a navegação do rio Paraná, que todas as pessoas de sua comitiva tomassem a “triaga de vênica”, “para os livrar a todos das malignas doenças que nesta altura costumam dar nos que navegam por este rio”.⁷⁰

O recurso à flora e à fauna, conhecidas e classificadas pelos indígenas, amalgamado aos itens adventícios que estivessem à mão, constituíam-se nos instrumentos de que dispunham viajantes e trabalhadores da rota das monções. A medicina popular do século XVIII, tomando por base o conhecimento indígena, somava e sintetizava o que o sertão oferecia com o que podiam contar de métodos e materiais adventícios, resultando num produto final híbrido e multiforme. De acordo com Márcia Moises Ribeiro:

A distância dos centros urbanos e a escassez de boticas, normalmente provida de parques resultados, acabaram, portanto, por estimular o uso e a difusão de meios terapêuticos mais acessíveis, como os

⁶⁷ NÓBREGA, op. cit., p. 76.

⁶⁸ JUZARTE, op. cit., p. 290, 293.

⁶⁹ Apud RIBEIRO, op. cit., p. 54.

⁷⁰ REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses [...] [1727]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 120.

ingredientes da flora e da fauna. Neste sentido, nada foi tão utilitário e enriquecedor quanto recorrer ao acervo medicinal dos indígenas.⁷¹

Nas viagens fluviais para o Cuiabá, os preservadores deste “acervo medicinal” dos indígenas, que de modo algum permaneceu “intacto”, eram os trabalhadores das canoas, população mestiça, deculturada, aberta ao intercâmbio com os naturais da terra e à recriação ou mesmo subversão do que quer que possam ter se apropriado da cultura adventícia. Enquanto alguns viajantes faziam a jornada apenas uma vez, quando muito com a passagem de retorno, trabalhadores como o guia Antonio Lopes, que participou da expedição Langsdorff, percorriam o itinerário 26 vezes e muitas mais. As mezinhas e os amuletos, as técnicas e os rituais curativos, eram, para esses trabalhadores, instrumentos e técnicas de trabalho tanto quanto os remos e as canoas, o remar em pé e o trabalhar desnudo.

Não obstante, a partir do último quartel do século XVIII, estava em curso a progressiva estigmatização dessas populações, bem como de sua cultura mameluca, híbrida e improvisada, por parte das novas elites locais que tocavam seus engenhos. Também os pareceres mais desqualificadores sobre o homem e a natureza das Américas, triunfalizados sob a legenda de “científicos” por Lineau e Buffon, e divulgados pelos viajantes naturalistas europeus, a exemplo de Ravin, atingiam em cheio o *status* social da cultura mameluca e de seus portadores. A despeito disso, no cotidiano das viagens, permaneciam provocando admiração, em leigos e cientistas, até as últimas monções do final do século XIX, os “bons práticos” desses caminhos fluviais, seja com sua técnica de passagem adequada das itaipavas, seja pela forma com que ministravam uma mezinha em um passageiro doente, como também pelos seus métodos de caça e muitas outras atividades que dominavam. Do ponto de vista desses trabalhadores, transparece nas suas ações uma disposição estratégica para a busca do reconhecimento de seus saberes, memórias e técnicas por parte de seus interlocutores viajantes.

⁷¹ RIBEIRO, op. cit., p. 29.

2.4 EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E DIVERTIMENTO

Numa sociedade predominantemente escravista como a da América portuguesa, sistemas de trabalho assalariado acabavam se subordinando à estrutura social moldada pelo escravismo,¹ e mesmo que a mareagem monçoeira fosse constituída, em sua maior parte, por homens livres assalariados, os rendimentos miseráveis que recebiam os faziam permanecer por toda a vida exercendo a mesma função, para obter a subsistência. Como já foi dito no capítulo 2.2, os meios de trabalho, como as canoas, remos, cordas, toldos, cumeeiras, petrechos, etc., não pertenciam aos mareantes, e sim aos viajantes que os compravam para fazer a jornada, de modo que esses trabalhadores eram despossuídos dos meios de produção. Era imposta, assim, a venda da sua força de trabalho como forma de obter a subsistência.

Recrutados pelo tempo que durasse a viagem a Cuiabá, esses trabalhadores prestavam um serviço aos viajantes que os contratavam, os quais, mesmo sendo autoridades metropolitanas, deveriam pagar os salários “na forma do costume”, para usar os termos do Morgado de Mateus.²

A quem desejasse viajar para Cuiabá, ou voltar de Cuiabá para São Paulo, impunha-se a inversão inicial de capital-dinheiro decorrente do pagamento adiantado dos salários dos trabalhadores,³ e essa é a “forma do costume” a que se refere D. Luis Antonio de Souza.

¹ “O escravismo colonial determinou-se pelo trabalho escravo, mas, em algum grau, também precisou recorrer ao trabalho assalariado de tipo pré-capitalista, inserido no modo de produção escravista colonial como relação de produção subsidiária. [...] Assim, a relação salarial, presente no âmbito do escravismo colonial, não o definiu categoricamente, nem constituiu um modo de produção distinto”. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 287-88.

² *DI*, v. 6, p. 12.

³ Este é um traço que evidencia tratar-se de uma relação pré-capitalista de produção. De acordo com Marx, na economia capitalista, o empregador só paga o salário depois que o trabalhador já criou um valor, que se constitui de duas partes: uma, o equivalente ao salário, outra, a mais-valia. Desse modo, “o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa consumi-la pelo comprador, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista”. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. v. 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Col. Os Economistas). p. 143.

Diversamente, nas relações de trabalho vigentes entre os mareantes da monções dos séculos XVIII e XIX, ocorre o fornecimento de crédito do empregador ao trabalhador, com o pagamento adiantado do salário de cinco ou mais meses. Assim, há uma inversão inicial de capital-dinheiro, traço indubitável da influência do escravismo sobre essa forma de trabalho assalariado. Deve-se mencionar, porém, que, ao contrário do escravismo, na relação de trabalho ora analisada, inexistia a categoria preço de compra do trabalhador, mas tão somente a categoria preço de compra da força de trabalho. Isto não impede, certamente, que a inversão inicial do pagamento dos meses adiantados possa ser recuperada, pelo empregador, à custa do sobretrabalho do mareante, do produto excedente. Estes apontamentos seguem a tese da inversão inicial proposta por GORENDER, op. cit., p. 172-91, passim. Sobre outras formas de trabalho livre assalariado nas Américas espanhola e portuguesa, vide: MONTEIRO, John Manuel.

Pagar de três a cinco meses de salários adiantados, mesmo dias antes de partir a expedição, é um traço arraigado no costume que permaneceu durante todo o movimento das monções. Consultando os relatos de viagem disponíveis e demais fontes, não encontrei nenhuma referência a outro sistema de pagamento de salários. Pode-se dizer mesmo que o costume da inversão inicial não se alterou, ainda que relatos de trabalhadores que empreendiam “fuga para o mato” com o salário adiantado se repetissem.⁴

Parece razoável, nesse sentido, supor que esta inversão inicial, possibilitadora de deserções dos trabalhadores antes e durante a expedição, seja um costume que denote o peso da cultura mameluca nessa atividade. Um costume que evitasse a perda de autonomia dos únicos depositários do “acervo” de técnicas, procedimentos e estratégias para se vencer as agruras do sertão. Pois é certo que, sob esta ótica, dados os perigos de naufrágios e ataques indígenas que poderiam sofrer as monções, os mareantes, sem saber se voltariam, deveriam partir com as contas acertadas. Assim, a inversão inicial pode ser entendida como imposição de um costume por parte dos trabalhadores, buscando dessa forma minimizar a perda de autonomia.

Os salários de quatro meses adiantados aos mareantes da monção de Rodrigo César de Meneses para o Cuiabá, no ano de 1726, venceram a 115\$000 réis para o guia, 100\$000 para cinco dos pilotos e 48\$000 para os proeiros (não são fornecidos os vencimentos dos remeiros).⁵ Pela mesma época, sabe-se que em Cuiabá eram vendidos os alqueires da indispensável farinha de milho a 20 oitavas, ou 30\$000 réis.⁶ Um indivíduo consumia cerca de um alqueire por mês de farinha de milho, seja no “virado paulista” cotidiano, na refrescante jacuba matinal ou nas muitas outras receitas existentes no período.⁷ Assim, o que um proeiro ganhava para cinco meses de trabalho, correspondia ao sustento que teria por pouco mais de um mês e meio, isso se se conjecturar que não comprará outros víveres a não ser farinha e completará a sua dieta à base de coleta e caça, o que era sumamente comum no século XVIII.

Labor systems: 1492-1850. In: COATSWORTH, John H. et alii (Ed.). *Cambridge Economic History of Latin America*. No prelo. p. 55-68.

⁴ *DI*, v. 6, p. 12-13.

⁵ TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 52.

⁶ REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses [...] [1727]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 129.

⁷ LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 95.

Vale lembrar que esse cálculo não contempla a maioria dos trabalhadores, que se concentravam na função de remeiros: cada canoa dispunha de uma tripulação de cerca de oito pessoas, sendo um piloto, um proeiro e seis remeiros. Seja como for, dos salários pagos aos mareantes principais da monção de Rodrigo César, percebe-se que o valor atribuído à mão-de-obra monçoeira era pífio.

Para conhecer o salário dos remeiros, um dado importante é apresentado por D. Manuel Flores, em carta ao Marquês de Valdelirios, datada de 1756, na qual relata o que pôde observar das coisas e gentes da América portuguesa. Refere Flores, a partir das informações que tomou em 1753, que os remeiros das monções recebiam uma oitava de ouro por semana,⁸ ou 1\$500 réis, o que daria, para quatro meses da viagem, cerca de 24\$000 réis. Tal salário parece ter declinado pouco até a viagem de Langsdorff, que pagou a cada um de seus remeiros, para toda a viagem, 20\$000 réis, 4 côvados de baeta (tecido de lã), um chapéu e uma caixa.⁹

Conforme refere José Gonçalves da Fonseca, em crônica sobre as minas de Cuiabá e Mato Grosso escrita em 1750, os preços do alqueire de feijão, farinha de milho e toucinho eram cotados, naquelas minas, a duas oitavas de ouro, ou 3\$000 réis.¹⁰ O salário de quatro meses de um remador poderia comprar, nessa época, pouco mais de dois alqueires e meio de cada um desses três mantimentos, ou para a compra de 8 alqueires de farinha. Isso demonstra que subiu um pouco o poder aquisitivo do salário dos mareantes em relação à década de 1720, mas tão somente porque se passou a produzir mais mantimentos em Cuiabá e região, barateando seu custo. Em São Paulo, os preços dos víveres baixaram ainda mais, pois em 1769 foram vendidos para uma expedição ao Iguatemi farinha a \$400 réis o alqueire, feijão a \$640 e toucinho a \$800.¹¹

Assim, o salário dos trabalhadores das monções, a partir da segunda metade do século XVIII, dava tão somente para pouco mais do que a alimentação nos meses em que esses indivíduos retornavam para suas casas na região de Itu e Araraitaguaba e esperavam para, no ano seguinte, tomar novamente o rumo do sertão.¹² Uma canoa, em 1769, dificilmente saía

⁸ FLORES, Manuel Antonio de. Carta [...] al Marqués de Valdelirios [...] [1756]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 5. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1970. p. 259.

⁹ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 87.

¹⁰ FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação de Matto Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes [1750]. *RIHGB*, t. 29, parte 1 (v. 32). p. 357.

¹¹ *DI*, v. 6, p. 39-40.

¹² De acordo com o útil censo disponibilizado por Valderez Silva, entre 1800 e 1810, de 60 mareantes inquiridos em Porto Feliz, 27 eram solteiros e 33 casados. TRABALHADORES na navegação para Cuiabá identificados nos autos de devassas do cartório do ofício de Porto Feliz, nas décadas de 1800 e

por menos de 70\$000 réis,¹³ ou seja, quase um ano de trabalho contínuo para um remador, se fosse possível que este trabalhasse todos os dias do ano e não gastasse nenhum trocado de seu salário.

Estes cálculos demonstram a alta taxa de exploração da mão-de-obra monçoeira, que impunha, aos trabalhadores, a impossibilidade de acumular e de desfrutar de alguma mobilidade social, salvo aquela interna da “corporação de artistas” que eles formavam.¹⁴ Ao mesmo tempo, impunha uma dependência com relação àquele espaço social, que os aprisionava e aos descendentes, formando o que os viajantes chamavam de “gente do Caminho”, os que vivem da economia movimentada pelas monções. Em outras palavras, para se reproduzir como trabalhador o mareante das monções deveria integrar-se a este serviço por todos os anos de sua vida, pelo menos até a idade avançada o impedir. E aos filhos também se imporá o mesmo destino.

Por outro lado, o montante de trabalho não pago aos trabalhadores não era acumulado pelos empreendedores locais (comerciantes, mineiros, administradores, roceiros, etc.) que seguiam nas viagens, pelo menos não em níveis notáveis. A inversão inicial do pagamento dos meses adiantados era recuperada pelo empregador à custa do sobretrabalho do mareante, mas, em boa parte dos casos, era logo em seguida despendida no pagamento das altas tributações que pesavam sobre os negócios coloniais.¹⁵ O exclusivo colonial pago à Metrópole era captado sobre algumas das atividades diretamente relacionadas ao movimento das monções: o comerciante que chegasse às minas, por exemplo, em 1727, teria que pagar de pedágio 6 oitavas de ouro (9\$000 réis) por cabeça de branco e 4 oitavas (6\$000 réis) por cabeça de negro ou índio; fazendas vindas de São Paulo eram tributadas em 8 oitavas por fardo (12\$000 réis); se fossem cargas de molhados, cinco oitavas (7\$500 réis).¹⁶ No ano seguinte, Rodrigo César conseguiu a elevação da tributação dos mineiros de 6 para 7 oitavas por batéia.¹⁷

1810 [ANEXO]. In: SILVA, Valderéz Antônio da. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê*. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

¹³ JUZARTE, Theotônio José. Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios [...] principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 240; *DI*, v. 6, p. 38-39.

¹⁴ ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 7(1), 2001. p. 98.

¹⁵ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 132.

¹⁶ SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá [...] [1765]*. *RIHGSP*, v. 4. p. 44.

¹⁷ TAUNAY, *HBP*, t. 2. p. 63.

O pagamento do exclusivo colonial reforçava a situação de penúria vivida tanto pela capitania de São Paulo quanto pela de Mato Grosso no decorrer de todo o século XVIII. Relata o cronista Barbosa de Sá, para o ano de 1727, que chegaram comerciantes a Cuiabá os quais, depois de terem feito os gastos com os camaradas das canoas, no início da jornada, e vendo que não poderiam pagar o pedágio de entrada nas minas, resolveram “entregar as carregações que traziam e por baratos se verem livres dellas por não incorrerem em mais penas”.¹⁸ Nessa época, vigia uma lei que ordenava o pronto confisco e imediata venda em praça pública dos bens de quem se recusasse a pagar “os direitos Reais”.¹⁹ A exploração do trabalho dos mareantes não favorecia diretamente o acúmulo de capital por parte de nenhum setor da sociedade colonial, pelo menos por boa parte do século XVIII.

Para os mamelucos, esse sistema de trabalho dificultava a mobilidade social vertical, mas nada impedia que houvesse uma mobilidade horizontal, regulada por códigos culturais específicos, pelos quais se definia a hierarquia da divisão do trabalho monçoeiro. Assim, compreende-se que o fator *experiência* é, certamente, o elemento decisivo na definição das funções dos mareantes na divisão do trabalho, cada qual com uma faixa salarial diferenciada. Antonio Lopes Ribeiro, como já mencionado, aparecera na listagem das devassas de Porto Feliz, em 1806, como piloto e contando 36 anos; já em 1826, quando fez parte da expedição Langsdorff, estando portanto com 56 anos, assumiu a função máxima de guia da jornada.

O processo de estigmatização social do mameluco parece ter chegado, à época da expedição científica de Langsdorff, a um momento particular de sua consolidação. Como bem apontou Valderéz Silva, os 20\$000 réis que o cônsul russo pagou pelos serviços dos remeiros resultavam, por semana, num valor de 1\$500 réis. Ora, para transportar as cargas e bagagens de Langsdorff de Cubatão a Jundiáí, Hercules Florence contratou os serviços de um tropeiro e de suas 63 mulas, pagando pelo frete de cada animal 1\$870 réis, de modo que o trabalho semanal de um camarada mareante era mais barato que o de uma besta de carga.²⁰

Ainda pelo relato de Langsdorff, fica-se sabendo que o grupo de sua tripulação fora contratado pelos seguintes valores, sempre tendo claro que se referem ao montante para toda a viagem: pilotos a 40\$800 réis, mais 6 côvados de baeta, 21 varas de algodão, duas caixas e um chapéu; proeiros receberam de 30 a 32\$000 réis, conforme o tamanho da canoa, e ainda 4,5 côvados de baeta e uma caixa; contra-pilotos receberam de 20 a 22\$000 réis, além de 4,5

¹⁸ SÁ, Chronicas do Cuyabá... op. cit., p. 46.

¹⁹ Ibidem, p. 45.

²⁰ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*; com gravuras do Autor [1829]. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 6; SILVA, op. cit., p. 37.

côvados de baeta, um chapéu e uma caixa; remadores a 20\$000 réis, 4 côvados de baeta, caixa e chapéu; e o guia, Sr. Antonio Lopes, recebeu 60\$800, duas caixas, 8 côvados de baeta, 21 varas de algodão e um bom chapéu de feltro.²¹

A disciplinarização dos trabalhadores das canoas monçoeiras foi um processo lento e inconcluso. O gosto pelo trabalho regular e metódico não chegou a ser inculcado nos mareantes, pois as constates referências que existem sobre deserções de pilotos, proeiros e remeiros dão mostra de que não eram poucos os que tentavam preservar uma certa autonomia. Nas primeiras monções, alguns, após receberem seus salários adiantados e de seguirem na viagem por alguns dias, untavam-se de gordura para não serem pegos e empreendiam fuga para o mato.²²

Era comum a deserção de mareantes na região de Araraitaguaba: assim que recebiam o salário adiantado referente aos meses da viagem, colocavam-se em fuga. O Morgado de Mateus fora informado de episódio semelhante, e cobrou do sargento-mór de Itu a certificação de que os salários dos mareantes estavam, de fato, sendo pagos. Como se pode ler em carta de agosto de 1769:

Com estranheza recebo a notícia de terem desertado p.^a o mato os pilotos, e proeiros, q' devião ir nas canoas de socorro dessa expedição. Eu intendia, q' a pontualidade, com que tenho feito pagar tudo o que me sirvo nesa terra merecia outra pontualidade, e obediência nesses homens, se há alguma falta, que eu ignoro, me dê vmc.^o conta pontualmt.^o para eu a satisfazer logo a quem se dever.²³

O capitão-general adverte ainda que os que não retornassem ao trabalho não poderiam mais ser empregados no serviço da mareagem: destarte, impunha-se a “pena de que não se recolhendo antes de sair a expedição, nunca mais servirem de pilotos, ou de proeiros, e vmc.^o os prenderá, e remeterá a este calabouço”.²⁴

Enquanto providenciava os preparativos de sua expedição científica, Langsdorff recebeu a notícia, que anotou em seu diário em maio de 1826, de que um remador pretendia fugir com o salário que lhe fora adiantado, mas um colega o denunciou. Escreve Langsdorff:

Um dos remadores contratados, que já havia recebido antecipadamente o salário de três meses, propôs a um colega, também contratado, fugir com ele assim que recebesse o pagamento. Este

²¹ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 86-87.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 67.

²³ *DI*, v. 6, p. 12.

²⁴ *Ibidem*.

último, porém, mais honesto, dirigiu-se imediatamente à casa do Sr. Francisco Lopes, que é também juiz aqui [Porto Feliz], e contou-lhe da intenção do outro empregado. Este, então, foi levado para a prisão, onde deverá aguardar a nossa partida.²⁵

Alguns dias depois, o viajante ficou sabendo que houve “várias tentativas de fuga de remadores que já haviam recebido, por antecipação, quatro ou cinco meses de seu ordenado. O Sr. Francisco Álvares, que é juiz, adotou todas as medidas possíveis para resgatá-los e conseguiu, realmente, recuperar quase todos”.²⁶

Depreende-se dessa experiência vivida por Langsdorff que, a despeito da militarização das expedições havida desde a segunda metade do século XVIII, entrou o século seguinte e o serviço da mareagem monçoeira ainda era um mister no mínimo incerto. Em outras palavras, os trabalhadores ainda dispunham de certo espaço para estratégias individuais de subversão das hierarquias e manutenção da autonomia.

É possível supor que os mareantes que desertavam, depois de algum tempo, retornavam para Araraitaguaba buscando trabalho. As cartas do Morgado de Mateus ao seu ajudante de ordens na referida vila deixam entrever que uma punição mais séria deveria ser dada apenas ao organizador da deserção.

Vmc.^e me mande, escreve o capitão-general, os nomes dos que dezertarão, e principalmt.^e o motor, e cabeça desta fugida se o puder prender. [...] No q' toca aos outros, q' ainda não apparecerão, vmc.^e por ora disimule com elles; porém tanto q' os descobrir, os faça prender, especialment.^e o autor da fuga.²⁷

A inversão inicial de capital-dinheiro, imposta pelo pagamento dos quatro, cinco, até seis meses dos salários dos mareantes, foi um costume que a categoria conseguiu manter até o final da era das monções, na segunda metade do século XIX. O pagamento dos “seus salários na forma do costume” lhes garantia, pelo menos minimamente, que partiriam para a jornada com as contas acertadas, já que, dados os inúmeros perigos do caminho fluvial, sabia-se quantos partiam, mas não quantos chegariam ao destino. Este costume ainda abria um espaço notável para estratégias de subversão das hierarquias, de modo que não foram poucos os que, algum tempo depois de receberem seus salários, empreenderam “fuga para o mato”.

O fato das autoridades metropolitanas não ousarem discutir uma mudança da política salarial da categoria dos mareantes apenas reforça a suposição de que estes trabalhadores, já

²⁵ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 84.

²⁶ Ibidem, p. 101-102.

²⁷ *DI*, v. 6, p. 13.

tão empobrecidos pelos miseráveis salários, não estariam dispostos a abrir mão do “costume”. O preço pago pelas autoridades coloniais e pelas elites locais, para que continuassem contando com um serviço cujo conhecimento de técnicas e recursos era totalmente monopolizado pela categoria dos mareantes, *foi a autonomia e a licenciosidade destes trabalhadores*.²⁸ Assim, a permanência do pagamento adiantado por toda a era das monções pode ser entendida, do ponto de vista das práticas dos trabalhadores, ao mesmo tempo, como forma de preservação de um *status* social honorável para a categoria e forma de resistência contra as imposições “desclassificadoras” que a consolidação do sistema colonial, e depois do Estado-nação, tentou lhes aplicar.

A experiência de extrema exploração em semelhante atividade poderia ser contrabalanceada, no viver cotidiano desses trabalhadores, através de uma intensa busca por divertimentos. As festas, os jogos e os costumes divertidos eram, antes de tudo, formas de preservar traços significativos da cultura mameluca, reafirmando sua dignidade frente à exploração do trabalho, afirmando sua continuidade frente às censuras cada vez maiores das elites locais.

Observou Langsdorff que a partida da monção mobilizava praticamente toda a vila de Porto Feliz, permanecendo “um clima festivo, mas também de aparente seriedade”:

Toda a vila estava reunida na saída do porto. Para muitos, tratava-se de uma festa pública, mas outros se desmanchavam em lágrimas. De um lado, as jovens esposas de homens que partiam em nossa expedição; de outro, crianças pequenas que vinham dar o último adeus aos seus pais. Aqui, um devedor, ali, um agiota que ainda quer receber seu dinheiro, e muitas cenas engraçadas. Uma mulher grita para seu marido: ‘Lá se vai ele, mas bem que poderia ter me deixado uma casa’.²⁹

A navegação da expedição pelo rio Tietê é saudada pelos moradores ribeirinhos com salvas de tiro, que devem, segundo o costume, ser respondidas pela tripulação e pelos viajantes das canoas. “Não me informaram, reclama Langsdorff, que é costume despedir-se aqui com salvas de tiros. Os comandantes da tripulação, lamentando profundamente a falha,

²⁸ Inspiro-me aqui nas análises de Thompson sobre as inter-relações entre os grupos sociais na Inglaterra do século XVIII. THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 224; Idem. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 75.

²⁹ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 111.

vieram, contudo, nos pedir insistentemente pólvora. [...] Até o anoitecer, eles já haviam queimado cerca de 1,5 libras de pólvora”.³⁰

Sobre sua viagem para o Cuiabá, no ano de 1785, afirmou Lara e Ordonhes que “em cinco meses justos que gastei no Sertão, diverti-me bastante”. Ao que parece, o futuro juiz de fora das decadentes minas compartilhou dos momentos cotidianos em que os mareantes aproveitavam para descontraírem-se, quebrando a rotina do trabalho pesado: “jogávamos até a meia-noite, brincávamos, e não me mortificava a alma. E se a tinha lavava-me duas a três vezes ao dia, em todo o rio Pardo”.³¹

Viajantes e mareantes pareciam se aborrecer com a repetição monótona da paisagem por dias e dias de navegação do mesmo rio. Assim, para uns e outros, a alteração da paisagem era experimentada como impulso para o ânimo e a alegria de todos, segundo observou Florence.

Em viagens como esta, a vista de um rio em que se tem de navegar, ou da foz de outro que se vai deixar, ou de qualquer paragem notável, de um quadrúpede mesmo, de um pássaro que pela primeira vez se mostre, essa vista rompe a monotonia da jornada. Cantam então os remadores; com grita jovial ferem os ares, ao passo que os proeiros batem com a mão no chato da pá e à proa, onde estão sempre de pé, redobram em cadência o sapateado habitual. Com todo esse ruído festivo foi que entramos nas águas do Paraná.³²

Lara e Ordonhes informa que, depois da passagem da cachoeira do Beliago, no rio Taquari, última do roteiro monçoeiro até Cuiabá, há uma comemoração à custa dos viajantes; passada a cachoeira, “felizmente, dão-se muitas salvas, tocam-se as caixas, tambores, etc./ E nessa noite há uma grande ceia à custa dos patrões para os camaradas, que se embebedam e passam toda a noite a dançar”.³³ Os mareantes da expedição Langsdorff, segundo Florence,

³⁰ *Ibidem*. O costume de constantes despedidas dos moradores ribeirinhos foi observado por Florence com a enfática reprovação desqualificadora que caracteriza boa parte de suas observações sobre as práticas das populações brasileiras. “Com grande custo embarcamos hoje nossos remadores. Uns estavam completamente embriagados; outros não queriam deixar os parentes ou amigos, que haviam acudido por terra a dizerem-lhe novamente adeus. Esta gente recebe metade do salário adiantado e, enquanto tem um real, bebe a mais não poder ou gasta tudo com mulheres. A fazer-lhes a vontade, num momento atirariam fora todo o pagamento da viagem. Chegados a Cuiabá, em poucos dias despendem o resto do dinheiro, e muitos têm que voltar por terra a pedir esmolas pelo caminho. Estes pobres coitados empenham os seus serviços para tão penoso lidar por 20 francos mensais, além de alguma roupa grosseira, mas o espírito aventureiro facilmente os impele a contratos dessa natureza”. FLORENCE, *op. cit.*, p. 30-33.

³¹ LARA E ORDONHES, Diego de Toledo. Carta de um passageiro de monção [1785]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 234.

³² FLORENCE, *op. cit.*, p. 54.

³³ LARA E ORDONHES, *op. cit.*, p. 232-33.

após a passagem do Beliago, também “deram descargas de fuzilaria, gritaram a valer e cantaram até alta noite”.³⁴

Essas festas parecem costumeiras entre a “gente do Caminho”, pois alguns mareantes embarcavam já com os instrumentos adequados para a animação do grupo: levavam viola e pequenos tambores. De acordo com as observações de Langsdorff, nos pousos os mareantes “cantavam despreocupadamente, conversavam, contavam histórias e tocavam viola”.³⁵ Em um pouso do rio Tietê, paragem tranqüila que era conhecida como Ilha Morta, fazia-se uma festa com muita dança animada pelos instrumentos musicais: “nossa gente aproveitou para dançar até depois da meia-noite, comenta Florence, cantou, brincou e bebeu muita cachaça”.³⁶ De acordo com a descrição de Langsdorff:

É um local tão agradável que despertou alegria em todos, de modo que, pouco depois que jantamos e bebemos chá, muitos começaram a cantar, a tocar viola e a dançar. Um dos remadores tocava um instrumento tão pequeno que eu poderia chamá-lo de tamborim de bolso, cuja moldura é feita com lâmina de cobre. Mandei distribuir algumas garrafas de aguardente, o que contribuiu para aumentar ainda mais a alegria.³⁷

Os pousos propiciavam, assim, aos mareantes, momentos de descontração que também eram de afirmação social e preservação dos elementos culturais da cultura mameluca. Não se tratava apenas de um momento de descanso, senão também de atualização do acervo cultural nas conversas, nas narrações de histórias, na execução do repertório musical com viola e tamborim (repertório que, por sinal, não era apenas instrumental, mas tinham letras que eram cantadas pelos camaradas) e na dança típica. Da mesma forma, nesses pousos, preservavam-se o gosto pela caça e os conhecimentos de coleta.

Essa noção de preservação do legado cultural é particularmente visível nos pousos em que estão enterrados os camaradas que morreram em acidente ou naufrágio, para quem se colocava uma indicação com nome e data numa cruz e se levava flores em memória, toda vez que se passava pelo mesmo pouso. Destarte, como relata Almeida e Souza, no ano de 1801, durante a navegação do rio Coxim, faleceu um dos remeiros de nome João Paes Subtil, que há dias estava “mortalmente enfermo”. O corpo ficou sepultado em uma paragem na qual se levantou lápide com as seguintes inscrições: “Aqui jaz João Paes Subtil da nossa expedição

³⁴ FLORENCE, op. cit., p. 84.

³⁵ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 132.

³⁶ FLORENCE, op. cit., p. 42.

³⁷ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 144-45.

fallecido de huma febre podre em o 1.º de Janeiro de 1801, pede-se aos fiéis viajantes hum P.N. e huma A.M. por sua alma”.³⁸ Em 1826, nas proximidades da cachoeira Três Irmãos do rio Pardo, onde a expedição Langsdorff fez uma parada ao meio-dia, anotou este viajante que

[...] vários remadores correram em direção a uma cruz de madeira fincada sobre uma pequena colina circular, ajoelharam-se diante dela, beijaram-na e enfeitaram-na com diversas flores coloridas dos campos. Os demais os seguiram, e logo a cruz ficou magnificamente enfeitada com as flores mais raras. A cruz havia sido colocada sobre o túmulo de um remador procedente de Porto Feliz que morrera e fora sepultado aqui há dois anos./ É comovente o espírito religioso dessa gente: ela é capaz de render homenagem à alma de um conterrâneo ou concidadão totalmente desconhecido, rezando um Pai-Nosso por ele e enfeitando o seu túmulo com flores. Como é raro ver uma cena como essa na Europa!³⁹

Não se deve excluir das práticas observadas neste relato as imposições decorrentes da presença do observador. O viajante estrangeiro, sempre curioso pelo conhecimento das práticas locais, pode muito bem condicionar as populações locais a praticarem práticas com uma frequência ou coerência que não corresponde ao cotidiano mesmo da sua vida cultural. Ao mesmo tempo, a própria estigmatização da cultura mameluca, em curso desde as décadas finais do século XVIII, pode ter favorecido o reforço, pelos mareantes, de certas práticas a ela vinculadas. Os relatos monçoeiros anteriores, por sua vez, não se referem a nenhuma ocasião em que um viajante pôde observar a sua tripulação prestar alguma homenagem àqueles que, ficando pelos caminhos, jamais chegaram ao destino da jornada.⁴⁰

Realmente, a prática de homenagem ao companheiro morto reforçava, com força notável, a solidariedade grupal da categoria dos trabalhadores mareantes, afirmando, nos termos “religiosos” vigentes, uma dignidade para o trabalho por eles realizado. De forma estratégica, chamava a atenção dos passageiros para a centralidade da presença dos trabalhadores. Em outros termos, as festas, danças, comemorações e jogos realizados durante a viagem também reafirmavam a preservação de um legado cultural em meio à desintegração da profissão, a solidariedade grupal diante do brutal sistema de exploração do trabalho, um

³⁸ ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *RIHGB*, v. 202. p. 29.

³⁹ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 244-45.

⁴⁰ Há relatos que, como o de Almeida e Souza, mencionam a morte de algum passageiro ou tripulante e o devido rito de sepultamento que se seguiu. Juzarte anotou a morte de uma passageira durante a viagem dos povoadores ao Iguatemi em 1769: tentou-se conduzir o corpo da moça, a pedido dos pais, até o Presídio para que tivesse sepultamento em solo cristão, mas os contínuos imprevistos que passaram a acontecer na expedição fizeram com que os povoadores obrigassem o enterramento, pois o mau agouro poderia piorar. JUZARTE, op. cit., p. 273-74.

compartilhamento de preocupações diante da hierarquização das funções na divisão do trabalho, e, enfim, a força de uma presença diante das imposições estruturais de uma invisibilidade e “desclassificação”.

2.5 CULTURA MAMELUCA: DE CONDIÇÃO DA COLONIZAÇÃO A ESTIGMA

Está em curso, a partir da segunda metade do século XVIII, um processo pelo qual a cultura mameluca, que até então era a condição mesma da colonização, passa a ser estigmatizada e relegada a uma existência “ilegítima”. Trata-se de processo que, num mesmo movimento, promove a disciplinarização militar das expedições ao interior da capitania de São Paulo, o incremento dos signos de distinção¹ das elites e a desclassificação material e simbólica dos mamelucos.²

Em 1765, foi restaurada a capitania de São Paulo, recebendo seu novo governador, D. Luiz Antonio de Souza, instruções claras no tocante à política de militarização das fronteiras coloniais com as possessões espanholas e à reativação econômica.³ Aproximando-se os anos finais do século XVIII, o incremento das lavouras de cana-de-açúcar e a notável ampliação do contingente de escravos africanos, segundo Schwartz, “began to change the nature of society and the elite perception of people of mixed origin”: aos descendentes mestiços passavam a somar, além dos estigmas de ilegitimidade e cor, o da origem escrava.⁴ A circulação, a partir da Europa para várias partes da América, de ecos de teorias como as de Lineau e Buffon, as quais propunham classificações hierarquizantes da natureza e do homem, e punham em desvantagem o “nativo americano” e o africano, encoraja as elites locais a se preocuparem

¹ A distinção é o mecanismo que produz a hierarquização brutal dos diferentes grupos sociais mediante dispositivos propriamente simbólicos de transfiguração sob forma irreconhecível da posição social ocupada por cada grupo. Assim, a distinção propriamente simbólica de um grupo social dá-se pelo consumo de determinados bens culturais e pela maneira com que estes são utilizados (ou ostentados). BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979. p. 563-64; Idem. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1983. p. 92. Retomando Gramsci, Thompson entende que a apresentação de si das elites inglesas do século XVIII em situações públicas é sublinhada pelo estilo teatral que se configura na “encenação da hegemonia cultural”. Assim, os signos distintivos adquirem uma função política notável: perucas, bengalas, vestidos, postura, gestualidade e retórica fazem parte de um “estilo de dominação” que aprofunda a hierarquização do mundo social. THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 224; Idem. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 47-49, 78.

² SCHWARTZ, Stuart B. *Brazilian ethnogenesis: mestiços, mamelucos, and pardos*. In: GRUZINSKI, Serge; WACHTEL, Nathan (Ed.). *Le Nouveau Monde: Mondes Nouveaux: L'expérience américaine*. Paris: Ed. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996. p. 20-22.

³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. p. 46.

⁴ SCHWARTZ, op. cit., p. 20, 22.

mais com coisas como genealogia e eventual posse de sangue das consideradas “raças infectas”.⁵

À época da viagem do Conde de Azambuja para Cuiabá, em 1751, para que tomasse posse do cargo de capitão-general, as monções já tinham muito pouco das disposições aventureiras que as caracterizavam nos primeiros anos. Poucos são os que se embrenham em rios semi-conhecidos, ou que se lançam à tarefa de marchar a pé por terrenos dominados pelos grupos étnicos locais. O trabalho dos mareantes das embarcações monçoeiras revelava um incremento da hierarquização, que deixou de ser apenas produto da divisão do trabalho para ser recoberta de uma carga simbólica militar. Assim, a disposição das 26 canoas e da tripulação de 190 homens que compunham a jornada do Conde de Azambuja reforçava, com saliente força simbólica, os sistemas de distinção entre os grupos sociais hierarquicamente posicionados.

[...] hindo primeiro a canoa de S. Excellencia com o guia do caminho todo muito bem vestido com farda azul, e chapeo de plumas tudo agalado, este hia piloteando, levava seis remeiros com vestia, e calção encarnada, e carapuça, ou barrete, com as armas de S. Excellencia abertas em prata, logo se seguia a canoa da Missão, que hião dois Padres da Companhia, e logo a canoa dos Officiaes da Salla, e atraz desta a canoa de guerra Capitania, em que demandava o Capitão de Dragoens, e logo a dos criados, e atraz destas as demais de carga, nas quaes se embarcarão 130 sacos de mantimento fora o fato, e barrilame, e outras cargas mais, e atraz de todas estas a canoa Almiranta em que comendava o Tenente da Companhia, não deixando ficar canoa para traz, e esta ordem sempre se executou”.⁶

Depreende-se dessa descrição a vigência de um sistema de distinção na viagem do Conde de Azambuja, reforçador de uma estratificação social perpetuada nos símbolos distintivos que era, no mínimo, estranha às monções dos primeiros anos. A disposição das canoas segue um ordenamento que é o da pretensa pirâmide da estratificação social, cristalizando a distância social que promove nos grupos sociais: primeiro a canoa do Conde, depois a da missão religiosa, depois a dos oficiais militares, depois a dos soldados e por último a dos criados, vigiada por uma canoa de militares à retaguarda. O guia mameluco e os remeiros deixam o costume de navegar desnudos, como o faziam os Guarani-Carijó na

⁵ *Ibidem*, p. 22; PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 68. De acordo com Schwartz, “Indians, blacks, mulattoes, Moors and Jews were all considered ‘infected races’”. SCHWARTZ, loc. cit.

⁶ RELAÇÃO da chegada, que teve a gente de Mato Groço, e agora se acha em companhia do senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Ararituaba, até a esta villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Lisboa: Officina Silva, 1754. IEB/USP. Códice: 3, e, 14. p. 3.

expedição do governador Céspedes Xeria, em 1628, e em séculos de navegação dos rios. Agora exibem as suas “vestias”, que reafirmam com força especial a hierarquia que os separa: o guia parte com chapéu de plumas “tudo agalado”, enquanto dos remeiros levam o barrete com as armas do Conde “abertas em prata”. A utilização desses signos distintivos introduz uma distinção simbólica militarizada aos moldes europeus em um grupo social que preservava, com várias recriações, a cultura dos naturais da terra na prática da mareagem e nos conhecimentos das coisas do sertão.

É certo que em algumas expedições posteriores não dispunham dos mesmos signos distintivos, pois já em 1769, durante a jornada de Juzarte para levar os povoadores de Iguatemi, relatou este viajante que a tripulação trabalhava desnuda.⁷ Mas a repetição das expedições oficiais de militares para as fronteiras do extremo oeste, cada vez mais comuns a partir de 1765, com os projetos expansionistas do Morgado de Mateus, passou a impor sobre aqueles trabalhadores um sistema de hierarquização militar que antes lhes era estranho, e sempre fora sentido como violentamente opressor. Em 1826, Florence observou a “ordem da marcha” da expedição Langsdorff: o guia partia na canoa do Cônsul, seguindo à frente das outras embarcações; depois vinha a canoa com um piloto menos graduado; em seguida, o batelão onde estava Florence, e logo depois as embarcações menores com algumas cargas e petrechos.⁸ Assim, até mesmo a simples disposição de um grupo de canoas no curso de um rio revela uma complexa estrutura de poder, um dos traços da militarização das expedições fluviais iniciada na segunda metade do século XVIII que permaneceu até a desintegração total do movimento das monções.

As incursões preadoras de índios do século XVII e as primeiras monções do século XVIII, as que ainda faziam uso de caminhar por terra parte do itinerário até Cuiabá, valiam-se do procedimento de abandonar as canoas em determinado pouso, lançar roças de milho para abastecer o grupo e valer-se da caça e da coleta segundo as técnicas indígenas. A formação, em finais do século XVIII, de uma elite paulista sedimentada sobre uma vigorosa economia agro-exportadora de cana-de-açúcar, animada com a burocratização das vilas e a possibilidade de acesso a cargos públicos, e fascinada com o consumo de bens culturais ibéricos que permitiriam uma distinção com relação aos “bastardos” e “pardos”, importou na marginalização e na desclassificação dos mamelucos. Assim, até mesmo na alimentação de

⁷ JUZARTE, Theotônio José. Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios [...] principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, HBP, t. 3. p. 252.

⁸ FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*; com gravuras do Autor [1829]. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 25.

que dispunham viajantes e mareantes na jornada até Cuiabá evidencia-se um processo de hierarquização e distinção simbólicas, contando uns com mantimentos ordinários e outros com mantimentos especiais.

Refere D. Antonio Rolim, o Conde de Azambuja, sobre a carga de mantimentos levada pela sua monção de 1751

[...] constar esta de feijão, farinha e toucinho, e algumas galinhas só para os doentes de maior perigo. Ainda para a minha mesa este era o fundamento, porque o mais que levava de paios, presuntos, biscoitos e carne de vinha-d'alhos, era à proporção do que as canoas podiam, e não do que era preciso.⁹

Durante sua viagem a Cuiabá no ano de 1785, Lara e Ordonhes, que assumiria naquela vila o cargo de juiz de fora, afirma que “vinham dois cozinheiros bons. Comemos com gosto, e parece que estávamos em povoado, não faltava nada”.¹⁰

Em 1826, ao realizar suas compras nos armazéns de Porto Feliz para prover a expedição das cargas de mantimentos necessários, Langsdorff, seguindo já o “costume da terra”, que àquela época tinha se consolidado totalmente, providenciou a alimentação ordinária dos mareantes e a alimentação especial da comitiva que o acompanhava. Assim, os trabalhadores

[...] nas viagens para Cuiabá tanto antigamente como agora, recebem obrigatoriamente almoço e jantar, que consiste em feijão, toucinho e farinha de milho. Em lugar do café da manhã, só recebem um pouco de farinha, que eles misturam com água fresca do rio e dão o nome de jacuba.¹¹

O cardápio do Cônsul e da sua comitiva, à qual eventualmente se juntavam os guias, foi, certamente, muito mais variado durante toda a viagem.

Normalmente, de manhã, tomamos café ou chá com torradas. Quem quer pode comer feijão, farinha, às vezes, também, peixe ou carne assada fria do dia anterior. Toda manhã, eu tomo uma sopa, ligeiramente amarga, de um tipo de pato (jacu) ou de outra ave. Na falta de vinho, toma-se caldo de peixe, onde geralmente desmancho

⁹ ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 205.

¹⁰ LARA E ORDONHES, Diego de Toledo. Carta de um passageiro de monção [1785]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 234.

¹¹ LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. v. 2. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 200.

um pouco de tablete de caldo de carne; come-se, então, feijão com carne salgada de porco, aqui chamada lombo; uma ave assada ou peixe; um pouco de arroz com ave cozida. Sempre coloco no feijão a pimenta preparada [...]. Depois, vem a sobremesa, que consiste em queijo (inglês ou de minas) e marmelada. Oito pessoas (contando com os guias, que normalmente comem conosco) bebem no almoço duas garrafas de vinho. [...] À noite, chá e um pouco de aguardente ou ponche, às vezes com calda de limão.¹²

O processo de hierarquização e vigência de signos de distinção militares e europeus já estava consolidado no início do século XIX. De fato, a caça e a coleta poderiam variar o cardápio tanto da tripulação como dos passageiros: Lara e Ordonhes relata que, em toda a passagem do rio Tietê, era de se admirar a quantidade de pescado que se podia conseguir: “ficaram as praias cheias de peixes por não haver quem os quisesse, o que até os pretos enjoavam”.¹³

Mesmo assim, a vigência dos códigos de distinção europeus já impedia o compartilhamento dos alimentos como no antigo sistema de plantio de roças, coleta e caça das bandeiras e primeiras monções. As iniciativas adotadas pelo Morgado de Mateus no sentido de militarizar a capitania, além do óbvio objetivo de monopolizar a violência e centralizar o poder nas mãos da administração colonial, procuravam impor sobre as populações uma disciplina militar homogeneizadora. A burocratização da capitania, paralela ao incremento de certos setores da economia, como a cana-de-açúcar, levou, a partir da segunda metade do século XVIII, à estigmatização progressiva do mameluco. Uma incipiente elite paulista, preocupada com coisas como indumentária, linhagem, mercês e distinção, busca romper os laços com o mundo indígena, incorporando os ideais ibéricos de “limpeza de sangue” e desclassificação das supostas “raças infectas” (vide Figura 23).¹⁴

¹² Ibidem, p. 168.

¹³ LARA E ORDONHES, op. cit., p. 228.

¹⁴ KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 53-55, 59-60; SCHWARTZ, op. cit., p. 22.



FIGURA 23: Rico habitante de São Paulo que conduz suas mulas carregadas de açúcar. De acordo com a descrição do autor, Aimé-Adrien Taunay, “o cavaleiro demonstra riqueza e poderio. Traja jaqueta curta, bota de cano longo em couro, chapeirão com abas suspensas por cordão, e capa. Sua montaria apresenta arreamento em couro e detalhes em prata e alpaca, e ainda calchonilho, possivelmente feito com fios de algodão para proteger o lombo do animal”.

Fonte: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. v. 2. Rio de Janeiro: Alumbramento: Livroarte, 1988. p. 81; cit. p. 132.

Escrevendo em 1830, Augusto Leverger, que também realizou a viagem para Cuiabá pela rota monçoeira, sequer demonstra qualquer admiração pela técnica de navegação mameluca que tanto impressionou viajantes, cientistas e leigos no século anterior. O parecer de Leverger é absolutamente desqualificador:

[...] em todas as manobras possíveis só fazem uso da força do corpo; os únicos instrumentos de que se servem são alavancas de ferro [...]; uma talha, alguns moitões, e uma faixaeta poderão lhes ser de grande proveito, mas ou eles não tem idéia disso, ou antes querem sujeita-se em todo ao império da rotina.¹⁵

As noções de tempo e de trabalho que norteiam este parecer de Leverger são as da Revolução Industrial, uma lógica desconhecida pelos mareantes monçoeiros que preservavam, com alterações, os procedimentos indígenas. A oposição entre trabalho braçal e trabalho intelectual, ideologia tipicamente capitalista, surge subitamente no parecer do autor, pois ele desqualifica o pouco uso das ferramentas e a manutenção do “uso da força do corpo” como sinais claros de uma suposta indolência dessas populações.¹⁶

No início do século XIX, o adjetivo de “vadios” já grassava entre as autoridades e elites locais quando estas se referiam aos mamelucos que compunham a força de trabalho das canoas monçoeiras. Em 1820, Antônio da Silva Leite, capitão-mor da vila de Porto Feliz, responsável pela organização dos homens e petrechos para as expedições oficiais, afirmou que

¹⁵ LEVERGER, Augusto. De São Paulo a Cuiabá: derrota da navegação interior da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso [1830]. *RIHGB*, v. 247. p. 366.

¹⁶ Em uma nota do Capítulo 5, Livro 1, de *O capital*, Marx parece indicar alguns elementos da constituição da ideologia do “trabalho braçal” em oposição ao “intelectual”: “A diferença entre trabalho superior e trabalho simples, *skilled* e *unskilled labour*, baseia-se, em parte, em *meras ilusões*, ou pelo menos diferenças que há muito tempo cessaram de ser reais e só perduram em convenções tradicionais; em parte, baseia-se na situação desamparada de certas camadas da classe trabalhadora, situação que lhes permite menos que as outras exercer pressão para obterem o valor de sua força de trabalho. Circunstâncias acidentais desempenham no caso um papel tão importante que os mesmos tipos de trabalho invertem suas posições”. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Col. Os Economistas). p. 162. Terceira ênfase acrescentada. Décio Saes descreve do seguinte modo o processo histórico de distinção entre “trabalho manual” e “trabalho não-manual”: “O capitalismo foi responsável pela maior aceleração da divisão social do trabalho, cujos resultados foram a redução de cada homem a seu ‘papel’ e a transformação de cada produtor em um estranho num mundo criado por ele mesmo. Em proveito da classe dominante, a acumulação capitalista impôs aos trabalhadores a especialização e a fragmentação de suas capacidades. [...] [Assim] nasceu uma gigantesca operação ideológica [...]; a distinção fisiologicamente duvidosa entre ‘trabalho manual’ e ‘trabalho não manual’ foi difundida com o objetivo de impor uma hierarquia ao mundo do trabalho e de convencer o conjunto dos trabalhadores de que tal hierarquia decorria de uma distribuição desigual de ‘dons’ e ‘méritos’”. SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. p. 11.

“com os vadios deste país hé que se formão as tripulações das repetidas expedições q’ desta Villa partem para o Cuyabá”. Acrescentava, porém, confirmando alguma admiração pelo estoque de técnicas e saberes sobre o sertão acumulados por aqueles homens, que tal “gente de alguma maneira [deveria] ser respeitada por sua habilidade no trabalho do Rio”.¹⁷

Em viagem pela província de São Paulo, em 1822, Auguste de Saint-Hilaire apenas reproduziu a visão negativa e estereotipada que se formara em relação aos mamelucos paulistas.

Os mamelucos não herdaram apenas o gosto pela vida errante que caracteriza os indígenas, pois destes herdaram também a descuidada preguiça, vício este que mais se acentuou em relação aos que não tinham coragem de se aventurar pelos desertos. Criados pelos indígenas, esses homens viviam em completo isolamento, desprezados pelos pais; ninguém procurava elevá-los da ignorância em que jaziam. Seus costumes eram, necessariamente, grosseiros.¹⁸

A militarização das expedições ao extremo oeste fazia parte de um projeto mais amplo de consolidação do poder metropolitano na Colônia, pelo qual se pretendia dissolver a força das milícias locais, centralizar o monopólio da violência física e simbólica legítimas nas mãos das autoridades reinóis e converter os indivíduos e coletividades não empregados no latifúndio monocultor em Tropas Auxiliares.¹⁹ Por uma carta régia de 22 de julho de 1766, fica-se sabendo que El-Rei foi servido ordenar que todo homem sem ligações com a terra, a produção e o comércio fosse amarrado e enviado ao exército.²⁰ O Morgado de Mateus, escrevendo ao Conde de Oeiras em 12 de novembro de 1767, animava-se com o recrutamento dos “desclassificados” nas Tropas Auxiliares e a decorrente possibilidade do monopólio da violência nas mãos do poder metropolitano: “Logo que elas se levantarão, calmarão derepente as lamentáveis notícias que quotidianamente se ouvião de mortes cruéis, e tiranias inauditas”.²¹

¹⁷ ORDENANÇAS de Porto Feliz, AESP, cx. 54, pasta 2, doc. 15, ordem n. 291 apud GODOY, Silvana Alves de. Itu e Araraitaguaba na rota das monções (1718-1838). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: [s.n.], 2003. Disponível em: < <http://www.abphe.org.br> >. Acesso em: 4 set. 2005. p. 19.

¹⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguay*. São Paulo: Martins: Edusp, 1972. p. 170.

¹⁹ BELLOTTO, op. cit., p. 103 et seq.; KOK, op. cit., p. 53.

²⁰ PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Unicamp, 1986 apud KOK, op. cit., p. 55.

²¹ *DI*, v. 19, p. 83.

Para as expedições militares aos sertões fronteiriços, como as mandadas ao Tibagi (1768-1774) e ao Iguatemi (1767, 1769 e seguintes), os violentos recrutamentos faziam-se com promessas de perdão de crimes e de recompensas da monta de “senhorios de terras”, mercês, hábitos de Cristo e até mesmo a “preferência nas datas de terras e agoas mineraes que se descobrirem”.²² De acordo com Glória Kok, pelo ano de 1777, estavam prestando serviço militar mais de 20% da população economicamente ativa da capitania de São Paulo, somando quase oito mil homens.²³ Em carta do Morgado de Mateus ao capitão-mor de Sorocaba, datada de 31 maio de 1767, o governador ordena recrutamento de 120 homens para uma expedição ao Ivaí, devendo-se “tirar de todas as clases da Ordenança assim brancos como bastardos, mulatos forros, Mamelucos, e carijós, porque todos devem Ser promptos, e obedientes no serviço de S. Mag.^e. Sem exepção de pessoa”.²⁴ Era notório, contudo, que tais recrutamentos sofriam resistência entre a população: “e quando totalmente se façam repugnantes, e esquecidos da obrigação de Leaes vassalos os faça vm Segurar com os meynos da jurisdição [...] Sem suspeita de fuga”.²⁵

A imposição de uma rígida disciplina militar, castigos severos, irregularidade de soldos e cerceamento da mobilidade aos mamelucos recrutados foi experimentada por estes como uma violência contra seu modo de vida. Assim, não foram poucos os mamelucos que empreenderam ações de resistência contra as imposições coloniais, tentando preservar seus costumes e formas de existência.²⁶ Em carta de 10 de janeiro de 1775, o Morgado de Mateus lamenta “que na presente conjuntura, tanto nos corpos de ordenanças como no de milícias auxiliares está sendo notória a dezerçam”.²⁷ Em abril de 1777, informa Kok, a população de Atibaia empreendeu fuga para o mato temendo as notícias de novos alistamentos militares.²⁸

Os mareantes das monções sofreram de modo particular esse processo de militarização da capitania e estigmatização da cultura mameluca. Por um lado, como monopolizavam os conhecimentos das técnicas de navegação adequadas dos rios da Colônia, seu recrutamento para as Tropas Auxiliares, embora ocorresse, não era recomendado pelas autoridades metropolitanas. Fica claro pela mesma carta do Morgado de Mateus, de 31 de maio de 1767, que as vilas mais diretamente fornecedoras de mão-de-obra para as canoas monçoeiras podiam oferecer um número limitado de homens para o serviço militar. Os mamelucos de Itu

²² *DI*, v. 33, p. 50.

²³ KOK, op. cit., p. 57.

²⁴ *DI*, v. 5, p. 38.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ KOK, op. cit., p. 58.

²⁷ *DI*, v. 33, p. 183.

²⁸ KOK, loc.cit.

e Araraitaguaba seriam, segundo o capitão-general, “os mais ocupados, e necessários para a navegação dos Rios nas viagens do Cuyabá, em utilidade do bem commum; pelo que, em atenção, a que não fique em necessidade a navegação daqueles Rios”, o Morgado de Mateus ordenava o alistamento dos 120 homens “capazes de Sertanear” entre os moradores de Sorocaba.²⁹ Desse modo, o recrutamento militar dos mareantes das monções era observado com restrições pelas autoridades, embora não chegasse a ser proibido.

Por outro lado, a “gente do Caminho” foi inevitavelmente atingida pelo referido processo de segregação, pois as monções passaram a conduzir, na segunda metade do século XVIII, funcionários públicos, militares e povoadores para os fortins distantes, de modo que a tolerância às práticas e representações tipicamente mamelucas tornou-se cada vez menor. Isso implicou numa hierarquização brutal das funções na divisão social do trabalho das canoas, reforçada cada vez mais com os signos distintivos que separariam o releu “marinheiro” remador do “oficial” piloto ou guia; além do que promoveu um distanciamento maior, inexistente na época das primeiras monções, entre a gente de serviço e os passageiros, distância mantida com a diferenciação dos recursos e mantimentos.

Mesmo assim, são notáveis as estratégias dos mamelucos no sentido de preservar suas pautas culturais e buscar serem vistos com “igualdade” e “dignidade” pelos passageiros viajantes. Desde o início da era das monções, um dos itens adventícios que se amalgamou à canoa indígena, formando um produto híbrido, foi o toldo (ou cumeeira) para a proteção do viajante contra os suplícios dos mosquitos.³⁰ Nos pousos armados à margem dos rios, em clareiras de matas mais ou menos pisadas conhecidas como capoeiras, os viajantes armavam o mosquiteiro, que funcionava como uma espécie de barraca na qual podiam dormir com um pouco mais de tranquilidade.³¹

Algumas estratégias eram colocadas em prática por parte dos mamelucos, já que ficavam desprovidos tanto da cumeeira durante o trabalho diário na canoa, quanto do mosquiteiro à noite nos pousos. Assim, atesta Florence que os mareantes ficavam expostos, na

²⁹ *DI*, v. 5, p. 38.

³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 99. Cf. a descrição de Juzarte: “Nesse espaço da popa se costuma armar uma barraca (quem pode fazer essa despesa) que não acomoda mais que duas pessoas com incômodo, cuja se faz de baeta vermelha forrada de liage, e fica à imitação da tolda de um Escaler”. JUZARTE, op. cit., p. 240.

³¹ Cf. a descrição do Conde de Azambuja, “inventaram os viajantes deste caminho o mosquiteiro, que vem a ser uma cobertura de linhagem, ou de outra droga leve, a qual lançam por cima de uma corda, que prendem aos mesmos paus, a que atam a rede, por todas as partes, fechados pelos lados e pela cabeceira, deixando-lhes nestas umas mangas para se enfiarem os punhos das redes. Quando chove cobrem esta máquina com uma baeta singela, da largura que basta para alcançar alguma cousa mais abaixo da altura em que a rede fica, depois de seu dono deitado nela. É incrível que isso resiste”. ROLIM, op. cit., p. 205.

condução da embarcação, ao ataque dos mosquitos, e para “se livrarem desse flagelo, queimavam à proa das canoas uma espécie de terra chamada *copim*, cuja fumaça espessa, se enxotava os mosquitos”.³² Mais de um viajante refere que, nos pousos onde abicavam as canoas para o descanso, os camaradas desprovidos dos mosquiteiros preferiam dormir nas copas das árvores, onde os insetos geralmente não iam ter.³³

No final do século XVIII, diante dos viajantes “ilustrados”, naturalistas recém-saídos das universidades européias para serviços de demarcação de fronteiras, coleta e pesquisa de itens da flora e fauna, o esforço dos mareantes no sentido de preservar suas pautas culturais e buscar o reconhecimento delas, fugindo assim ao esmagador processo de “desclassificação”, revela-se de modo especial nas suas narrativas. Com efeito, o autor de um relato de viagem narra suas experiências, mesmo a experiência de ouvir coisas de outras pessoas. O viajante anota em seus diários, além do que pôde presenciar e vivenciar, também o que ouviu de outras pessoas, as quais ou presenciaram, ou ouviram de outros algumas narrativas marcantes, de modo que as memórias acabam circulando.³⁴

O guia da expedição Langsdorff, Antonio Lopes Ribeiro, narrou aos viajantes, durante a passagem pela cachoeira dos Três Irmãos no rio Pardo, algo que impressionou tanto Langsdorff quanto Florence e o restante da comitiva: “nosso guia tem uma memória extraordinária”, anotou, com perturbação, Langsdorff em seu diário.³⁵ Tratava-se da narrativa de um naufrágio de uma canoa abarrotada de ouro naquela cachoeira, ocorrido nos primeiros tempos da minas.

³² FLORENCE, op. cit., p. 129.

³³ TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 79; LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 198-99.

³⁴ Analisando as propriedades do gênero narrativo, Walter Benjamin explica que o bom narrador, como o bom viajante, é aquele que ouve o senso comum e que o transforma e às suas histórias na própria substância do relato de viagem. O bom narrador viajante é aquele que não se incomoda em dar voz aos narradores anônimos, é aquele que quer ouvi-los: “A experiência que anda de boca em boca é a fonte onde beberam todos os narradores. E, entre os que escreveram histórias, os grandes são aqueles cuja escrita menos se distingue do discurso dos inúmeros narradores anônimos. [...] Quando alguém faz uma viagem, então tem alguma coisa para contar, diz a voz do povo e imagina o narrador como alguém que vem de longe”. BENJAMIN, Walter. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow. Trad. Modesto Carone. In: ____ et alii. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 58. Parece ser esta a sina dos viajantes que resolvem relatar as experiências, a de simplesmente narrar os eventos, tendo ou não participado deles: “Assim é que, de múltiplas maneiras, aflora sua marca na coisa narrada – se não como a de quem vivencia, pelo menos como a de quem relata”. *Ibidem*, p. 63. Nesse sentido, pode-se dizer que o narrador resgata a dignidade dos grupos com quem convive, na medida em que lhes dá voz e compartilha suas experiências: “ ‘Ninguém – diz Pascal – morre tão pobre que não deixe alguma coisa’. É certo que deixa também recordações”. *Ibidem*, p. 67. Analisei em outra oportunidade os condicionamentos de produção e circulação dos relatos de viajantes. Vide: CARVALHO, Francismar Alex. Perspectivas teóricas acerca da leitura e análise de relatos de viajantes: Hercules Florence, narrador. *Fênix: revista de história e estudos culturais*, Uberlândia, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: < <http://www.revistafenix.pro.br> > . Acesso em: 10 jan. 2006.

³⁵ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 246.

Aí entram as águas em funda bacia e formam um torvelinho perigoso no qual, segundo nos contou o guia, perdeu-se, nos primeiros tempos do descobrimento das minas de Cuiabá, uma canoa com 80 arrobas de ouro em barra, metidas em caixotes. Procuraram alguns mergulhar, mas nunca chegaram ao fundo por causa do redemoinho que existe embaixo das rochas. A ser verdade o que referiu aquele homem, valeria a pena desviar o rio de seu leito.³⁶

Langsdorff também se animou a promover a busca do ouro submerso, ainda mais porque, segundo contou Antonio Lopes Ribeiro, o rio Pardo seria aurífero: “Dizem que o rio Pardo já contém naturalmente muito ouro. Se se procurasse, ao mesmo tempo, o metal natural do rio e as barras de ouro perdidas, talvez o primeiro já seria suficiente para cobrir uma parte dos custos, mesmo que não se encontrassem as barras de ouro”.³⁷

Salvador Ribeiro Homem, que trabalhou como guia de Lacerda e Almeida, na sua viagem de Vila Bela a São Paulo em 1788, despertou a curiosidade do naturalista ao afirmar que, nos paredões que margeiam o rio Coxim, “há ouro, pois o tem achado em algumas praias, quando abeirou para jantar”.³⁸ Provavelmente tenha sido o mesmo guia quem informou a Lacerda e Almeida, dias depois, quando a expedição passava pelo rio Tietê nas imediações dos montes de Araraquara, que naqueles serros era certo que existia ouro. Assim, anotou Lacerda e Almeida:

É tradição, que nestes montes há muito ouro, várias pessoas têm tentado chegar até elles, e o não tem conseguido pelos muitos pântanos, e obstáculos, que encontram; mas eu me persuado, que esta tentativa tem sido feita por homens puzilanimes, e fracos sertanistas: pois não é crível, que em 3 legoas de terreno possa haver obstáculo, que com tempo o trabalho se não vença.³⁹

Em viagem para o Iguatemi no ano de 1774, o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria também relatou sobre os montes de Araraquara: “estes serros dizem que tem ouro, e tendo-se feitos algumas entradas nunca puderam chegar a elles”.⁴⁰ Algumas décadas antes, o Conde de Azambuja registrou a impressionante explicação que seus pilotos deram sobre alguns

³⁶ FLORENCE, op. cit., p. 64-65.

³⁷ LANGSDORFF, op. cit., v. 2, p. 246.

³⁸ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841 (Impresso pertencente ao AESP). p. 72.

³⁹ Idem. *Diário da viagem feita de Villabella até a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos rios no anno de 1788*. *RIHGB*, t. 62, parte 1 (v. 99). p. 56.

⁴⁰ SÁ E FARIA, José Custódio de. *Diário da viagem que fez o brigadeiro [...] da cidade de São Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iगतemy, 1774-1775*. *RIHGB*, t. 39, parte 1 (v. 52). p. 235.

estrandos que se ouviam vindos aparentemente da direção dos referidos serros. O viajante anotou:

[...] ouvi por duas vezes como estrondos de artilharia; parecendo-me que seriam trovões, me asseguraram os pilotos serem estalos que dava o mesmo morro, e que alguns práticos tinham aquilo por sinal de ouro que ali havia, e que, querendo examinar várias vezes, se não atreveram a chegar perto, pelo horror que lhe fizeram os ditos estrondos. Na verdade o céu estava mui como defumado, e semelhante ao que se vê como na altura de Cabo Verde, que é como de trovoadas.⁴¹

Apesar da desconfiança do Conde de Azambuja diante da fala dos mareantes, a tese deles, segundo a qual os tropejantes estrondos eram a mais certa confirmação de metal precioso nos montes de Araraquara, reforçava a tradição de que os mamelucos tinham bom faro para o ouro. Em outros termos, tinha um efeito teatral que reafirmava os mareantes como preservadores dos legados de conhecimentos sobre as coisas do sertão.⁴²

Quando D. Manuel Flores participou da Terceira Partida de demarcação do Tratado de Madri em 1753 e passou, juntamente com a comitiva dos portugueses, pelo serro São Francisco do rio Paraguai, ficara absolutamente impressionado ao escutar o parecer destes sobre os estrondos ouvidos na direção daquele serro: esses práticos portugueses seriam “inteligentes en catear minas de oro”,⁴³ asseverou na carta ao Marquês de Valdelirios. Acrescentou que os portugueses eram igualmente práticos para “conocer las que tienen diamantes, que me aseguran unánimemente y sin disfraz que esta sierra tenía las más seguras señas de ser abundante de uno y otro”.⁴⁴ Ao ouvir tudo isso dos práticos que o acompanhavam na Partida, Flores teve o impulso de fazer uma digressão ao dito serro São Francisco, mas, justifica-se ao Marquês de Valdelirios, não contava com ninguém na comitiva espanhola que soubesse embrenhar-se mata a dentro e nem queria despertar a cobiça dos portugueses.⁴⁵

Com seus depoimentos sobre as coisas e gentes do sertão, os mareantes buscavam se afirmar, mesmo diante dos viajantes mais “ilustrados” nas modernas ciências, como os genuínos conhecedores das terras por onde viajavam. Alguns chegavam até a abordar os

⁴¹ ROLIM, op. cit., p. 207.

⁴² Para uma discussão da noção de teatro na relação entre cultura popular e elites, vide: THOMPSON, *Costumes em comum...* op. cit., p. 65 et seq.

⁴³ FLORES, Manuel Antonio de. Carta [...] al Marqués de Valdelirios [...] [1756]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 5. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1970. p. 266.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 266-67.

viajantes para que registrassem suas explicações. Parece ser este o caso, anotado por Lacerda e Almeida, de um proeiro que, a certa altura do rio Tietê, veio lhe contar fantástica narrativa. Segundo Lacerda e Almeida, o proeiro

[...] por intelligencia das Cachoeiras, e por ser mettido a Letrado, hé estimado dos mesmos Guias, e Pilotos.⁴⁶ Vendo pois este proeiro que na hora do descanso me estava informando dos referidos poços, chegou-se também para dar notícia d’elles. [...] Entre a prodigiosa quantidade de peixe, que me disse se pescava, [...] contou-me mais que n’estes poços havião mãis d’água encantadas, que levantavão grandes ondas, e fazião muita bulha, e tinham morto alguns homens, &c. Pedi-lhe a descrição d’estas encantadas matronas, e elle (não obstante nunca as ter visto) me fez a descripção de um monstro mais horrendo, que aquelles que nos pinta Horácio. Intentei desabusal-o; mas elle, e toda a comitiva se mostrarão tão re-sentidos e pertinazes, que para o contentar, e evitar alguma sublevação me vi obrigado a seguir o partido das mãis d’água encantadas.⁴⁷

O viajante poderia ter a sua ciência, mas os sertanistas também tinham uma, e esta era a mais adequada para o cotidiano nos sertões, afirmou o irritado remeiro, em um dos pontos altos da discussão, que parece ter mobilizado toda a tripulação da expedição:

[...] chegando-se a mim com a testa franzida, com os olhos arregalados, e finalmente com todos os gestos de hum furioso Peripatético, me disse, que eu entendia muito bem dos meus relógios (nome que dava aos instrumentos Astronômicos) e que ele sabia mais do que eu, o que havia pelos Certões pela experiência que tinha e pelo que tinha visto.⁴⁸

Experiência: uma palavra-chave nesse contexto. O viajante poderia entender de muitas coisas, ser um homem de ciência, mas enquanto fronteiriços, esses trabalhadores enfatizavam que, naquelas paragens, eles eram os sábios, eles conheciam os acontecimentos significativos, narrados de geração para geração, eles sabiam as utilidades dos recursos naturais, as estratégias para diminuir os perigos e sanar as agruras. Nesse sentido, percebe-se nesses práticos do sertão, em suas relações com os viajantes, uma disposição pela busca de afirmação e reconhecimento da “dignidade” das suas práticas culturais, seu conhecimento e sua experiência, mesmo que sejam dominados nas relações sociais e, muitas vezes, saibam disso.

⁴⁶ LACERDA E ALMEIDA, op. cit... *RIHGB*, p. 54.

⁴⁷ Idem, op. cit... *AESP*, p. 84.

⁴⁸ Idem, op. cit... *RIHGB*, p. 55.

2.5.1 Desintegração

Para voltar ao Caio Prado Júnior, o sentido da colonização portuguesa na América, afirmou este autor, tinha como base a empresa comercial orientada para o mercado externo, cuja evolução dava-se sob a forma de ciclos especulativos e instáveis (cana, ouro, algodão, café), dependentes do esgotamento dos recursos ou dos mercados.⁴⁹ As monções encaixam-se de modo ambíguo nesse modelo, porquanto fossem expressão do relativo dinamismo do mercado interno e tenham seguido uma trajetória de ciclo instável. Segundo Leonardo Arroyo, o desenvolvimento do assim chamado ciclo de muar, ou seja, o transporte terrestre em mulas carregadas, é um elemento decisivo para explicar o fim das monções, em que pese o ouro cada vez mais exíguo nas minas também tenha contribuído.⁵⁰

Obviamente o lucro desse novo negócio compensava para os envolvidos, como relatou Saint-Hilaire, em 1819, apontando que a rota terrestre passava por Goiás e de Mato Grosso retornava para a Bahia, onde as mulas são negociadas com lucro superior a 100%.⁵¹

Desde 1742, as monções começaram a sofrer a concorrência das chamadas “monções do norte”, que pelos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé, conduziam gentes e coisas para Vila Bela e Cuiabá.⁵² Pombal chegou a incentivar essa rota, planejando a passagem de produtos manufaturados ingleses, como contrabando, até Chiquitos e o Peru, por intermédio de comerciantes de Mato Grosso.⁵³ Em meados do século XIX, muitos mareantes da região de Itu e Araraitaguaba já tinham se assentado em Belém ou Vila Bela para trabalharem nas ubás monóxilas pelos rios da bacia Amazônica. Dos que ficaram, muitos morreram, em 1838, na epidemia de febre tifóide que assolou Porto Feliz.⁵⁴

⁴⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. p. 7-20

⁵⁰ ARROYO, Leonardo. Introdução: Tietê – rio, homem e livro. In: NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê*. 2. ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978. p. xxi.

⁵¹ “As viagens do Tietê, do Paraná e do Camapuã foram substituídas por outras, que não são muito menos penosas, mas proporcionam lucros muito maiores. As tropas de burros partem de São Paulo, carregadas, passam por Goiás e chegam ao Mato Grosso, onde as mercadorias são negociadas. Em seguida dirigem-se à Bahia, onde os burros são vendidos com um lucro de mais de 100 por cento”. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p. 180.

⁵² SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá [...] [1765]*. *RIHGSP*, v. 4. p. 95. Estudo sobre as monções do norte pode ser lido em: LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

⁵³ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. 1972. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. p. 164-65, 174

⁵⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 65, 114.

Pode-se agora reavaliar a noção de “desclassificados” pensando *com* e *contra* Caio Prado Júnior.

A noção de “desclassificados”, tal como apresentada por Caio Prado, permite perceber, entre a população que estava fora das sombras do latifúndio monocultor, os efeitos devastadores da instabilidade dos ciclos econômicos. O sistema econômico, voltado para a produção agro-exportadora de larga escala, desfavorecia o mercado interno; a mudança dos ciclos desagregava a parte da sociedade atingida pela crise, avultando o número de miseráveis.

Mas é preciso ir para além dessa noção, pensando os processos complexos de “desclassificação”, pelos quais as emergentes elites paulistas de finais do século XVIII, afeiçoadas na pujança cada vez maior do negócio do açúcar, sustentaram a estigmatização da cultura mameluca. Ao mesmo tempo, é preciso observar a violência do sistema de recrutamento promovido pelas autoridades coloniais, visível na militarização das expedições, na imposição de uma rígida disciplina militar, nos castigos severos e no cerceamento da mobilidade aos mamelucos.

Da mesma forma, somente pensando para além da noção de “desclassificados” se pode perceber duas disposições centrais no âmbito da cultura mameluca, vigente entre os mareantes das monções: por um lado, a hibridação de elementos culturais díspares que vão compor um repertório cultural que conserva e recria o legado de técnicas e conhecimentos indígenas; e por outro, a despeito do processo de desclassificação e estigmatização, a resistência movida por esses mareantes no sentido de preservar suas pautas culturais e obter o reconhecimento de sua dignidade cultural diante dos viajantes e do restante da sociedade colonial, uma busca por fazer respeitar seus conhecimentos do sertão e, sobretudo, sua experiência.

Seja como for, a desintegração do movimento das monções é, ainda assim, a desintegração da vida das pessoas que giravam em torno deste ciclo. Conhecimentos que se perdem, vidas que são destruídas. Como diz Caio Prado Júnior: “Depois abandona-se tudo em demanda de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. O que fica atrás são restos, farrapos de uma pequena parcela de humanidade em decomposição”.⁵⁵

⁵⁵ PRADO JÚNIOR, op. cit., p. 127.

TERCEIRA PARTE:
OS “SENHORES DOS RIOS” E SUAS ALIANÇAS POLÍTICAS

Entraremos a ver os Portugueses, que nas quatro partes do mundo têm sido a admiração e o terror dos seus habitantes, feitos agora o alvo da inconstância e da fortuna, a irrisão destes selvagens. Francisco Rodrigues do Prado, História dos Índios Cavalleiros ou da nação Guaycuru [1795].

The history of the Native American peoples of the Gran Chaco and Paraguay is often described as exotic or unique. In fact, however, it was a region no more exotic than any other and was unique only in the sense that every place is unique. James Schofield Saeger, Warfare, reorganization, and readaptation at the margins of Spanish rule: the Chaco and Paraguay.

3.1 VIAGEM À ENCRUZILHADA DOS POVOS

A descoberta de metal precioso nas barras do rio Caxipó-Mirim, em 1718, e pouco mais tarde em Cuiabá, provocou uma verdadeira febre do ouro em não poucos paulistas, que passaram a migrar para esse novo Eldorado utilizando-se de dificultoso caminho fluvial: a chamada rota das monções.¹ De São Paulo a Cuiabá os viajantes deparavam-se com vários grupos étnicos nativos, os “señores de los ríos” para utilizar uma feliz expressão da época,² os quais interagiam ativamente com os adventícios, seja oferecendo aliança política contra grupos hostis, seja praticando hostilidades abertamente em defesa de seus territórios e em busca da “troca vantajosa” dos itens que assaltavam aos comboios fluviais.

Como procurei demonstrar na Primeira Parte deste trabalho, os vários roteiros de que dispunham os paulistas para acessar o novo Eldorado rapidamente foram obstruídos pelas ações expansionistas dos Mbayá, particularmente na Vacaria, e dos Kayapó, pela bacia do rio Paraná e vale do rio Pardo. Corria a década de 1720 e as autoridades coloniais viam-se cada vez mais preocupadas com o fechamento dos itinerários alternativos e a conseqüente insularidade a que estava sendo sujeito o novo estabelecimento aurífero do extremo oeste. Em 1727, assim que chegou a Cuiabá, o capitão-general Rodrigo César de Meneses deu-se conta de que estava cercado por inúmeros povos. As minas achavam-se “cercadas de várias nações de gentio, que não nos deixavam alargar pelo centro do Sertão matando e sustentando-se de carne humana”.³ Rodrigo César, tentando estabelecer uma política indigenista que submetesse os grupos étnicos vizinhos, encontrou-os dispostos à resistência:

¹ Versões preliminares deste trabalho, enfatizando um ou outro aspecto em especial, encontram-se publicadas em: CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Los ‘señores de los ríos’ y sus alianzas políticas. *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana*, Madrid, España, n. 6, p. 61-79, septiembrediciembre, 2005. Idem. Os ‘senhores dos rios’ e as suas alianças: um estudo sobre as fronteiras e as trocas interculturais no movimento das monções. *Territórios e fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 81-94, 2005.

² Ainda no século XVI, quando o governador do Paraguai, Cabeza de Vaca, enviou expedição contra os Guaykuru dos arredores de Assunção, ouviu de um grupo destes índios, “los cuales estaban cantando y llamando todas las naciones, diciendo que viniesen a ellos porque era pocos y más valientes que todas las otras naciones de la tierra, y eran señores de ella y de los venados y de todos los otros animales de los campos; y eran señores de los ríos y de los peces que andaban en ellos”. CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. *Naufragios y comentarios*, con dos cartas. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946. p. 154.

³ REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses [...] [1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 3. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 130.

[...] procurou reconduzi-los e metê-los de paz S. Ex.^a para o que lhes mandou alguns Pombeiros, contentando-os e persuadindo-os com mimos de fumo, facas e outras semelhantes drogas, de não pouca estimação para eles; mas estes não só recusaram a nossa amizade, mas responderam que eles eram homens, e que só à força de armas seriam mortos ou conquistados.⁴

O insucesso dessas tentativas de submeter as populações locais tornou-se mais evidente nos anos seguintes, quando a própria rota rotineira das monções, que navegava os rios Taquari e Paraguai até o Cuiabá, passou a sofrer com os contínuos e violentos assaltos promovidos pelos senhores daqueles rios, os Payaguá. Estes, aliados aos Mbayá, promoviam incursões em vários pontos do rio Paraguai, chegando mesmo a embrenhar-se pelo Taquari e dar nos seus moradores, da mesma forma que subiam o São Lourenço e chegavam a bater às portas de Cuiabá. Somando essas hostilidades ao fato de que os Kayapó iniciaram, por conta própria, um projeto expansionista que passou a varrer todos os moradores do rio Pardo e Paraná, tem-se um quadro, no final dos anos 1720, extremamente desfavorável aos empreendimentos colonizadores dos portugueses.

Assim, se na primeira metade do século XVIII a colonização portuguesa via-se fragilizada, embora tenha assegurado a posse das minas de Cuiabá, a colonização espanhola no vale do Alto Paraguai sofria um refluxo. A expansão dos Mbayá pela Vacaria, iniciada desde a segunda metade do século XVII, contribuiu para o abandono dos estabelecimentos espanhóis da fronteira nortenha do Paraguai, os quais migraram em direção ao centro da província. No período em que se iniciam as viagens monçoeiras dos portugueses, os espanhóis do Paraguai viam-se em dificuldades, pois, com as constantes incursões dos Mbayá, Payaguá e outros grupos e o êxodo rural forçado, a produção da erva, principal produto de exportação daquela província, ficava comprometida.⁵ Além disso, com a fuga dos moradores da fronteira nortenha para o centro, abandonando os fortes, as *haciendas* e os *pueblos*, aumentava o receio de que outros grupos assumissem o controle do Alto Paraguai.⁶

⁴ Ibidem.

⁵ Os efeitos sócio-econômicos da expansão dos Mbayá sobre o sistema colonial no Paraguai foram estudados por Branislava Susnik, em especial nos seguintes trabalhos: SUSNIK, Branislava. *Una visión socio-antropológica del Paraguay: XVI – 1/2 XVII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1993. p. 121-24; Idem. *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1991. p. 62 et seq.

⁶ De acordo com Uacury Bastos, os assuncenhos não reagiram contra os portugueses quando do estabelecimento da rota monçoeira para Cuiabá porque, internamente, estavam sob pressão dos grupos étnicos locais, como os Mbayá, e passavam por um intenso processo de luta entre facções de proprietários rurais e jesuítas pelo acesso à mão-de-obra Guarani, movimento que ficou conhecido como Revolução Comunera (1715-1735). BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. 1972. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de

Daí a razão pela qual se publicou inúmeros bandos proibindo os moradores do norte de migrarem ou obrigando os que fugiram a voltar para a fronteira nortenha.⁷

Nesse contexto geral de instabilidade e insegurança, mas também de promessas de ganhos extraordinários nas minas, viajou para Cuiabá o comerciante João Antonio Cabral Camelo. Seu relato de viagem,⁸ que abrange o período entre 1727 e 1734, narra situações que evidenciam a rede de alianças em que atuavam os grupos étnicos locais, bem como suas intenções de hegemonia sobre os rios pelos quais as monções navegavam no Alto Paraguai. Por essa razão, trata-se de um texto que permite, através da análise de micro-situações, desvendar o contexto mais amplo de relações interculturais nessa região.⁹

Cumprido, pois, retomar novamente a trajetória desse viajante. Seduzido pelo novo Eldorado, partiu Cabral Camelo de Sorocaba em demanda das minas de Cuiabá em 1727. Contudo, depois de três anos insatisfeito com os poucos rendimentos que obtivera fazeitando naquelas minas, Cabral Camelo resolveu voltar para Sorocaba em 1730. Para isso, aproveitou o comboio de canoas da monção do ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto, que partia para São Paulo com quase 900 kg de ouro, produtos do quinto Real.¹⁰

Principiaram a derrota da monção em 15 de maio de 1730. A certa altura da decida do rio Paraguai, ouviram todos um grande urro: surpreendeu-os com um ataque massivo uma enorme leva de canoeiros Payaguá aliados aos Mbayá, somando cerca de 500 índios. Os viajantes foram atacados por “tão espessa nuvem de flechas, que escureceu o sol”, ilustra Cabral Camelo.¹¹ Ele e um grupo conseguiram resistir ao ataque, colocando-se em trincheira.

Durante a peleja, os Payaguá e aliados Mbayá mataram as autoridades portuguesas, os guias e mareantes, recolheram os despojos de metal precioso e fazendas, escolheram entre os escravos negros os que lhes pareciam mais interessantes e mataram o restante. Cabral Camelo

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. p. 110-18, 130, passim.

⁷ EL GOBERNADOR de la provincia consulta al cabildo sobre la conveniencia de abandonar la frontera y establecerse en Guarnipitan por las continuas hostilidades de los guaicurues [1716]. SH, v. 88, n. 2; EL GOBERNADOR de la Provincia prohíbe el abandono de sus casas a los vecinos del pueblo de la Cordillera que han huido por los continuos ataques de los indios Mbayás [1737]. SH, v. 119, n. 4, f. 1a.

⁸ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, HBP, t. 3. p. 143-50.

⁹ A propósito da análise de micro-situações como forma de desvendamento das estruturas sociais mais amplas, Alban Bensa afirma que se trata de ajustar a lente às dimensões pertinentes do objeto, localizando as articulações correspondentes. BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998. p. 63-64.

¹⁰ TAUNAY, HBP, t. 2. p. 77.

¹¹ CAMELO, op. cit., 144.

e os sobreviventes contaram os mortos no assalto e chegaram ao seguinte número: 107 pessoas morreram, entre brancos e negros, e 40 pessoas sobreviveram.¹² Mesmo assim, os índios perseguiram o grupo de Cabral Camelo, que estava entrincheirado observando tudo de longe. Um “bastardo, ou carijó”, provavelmente um cativo dos Mbayá, lançou desafio aos “caraíbas”: “Oh patifes, vis, e baixos não sabeis que os Caribas (assim chamam os brancos) não têm que fazer com os Paiaguás, e Guaicurus”.¹³

Um outro depoimento alude que um cacique Payaguá, percebendo a retirada dos portugueses, teve a audácia de tomar o hábito de Cristo do ouvidor Lanhas Peixoto, cujo cadáver fora abandonado em alguma paragem dos pântanos, lançá-lo ao pescoço e perseguir os sobreviventes em tom desafiador. O informante descreve a cena mencionando que o cacique ainda estava agasalhado “com um vestido rico do mesmo Lanhas [quando] se pôs em marcha formando as suas canoas em duas linhas, tocando os seus instrumentos e desafiando os nossos para o meio do rio”.¹⁴

Os Payaguá e os Mbayá retiram-se, então, vitoriosos, contando enorme despojo de 11 a 20 arrobas de ouro,¹⁵ 16 canoas, armas, “ricos vestidos”, 37 escravos negros, dois rapazes brancos, duas crianças e uma mulher branca lisboeta como cativos.¹⁶ Sabe-se pelo relato do castelhano D. Carlos de Los Rios Valmaseda que este despojo foi trocado em Assunção no mesmo ano de 1730.¹⁷ Quanto ao destino de Cabral Camelo e o grupo de sobreviventes, empreenderam fuga mata adentro, a pé, marchando do rio Paraguai à fazenda de Camapuã, onde tomaram canoas. Por todos os lados puderam observar um quadro desolador de roças destruídas pelas ações dos Mbayá, Payaguá e Kayapó. Tudo isso “sucede cada ano nessa viagem”, escreveu quando chegou a Sorocaba.¹⁸

Nesta Terceira Parte do presente estudo, procuro analisar a rede de alianças políticas entre as populações envolvidas na rota das monções, a qual aparece no relato feito acima

¹² *Ibidem*, p. 145.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ ARAÚJO, Domingos Lourenço de. Notícia 3ª Prática dada pelo Capp.^m [...] ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai as tropas, que vinham para São Paulo no ano de 1730. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 152.

¹⁵ 11 arrobas é o montante estimado por CAMELO, *op. cit.*, p. 145. Supôs Domingos Lourenço de Araújo, viajante da monção que descera pouco depois de Cuiabá, que o saque pode ter chegado a 20 arrobas de ouro. ARAÚJO, *op. cit.*, p. 152. Com exagero, o cronista José Barbosa de Sá conjecturou que o despojo em ouro montou a 60 arrobas. SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá* [...] [1765]. *RIHGSP*, v. 4. p. 64.

¹⁶ CAMELO, *loc. cit.*; VALMASEDA, D. Carlos de Los Rios. Notícia 4ª Prática vinda da cidade do Paraguai à Nova Colônia do Sacramento com aviso de venda, que fizeram os paiaguás dos cativos portugueses naquela mesma cidade, e escrita por [...] [1730]. In: TAUNAY, *HBP*, t. 3. p. 155-56.

¹⁷ VALMASEDA, *op. cit.*, p. 155-58.

¹⁸ CAMELO, *op. cit.*, p. 140.

apenas como ponta de um iceberg. Nos capítulos anteriores, procurei demonstrar os fluxos interculturais que permitiram a acumulação de um saber híbrido, indígena, mameluco e adventício, indispensável para navegar-se até o extremo oeste, bem como os conflitos que levaram à definição da rota rotineira das monções, dentre outras possíveis. Aqui, o foco de análise se restringe aos rios navegados pelas monções no vale do Alto rio Paraguai. Procuo entender, nesse recorte, as estratégias operadas pelos Mbayá, Payaguá, espanhóis e portugueses no sentido de manipularem suas alianças políticas, no contexto das relações interculturais de competição pelo controle daqueles rios, durante o século XVIII.¹⁹ Navegando por ali, as monções, ao que parece, adentravam numa verdadeira trama intersticial de fronteira, onde diversos grupos estavam em contato.²⁰

Os despojos do assalto de 1730 foram trocar os Payaguá em Assunção no mesmo ano.²¹ Paulistas e cuiabanos suspeitavam que pudesse haver uma aliança entre os castelhanos e os Payaguá. Depois de tantos assaltos e de observar os procedimentos utilizados pelos nativos, podia o governador D. Antônio Rolim de Moura afirmar, em carta de 1754,

¹⁹ Estou interessado menos nas alianças sob a ótica “interna” das trocas matrimoniais que suscitam ou encerram relações políticas, como apresentadas, por exemplo, por: BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Difel: Edusp, 1969. p. 50 et seq. Diversamente, procuro as estratégias de manipulação das alianças no âmbito das relações interculturais sob as pressões do sistema colonial. Alianças que os grupos étnicos empreenderam não raro produzindo novas soluções no âmbito identitário, organizacional e nas relações com os territórios e com os poderes coloniais. Inspiro-me, para tanto, nos estudos reunidos em *History, Power, and Identity*, em especial: HICKERSON, Nancy P. Ethnogenesis in South Plains: Jumano to Kiowa? In: HILL, Jonathan (Ed.). *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996. p. 70-89; ALBERS, Patricia C. Changing patterns of ethnicity in the Northeastern Plains, 1780-1870. In: HILL, op. cit., p. 90-118; HILL, Jonathan. Ethnogenesis in the Northwest Amazon: An emerging regional picture. In: ____ (Ed.), op. cit., p. 142-60.

²⁰ De acordo com o antropólogo Ulf Hannerz, “las fronteras son regiones donde las culturas pueden llegar a desatarse visiblemente: en lugar de cultura/cultura, cultura + cultura”. HANNERZ, Ulf. Fronteras. *Revista de Antropología Experimental*, n. 1, 2001. Disponível em: < <http://www.ujaen.es/huesped/rae/indice2001.htm> >. Acesso em: 12 set. 2006. As pesquisas de Fredrik Barth e de seus colaboradores permitem pensar a fronteira entre os grupos étnicos como locais ou situações nas quais se realizam as trocas interculturais e atuam os mecanismos de manutenção das identidades. Assim, as escolhas dos itens que vão compor os repertórios culturais dos grupos étnicos – longe de serem vistos como “assimilação” ou “aculturação” – devem ser entendidos como produtos de uma atuação e seleção políticas desses grupos. BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 2. reimp. São Paulo: Edunesp, 1998. p. 196-97. Para uma abordagem processual das relações interculturais, vide também: HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, 1997. p. 26 et seq.; OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 4(1), 1998. p. 55 et seq.; SIVERTS, Henning. Estabilidad étnica y dinámica de límites en sur de México. In: BARTH, Fredrik (Org.). *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. p. 131, 140-41.

²¹ VALMASEDA, op. cit., p. 155.

[...] que por ora quase todos os Escravos que forão parar a Assumpção hé por mão do Payagoá a quem a dita Cidade os compram por terem ordinariamente pazes com o dito Gentio e allgua presumpção ha que os mesmos Castelhanos lhe dão armas, por se haverem em varias occaziõens achado alguas lanças com choupos de ferro tão polidas e bem feitas que não pareciam fabricadas pello Gentio.²²

Alguns anos antes, José Gonçalves da Fonseca já percebera que os Payaguá “investem em canoas com arco e flexa, e também com lanças, algumas de páo tostado, e outras com chapas de ferro”.²³ Essas suspeitas de que os castelhanos forneciam itens de ferro aos Payaguá, e que com eles tinham firmada aliança política, em certa medida se confirmavam.

Desde o século XVI, as relações entre os Payaguá e os assuncenhos eram politicamente instáveis, porém contínuas, procurando os Payaguá manter de várias formas sua mobilidade subsistencial de canoeiros pelo rio Paraguai. Neste rio e em seus afluentes, eles consolidaram historicamente sua territorialidade, mantendo, segundo notou um informante, uma relação “singular” com aquela paisagem: “Las islas de los grandes ríos son los lugares donde hacen sus canoas y también donde viven. En ellas, y en los recodos de los ríos, bajo los árboles que se ven, se ocultan a veces los Bárbaros para salir y asaltar de improviso a los pasajeros”.²⁴ Segundo Branislava Susnik, as terras eram, para os Payaguá, antes de tudo *Nahíku*-“ilhas”, ao passo que os rios assumiam lugar central no seu “otimismo existencial”.²⁵

Movidos pelas notícias de riquezas fabulosas de certo Rei Branco, ou pelas miragens magníficas da Serra de Prata, vários conquistadores europeus embrenham-se pelo rio Paraguai no primeiro século da colonização, a exemplo do português Aleixo Garcia.²⁶ Contudo, viram

²² ROLIM, D. Antônio. Cartas do G.^{or} Capitão General. 5 de setembro de 1754, Arquivo Histórico Ultramarino apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 84.

²³ FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação de Matto Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes [1750]. *RIHGB*, t. 29, parte 1 (v. 32). p. 364.

²⁴ JOLÍS, José. *Ensayo sobre la Historia Natural del Gran Chaco* [1789]. Trad. María Luisa Acuña. Resistencia, Argentina: Universidad Nacional del Nordeste, 1972. p. 290.

²⁵ SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay*: t. 3-1: Etnohistoria de los chaqueños, 1650-1910. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1981. p. 107. De acordo com esta autora, os Payaguá empreenderam em certo período muito antes da invasão dos conquistadores europeus uma marcha desde o sul pampiano até o Alto Paraguai, seguindo provavelmente um caminho parecido com o dos outros grupos da família Guaykuru. À época da invasão adventícia, controlavam o curso do rio Paraguai exercendo sua pauta cultural de canoeiros-pescadores-corsários fluviais. A disposição de hostilidade vantajosa com que norteavam suas relações com os adventícios advinha, entre outros, da importância que davam ao seu nicho ecológico, o rio Paraguai. SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay*: t. 1: Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII). Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978. p. 93-94.

²⁶ Sobre a marcha de Aleixo Garcia até os contrafortes andinos, provavelmente no início da década de 1520, em perseguição aos domínios do suposto Rei Branco, vide: HOLANDA, Sérgio Buarque de.

desde o início que os grupos étnicos locais estavam dispostos a mover guerra em defesa de seus territórios. Assim, em 1527, travou-se uma das primeiras batalhas fluviais entre europeus e índios da bacia do rio Paraguai que se conhece. A comitiva de Sebastián Caboto, piloto maior do rei de Espanha, foi surpreendida em plena navegação daquele rio por um ataque de 300 canoas Payaguá, de acordo com Ruy Díaz de Guzmán.²⁷

Nos anos seguintes, as relações entre os castelhanos e os Payaguá estiveram entre o conflito e a ambigüidade das alianças. Em 1537, a despeito de terem recebido afavelmente ao espanhol Juan de Ayolas no porto depois chamado de Candelária, inclusive presenteando-o com a filha de um cacique em sinal de acordo político, perceberam os Payaguá que se Candelária se consolidasse como porta de entrada dos espanhóis (guiados pelos arquiinimigos Guarani), o rio Paraguai poderia passar às mãos dos adventícios.²⁸ Sendo assim, os Payaguá perderiam todos os seus movimentos livres (vide Figuras 24 e 25). Com efeito, resolveram assassinar Ayolas, e pelo que informou um dos índios que serviam à expedição do espanhol, provavelmente os Payaguá planejaram a emboscada juntamente com os grupos aliados Guaykuru e Guaná. A narrativa que fora feita pelo índio cativo de Ayolas a Domingos de Irala, reproduziu-a Félix de Azara a partir de documentos coloniais:

Juan de Ayolas peleando repetidas veces atravesó por muchas naciones de indios, una de ellas la mía; [...] pero continuando su marcha, los citados albayas o guanas confederados con los payaguas en la mitad de la distancia de sus pueblos le armaron una emboscada, y le mataron como a todos sus compañeros escapando yo como por milagro.²⁹

Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. p. 89 et seq.; BASTOS, op. cit., p. 50-61.

²⁷ “[...] le acometieron más de 300 canoas de indios que llaman Agases [Payaguá], que en aquella ocasión señoreaban todo aquel río, (que ya el día de hoy son acabados con los encuentros que han tenido con los españoles) los cuales se dividieron en tres escuadras, y acometiendo a los navíos que ya iban a la vela, Sebastián Gaboto, previniendo lo necesario, asestó los versos que llevaba, y teniendo al enemigo a tiro de cañón, hizo disparar a las escuadras de canoas, las cuales las más de ellas fueron hundidas y trastornadas de los tiros: y acercándose más a los enemigos, y peleando los españoles con ellos con sus arcabuces y ballestas, y los indios con su flechería, vinieron casi a las manos, y llegaron a los costados de los navíos de donde con sus picas y otras armas mataron gran cantidad de indios, de manera que fueron desbaratados y puestos en huida (los que escaparon), quedando los españoles victoriosos con pérdida solo de tres soldados que iban en un batel, y fueron presos de los enemigos, los cuales muchos años después vinieron a ser habidos y sacados de cautiverio”. GUZMÁN, Ruy Díaz de. *Historia argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata [1612]*. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 1. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1835. p. 24-25.

²⁸ SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971. p. 111-12.

²⁹ AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. v. 2. Madrid: Imprenta de Sanchiz, 1847. p. 51.

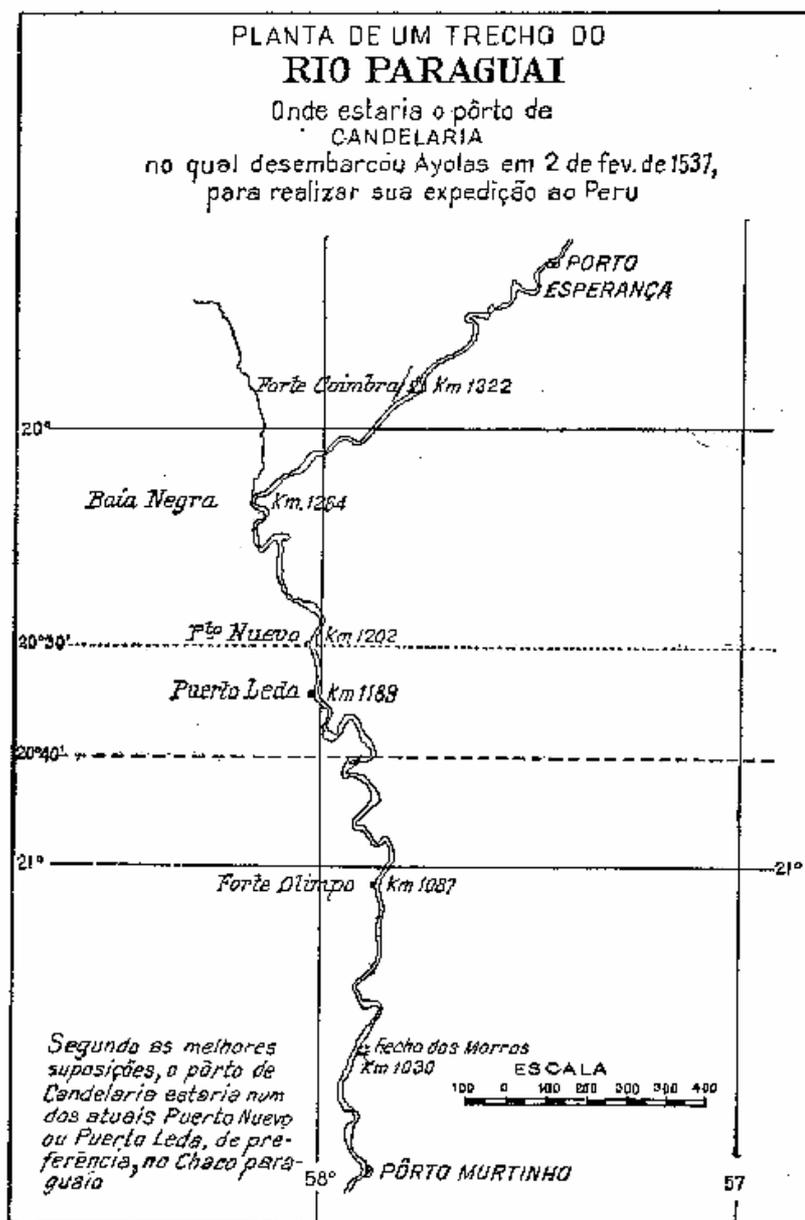


FIGURA 24: Trecho do rio Paraguai onde se localizaria o Porto de Candelária.

Fonte: MELLO, Raul Silveira de. *Historia do Forte Coimbra*. v. 1: períodos: 1500 a 1718. Rio de Janeiro: SMG: Imprensa do Exército, 1958 apud MAGALHÃES, Magna Lima. *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*. 1999. 181 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1999. p. 61.

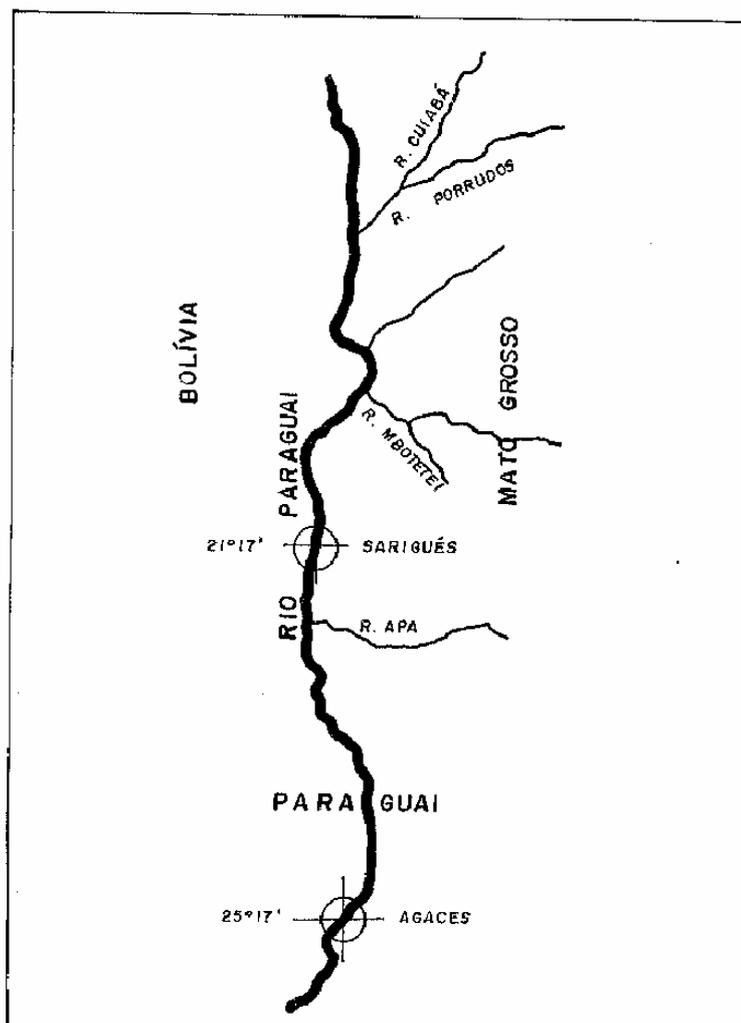


FIGURA 25: Principais assentamentos dos subgrupos Payaguá-Agace e Payaguá-Sarigué no rio Paraguai, no século XVI, segundo informações de Félix de Azara.

Fonte: MOURA, Carlos Francisco. Os Paiaguás, 'índios anfíbios' do rio Paraguai. In: REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA NÁUTICA E DA HIDROGRAFIA, 5., 1984, Rio de Janeiro. *Separata do Suplemento dos Anais Hidrográficos...* t. 41. Rio de Janeiro: [s.n], 1984. Fig. 1.

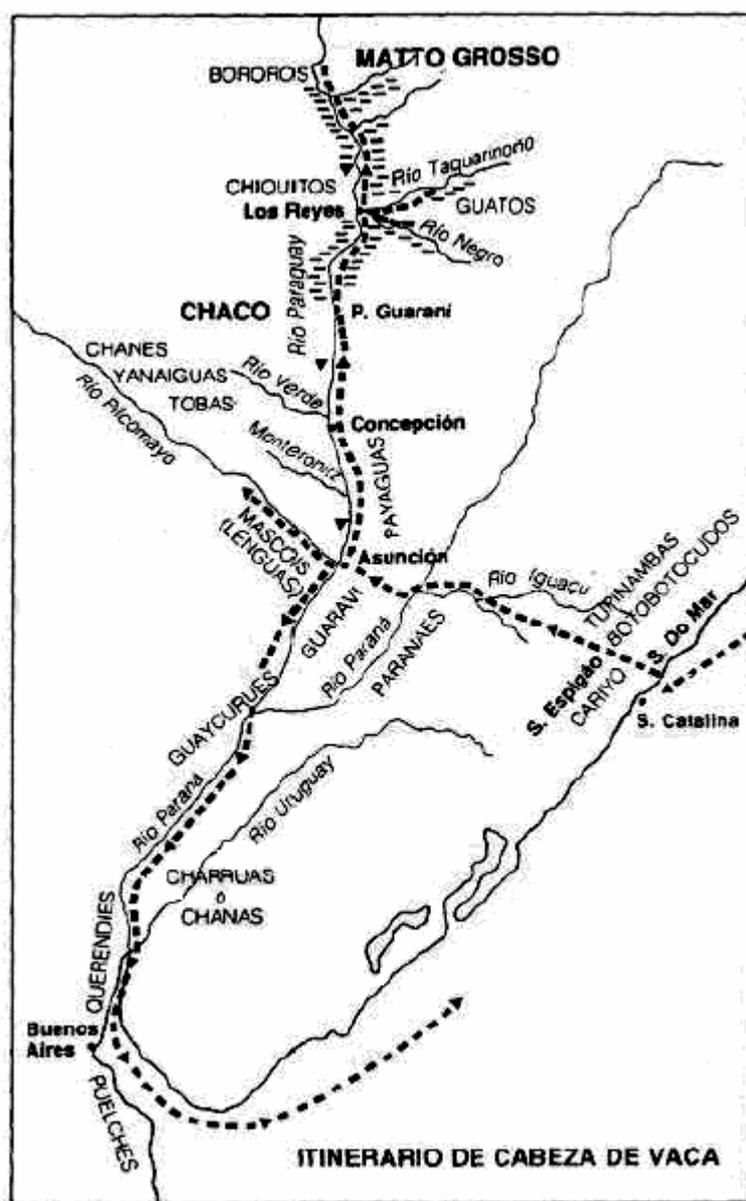


FIGURA 26: Itinerário de Cabeza de Vaca.

Fonte: CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufraios y Comentarios*. 2. ed. Madrid: Raycar, 1984 apud OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. 1995. 210 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995. p. 86.

A percepção de que a perda do controle do rio Paraguai seria prejudicial aos grupos étnicos ribeirinhos pode ter favorecido a aliança interétnica para tramar a morte de Ayolas. Os despojos da destruição da expedição deste espanhol ficaram em poder dos Guaná. Na década de 1540, quando Cabeza de Vaca resolvera empreender viagem ao Alto Paraguai (vide Figura 26), um grupo de índios Payaguá o recebeu no mesmo porto da Candelária. Os Payaguá informaram que poderiam negociar a devolução dos despojos de sessenta e seis cargas com “brazaletes, y coronas y hachetas, y vasijas pequeñas de oro y plata”, que tomaram a Ayolas, em troca do estabelecimento da paz.³⁰ Mostrou-se de acordo Cabeza de Vaca, afirmando que tudo seria perdoado e que os espanhóis esperariam pela comitiva do cacique Payaguá na manhã do dia seguinte.

Os espanhóis esperaram alguns dias em vão. Os Payaguá tinham certamente outros planos para manter seu controle e livre mobilidade sobre o rio Paraguai. Perguntando a um dos Guarani que serviu de intérprete na conversa com os Payaguá o que ele pensava sobre a demora dos canoeiros, Cabeza de Vaca ouviu o seguinte parecer:

Y dijo que él tenía por cierto que nunca más volvería, porque los indios payaguaes eran muy mañosos y cautelosos, y que habían dicho que su principal quería paz y quería tentar y entretener los cristianos e indios guaraníes que no pasasen adelante a buscarlos en sus pueblos, y porque entretanto que esperaban a su principal, ellos alzasen sus pueblos, mujeres e hijos; y que así, creía que se habían ido huyendo a esconder por el río arriba a alguna parte.³¹

Em 1548, Irala voltou à Candelária, mas não encontrou os Payaguá naquele que era um de seus territórios tradicionais. O grupo étnico tinha migrado em direção a outras paragens mais ao norte, onde pudessem observar e controlar com mais eficácia o acesso dos adventícios ao rio Paraguai. Assentaram-se na barra do rio Verde, na margem ocidental do Paraguai. Segundo Susnik, “desde este centro salían las pequeñas flotillas cacicales al sur, facilitando-se así una comunión eficaz entre las flotillas de ‘viaje-truque-asalto’, y sin muchos riesgos”.³²

Não romperam, porém, os Payaguá as relações com os assuncenhos. Como se interessavam por ferro para incrementar suas lanças, por machados para construir canoas mais rapidamente e pela prata para confeccionar seus adornos, os Payaguá passaram a atuar intensamente nas relações comerciais em Assunção.³³ As canoas permitiam-lhes atuar como

³⁰ CABEZA DE VACA, op. cit., p. 190.

³¹ Ibidem, p. 191.

³² SUSNIK, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 1, op. cit., p. 104-105.

³³ Ibidem, p. 107.

intermediários de manufaturas produzidas por outros grupos chaquenhos. Conhecendo, no entanto, a demanda dos provinciais, eventualmente produziam itens inspirados naqueles que comercializavam.³⁴ Para melhor negociar, os homens tornaram-se bilíngües, falando também o Guarani, ou pelo menos a “lengua mezclada” dos setores populares da província.³⁵ Ao mesmo tempo, em meio a tantos contatos interculturais, mantiveram sua autonomia e identidade étnicas bem definidas. Afinal de contas, os Guarani que auxiliavam os castelhanos procuravam a todo custo mover esses europeus contra os Payaguá, e os chaquenhos não eram nada confiáveis. Assim, entre os séculos XVII e XVIII, os Payaguá rejeitavam certos itens disponíveis no mercado, como armas de fogo, cavalos e carne de vaca, e desprezavam os cultivos como próprios dos Guarani, “gentío sin vigor”.³⁶

Nota-se na narrativa de Cabral Camelo a vigência da aliança entre os Mbayá e os Payaguá. Essa aliança incrementou enormemente o poderio dessas populações, sendo responsável pelas mais ousadas incursões contra os adventícios no rio Paraguai, sobretudo no século XVIII. Contudo, não parece razoável a periodização do comandante do forte de Nova Coimbra e autor de importante crônica sobre a “história dos índios cavaleiros”, Francisco Rodrigues do Prado, para quem a aliança estabelecida entre os Mbayá e os Payaguá tenha durado tão somente de 1719 a 1768.³⁷ Tal periodização não se sustenta, quanto mais diante dos eloqüentes indícios de aliança entre os referidos grupos desde o século XVI,³⁸ ou mesmo das intermináveis reclamações dos jesuítas das missões do Itatim, no século XVII, contra os constantes ataques que sofriam de “los índios barbaros Guaycurus, Bayas e Payaguas q’ se les avian dado antes por amigos, dieron de repente sobre ellos queriendo llevar cautivos”.³⁹

Realmente, a presença dos Guarani em Assunção tornou o mercado poliétnico que se formava naquela vila desde o século XVI um palco para a atuação de conflitos interétnicos existentes muito antes da presença do invasor europeu. A constituição de um sistema de trabalho pelo qual os *criollos* poderiam dispor da mão-de-obra Guarani, a *encomienda*, deve ter parecido aos grupos Guaykuru, em especial aos Mbayá e Payaguá, como uma

³⁴ Segundo Susnik, essas influências são visíveis na cerâmica Payaguá. Idem, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 119.

³⁵ Idem, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 1, loc. cit.

³⁶ Ibidem; Idem, *El indio colonial del Paraguay...* loc. cit.

³⁷ PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavaleiros [...] [1795]. *RIHGB*, v. 1. p. 32.

³⁸ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 45.

³⁹ RESPOSTA ao pedido de informações pelo ouvidor da Real Audiência, D. Pedro de Roxas y Luna, ao Pe. André de Rada, visitador geral das Províncias do Paraguai e da Companhia de Jesus. 23/10/1664 [Doc. XXVIII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*: Manuscritos da coleção De Angelis. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952. p. 280-81.

oportunidade de exercício de suas práticas incursionistas.⁴⁰ Como pôde documentar Susnik, entre os séculos XVI e XVII, os *tava*, as estâncias dos *criollos*, as reduções jesuíticas e os caminhos de escoamento da erva sofriam contínuos ataques incursionistas dos Mbayá e dos Payaguá, não raro aliados, tomando inúmeros cativos, cavalos e gado. Os despojos tinham mercado certo em Assunção, onde eram trocados pelos itens desejados.⁴¹

Os Mbayá também aproveitavam sua aliança com os Payaguá para acessar com mais facilidade os bens desejados no mercado de Assunção, pois os canoeiros Payaguá realizavam amiúde o serviço de intermediários entre diversos grupos étnicos. Os Mbayá aproveitavam o serviço dos canoeiros para fazer com que chegassem ao mercado de Assunção as mantas tecidas por seus outros aliados, os Guaná. Com estes últimos, os Mbayá possuíam uma complexa aliança que envolvia a simbiose e dependência dos Guaná, da qual tratei no item 1.2.3. Realizadas as trocas, informa um observador, os Mbayá conseguiam as ferramentas de ferro a alto preço, pois parte ficava como comissão aos intermediários Payaguá, mas não tanto a ponto de impedi-los de presentear os servos Guaná, segundo os códigos reafirmadores da simbiose.⁴²

As atividades de pilhagem e troca vantajosa dos Payaguá prosseguiram por todo o século XVII. O raio de ação desses índios abrangia os vários afluentes do rio Paraguai pela margem oriental, como os rios Manduvirá, Ypané e Jejuí, onde atacavam os *pueblos* de Guarambaré e Tobatí, em busca itens desejados e cativos. Frequentemente davam também nos comboios ervateiros dos rios da Vacaria, tomando o que podiam e capturando os Guarani *mitayos*, que renderiam proveitoso resgate.⁴³ Em 1623, segundo apurou Aguirre, um

⁴⁰ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 26. No Paraguai colonial, a *encomienda* era uma instituição socioeconômica chave no processo produtivo da monocultura da erva. Certos grupos Guarani foram concentrados nos chamados *pueblos* ou *tava*, sob controle dos *cacicazgos*. Em teoria, os Guarani, nos *tava*, dispunham do uso exclusivo da terra e dos recursos naturais. Cada indivíduo deveria trabalhar de dois a seis meses por ano (dependendo da distância) para um *encomendero*, além de realizar trabalhos comunais para o *tava*. Indígenas capturados em guerras deveriam servir na *encomienda originaria*, que significava o trabalho compulsório permanente. Essas formas de exploração do trabalho ocasionavam inúmeras revoltas e fugas empreendidas pelos Guarani. Sobre a *encomienda* no Paraguai colonial, vide, dentre outros: BASTOS, op. cit., p. 123-29; SUSNIK, Branislava. *Una visión socio-antropológica del Paraguay: XVI – 1/2 XVII...* op. cit., p. 124-26 et seq.; Idem, *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII...* op. cit., p. 20-22, 38; SAEGER, James Schofield. Warfare, reorganization, and readaptation at the margins of Spanish rule: the Chaco and Paraguay (1573–1882). In: SCHWARTZ, Stuart B.; SALOMON, Frank (Eds.). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas: South America*. v. 3, Parte 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 257-86.

⁴¹ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 24-27.

⁴² LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay Católico* [1780]. v. 1. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910. p. 161.

⁴³ SUSNIK, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 1., op. cit., p. 106.

expedição punitiva castelhana foi enviada contra os Payaguá, “por río y tierra y se consiguió desbaratar unas 40 canoas payaguas con muerte de mas de 100 indios, suceso que no sabemos tenga ejemplar con esta nacion”.⁴⁴

Mesmo assim, permaneciam ambíguas as relações interculturais entre os Payaguá e os assuncenhos. Embora os ataques desses índios aos *pueblos*, *haciendas* e comboios ervateiros fossem alvo de violentas repressões por parte das autoridades espanholas, os benefícios decorrentes do resgate dos Guaraní por eles trazidos faziam as mesmas autoridades olharem com “vistas grossas” as denúncias dos missionários revoltos e estancieiros prejudicados. Além do mais, já na década de 1720, com a rotinização da rota das monções, os assaltos promovidos pelos Payaguá e a troca dos cativos e itens no mercado de Assunção chegaram a animar os castelhanos.⁴⁵ Em 1729, o governador Martín de Barúa (1725-1730), procurando regulamentar as trocas dos itens trazidos pelos Payaguá, criou um porto oficial para tal fim – ou seja, o produto do ataque dos Payaguá à monção do Lanhas Peixoto tinha destino certo em Assunção.⁴⁶

Registrou D. Carlos de Los Rios Valmaseda o sucedido em setembro de 1730, quando apareceram os embaixadores dos Payaguá em Assunção avisando que queriam vender às autoridades locais alguns cativos portugueses. Eram em número de quatro os índios embaixadores, “muy emplumados, y armados con flechas, y amalgrados los rostros, vestidos con unos casacones de cuero de tigres a dar parte al Sr. Gobernador”.⁴⁷ Como medida preventiva, afirmaram que primeiro queriam ver o pagamento e só depois trariam os cativos. O padre comendador e outros locais juntaram alguma prata e ofereceram aos índios; estes recusaram afirmando que “era preciso se les diesse mas, porq el Cacique no estava contento”.⁴⁸ Em seguida, mostraram os assuncenhos mais prata e os cativos (não todos) foram trazidos: dois rapazes brancos, doze negros e mulatos e aquela senhora lisboeta, de nome Dominga Roiz, cujo marido fora assassinado no assalto de 1730.⁴⁹

Com uma experiência de trocas com os adventícios acumulada desde o primeiro século da conquista, os Payaguá conduziram com notável habilidade política a negociação do resgate dos cativos: (1º) valendo-se de embaixadores para não se expor; (2º) exigindo primeiro a

⁴⁴ AGUIRRE, Juan Francisco. Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada Don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional [1793-1796]. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires, v. 19, 1950. p. 386.

⁴⁵ SUSNIK, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 1., op. cit., p. 107.

⁴⁶ Idem, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 126.

⁴⁷ VALMASEDA, op. cit., p. 155.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

mostra do pagamento, para depois trazer os cativos; (3º) incrementando seu poderio desconsiderando a primeira oferta; e (4º) não trazendo todos os cativos, mas apenas alguns, deixando o restante para irem trazendo aos poucos segundo o princípio da troca vantajosa, tão estimado entre eles. Da mesma forma, nessa primeira abordagem não trouxeram nem ouro em pó, nem os “ricos vestidos” tomados ao Ouvidor Lanhas Peixoto.

Mesmo assim, alguns autores têm negligenciado as ações políticas dos Payaguá, havendo quem afirmasse que eles simplesmente “não faziam prisioneiros, não deixavam sobreviventes”;⁵⁰ ou ainda: “The Payaguá either killed their prisoners or sent back to their families for a ransom of food”.⁵¹ A breve trajetória das relações dos Payaguá com os assuncenhos esboçada até aqui e as evidências documentais da realização de trocas vantajosas de cativos serão suficientes para evitar a superficialidade das citadas afirmações. Contudo, cumpre examinar, com mais cuidado, uma outra tese, dessa vez defendida por Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual os Payaguá atuavam sem nenhuma disciplina e eram facilmente ludibriados nas trocas com Assunção.⁵²

Parece mais razoável supor que os Payaguá, na medida em que transitavam cada vez mais pela zona de contato com os assuncenhos, aprendiam a seu modo as regras do jogo político e do jogo econômico. Gradualmente os Payaguá foram descobrindo o valor de troca das mercadorias. De início, não faziam caso do valor de troca do ouro, razão pela qual, a dar crédito ao que relata o jovem cativo português Antônio Antunes Lobo em 1729, jogavam todo o metal precioso produto dos assaltos no rio dizendo que aquilo era pedra.⁵³

Deve-se a um tal João Pereira, português feito cativo durante o assalto de 1730, a recomendação para que os Payaguá não atirassem fora o ouro, pois este poderia ser trocado em Assunção por coisas que muito lhes interessavam. Em depoimento que prestou às

⁵⁰ COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999. p. 49.

⁵¹ MÉTRAUX, Alfred. *Ethnography of the Chaco*. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 1. Washington: Cooper Square Publishers, 1963. p. 317.

⁵² “[...] não há sinal de que o bom êxito alcançado por aqueles índios, recebendo, em troca do mineral roubado de canoas, as quinquilharias de Assunção que tanto prezavam, lhes tivesse ensinado a disciplinar aquela atividade de modo a prosseguirem na captura regular do produto das lavras”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 304.

⁵³ *Ibidem*, p. 301. Barbosa de Sá refere que o menino Antonio Antunes Lobo fora feito cativo durante o assalto que os Payaguá realizaram em 1726, no qual caíram mortos seu pai homônimo e outros viajantes, e tudo indica que em 1729 foi trocado em Assunção pelos índios. SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 36. O ataque feito à monção de 1726 causou indignação nas autoridades coloniais, que tiveram notícia ainda de que os “Payaguazes tem feito pazes com os índios Caval.^{os} chamados os *Aycorus*, o gentio mais bárbaro, e ferós, q’ se tem conhecido, p.^a q’ unidas as suas forças possuem mais a seu salvo matar, e roubar os brancos”. *DI*, v. 13, p. 136. Pelo mesmo bando, Rodrigo César de Meneses ordenava que se fizesse a devassa das mortes e roubos promovidos pelos Mbayá e Payaguá, a fim de se preparar uma incursão punitiva para escravizá-los. *Ibidem*, p. 136-37.

autoridades castelhanas, que o resgataram aos Payaguá da parcialidade do cacique Coati, precisamente naquele episódio narrado por Valmaseda, João Pereira afirmou ter recomendado aos indígenas o não “desperdício do ouro”.⁵⁴

Com efeito, referem os cronistas de época que rendeu aos Payaguá o assalto de 1730 de 11 a 20 arrobas de ouro. É Valmaseda quem informa que os Payaguá fizeram a lição de casa e passaram, ainda em 1730, a ir constantemente a Assunção trocar o ouro em pó obtido, chegando o mesmo autor a supor, com exagero, que montassem a 100 arrobas de metal precioso o total “vendido con tal abundancia” até novembro do referido ano.⁵⁵ Ali os Payaguá compravam ferramentas, prata, tecidos de lã, panos coloridos, mel, milho, porcos, entre outros itens em geral hiper-inflacionados.⁵⁶

Segundo D. Manuel Flores, o ouro obtido pelos Payaguá durante o assalto de 1730 foi trocado em Assunção pela quinta parte ou menos de seu preço, situação que teria enriquecido um negociante local.

Una gran porción de este oro llevaron a la Asumpción y vendieron por la quinta parte o menos de su valor; y hoy se ve en aquella ciudad, entre otros, un conocido caudal que la compra o permutación de este oro formó a su dueño, a quien acudieron primero los indios, ignorantes de lo que traían, y hubo facilidad de hacerse de gran porción.⁵⁷

Entretanto, se é certo que os Payaguá, ainda iniciantes em negócios financeiros, pagavam muito caro por itens ordinários, não deve este fato ser atribuído à falta de experiência do indígena, pois como afirma o mesmo Valmaseda, a abundância de metal precioso em Assunção elevou os preços para todos, chegando muitos gêneros a terem seus preços inflacionados em 150%: “Asseguro a V. M. que estamos por acá ricos de oro [...]. Oy se compran yá los generos de Castilla por oro, y no por yerva, ni tavaco: es verdad, que con ganancia un 150 por ciento de los precios de Buenos Ayres”.⁵⁸

Nesse sentido, mostra-se ociosa a discussão sobre o suposto ludíbrio sofrido pelos Payaguá nas trocas realizadas no mercado assuncenho. Em primeiro lugar, porque a inflação promovida pela inundação de metal precioso desviado pelos índios afetou todos os setores da população provincial, generalizando o aumento dos preços ordinários. Mas uma razão mais

⁵⁴ HOLANDA, *Monções...* op. cit., p. 302.

⁵⁵ VALMASEDA, op. cit., p. 156.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 156-57.

⁵⁷ FLORES, Manuel Antonio de. Carta de don Manuel Antonio de Flores al Marqués de Valdelirios, Comisario General de Su Majestad Católica, para la ejecución del Tratado de Límites celebrado en Madrid en 1750 [1756]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 5. p. 260-61.

⁵⁸ VALMASEDA, op. cit., p. 157.

importante depõe contra o parecer desqualificador a que chegaram os que afirmaram a “ignorância” dos Payaguá em matéria de negócios financeiros: o valor simbólico relativo atribuído aos itens consumidos pelas populações culturalmente diferenciadas em situação de mercado.

Como observou John Manuel Monteiro, a análise das situações de mercado que enfatizam as ações a partir de uma perspectiva apenas comercial ou mesmo monetarista correm facilmente o risco de se equivocarem descontextualizando as pautas culturais específicas das populações. De acordo com o mesmo autor, “muito pelo contrário, tanto a aquisição quanto a oferta de ‘mercadorias’ devem ser compreendidas mais em termos de sua carga simbólica do que por seu significado comercial”.⁵⁹ As trocas interculturais devem ser compreendidas a partir de sua carga simbólica específica, pois os sentidos atribuídos às mercadorias variam de acordo com as pautas culturais diferenciadas dos grupos sociais.⁶⁰

Do ponto de vista dos Payaguá, as atividades de canoeiros, remeiros, assaltantes e intercambiadores os colocavam em contato assíduo com várias populações culturalmente diferenciadas. Com uma atuação fluída no mercado assuncenho, realizavam a intermediação entre os bens culturais e o consumo de certos grupos étnicos. Contudo, quanto ao seu próprio consumo, os Payaguá acabavam valorizando determinados itens e rejeitando outros, que por sua vez eram do interesse de grupos muito próximos. Interessavam-se pela prata, mas o uso do cavalo ou comer carne de vaca eram “una verdadera trasgresión de la ‘payaguá-idad’”.⁶¹

O apreço dos Payaguá pela prata impressionou Valmaseda, que chegou a relatar, em 1730, a falta de prata na província, já que a maior parte dos moradores a trocou por ouro com os referidos índios.⁶² Trocar ouro por prata: o que, do ponto de vista monetário, parecia um absurdo aos assuncenhos, pode ter parecido sumamente vantajoso, do ponto de vista cultural, para os Payaguá, que tomavam a prata como verdadeiro termômetro do prestígio social de seus possuidores. Ademais, no entendimento dos Payaguá, deveria ser mesmo um grande

⁵⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 32.

⁶⁰ Este modo de pensar converge com as instigantes propostas de Pierre Bourdieu para análise do mercado de bens simbólicos. Ainda que os grupos sociais, como tais, diferenciem-se uns dos outros pelo seu lugar nas relações de produção econômica, tais diferenças só se atualizam – só se tornam visíveis e, conseqüentemente, hierarquizadas e excludentes – no mercado de bens simbólicos, onde atua a distinção entre os “gostos” do consumo. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004: 14 et seq.; Idem. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1983. p. 82-83.

⁶¹ SUSNIK, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 1, op. cit., p. 107.

⁶² VALMASEDA, op. cit., p. 157.

negócio trocar o “metal sucio por su color” pelo excelente “metal que brilla” e que servia para os adornos.⁶³

Embora estivessem sempre em contato e mantivessem uma aliança por longos períodos, provavelmente desde tempos anteriores à invasão do conquistador europeu, as fronteiras étnicas entre os Mbayá e os Payaguá reforçavam as diferenças de identidades. Assim, os Mbayá se mostravam mais abertos à incorporação, ao seu próprio modo, de bens “civilizados”. Em suas viagens comerciais a Assunção, pelo século XVIII, os caciques Mbayá faziam questão de seguir, à sua maneira, o tão almejado por eles modelo de “capitão” espanhol, munidos de um séqüito de escravos e servos e procurando trajar-se à moda militar. No mercado assuncenho, procuravam obter os itens que satisfizessem suas novas necessidades culturais: ferro, prata, *mostacilla* (contas de vidro), manta à moda dos vaqueiros e, sobretudo, a bota em estilo militar.⁶⁴

Por outro lado, ao contrário dos tão próximos aliados Mbayá, os Payaguá manifestaram continuamente uma disposição para repelir as novas pautas culturais provinciais. A preservação do legado cultural ancestral, mesmo diante dos contínuos contatos interétnicos realizados no mercado assuncenho, foi reafirmada como símbolo de prestígio social. É emblemático, nesse sentido, que os Payaguá, ao entrarem em Assunção, somente se apresentassem em público trajando sua tradicional pintura corporal, conscientes de que, destarte, reafirmavam sua identidade étnica.⁶⁵ De acordo com Martin Dobrizhoffer, jesuíta que conviveu com vários grupos Guaykuru, os Payaguá vinham a Assunção com sua tradicional pintura corporal até meados da década de 1740, quando o governador Rafael de la Moneda (1741-1747), considerando o costume “ofensivo à honestidade cristã”, cedeu-lhes camisas de algodão.⁶⁶

⁶³ SUSNIK, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 3-1, op. cit., p. 118.

⁶⁴ Idem, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 68-69.

⁶⁵ DOBRIZHOFFER, Martin. *Historia de los Abipones* [1784]. v. 1. Trad. Edmundo Wernicke. Resistencia, Argentina: Universidad Nacional del Nordeste, 1967-1970. p. 148-49. Segundo a descrição de Martin Dobrizhoffer: “Temibles por naturaleza, se hacen aún más temibles por sus ornatos. Colocan en el labio inferior que perforan, una larga varilla de madera o de metal reluciente que les llega hasta el pecho. En una oreja colocan un ala de un buitre grande. Untan sus cabellos con un jugo rojo que tiene aspecto de sangre de toro y así los tornan relucientes. Llevan en el cuello, los brazos y piernas unos cordones de bolas de vidrio. Se pintan por todo el cuerpo, desde la cabeza hasta el talón con colores variados, de manera que semejan arlequines y para ello piden generalmente, a cambio de peces que venden a los Españoles, un espejo mediante el cual pueden pintarse también la parte posterior del cuerpo. Sus mujeres e hijas se cubren muy honestamente con un género de lana artísticamente tejido. Los hombres, en cambio, creen estar vestidos espléndidamente, si están tatuados por todas partes”. Ibidem, p. 148.

⁶⁶ Ibidem, p. 149.

O mercado de bens simbólicos de Assunção era entendido de maneira diferenciada pelas várias populações que por ele circulavam. As pautas culturais específicas condicionavam a escolha dos itens e mesmo a atribuição de sentido. As alianças interétnicas, colocando em contato grupos étnicos como os Mbayá e os Payaguá, a despeito de aproximá-los em atividades comuns, como as incursões fluviais, faziam funcionar os mecanismos de preservação das identidades, promovendo a apropriação diferenciada dos bens “civilizados”.⁶⁷ Situação semelhante de grupos cuja aliança atua como elemento que reforça as identidades foi analisada por Patricia Albers, em seus estudos sobre etnogênese nas planícies setentrionais da América do Norte, durante os séculos XVIII e XIX. A autora cunhou, para tal situação, o termo *polyethnic alliance formation*.⁶⁸

Aos Payaguá deveriam se afigurar muito interessantes as trocas, como seja porque de fato especializaram-se na pilhagem das embarcações monçoeiras. A partir de 1740, colocaram em prática uma estratégia para facilitar as pilhagens e os intercâmbios: uma fração do grupo étnico, os Agace,⁶⁹ estabeleceu-se perto de Assunção para intermediar as trocas e a outra fração, os Sarigué, assentados entre os paralelos 20° e 21°, responsabilizou-se pelos assaltos no Alto Paraguai.⁷⁰ Na opinião de Azara, os Payaguá, vendo que tanto os portugueses quanto os espanhóis começavam a acessar constantemente o rio Paraguai, procuraram fazer uma aliança ambígua que lhes garantisse o mercado de Assunção e a livre mobilidade para as incursões.

[...] como son sumamente astutos, y observaron que se aumentaban los españoles en el Paraguay, y los portugueses en Cuiabá, conocieron que los cogían en medio, y que sus fuerzas no bastaban contra tan poderosos enemigos. Entonces hicieron con los españoles alianza ofensiva y defensiva, reservándose la libertad de hacer la guerra particular a los indios que no fuesen protegidos por el gobierno español, y de poderse fijar, cuando les diese la gana, en la misma capital del Paraguay, sin que nadie se opusiese a su libertad, costumbres y modo de vivir.⁷¹

Desse modo, a fração Agace ou Tacumbú, que se estabelecera em 1740 nas imediações de Assunção, embora realizando os intercâmbios comerciais com os espanhóis,

⁶⁷ Sobre os mecanismos de preservação das identidades em contato, vide: BARTH, Grupos étnicos e suas fronteiras... op. cit., p. 196-97.

⁶⁸ ALBERS, op. cit., p. 93.

⁶⁹ Também conhecidos dos provinciais pelos etnônimos Siacuí e Tacumbú. AZARA, *Descripción e historia del Paraguay*... op. cit., v. 1, p. 216.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 216-17.

⁷¹ *Ibidem*.

pôde manter realçados os elementos da identidade Payaguá. Escrevendo em meados da década de 1790, afirma Azara:

[...] aunque los tacumbús hacía cincuenta años que formaban un pueblo con los españoles, conservaban sus vestidos idioma y costumbres, sin tomar cosa alguna de los españoles. Prestan a estos algunos servicios útiles, vendiéndoles pescado, algunas canoas, vasijas de barro y mantas, etc., y el dinero que adquieren lo emplean luego en aguardiente, dulces, carne, etc., sin atesorar nada.⁷²

As ações dos Payaguá na primeira metade do século XVIII distanciam-se de qualquer renúncia da manutenção da sua identidade étnica. Pelo contrário, esta é realçada pelo incremento das atividades de pilhagem no Alto Paraguai, tidas por honoráveis entre os guerreiros Payaguá. Além disso, as atividades de intercâmbio comercial com os adventícios, embora contínuas, apenas realçavam a identidade Payaguá diante dos vários grupos étnicos presentes numa situação de mercado: aqui, as ações deveriam demonstrar a “Payaguá-idad” em contraposição ao comportamento dos aliados Mbayá, sempre tão impressionados com os itens “civilizados”. Os Payaguá-Sarigué, sob a direção do cacique Coati, prosseguiram em seus assaltos periódicos, mantendo um conflito aberto com os portugueses e excluindo uma aliança formal com os espanhóis, ainda que mantivessem, através dos intermediários Agace, constantes relações comerciais com os provinciais. Os Payaguá-Agace especializaram-se cada vez mais em suas atividades de intermediários, resolvendo solicitar em 1740 uma aliança com as autoridades assuncenhas para consolidar seus assentamentos naquela região, a partir da qual controlavam a troca vantajosa dos itens trazidos pelos piratas setentrionais comandados por Coati.⁷³

O assalto presenciado por Cabral Camelo, em sua viagem de volta a São Paulo no ano de 1730, revela muito do cenário político vigente entre os moradores da bacia do rio Paraguai. Ao contrário do que pensavam a maioria dos paulistas e cuiabanos, o que movia os Payaguá a assaltarem as monções não era uma ordem expressa dos castelhanos, senão que se tratava, por um lado, de uma imposição das relações de intercâmbio comercial com Assunção, e, por outro, de uma estratégia política dos Payaguá no sentido de manterem sua mobilidade tradicional e sua identidade cultural. A existência de antagonismo entre os dois grupos de

⁷² Ibidem, p. 217.

⁷³ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 128; VANGELISTA, Chiara. Los Payaguá entre Asunción y Cuiabá: formación y decadencia de una frontera indígena (1719-1790). In: JORDÁN, Pilar García; IZARD, Miquel. *Conquista y resistencia en la historia de América*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1992. p. 159-60.

colonizadores permitia aos Payaguá, como também aos seus aliados Mbayá, manipularem sua política de alianças, inclusive – como procuro demonstrar no capítulo seguinte – a própria aliança que os aproximava. Esses grupos prosseguiram hostilizando abertamente os portugueses a fim de obterem, pela pilhagem violenta, os itens desejados para a troca. Ao mesmo tempo, mantiveram uma aliança ambígua com os espanhóis que permitisse a troca vantajosa, mas sem que com isso se perdesse a autonomia étnica, ou mesmo a livre mobilidade de atacar os próprios espanhóis.

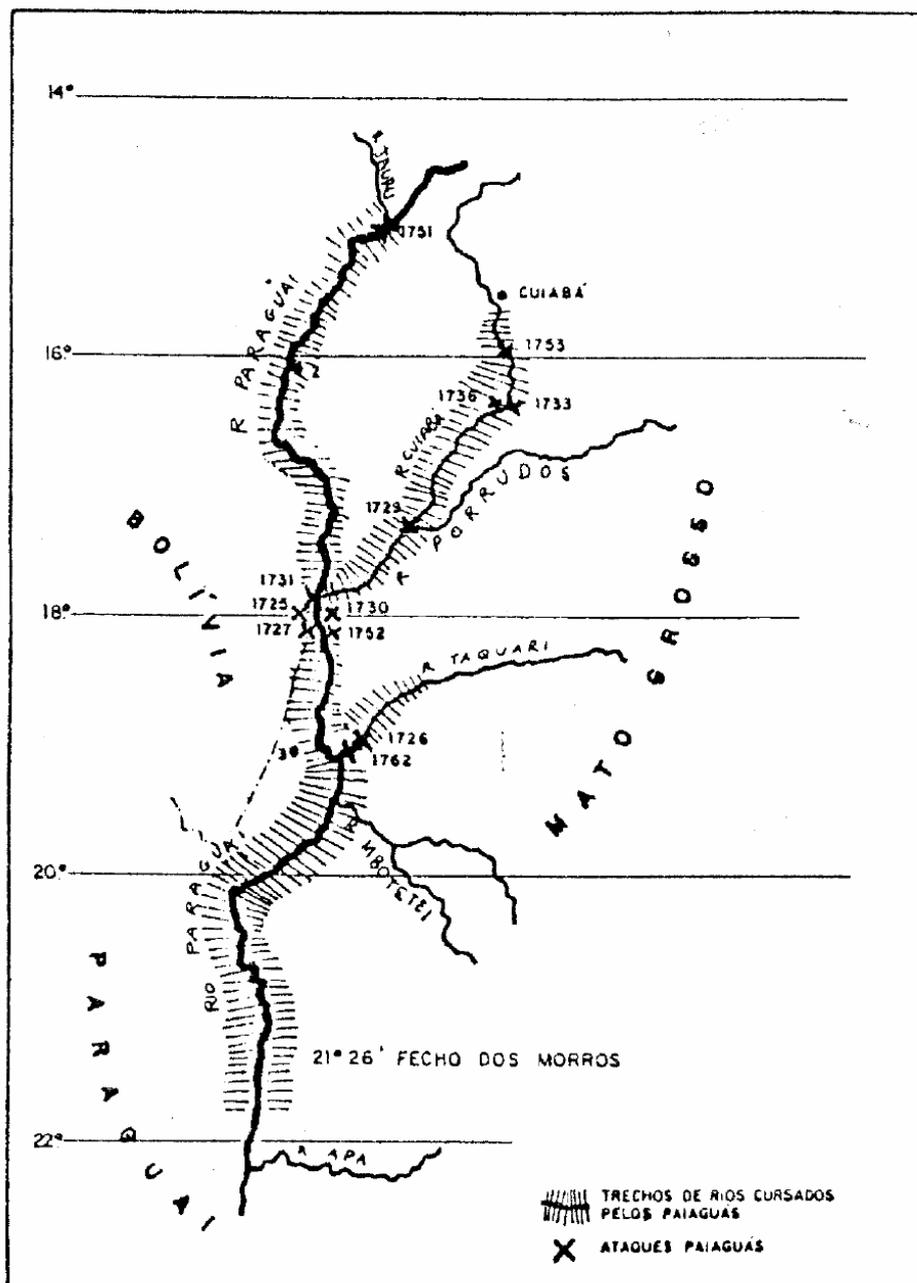


FIGURA 27: Localização de alguns ataques realizados pelos Payaguá às monções e povoadores do século XVIII. Permanece de vivo interesse, ainda que não seja exaustivo quanto aos assaltos e não mencione a aliança com os Mbayá.

Fonte: MOURA, Carlos Francisco. Os Paiaguás, 'índios anfíbios' do rio Paraguai. In: REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA NÁUTICA E DA HIDROGRAFIA, 5., 1984, Rio de Janeiro. *Separata do Suplemento dos Anais Hidrográficos...* t. 41. Rio de Janeiro: [s.n], 1984. Fig. 3.

3.2 GUERRAS E ALIANÇAS

Ainda que fossem conhecidos desde o século XVII pelos sertanistas preadores de índios que se embrenhavam pelos Itatins, os Payaguá ganharam maior notoriedade entre os portugueses quando surgiram nas crônicas do movimento das monções com o relato do fulminante assalto que promoveram contra o comboio que passava ao Cuiabá no ano de 1725.

Vindo neste anno de povoado para estas minas, capitaneando Diogo de Souza um troço de canoas, em conserva, em que trouxe bastantes suas, com muita fazenda e escravatura; foi acommettido do gentio *Payaguá*, junto à barra do *Xanés*, onde acabaram todos os que vinham na conserva, escapando um só branco e um negro, que foram tomados por outras canoas que vinham atraz. O número de canoas havia de ser vinte com o melhor de 600 pessoas.¹

Procedeu-se à devassa do caso, submetendo ao inquérito vários índios das vizinhanças, dado o alvoroço que corria em Cuiabá, pois “não se sabia que gentio era, aonde habitava e que nome tinha”.² Assim, chegou-se à conclusão de que se tratavam dos Payaguá, índios conhecidos dos antigos sertanistas. Uma crônica posterior, porém, apontou as lacunas deixadas pelos contemporâneos do assalto, que esqueceram de mencionar a aliança, há muito vigente e certamente atuante em 1725, entre os Payaguá e os Mbayá. Francisco Rodrigues do Prado, responsável pela retificação, afirmou que teve de “caminhar contra o sentir antigo, que só fazia aos Payagoás auctores dos males”.³ Este autor, além de assinalar o vultoso número de 600 mortos entre passageiros e mareantes, acrescenta que os índios desprezaram, naquela oportunidade, os negócios trazidos pelas canoas, “menos facões, facas e machados”.⁴

Com o passar dos anos, e dos assaltos, tornaram-se conhecidas as técnicas de guerra dos Payaguá e dos Mbayá. O sertanista Antonio Pires de Campos, escrevendo em 1727, relatou que os dois grupos étnicos atacavam unidos as monções portuguesas no rio Taquari e Paraguai, os Payaguá pelos rios e os “companheiros e amigos” Mbayá por terra. O modo dos Payaguá pelejarem nas suas canoas consistia em movimentar a leve embarcação metendo uma das suas bordas debaixo da água, com o que o fundo dela tornava-se um escudo para refletir

¹ SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá* [...] [1765]. *RIHGSP*, v. 4. p. 31-32.

² *Ibidem*, p. 32.

³ PRADO, Francisco Rodrigues do. *História dos índios cavalleiros* [...] [1795]. *RIHGB*, v. 1. p. 32.

⁴ *Ibidem*, p. 33. Outro cronista, tendo em conta a ação conjunta dos Payaguá e dos Mbayá, refere sobre o mesmo episódio que a monção era, contudo, composta de 300 homens, dos quais chegaram às minas cuiabanas apenas dois brancos e três negros. E acrescenta: “Estas trucidações eram como proverbiaes em S. Paulo; mas dizia-se com a mesma popularidade que o ouro era em tanta profusão em Cuyabá que os caçadores serviam-se delle em vez de chumbo”. *DI*, v. 13, p. 230.

as balas. Rapidamente endireitavam a canoa e se lançavam a disparar flechas. Em outras circunstâncias de perigo, alagam arbitrariamente a embarcação “e desaparecem por baixo d’água, e antes de passar muito tempo as tornam a desalagar e fogem navegando com tal velocidade que parece levam asas”.⁵

O jesuíta José Quiroga tomou aos portugueses, que o acompanhavam na viagem de demarcação de 1752, informações precisas sobre o modo com que os Payaguá procediam nos seus ataques.

Los payaguás los suelen esperar con multitud de canoas, muy fieras, en cada una de las cuales van seis o siete hombres, y para no ser descubiertos, se meten con las canoas debajo de las ramas de los árboles, que llegan hasta tocar en el agua; y cuando van pasando los portugueses, los asaltan de improviso, y les dan una descarga de flechazos, tirando siempre al portugués blanco, y se echan sobre las canoas que pueden tomar; y recogiendo los géneros y los negros, se bajan a la Asunción, donde los españoles por compasión rescatan a los cautivos.⁶

Por sua vez, a propósito dos Mbayá, um viajante anotou com algum detalhe, em meados da década de 1780, os procedimentos utilizados nas suas incursões fluviais. Àquela época, provavelmente os Mbayá já dominavam bem o uso das canoas, e deveriam munir-se delas nos assaltos, não se restringindo, assim, somente aos ataques a cavalo em campos livres. De acordo com Francisco José de Lacerda e Almeida, esses índios saíam

[...] em canoas de 20 e mais homens, armados com arco e flecha, e lanças com choupa de ferro compradas aos hespanhoes na Assumpção do Paraguay, com os quaes tem pazes. Em quanto uns despedem flexas, e outros dão botes de lança, os que remão tem a astúcia de no mesmo tempo atirar agoa com a pá do remo para molharem os feixos das armas, e livrarem-se do effeito do tiro, até chegarem a abordar, e

⁵ CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão [...] do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo [...] até o dia 20 de maio de 1723 [1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 183-84. Muitos anos mais tarde, já na década de 1780, Félix de Azara observou que os Payaguá ainda mantinham toda essa agilidade no trato com as canoas, as quais manipulavam como se fossem lançadeiras de tecelão, mesmo durante as pescarias: “Si se les vuelca la canoa al meter en ella los pescados grandes, se ponen derechos como en pie sumergidos hasta el pecho (aunque haya diez brazas de agua), sacuden la canoa como si fuese lanzadera de tejedor, y en pocos momentos echan el agua fuera y saltan dentro sin perder la caña, el pescado, el remo ni las flechas”. AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. v. 1. Madrid: Imprenta de Sanchiz, 1847. p. 228.

⁶ QUIROGA, José. Descripción del Río Paraguay, desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 6. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1838. p. 83-84.

fazerem-se senhores da canoa pelo grande número de homens que a acommettem.⁷

Embora exista notícia sobre a ruptura da aliança entre os Payaguá e os Mbayá em 1768,⁸ nada desautoriza a supor que incursões eventuais, contando com guerreiros dos dois grupos, ainda fossem realizadas quando Lacerda e Almeida atravessou o rio Paraguai. Seja como for, os ataques fluviais davam aos indígenas várias vantagens em relação aos comboios pesados de passageiros e cargas das monções. Os supostos trunfos das armas de fogo adventícias neutralizavam-se imediatamente frente à velocidade com que os Payaguá movimentavam suas embarcações, podendo disparar várias flechas durante o interminável intervalo entre um disparo e outro dos brancos, devidamente rebatidos pelos cascos das canoas. Além disso, apagava-se a possibilidade de resistência em se molhando os fechos das armas, embora este recurso fosse praticamente impossível diante das peças de artilharia. Como observou Sérgio Buarque de Holanda, a inferioridade do armamento, que só seria superada no século XIX, poderia ter feito sucumbir os empreendimentos colonizadores dos portugueses, “se a seu favor não militasse o contínuo exercício dos caminhos agrestes e a aprendizagem segura dos recursos de que o próprio índio se valia ante os embaraços da natureza ou a malícia dos inimigos”.⁹

Tais vantagens de que desfrutavam os aliados Payaguá e Mbayá não arrefeciam as flagrantes contradições que permeavam sua aliança. Atuando de acordo com pautas culturais e projetos de expansão e hegemonia diferenciados, esses dois grupos étnicos não raro viam suas contradições transformarem-se em aberto antagonismo mútuo. A instabilidade da aliança política é confirmada pela narrativa de Cabral Camelo a propósito do encontro que tiveram com um cacique Mbayá, em 1731, os integrantes da expedição de represália contra os Payaguá por conta do assalto do ano anterior.¹⁰

Sob o comando de Antonio de Almeida Lara, a expedição punitiva saiu de Cuiabá em 1731, em demanda do rio Paraguai, à procura dos Payaguá, contando com 400 homens entre

⁷ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841 (Impresso pertencente ao AESP). p. 65-66.

⁸ PRADO, op. cit., p. 32.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 54. Sobre armamentos indígenas e adventícios, vide: Idem. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 62-66.

¹⁰ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 3. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 136-37.

brancos, negros e índios, duas peças de artilharia, dois pedreiros de bronze, armas e petrechos necessários.¹¹ As tropas se subdividiram a partir de certa paragem, e uma delas foi procurada pela comitiva de “um dos mais poderosos Caciques dos Guaicurus”, que veio lhe propor acordo político de paz e aliança militar contra os Payaguá. Na proposta feita pelo cacique, os Mbayá reivindicavam a realização de trocas comerciais e comprometiam-se em colocar à disposição dos cuiabanos cerca de 50 mil cavalos, para que movessem guerra contra os Payaguá. O cacique teria afirmado “querer a amizade dos Cuiabanos, para o que lhes prometia ajudá-los contra os Paiaguás, e quando não bastasse o seu poder, traria o de cinco ou seis Régulos seus parentes, com oito ou dez mil cavalos cada um”.¹²

Contudo, não foi dos mais felizes o encaminhamento dado pelos cuiabanos à proposta do cacique, que foi preso a ferros e levado à presença do capitão da armada, o Sr. Almeida Lara. Este pediu para que soltassem o cacique, mas não castigou “como deveria” os soldados que o prenderam. Assim, o cacique e sua comitiva tomaram alguns cavalos e dali fugiram rapidamente, temendo serem feitos cativos.¹³ Poucos dias depois, ainda durante a mesma expedição punitiva, novamente os cuiabanos foram procurados por um cacique Mbayá, a quem Almeida Lara, de início, presenteou com vestidos, meias e sapatos e pediu que voltasse com outros do seu grupo. Quando o cacique retornou com mais pessoas, Almeida Lara ordenou que fossem presos: a alguns levou para Cuiabá como prisioneiros, a outros mandou que lhes cortassem as orelhas, “dizendo-lhes que fossem mostrar aos payaguás, seus amigos”.¹⁴

Um primeiro ponto a destacar nessas narrativas é a disposição dos caciques Mbayá em negociar uma aliança política com os portugueses a fim de auxiliá-los na derrota dos Payaguá, que continuavam sendo aliados dos mesmos Mbayá. Essa estratégia não pode ser subestimada, e nem se pode duvidar de que se tratasse realmente de um plano político formulado anteriormente pelos caciques Mbayá. Decisões dessa magnitude cabiam somente aos chefes, cujas deliberações eram previamente aprovadas no conselho formado também pelos anciãos, chefes menores e guerreiros destacados.¹⁵ Como observa Métraux, “*Mbayá*

¹¹ SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 71.

¹² CAMELO, op. cit., p. 136.

¹³ *Ibidem*, p. 136-37.

¹⁴ SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 72.

¹⁵ A propósito do poder dos caciques, afirma Métraux que não se tratava de um poder absoluto: “Their decisions had to be approved by the council of the lesser chiefs, old men, and distinguished warriors. Great chiefs, however, could take the initiative in enterprises involving the subtribe or the band, such as migration or war”. MÉTRAUX, Alfred. *Ethnography of the Chaco*. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 1. Washington: Cooper Square Publishers, 1963. p. 305.

chiefs were inordinately vain about their pedigrees and affected the greatest pride and insolence”.¹⁶ Quando um cacique decidia, por exemplo, transferir o assentamento para outra paragem, ele reunia o conselho e acertava os detalhes da jornada. A formula tradicional de comando durante a itinerância Mbayá reforçava com especial força simbólica a estratificação social vigente. Explica Métraux: “The lesser chiefs expressed their agreement by a stereotyped formula in which their lauded the wisdom of their leader, and said, ‘We shall march were he wants us to go’. The ceremony was repeated every morning of the journey”.¹⁷

O que queriam, então, os caciques Mbayá com uma aliança com os portugueses, pela qual se comprometiam a ir contra seus ainda aliados Payaguá? Talvez seja útil, para enfrentar esta questão, retomar aqui a situação histórica em que estavam os Mbayá na primeira metade do século XVIII, a respeito da qual já tratei no capítulo 1.2. A expansão do grupo étnico começara desde o início da segunda metade do século XVII, num movimento a leste pelo qual passaram do Chaco à conquista do amplo território da Vacaria. Destarte, tornaram-se senhores de vastas terras que iam do rio Jejuí ao Taquari, sem contar os assentamentos que mantiveram na margem ocidental do rio Paraguai. Ainda que os paulistas tivessem devastado as reduções jesuíticas dos Itatins, às vezes aliados com os mesmos Mbayá, coube a este grupo étnico a ocupação e o controle dessas terras. Posteriormente, essa região seria referida na documentação espanhola como a “tierra Mbayânica”.¹⁸

Dentre os fatores condicionantes da expansão pela Vacaria, enumeram-se a busca de acessar um nicho ecológico que suprisse a necessidade de *Namogolidi* (como chamavam a palmeira Bocaiúva), a procura de capturar cativos para as trocas vantajosas e a aspiração de aumentar o montante de cavalos. Afiançados na segurança subsistencial possibilitada pela servidão dos Guaná e na destreza que possuíam como sociedade equestre, os Mbayá alcançaram satisfatoriamente seus objetivos expansionistas, chegando ao século XVIII numa fase de apogeu étnico.¹⁹

Os subgrupos Mbayá que estavam mais próximos dos Payaguá eram os Cadiguegodi, que utilizavam com mais freqüência seus serviço de canoeiros, e os Apacachodegodegi, os

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ MENDES, Francisco. Carta do franciscano Frei Francisco Mendes sobre os costumes dos índios Mbaiá e Guaná, no Alto Paraguai. 20/06/ 1772 [Doc. VII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Do Tratado de Madri à conquista dos Sete Povos (1750-1802)*: Manuscritos da coleção De Angelis. t. 7. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. p. 54.

¹⁹ AZARA, Félix de. *Viajes por la América Meridional [1781-1801]*. Trad. Francisco de Las Barras de Aragón. Madrid: Espasa-Calpe, 1969. p. 218-19; SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay*: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971. p. 48 et seq.

quais, em reconhecimento da aliança, empossaram o cacique Lorenzo-Epilig, mesmo sendo ele um mestiço Mbayá-Payaguá.²⁰ Os subgrupos que habitavam o Alto Paraguai, estando mais próximos dos estabelecimentos portugueses, eram os Guetiadegodi e os Eyibegodegui. Provavelmente, eram eles quem participavam das incursões fluviais dos Payaguá pelo rios Taquari, Paraguai e São Lourenço, às portas de Cuiabá. É possível supor que esses dois subgrupos, conhecendo de perto o drama dos portugueses e sob a astuta direção do cacique Caminigo, tenham proposto a aliança contra os Payaguá em 1731. Tal hipótese assenta-se em dado referido pelo capitão da Fragata da Real Armada da Espanha, Juan Francisco Aguirre, segundo o qual foram precisamente os Guetiadegodi e os Eyibegodegui quem celebraram o tratado de paz de 1791 com os portugueses.²¹

As impressões que teve o padre José Sánchez Labrador, jesuíta que conviveu com os Mbayá na redução de Belén, entre 1760 e 1767, sobre as relações entre estes e os Payaguá, confirmam vivamente como se convertiam as contradições da aliança em abertos antagonismos:

Las dos naciones viven enemistadas, aunque tienen sus treguas cuando les está á cuento. Témense unos á otros y los que son más en número, si se encuentran, rompen las treguas, acometiendo á los que son menos. En varias ocasiones los Payaguás, según su genio, sembraron en la ciudad voces contra los Mbayás, y á estos procuraban impresionar contra los Españoles. Así jugaban el trocado para inquietarlos á todos y lograr su perfidia los tiros.²²

Este depoimento é valioso, pois evidencia que a aliança era alimentada quando estavam em jogo certas vantagens, e que os Payaguá moviam intrigas contra os Mbayá no ouvido dos assuncenhos. Como procurei documentar, simultaneamente os Mbayá tentavam costurar apoio político entre os portugueses.

Ora, é possível entender as intenções políticas da aliança proposta aos portugueses em 1731 pelo cacique Mbayá num aspecto bem preciso: o aumento do poderio.²³ O cacique poderia estar interessado na paz com os portugueses, mas também nas vantagens de jogar com

²⁰ Ibidem, p. 61, 64; LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay Católico* [1780]. v. 2. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910. p. 82-83.

²¹ AGUIRRE, Juan Francisco. *Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada Don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional* [1793-1796]. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires, v. 19, 1950. p. 25.

²² LABRADOR, op. cit., v. 2, p. 106-107.

²³ Estou pensando aqui em poder no sentido definido por Weber como “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. 4. ed. Brasília: EdUnb, 1998. p. 33.

a situação. Como em nenhum momento, até então, romperam os Mbayá sua aliança com os Payaguá, fato que só se consumaria em 1768, o cacique poderia pretender manter-se aliado aos três grupos inimigos – os portugueses, os Payaguá e os espanhóis – e tirar vantagem de sua mútua destruição. Ao tentar equilibrar os antagonismos entre os grupos vizinhos por meio de alianças estratégicas, os Mbayá deixam transparecer sua busca por uma hegemonia política nas bacias dos rios Paraná, Paraguai e no Chaco, que seria obtida mediante o enfraquecimento dos inimigos jogados uns contra os outros sob sua orientação ou auxílio.

Mas os portugueses rechaçaram violentamente a oferta. De fato, a disposição que orientava a expedição de Almeida Lara, naquela oportunidade, não era a da negociação, mas a da prática da tradicional “guerra justa”, fixada pelos portugueses desde finais do século XVI. Consistia, vale lembrar, de incursões, determinadas pelas autoridades régias por tempo limitado, contra grupos supostamente hostis, de quem tomavam o quanto podiam de cativos, obviamente reservando o quinto Real sobre o total de cabeças. Os índios capturados em tal contexto, também conhecidos como “cativeiros”, tornavam-se escravos por toda a vida.²⁴ Tanto era este o objetivo da expedição de Almeida Lara que quando, dias depois do episódio com os caciques Mbayá, encontraram um troço de canoeiros Payaguá, deram neles provocando muitas mortes e perseguiram os fugidos até que chegaram diante de alguns aldeamentos castelhanos. Imediatamente impugnou o capitão Almeida Lara a resolução dos camaradas de adentrarem terras castelhanas, proibição que lhe fora expressa por ordens superiores e que se repetiram em bandos posteriores sobre a política indigenista referente à “guerra justa”.²⁵

Seguindo essa política indigenista, o governador de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel (1727-1732), fez publicar um bando poucos meses depois do avassalador assalto de 1730, pelo qual ordenou a organização de uma expedição punitiva contra os Payaguá. No documento, Caldeira Pimentel ressalta a gravidade do ocorrido para os empreendimentos portugueses, pois “de semelhantes insultos se podem seguir sinistras

²⁴ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 124-25, 127; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 119; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 41 et seq.

²⁵ SÁ, Chronicas do Cuyabá... op. cit., p. 73-74. Nas instruções dadas pelo Conde de Sarzedas à expedição “que vai dar guerra ao Gentio Payaguazes”, de 1733, especial advertência é feita quanto à questão das fronteiras com os castelhanos: “Não consentirá o Comand.^{te} ou quem governar a Tropa se entre nas Terras de El-Rey Catollico por ser conveniente que os vassallos de ambas as Coroas se conservem em hua boa união correspondente a pax”. *DI*, v. 13, p. 250.

conseqüências e graves prejuízo aos interesses de S. Majestade, [...] [já que] em todas as partes do mundo se fizeram sempre respeitadas as armas portuguesas e os seus valorosos naturaes”.²⁶

A expedição, que deveria ser encabeçada por Gabriel Antunes Maciel, teria por objetivo a queima e a destruição das aldeias dos Payaguá, bem assim como a livre subdivisão dos cativos, assim homens como mulheres, entre os participantes. Mas o princípio da “guerra justa” valia aqui com algumas alterações, pelas quais a Fazenda Real pretendia incentivar os sertanistas. Por um lado, estabeleceu-se a isenção excepcional do quinto sobre os cativos: “os que forem à expedição dos Payaguás não pagarão quintos dos escravos que fizerem, porque também lhes faço graça dos ditos quintos”.²⁷ E, por outro, seria concedido, aos que “se necessitarem de algum apresto”, empréstimos que se deverão “pagar na torna da viagem a quantia que receberem, para o que darão fiança segura e abonada”.²⁸ Além disso, as promessas de honras e mercês para os participantes mais destacados procuravam, assim como os outros incentivos, mobilizar forças contra um inimigo diferente, senhor do rio Paraguai.

Sabe-se que a referida expedição não produziu efeitos favoráveis aos paulistas.²⁹ Em 1733, os Payaguá realizam mais um notável assalto no rio Paraguai, desta vez numa paragem chamada Carandá. Continuavam mantendo sua política de controle do rio como canoeiros, assaltantes e intercambiadores de itens no mercado de Assunção. A monção de 50 canoas que passava ao Cuiabá foi destroçada, sobrando vivos apenas dois negros e dois brancos. Como de praxe, a escravaria que vinha de povoado foi toda capturada e, logo em seguida, trocada em Assunção.³⁰

O assalto ocorreu a despeito do que estivera planejando o governador Conde de Sarzedas (1732-1737) para uma expedição militar contra aqueles índios. Em 1732, recebeu este governador ordens expressas de El-Rei que, considerando as recomendações do Conselho Ultramarino, fora servido mandar “atacar dentro dos seus alojamentos, assim os d.^{os} Gentios Payaguás, como também as mais nasçoens que confederadas com elles os ajudassem a nos hostilizar, queimando-lhes, e destruindo-lhes todas as suas aldeyas”.³¹

²⁶ *DI*, v. 13, p. 235.

²⁷ *Ibidem*, p. 236.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação de São Vicente até o ano de 1876*. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 151.

³⁰ SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 75-76.

³¹ *DI*, v. 13, p. 242.

Contudo, a organização de expedições dessa natureza não era tarefa fácil. Pouca coisa fora preparada até o ano seguinte, quando o governador resolveu conceder patentes militares a alguns sertanistas de Sorocaba e Itu a fim de animá-los à empreitada. Assim, a patente de coronel das campanhas foi dada a Antonio Antunes Maciel e a Felipe de Campos Bicudo. Outros ganharam as patentes de tenente-coronel, sargento-mór e capitão. Por comandante foi nomeado Manoel Roiz de Carvalho, chefe máximo da expedição, e cabo de tropa a Gabriel Antunes Maciel, seu imediato na hierarquia.³²

As instruções dadas pelo Conde de Sarzedas à expedição em preparo para o ano de 1734 podem ser lidas no “Regimento que se fez p.^a Tropa que vai dar guerra ao Gentio Payaguazes”, redigido no ano anterior. Por este documento fica-se sabendo que o capitão-general manda dar guerra aos Kayapó, aos Payaguá, aos seus confederados, aos Bororo e a “todo o que infesta o caminho e Minas do Cuyabá”.³³ Especial proibição é feita quanto à entrada em territórios castelhanos, como anos antes recebera a expedição de Antonio de Almeida Lara.³⁴

Descontando a concessão de patentes militares a certos sertanistas, cessaram os incentivos para a “guerra justa” de 1734. Buscando minimizar os gastos da Fazenda Real e maximizar seus ganhos tributários, o Conde de Sarzedas mandou entregar cartas às duas expedições que se preparavam em Cuiabá para somarem-se aos paulistas, solicitando que mantivessem as tropas às próprias custas. Além disso, no tocante aos índios que fossem capturados, dever-se-ia ter muita atenção, “tirandoçe *primeiro que* tudo os quintos de S. Mag.^e”.³⁵ Com semelhante política indigenista, a Coroa não pretendia mais deixar de arrecadar, nem mesmo por incentivo às expedições, como em anos anteriores, fazendo questão de exigir o quinto sobre os cativos de guerra. Vigoravam com plenitude os termos das leis indigenistas do século XVII, pelas quais, além da imposição imperiosa do quinto Real, também se assentavam os preceitos de divisão dos cativos: em “guerra justa”, os cativos são escravos de cada indivíduo que os capture servindo na tropa, como rezam os termos da lei de 10 de setembro de 1611.³⁶

O planejamento da expedição de 1734 é também marcado pela procura de formas políticas de minar a aliança entre os Payaguá e os Mbayá. Cativos do grupo Mbayá, tomados durante incursões punitivas anteriores, serviriam à política indigenista dos portugueses como

³² *DI*, v. 13, p. 243-46.

³³ *DI*, v. 13, p. 250.

³⁴ *DI*, v. 13, p. 250.

³⁵ *DI*, v. 13, p. 251-52. Ênfase acrescentada.

³⁶ *DI*, v. 13, p. 252; a respeito da mencionada lei, vide: *DI*, v. 3, p. 70 et seq.

modo de obter um resgate sob a forma de apoio contra os Payaguá. O procedimento consistiria na negociação do resgate de alguns cativos Mbayá em troca do auxílio deste grupo étnico na localização e destruição dos Payaguá. Para isso, deveriam partir com a expedição dois índios Mbayá que estavam entre os paulistas: sua função seria a de “entregar” os aliados Payaguá, a fim de que “não escapem nenhuns”. A recomendação era para que os participantes da expedição se valessem de grupos vizinhos que pudessem denunciar os Payaguá, o que só poderia ser feito “por via dos Índios Cavaleiros q’ como seus vezinhos o farão persuadidos por dous Índios desta nação que leva o sarg.¹⁰ mor”.³⁷

Antonio de Almeida Lara, brigadeiro regente de Cuiabá, tinha em seu poder alguns cativos Mbayá, entre eles o filho de um cacique. Muito provavelmente, Almeida Lara os capturou durante a expedição militar punitiva contra os Payaguá havida em 1731.³⁸ O Conde de Sarzedas sugere que se negociem estes cativos – dentre eles um mais importante, por ser filho de cacique – com os Mbayá em troca destes “entregarem os Bárbaros Payaguazes”. O capitão-general parece confiante nesse procedimento, julgando que seria “muyto fácil contentar aos Cavaleiros”. Mesmo assim, recomenda que, se não for possível estabelecer o acordo político, dever-se-á atacar também aos Mbayá e escravizar os cativos de guerra.³⁹

Com o tempo, parece ter ficado claro para os luso-brasileiros que uma aliança política com os Mbayá permitiria um controle mais efetivo senão de certos territórios, pelo menos dos rios que serviam de roteiro para as monções. Ainda que fosse flagrante a pretensão dos Mbayá de manipular suas alianças com os Payaguá, espanhóis e portugueses e expandir seus domínios, tornava-se evidente, para os portugueses, que atitudes como a de Almeida Lara, que em 1731 se recusou, de forma violenta, a negociar com aqueles índios, constituíam-se num erro político fatal. A conquista da fronteira, ou pelo menos a possibilidade de continuar acessando as regiões onde já havia alguns estabelecimentos, como Cuiabá, dependia, cada vez mais, de estratégias políticas de negociação com os senhores dos rios.

Os desdobramentos da “sanguinolenta guerra” de 1734 contra os Payaguá, não obstante, tomaram os rumos tradicionais das “guerras justas” do período colonial, tornando-se um caso exemplar. Em 1734, aportou em Cuiabá a monção que trazia a “gente de guerra para invadir os payaguás”, sob o comando de Manoel Rodrigues de Carvalho. Um dos primeiros traços marcantes da política indigenista colonial salta aos olhos: como incentivo ao

³⁷ *DI*, v. 13, p. 251.

³⁸ *SÁ*, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 71-72.

³⁹ *DI*, v. 13, p. 257-58.

recrutamento, na maior parte dos casos, violento dos mamelucos para tais empreendimentos, ofereceu a Coroa a concessão de patentes militares a quase todo mundo.

Trouxe consigo 400 homens de guerra; tudo o que era branco, por pobre que fosse, trazia patente passada pelo general, uns de mestres de campo, sargentos-móres, capitães, coronéis, furriéis, alferes, tenentes, ajudantes, sargentos, cabos de esquadra, e estas patentes mandavam-se-lhes entregar antes de embarcar em Araraytaguaba, e logo lhes faziam ahi pagar o custo dellas, umas a dez moedas, outras a oito, e as mais conforme a dignidade do cargo, que na patente se declarava.⁴⁰

De acordo com Glória Kok, para os despossuídos, não raro a “guerra justa” se constituía numa oportunidade de dispor de parte da pilhagem obtida. As incômodas despesas iniciais poderiam, assim, eventualmente ser recompensadas em “peças de serviço” tomadas aos grupos étnicos supostamente hostis.⁴¹

Outro traço da política indigenista refere-se à requisição, dentre os particulares, de recursos para custear as incursões militares, já que a Fazenda Real mostrava-se indisposta a contribuir.

[...] e com isto davam os pobres homens o dinheiro que tinham para seus aviamentos e vieram à Divina Providência, e esta foi a ajuda de custo que se lhes deu, mandando Sua Majestade fazer a guerra à custa da sua Fazenda. [...] Preparou-se nesta villa a leva para a dita guerra, tudo a custa do povo, sem que se visse gasto algum da Real Fazenda, mandando El-Rei fazel-a a sua custa, e somente meia arroba de pólvora mandou dar o senado da câmara pelas suas rendas.⁴²

Os problemas econômicos crônicos que padecia, no século XVIII, a maioria da população do extremo oeste, agravavam-se porque o sistema colonial impunha à mesma população a obrigação de ser defensora das fronteiras diante das ameaças indígenas e espanholas. Os sujeitos das camadas mais empobrecidas abandonavam suas atividades de minerar, plantar ou criar e seguiam para Cuiabá ou para a região do conflito fronteiriço, armados, vestidos e alimentados às próprias custas. O recurso às pesadas arrecadações de

⁴⁰ SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 77.

⁴¹ KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 55 et seq.

⁴² SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 78-79.

tributos era uma constante imposição à empobrecida população de Mato Grosso, contribuindo para que a economia permanecesse, ali, sempre em estágio embrionário.⁴³

Principiou em 1º de agosto de 1734 a decida do rio Cuiabá a expedição militar composta de 28 canoas de guerra e de 842 homens entre brancos, negros e índios. Depois de um mês navegando o rio Paraguai, encontraram-se diante de um assentamento dos Payaguá. Aquela alternativa de negociação política, por meio dos cativos, foi abortada em favor da chamada “guerra justa ofensiva”, vale dizer, o ataque contra os índios em suas aldeias, sob autorização de El-Rei.⁴⁴ Por uma “Relação da sanguinolenta guerra por ordem, direção e regimento do conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo”, fica-se sabendo, com algum detalhe, da disposição violenta que orientava a “guerra justa”.

Com a fortuna de ouvir os alaridos que o gentio fazia na praia, [...] por ser noite, mandou um negro a nado para reconhecer em silêncio o sitio. Voltou logo com a notícia que o gentio estava entregue ao sono nas canoas descansando; [...] cercaram a passagem e mandaram tocar as caixas de guerra e deram uma carga onde todos pereceram, exceto três, que por fortuna escaparam para dar notícia de onde estava o alojamento [...]; chegaram a um logradouro onde um gentio estava, e [...] penetraram mais adentro com as canoas armadas, avistaram um ponto onde 150 canoas estavam meio encalhadas, [...] o que mandou logo de madrugada cercar as canoas do inimigo. [...] Já dia claro tocaram os instrumentos militares, de cujo estrondo movido, os gentios vieram subitamente armados com lanças de 25 palmos a procura da praia onde os nossos os esperavam e as suas canoas estavam. Apenas chegaram à boca do canhão, logo recebendo chuveiros de balas em si, das cargas sucessivas que as nossas armas disparavam com tal emprego que todas as balas e perdigotos em seus agigantados corpos se aproveitaram, [...] e tendo já pago com a vida a maior parte deles as traições e invasões e insultos cometidos [...] sem que algum ficasse com vida, *se pôs termo e último fim às crueldades e traição daquela vil canalha* [...]. Acabada a batalha na forma referida, entraram os soldados a saquear as barracas, [...] e *aprisionou as poucas mulheres que ficaram vivas e com elas algumas crianças que tudo fez o número de 250 almas porque toda a mais multidão perdeu a vida a fogo e a espada*. [...] E para que o cacique na volta que fizesse ao alojamento morresse de pasmo, *cortaram os soldados 50*

⁴³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 27, 41-42, 105. “A retirada constante de recursos que deixavam, além do mais, a produção para serem alocados nos trabalhos de defesa comprometiam seriamente os resultados obtidos pelo trabalho produtivo. Dessa forma, pouco pode ser feito em relação ao aprimoramento técnico ou à ampliação do mercado, ou principalmente no sentido de garantir uma produção estável que satisfizesse à demanda. [...] A condição de fronteira vivida pela Capitania reforçou sua situação de crise”. *Ibidem*, p. 125, 119.

⁴⁴ Por sua vez, a “guerra justa defensiva” previa a proibição do ataque às aldeias, permitindo, porém, o ataque contra grupos que fossem encontrados em situação que caracterizasse um ataque iminente. GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil central*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p. 69.

cabeças dos mortos e as deixaram espetadas em paus na borda d'água na praia [...]. E para que ficasse acabado, depois de pôr todas as canoas em rachas concluíram com o castigo com fogo em todas as barracas [...]. Este foi o funesto e desgraçado fim que tiveram aqueles salteadores e tiranos paiaguás.⁴⁵

A disposição violenta que orientava a “guerra justa ofensiva” atendia às recomendações de “destruição total” expressas nas legislações indigenistas dos séculos XVII e XVIII. As sucessivas instruções falavam em guerra “rigorosa”, “total”, “veemente”, devendo promover “todo o dano possível”. Por outro lado, o quinto Real sobre os cativos incrementava a busca de se aprisionar o máximo possível de índios, pois somente assim os participantes veriam satisfeitos seus interesses em tomar mão-de-obra escrava indígena para si a despeito da tributação.⁴⁶

Ainda que fosse motivada também por interesses políticos, decorrentes das relações interculturais travadas com os naturais da terra, a “guerra justa” era mais uma dentre outras formas de apropriação dos indígenas como mão-de-obra para os empreendimentos colonizadores. Categorias como o “resgate”, que consistia na troca de mercadorias por índios prisioneiros de outros índios, ou o “descimento”, que dizia respeito ao deslocamento forçado de índios para as proximidades dos enclaves europeus, abriam, da mesma forma que a “guerra justa”, vias à escravidão.⁴⁷

Assim, do ponto de vista dos portugueses, expedições de refrega contra os assaltos dos Payaguá poderiam render, além do lucro simbólico resultante da afirmação militar da presença sobre os territórios nativos, os procurados lucros econômicos das “peças de serviço”

⁴⁵ RELAÇÃO da sanguinolenta guerra que por ordem, direção e regimento do Exmo. Sr. Conde Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de São Paulo e minas anexas foi fazer Manuel Roiz de Carvalho, tenente-general do governo da capitania, ao bárbaro, indômito e intrépido gentio chamado paiaguá [1734] apud PRESOTTI, Thereza Martha. A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e a ‘guerra justa’ aos Payaguá (1719-1748). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. 1 CD-ROM. p. 7-8. Ênfases do original.

⁴⁶ PERRONE-MOISÉS, op. cit., p. 126-27.

⁴⁷ ALENCASTRO, op. cit., p. 119. Pela década de 1750, houve quem visse semelhança entre a política indigenista portuguesa e a espanhola com relação aos Payaguá: os índios capturados em expedições punitivas eram considerados escravos: “Los Payaguás, corsarios bárbaros, bien conocidos en la provincia del Paraguay por los males que en ella han causado, habitan el río de este nombre, viviendo siempre en canoas, en cuyo manejo son muy diestros; se extienden hasta las vecindades de Cuyabá, y no son menos enemigos nuestros que de los portugueses, a los que hacen grandes y repetidos daños en su tránsito por el río Paraguay y sus tributarios desde aquella villa al San Pablo; por esta causa están también declarados por esclavos sus prisioneros”. FLORES, Manuel Antonio de. Carta de don Manuel Antonio de Flores al Marqués de Valdelirios, Comisario General de Su Majestad Católica, para la ejecución del Tratado de Límites celebrado en Madrid en 1750 [1756]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 5. p. 254.

capturadas. De acordo com o cronista Barbosa de Sá, rendeu aos portugueses a “guerra justa” aos Payaguá de 1734 o montante total de 266 prisioneiros, que foram a seguir recolhidos aos estabelecimentos do extremo oeste. A dar crédito aos números do cronista, durante essa incursão foram mortos cerca de 600 índios Payaguá, ao passo que da parcialidade dos portugueses as baixas somaram dois negros e um mulato.⁴⁸

Tal expedição não obteve resultados duradouros. Dois anos depois, os Payaguá procuraram restabelecer o controle do rio, promovendo assim novo assalto a uma monção naquele lugar do Pantanal chamado Carandá. Contudo, nessa oportunidade, depois de horas de confronto, o resultado parece ter sido favorável aos paulistas, embora os Payaguá tenham conseguido ainda se retirar com duas canoas carregadas de fazenda.⁴⁹ Em 1737, novo combate é travado no referido lugar, evidenciando assim a indisposição dos Payaguá de tornar livre, aos portugueses, o acesso ao rio Paraguai.⁵⁰

Em 1740, os Payaguá parecem ter recuperado algum controle sobre o rio. Assaltaram uma monção que lhes rendeu 4 canoas carregadas de fazenda e escravatura. O incremento do poderio dos Payaguá como canoeiros, assaltantes e intercambiadores, persistente mesmo com a refrega de 1734, preocupou enormemente as autoridades coloniais.⁵¹ Convocou-se, em Cuiabá, uma junta popular para deliberar sobre “o remédio que se daria às invasões do payaguá”.⁵²

A solução encontrada foi a de retomar as negociações políticas com os Mbayá. Já tinha ficado mais do que claro aos portugueses o erro político fatal que cometeram ao negligenciar a proposta do cacique Mbayá em 1731, quando este lhes oferecera o comprometimento de colocar à disposição o plantel de 50 mil cavalos para que movessem guerra contra os Payaguá. A conquista do extremo oeste, ou pelo menos a possibilidade de continuar navegando o itinerário das monções, que conduzia aos estabelecimentos já assentados, estava sujeita não mais aos ineficientes mecanismos de “guerra justa”, que já provaram não abalar a resistência dos naturais daqueles territórios, mas residia nas estratégias políticas de negociação com os senhores dos rios. Pelo menos assim pensavam os cuiabanos que votaram favoravelmente à proposta pela qual “assentou-se que se mandasse um cabo

⁴⁸ SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 80.

⁴⁹ *DI*, v. 13, p. 233-34; SÁ, op. cit., p. 83-84; PRADO, op. cit., p. 34.

⁵⁰ *DI*, loc. cit.

⁵¹ SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 88-89.

⁵² *Ibidem*, p. 89.

capaz a presentear e a fazer amizades com o gentio Aycurú para, por meio delles, destruírem os payaguás”.⁵³

Partiu no mês de julho de 1740 a comitiva sob o comando de Antonio João de Medeiros, tendo por objetivo negociar com os Mbayá uma aliança política para a destruição dos Payaguá. De acordo com Barbosa de Sá, alguns interessados na paz com os Mbayá esperavam ansiosamente um resultado favorável, pois pretendiam investir no negócio dos cavalos, adquirindo-os aos índios e passando-os da Vacaria a São Paulo com perspectiva de lucro certo.⁵⁴

Chegada a frota ao assentamento dos Mbayá, já de início demonstraram os índios uma disposição para controlarem o processo de negociação: “Mandou o capitão português dizer ao cacique que lhe fosse falar à Ilha, ficando alguns portugueses em reféns; respondeu que fosse elle à terra falar-lhe, ficando dois Aycurús em reféns na Ilha; foi o capitão com os melhores do congresso, ficando na ilha os reféns”.⁵⁵

Após uma sessão de trocas de presentes, disseram os chefes Mbayá:

Offereceram-se a fazer guerra ao payaguá e se a quizerem fazer os portugueses aos castelhanos elles ajudariam. Plantou-se ali uma cruz e acclamou-se em altas vozes: – Viva El-Rei de Portugal, dizendo os gentios os mesmo que diziam os portugueses; prometeram não offender aos portugueses e ser seus amigos.⁵⁶

No dia seguinte, ocorreu um fato inesperado aos portugueses, pondo a perder suas esperanças de aliança.

No outro dia saltou a soldadesca portuguesa para terra sem prevenção, nem cautela alguma, a tratar negócio de drogas a troco de cavalares, ficando na ilha parte delles com o capitão. Seriam 9 para 10 horas do dia pegou o gentio em porretes e lanças e entrou a matar os nossos que andavam com elles baralhados; vendo os da ilha o conflicto, embocaram-lhe uma peça de artilharia que tinham levado e deram-lhe fogo com balla miúda, com que desapareceu todo o tumulto; saltaram para terra, acharam cincoenta mortos dos nossos e dos infieis cinco; deram-lhes sepultura o melhor que puderam e voltaram sem outra cousa de que se dê notícia.⁵⁷

⁵³ Ibidem, p. 89.

⁵⁴ Ibidem, p. 93.

⁵⁵ Ibidem, p. 93.

⁵⁶ Ibidem, p. 94. Ênfase acrescentada.

⁵⁷ Ibidem.

Uma das maneiras de compreender o episódio consiste em abordá-lo em termos de condicionamentos culturais, atentando especialmente para os significados atribuídos ao prestígio e à vingança.⁵⁸ De acordo com Susnik, tanto quanto a posse violenta de bens e a troca vantajosa, a vingança étnica também fazia parte das instituições mais honoráveis da pauta cultural Mbayá. Na maioria das ações bélicas desses índios, o objetivo não era apenas a vantagem econômica da pilhagem, senão que havia um motor cultural importante na vingança étnica. A ofensa infligida contra um cacique exigia a vingança – mesmo que tardia – acompanhada de manifestações simbólicas indubitáveis de poder. Assim, por exemplo, em 1671, os Mbayá do sul promoveram uma onda de matanças, incêndios e destruição nas estâncias castelhanas da zona de Tacumbú, Lambaré e Guarnipitan. A causa estaria numa violenta ofensa praticada pelo governador da província, Felipe Reja Corvalán, contra um cacique.⁵⁹

O brio dos caciques Mbayá para com seus códigos de prestígio social e hierarquia certamente tornaram o modo como o capitão Almeida Lara tratou os chefes que encontrou em sua expedição punitiva de 1731 em verdadeiro sinal de inaceitável ofensa. Não deixa de ser razoável a hipótese de que um dos fatores importantes que condicionaram a ação dos Mbayá contra dos portugueses em 1740, quando estes vieram propor acordo de paz, esteja na vingança contra as hostilidades promovidas por Almeida Lara.⁶⁰

O condicionamento fundamental da ação dos Mbayá foi, contudo, certamente sua política de manipulação de alianças com os grupos vizinhos a fim de promover seu enfraquecimento e, por conseguinte, uma hegemonia Mbayá na porção central da América do Sul.⁶¹ Quando, durante as negociações com os portugueses de 1740, os chefes deste grupo

⁵⁸ Contudo, os autores divergem quanto à importância desses fatores nas ações bélicas dos Mbayá. Métraux afirma que as razões de prestígio e vingança étnica eram decisivamente centrais para os Guaykuru em geral, ao passo que Susnik e Saeger, embora considerem a vingança um fator importante, sublinham os fatores econômicos, a exemplo das disputas por nichos ecológicos, como elementares nas estratégias belicosas. Sobre esse debate, vide: MÉTRAUX, Alfred. Warfare, cannibalism, and human trophies. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 5. Washington: Government Printing Office, 1956. p. 383; SUSNIK, Branislava. *Guerra. Tránsito. Subsistencia* (Ámbito Americano). Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1990. p. 53; SAEGER, James Schofield. *The Chaco mission frontier: the Guaycuruan experience*. Tucson: University of Arizona Press, 2000. p. 120.

⁵⁹ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 42-43.

⁶⁰ Com observa Eduardo Viveiros de Castro, a vingança pode ser um elemento fundamental nas ações políticas e militares de certos grupos étnicos, como uma “técnica de memória” pela qual são atualizadas as ofensas num tempo histórico particular (cabe advertir, contudo, que o autor se refere ao caso específico da sociedade Tupinambá). VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 237 et seq.

⁶¹ As estratégias permaneciam condicionadas, em última instância, por razões territoriais, explica Susnik. De acordo com a mesma autora, no entendimento dos Mbayá, “matar a inimigos significava

étnico afirmaram a sua disposição de “fazer guerra ao payaguá e se a quizerem fazer os portugueses aos castelhanos elles ajudariam”, apenas demonstravam como sua política de alianças baseava-se na astúcia de aproveitar-se da rivalidade dos vizinhos.⁶² Embora sinalizassem com perspectivas de “aliança de paz” aos espanhóis, portugueses e Payaguá, permaneciam promovendo suas incursões em busca de itens desejados e cativos contra os três grupos vizinhos; ao mesmo tempo, manipulavam com habilidade as alianças estratégicas que costuravam, explorando as rivalidades existentes.

A despeito do episódio de 1740, os Mbayá permaneceram auxiliando os Payaguá nos seus ataques às monções portuguesas, ao mesmo tempo em que promoveram um acirramento das suas incursões sobre os estabelecimentos paraguaios. As atividades concentravam-se em vários pontos da província, em especial na região da Vacaria, como relata o jesuíta Martin Dobrizhoffer:

En el año 1745 atacaron incesantemente al Paraguay. De continuo mataron gentes a la vista de la ciudad, como aún atestiguan las cruces erigidas. Los bárbaros arreaban el ganado de las estancias, ahuyentaron sus cuidadores y robaron muchos miles de caballos y mulares. Las aldeas Mandibó, Cariy y otras que se hallaban más lejos de la ciudad y más cerca del territorio de los enemigos, quedaron transformadas casi en un desierto; sus habitantes fueron asesinados o ahuyentados por el temor de ser muertos. No pocos de los comerciantes que viajaban de un lado a otro fueron despojados o asesinados. Los colonos de Curuquati, que a causa de los inmensos bosques intermedios se creyeron seguros contra los bárbaros, fueron asesinados del modo más cruel en gran número. [...] Las tropas enviadas a todas partes a reconocer al enemigo, y en caso dado a rechazarlo, fueron sorprendidas muchas veces, asaltadas frecuentemente en celadas, en ocasiones también engañadas y en no pocas veces ahuyentados por valientes ataques y combates.⁶³

A aliança pretendida pelos portugueses acabou não se consolidando naquele momento. Da mesma forma que não poupavam os espanhóis, os Mbayá promoveram novas incursões contra estabelecimentos e embarcações portuguesas nos anos de 1744, 1752 e 1753.⁶⁴ Na primeira metade do século XVIII, os Mbayá viveram o auge de seu expansionismo, chegando, em certos momentos, a realizar as incursões *botíneras* menos por questões de subsistência do

adquirir nuevo espacio de recursos naturales. [...] La guerra intertribal no era motivada por una simple venganza por agravios, sino también por una agresividad pautada en busca de ventajas de nuevos recursos subsistenciales”. SUSNIK, *Guerra. Tránsito. Subsistencia...* loc. cit.

⁶² Cf. apontado pelo próprio MÉTRAUX, op. cit., p. 216.

⁶³ DOBRIZHOFFER, Martin. *Historia de los Abipones* [1784]. v. 1. Trad. Edmundo Wernicke. Resistencia, Argentina: Universidad Nacional del Nordeste, 1967-1970. p. 191-92.

⁶⁴ PRADO, op. cit., p. 34.

que pelo incremento do prestígio dos chefes das parcialidades em constante concorrência.⁶⁵ Ao arruinarem a negociação de 1740 com os portugueses, os Mbayá, ao mesmo tempo em que atualizavam sua pauta cultural com relação à vingança étnica, incrementavam seu poderio territorial, colocando os portugueses numa delicada situação de terem que depender de uma nova negociação com eles para que se efetivasse a aliança e fosse facilitado o acesso àquelas regiões. Tal aliança se efetivará somente em 1791, mas em um contexto no qual os Mbayá já não contavam com as mesmas forças.

Do ponto de vista dos portugueses, parece ter se tornado claro que a política de “guerra justa” não era suficiente para garantir o livre acesso ao extremo oeste. Além de dispendiosas para uma Fazenda Real zelosa em não abrir os seus cofres e para uma população empobrecida, essas guerras não obtinham resultados satisfatórios. Pois as pelepas travadas nos rios do sertão desfavoreciam enormemente o equipamento adventício do século XVIII, e os danos causados nos grupos hostis não arrefeciam sua resistência. Destarte, apenas dois anos após a “sanguinolenta guerra” de 1734, voltaram os Payaguá com força total a assaltar o rio Paraguai, retomando parcialmente seu controle em 1740.

Sim, a estratégia da busca de alianças com outros grupos étnicos poderia ser retomada, e assim o poderio dos Payaguá seria enfraquecido. O investimento na dinâmica das alianças políticas interétnicas, com todos os seus altos e baixos, esteve presente como uma estratégia importante dos conquistadores europeus desde os inícios da invasão.⁶⁶ Retomada no contexto conflituoso do acesso ao extremo oeste, a busca de alianças deveria ser pautada pela tentativa de enfraquecer os grupos hostis. Assim, aliar-se aos Mbayá deveria corresponder ao enfraquecimento dos Payaguá e também dos próprios Mbayá, privados de sua simbiose, favorecendo o controle dessas populações por parte dos colonos. O fracasso das negociações de 1740 não desanimará os portugueses de investirem nessa direção, traço fundamental da política indigenista colonial. Mas o aprofundamento dos debates e conflitos entre as duas Coroas sobre a questão das fronteiras promoverá, mais tarde, a adoção de uma outra alternativa: os fortes militares.

⁶⁵ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 48 et seq.

⁶⁶ Descontando o período do objeto estudado por John Manuel Monteiro, suas constatações teóricas podem ser convenientes aqui. “A dinâmica das relações entre unidades locais, expressa nos termos do conflito ou da aliança, por sua vez, forneceu uma das chaves do êxito – ou fracasso – dos europeus, na busca pelo controle sobre a população nativa. [...] Considerando o estado de fragmentação política que imperava no Brasil indígena, as perspectivas de conquista, dominação e exploração da população nativa dependiam necessariamente do envolvimento dos portugueses nas guerras intestinas, através de alianças esporádicas”. MONTEIRO, op. cit., p. 28-29.

A “sanguinolenta guerra” de 1734 acelerou o processo de aproximação tendencial dos Payaguá com os castelhanos, que estava em curso desde a década passada, sob incentivo do governador Martín de Barúa. A política indigenista dos espanhóis, nesse período, deslocava para um segundo plano a “pacificação” através da força militar, ao mesmo tempo em que fomentava o livre trânsito dos Payaguá do Alto Paraguai a Assunção, bem assim como o comércio com esses índios.⁶⁷ Os Payaguá entendiam a seu modo tal aliança, considerando Assunção um importante mercado para as trocas vantajosas de ouro, tecidos, escravos negros, entre outros itens tomados aos portugueses; contudo, para não comprometerem sua mobilidade tradicional (pilhagem-troca), não poupavam seus supostos aliados espanhóis de assaltos regulares.

Assim, por exemplo, em 1735, os Payaguá, sob a direção do cacique Coati, assaltaram três embarcações que traziam ervas de Curuguati: mataram cerca de 100 pessoas, queimaram os barcos e atiraram as cargas no rio. No ano seguinte, acometeram vários *pueblos* nas proximidades do rio Paraná, o que lhes rendeu 53 cativos, resgatados pelo próprio governador Martín José de Chauregui (1735-1741), ao preço de prata, ferramentas e outros gêneros. Nessa ocasião, os Payaguá realmente conseguiram surpreender, quando “á presencia del gobernador y su acompañamiento hicieron algunas muertes y nuevos cautivos”.⁶⁸ Em 1749, registrou-se uma onda de incursões notável, começando em Tapua, onde mataram 14 pessoas e cativaram 23, que foram resgatados em Arecutagua. Na semana seguinte, acometeram o *pueblo* de Itati, próximo a Corrientes, matando 58 pessoas e cativando 60. Dois anos depois, meteram suas canoas no rio Salado e deram contra uma estância, onde tomaram cativos e “hicieron un gran robo de cueros, que estaban prontos para marchar á los beneficios de la hierba”.⁶⁹

Desse modo, a partir de 1740, aproximaram-se mais dos espanhóis, firmando o acordo pelo qual a parcialidade Agace estabeleceu-se perto de Assunção para intermediar as trocas, e a outra fração, os Sarigué, consolidaram seus assentamentos mais ao norte, responsabilizando-se pelas incursões no Alto Paraguai e pelos rios da Vacaria. Contudo, não deixaram, por um lado, de exercer a prática da pilhagem-troca mesmo contra os espanhóis, e, por outro, de ostentar, em suas entradas no mercado de Assunção, seus adornos e traços culturais próprios da “Payaguá-idad”.

⁶⁷ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 126.

⁶⁸ AGUIRRE, op. cit., v. 19, p. 508.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 517.

Em resumo, os Payaguá pautavam sua política de alianças na autonomia. Uma autonomia que era incrementada pelo ethos competitivo, confiante e seguro que, de acordo com Susnik, caracterizava o grupo étnico.⁷⁰ Assim, em meio a tantas guerras, assaltos e conflitos de alianças ambíguas, podiam os mesmos Payaguá, pelo ano de 1762, proceder a uma pequena trégua com os viajantes monçoeiros, realizando com eles, com quem não tinham nenhuma aliança, a tradicional troca vantajosa. Deu-se o encontro numa paragem do rio Taquari, e ao apelo em “língua geral” de um dos índios, que formavam grande troço junto ao barranco do rio, pararam as cinco canoas dos viajantes.

Bradaraólhes entao que chegassem sem armas assim o fizerao travoraó com elles hua conversa perguntandolhes ao que respondiaó fielmente em lingoa da terra alguás palavras e muytas Castelhanas deraólhes agoardente melado e fumo trocido que tudo receberaó com muyta alegria corresponderaó com huns penaxos e sayotes de penas seguiraó huns e outros suas derrotas.⁷¹

⁷⁰ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 119.

⁷¹ SÁ, José Barbosa de. Relaçao das povoaçoens do Cuyabá e Mato grosso de seos principios thé os presentes tempos [1775]. *ABN*, v. 23, p. 52.

3.3 TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

3.3.1 Pressões territoriais e nova política

A partir da segunda metade do século XVIII, principia um processo de reorientação das relações interculturais entre as populações do extremo oeste, pelo qual os adventícios põem em curso estratégias de controle militar dos territórios, ao passo que os naturais da terra recriam suas estratégias políticas de alianças.¹ Tal recriação é imediatamente visível entre os Mbayá e Payaguá.

No seu período de apogeu étnico, os Mbayá consolidaram uma estrutura sócio-econômica orientada para a pilhagem e as trocas vantajosas. Os bens desejados, tomados de assalto ou troca, não eram acumulados, pois vigorava entre o grupo o costume de

¹ SUSNIK, Branislava. *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1991. p. 60 et seq.

A perspectiva de análise territorial aqui adotada segue, em parte, a proposta de João Pacheco de Oliveira. Segundo este autor, a territorialização é um dos desdobramentos da situação colonial ao qual o grupo étnico acaba sendo sujeito, caracterizada por “um aparato político-administrativo que integra e representa um Estado (seja politicamente soberano ou somente com *status* colonial)”. De acordo com Oliveira, é importante ter em conta que “é um fato histórico – a presença colonial – que instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural”. OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 4(1), 1998. p. 8. Assim, o autor define do seguinte modo o conceito de territorialização: “[...] um *processo de reorganização social* que implica: a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado”. *Ibidem*, p. 8-9.

Oliveira sublinha o caráter arbitrário que caracteriza a intervenção política do sistema colonial no âmbito das coletividades, instaurando limites geográficos determinados e forçando ao confinamento: “É uma intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. É esse ato político – constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado) – que estou propondo tomar como fio condutor da investigação antropológica”. *Ibidem*, p. 10. Contudo, os grupos que sofrem processos de territorialização atuam ativamente com sujeitos históricos procurando reorganizar sua vida social, bem com os elementos identitários que constituirão o novo agrupamento: “As afinidades culturais ou lingüísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções”. *Ibidem*, p. 10. Sobre os processos de territorialização, vide ainda: OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 120 et seq.

redistribuição dos bens entre as parcialidades, constituindo uma acumulação imóvel de bens.² O sistema de trabalho escravista adotado não incrementou de modo algum a produção econômica do grupo, mas apenas o costume da pilhagem-troca, institucionalizado como honorável em detrimento das atividades produtivas.³ Além do mais, os espanhóis requisitavam peles e pagavam em valiosas ferramentas, mas a procura por atender essa demanda depauperou os campos de caça. O declínio dos nichos ecológicos de palmeiras (*Namogolidi*), devastados com os machados adquiridos, não foi acompanhado de nenhuma providência reparadora. Já na segunda metade do século XVIII, as sociedades Guaykuru foram precipitadas numa crise ecológica com efeitos dramáticos sobre sua vida social.⁴ Semelhantes imposições econômicas e ecológicas limitariam enormemente a capacidade de expansão dos Mbayá num momento em que chegaram próximos de inviabilizar os assentamentos assuncenhos e cuiabanos, “faltando poco para exterminarlos totalmente”.⁵

Ainda que as incursões periódicas continuassem, os Mbayá, a partir da década de 1750, começaram a padecer de severas limitações em sua livre mobilidade, decorrentes das pressões dos grupos vizinhos sobre a “tierra Mbayânica”. O avanço dos inimigos Lengua e Enimagá-Cochaboth, agora grupos eqüestres, sobre as antigas terras dos Mbayá na margem ocidental do rio Paraguai, promovendo inclusive violentas incursões contra estes índios, tomando-lhes o gado e os cavalos, impôs-lhes uma fronteira conflituosa à sua mobilidade. A competição interétnica limitou a ação dos Mbayá naquelas paragens, sendo um fator importante de enfraquecimento de seu poderio. Quando o padre José Quiroga realizou a viagem de demarcação de 1752, pôde constatar que os Lengua já desciam o Pilcomayo para hostilizar os grupos do Paraguai.

Desde el Pilcomayo comienza la tierra de los lenguas, los cuales corren toda aquella parte del Chaco, desde el dicho Pilcomayo hasta la tierra de los mbyáys, y pasan también el Paraguay, para hacer sus tiros

² SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay*: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971. p. 52-53. De acordo com Saeger, a aquisição de cavalos, mulas e bois não tornaram os grupos Guaykuru numa população de pastores, pois seus objetivos eram estritamente comerciais: negociar ou mesmo consumir o gado sem preocupações com a criação sistemática, que eles pouco estimavam. SAEGER, James Schofield. *The Chaco mission frontier: the Guaycuruan experience*. Tucson: University of Arizona Press, 2000. p. 62.

³ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay*... op. cit., p. 54.

⁴ SAEGER, *The Chaco mission frontier*... op. cit., p. 54, 59-60.

⁵ AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. v. 1. Madrid: Imprenta de Sanchiz, 1847. p. 208.

en las estancias de la Asunción. Estos indios no dan cuartel, ni admiten misioneros.⁶

Do mesmo modo, a bem sucedida defesa militar dos neófitos da missão de Chiquitos ao norte e a incômoda presença a leste dos Guarani-Kayowá e Guarani-Mbya (também conhecidos como “Monteses”), competindo nos assaltos aos núcleos ervateiros, limitaram poderosamente a ação dos Mbayá naquelas paragens.⁷

Aos Payaguá, por sua vez, somavam-se as dificuldades decorrentes do “encerramento fluvial”.⁸ Como já notou Azara, os Payaguá sabiam perfeitamente que a atuação dos portugueses e dos espanhóis no rio Paraguai “los cogían en medio, y que sus fuerzas no bastaban contra tan poderosos enemigos”.⁹ Como se vê pela monção de D. Antonio Rolim, em 1751, os portugueses habituaram-se a mandar canoas armadas de Cuiabá para encontrar os viajantes no rio Taquari, num local chamado Pouso Alegre, de onde partiam em formação de guerra a fim de evitar qualquer ataque dos Payaguá.¹⁰

Tais precauções, ao que parece, surtiram efeito, pois a partir de então se tornaram mais freqüentes os ataques dos Payaguá aos moradores ribeirinhos de Mato Grosso e Cuiabá, ao passo que malograram alguns dos seus ataques às embarcações escoltadas. Em 1743, tomaram 20 pessoas cativas no reduto de Saipé, onde elas estavam pescando; porém, no ano seguinte, malograram ao atacar uma monção no rio Paraguai, perdendo 30 homens.¹¹ Mesmo assim, os Payaguá permaneciam atentos, e qualquer descuido dos viajantes monçoeiros, como ocorrido em 1752, aparecia como uma oportunidade para uma incursão vantajosa.

⁶ QUIROGA, José. Descripción del Río Paraguay, desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). CODA, t. 6. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1838. p. 73.

⁷ SUSNIK, *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII...* op. cit., p. 60 et seq.

⁸ Idem, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 129-30.

⁹ AZARA, *Descripción e historia del Paraguay...* op. cit., v. 1, p. 216-17.

¹⁰ ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, Afonso de. *HBP*, t. 3. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 216. Além do Conde de Azambuja, vários viajantes mencionam, para a segunda metade do século XVIII, a prática de mandar escoltas para as monções contra os Payaguá: ABREU, Manuel Cardoso de. Divertimento admirável para os historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso [...] [1783]. *RIHGSP*, v. 6, p. 271; LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841 (Impresso pertencente ao AESP). p. 69. ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *RIHGB*, v. 202, p. 30.

¹¹ SÁ, José Barbosa de. *Chronicas do Cuyabá [...] [1765]*. *RIHGSP*, v. 4, p. 98-99.

Vindo monção de povoado, apartou-se della o padre Victor Antonio de Madureira em sua canôa por descortezia que lhe fizeram os militares que desta villa foram a buscar a monção; deu-lhe o payaguá na barra do Xanés, levou-lhe a canôa e escravos, e a elle largou em uma canôinha semi-vivo, que á vista dos companheiros expirou.¹²

Os Payaguá também se viam em dificuldades diante das milícias de neófitos Chiquitos, contra quem viam fracassadas suas incursões, sob pressão dos chaquenhos Lengua e Enimagá, os quais, já eqüestres, hostilizavam as populações mais próximas de Assunção, e cada vez mais dependentes da instável proteção, em terra, dos Mbayá, com quem mantinham instável aliança.¹³

Por outro lado, a província paraguaia vivia ainda uma situação de crise econômica. As incursões dos Mbayá permaneciam inviabilizando o acesso dos estancieiros à “tierra Mbayânica”, o que agravava os conflitos no campo. Da mesma forma, como já visto, os Payaguá continuavam atacando constantemente as estâncias dos *criollos* e os comboios ervateiros, tomando cativos e itens.¹⁴ Para tentar reverter esse quadro, a política indigenista adotada pelos governadores Rafael de la Moneda (1741-1747) e Jaime Sanjust (1750-1761) aumentou a vigilância contra as incursões Mbayá nas bandas orientais, procurando impedir-lhes a livre retirada através da instalação de fortins militares no rio Manduvirá.¹⁵ Ao mesmo tempo, os espanhóis procuravam controlar os movimentos livres dos Payaguá, impondo-lhes uma série de restrições, embora assegurando a realização das trocas comerciais.

Assim, tem-se um complexo quadro de pressões territoriais que condicionam uma reorientação da rede de alianças na competição pelo vale do rio Paraguai. As pressões a oeste dos grupos Lengua e Enimagá, ao sul dos espanhóis, a leste dos Guarani “Monteses” e ao norte dos neófitos Chiquitos, embora não impedissem de todo a continuidade da prática Mbayá de pilhagem-troca, limitavam o raio de suas ações às fronteiras da “tierra Mbayânica”. Do ponto de vista dos Payaguá, além das referidas pressões, somava-se a inoportuna militarização do roteiro monçoero, cujas embarcações passavam a navegar em conserva de escoltas militares mandadas de Cuiabá. Essa postura dos portugueses fez fracassarem algumas incursões dos Payaguá. De imediato, o resultado foi a elaboração, por parte dos chefes Mbayá e Payaguá, de uma nova política em relação aos provinciais.¹⁶

¹² Ibidem, p. 108.

¹³ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 129.

¹⁴ Idem. *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1991. p. 60 et seq.

¹⁵ Idem, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 67-68.

¹⁶ Ibidem, *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII...* loc. cit.

Os Payaguá confirmaram aquela tendência política de aproximação tendencial com relação aos castelhanos, de modo que vieram os caciques Aypaná e Coati, com suas comitivas, solicitar a paz, no dia 26 de maio de 1753, ao governador do Paraguai, Jaime Sanjust. O termo firmado apresentava algumas condições impostas pelos espanhóis. Primeira, os Payaguá deveriam entregar todos os cativos tomados à província sem nenhum resgate,¹⁷ mas seria permitido que vendessem os cativos do *pueblo* de Tobati e de outras províncias, se os conseguissem.¹⁸ Segunda condição: os Payaguá deveriam fazer suas periódicas viagens a Assunção e ao forte de Arecutaqua, nas quais realizavam as trocas comerciais, somente com a devida licença do governador, que seria concedida para três dias. A licença, cuja solicitação “hadeser sin armas”, também seria necessária se quisessem levantar *tolderias* ao redor desses estabelecimentos, observando o mesmo prazo.¹⁹ Com isso, os espanhóis procuravam controlar os movimentos livres dos Payaguá, mantendo-os à distância, mas assegurando as trocas comerciais.

Por último, os Payaguá não deveriam fazer mais nenhum dano às canoas de comércio castelhanas, nem aos Guarani, que os canoeiros costumam ofender pelo rio Paraná, nem a qualquer “Prov.^a extraña que sea”.²⁰ Ora, este último ponto, não por acaso, contradiz a primeira proposição sobre os cativos, que poderiam ser tomados e vendidos, dependendo da província que fosse atacada. Tal ambigüidade é própria das relações de competição fronteiriça, nas quais estavam envolvidas as rivalidades espanholas e portuguesas. A ambigüidade permitiria aos espanhóis fazer vistas grossas aos ataques dos Payaguá aos estabelecimentos e às monções dos portugueses.²¹

Mas os Payaguá também solicitavam contrapartidas no tratado de paz. Em certa passagem, o termo afirma que os Payaguá viveriam sem receio algum, sob a proteção da província, o que permite supor que eles solicitavam proteção militar contra grupos inimigos ou hostilidades de milícias particulares. É referido também que eles “desfrutarán de los alimentos de ella”, ponto que deve ser entendido mais amplamente como possibilidade de acesso a vários tipos de bens provinciais, no contexto de crise ecológica que padeciam tanto os Payaguá como outros grupos Guaykuru.²²

¹⁷ EL GOBERNADOR sobre capitulación de los indios Payaguás [1753]. SH, v. 127, n. 7, f. 1a.

¹⁸ Ibidem, f. 1b.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem, f. 2a.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

Os Mbayá também colocaram em prática uma nova política de “boa vizinhança” com os espanhóis, através do aumento da frequência das visitas e trocas em Assunção, e da solicitação da paz com o governador Sanjust, ajustada em 1759. Na costura dessa aliança, foi decisiva a atuação do cacique Lorenzo-Epilig, sujeito hábil na “lengua mezclada”, que representava os subgrupos Apacachodegodegi e Lichagotegodi, mais próximos da região assuncenha.²³ Lorenzo-Epilig teve atendida sua solicitação de missionários jesuítas, sendo fundada a redução de Belén em 24 de agosto de 1760, sob a direção dos padres José Sánchez Labrador e José Mantilla, nas margens do rio Ypané. Os cultivos ficaram a cargo de 24 famílias Guaraní e as requisições de carne, sal e tabaco tratavam-se diretamente com as autoridades provinciais.²⁴ A missão era entendida pelos Mbayá, segundo a opinião de Sánchez Labrador, como meio de obter recursos e como um canal de intermediação política: “Conocíase que Lorenzo no quería sino tener los Misioneros en Belén para poder con más frecuencia hacer sus viajes á la ciudad y utilizarse por dos”.²⁵

A presença mais assídua dos chefes Mbayá em Assunção reforçou suas aspirações e competições de prestígio para serem reconhecidos como “capitães”. A aquisição de itens “civilizados” exprimia a nova disposição cultural dos Mbayá em identificar-se com a figura dos “capitães”, de modo que os trajes militares, em especial a bota, passaram a fazer parte da indumentária dos caciques.²⁶ A aproximação com Assunção, contudo, provocou, dada a

²³ LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay Católico* [1780]. v. 2. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910. p. 82-83.

²⁴ SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay*: t. 3-1: Etnohistoria de los chaqueños, 1650-1910. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1981. p. 78-79. Para um estudo mais detalhado sobre a vida dos grupos Guaykuru nas missões e o fracasso das mesmas, vide: SAEGER, *The Chaco mission frontier...* op. cit.

²⁵ LABRADOR, op. cit., v. 2., p. 113.

²⁶ Os itens “civilizados” adquiridos em Assunção eram, obviamente, recriados de acordo com a pauta cultural específica dos Mbayá, que lhes atribuía significados diferenciados. O estrato social dos chefes vivia em competição, e os itens “civilizados” poderiam reforçar uma liderança, afixando-a na ostentação como garantia do “bastão de mando cacical”. Assim, o consumo da prata aumentou, mas não tanto quanto o da *mostacilla*. O “traje” do homem Mbayá que não fosse abundantemente adornado de *mostacillas*, seja nas gargantilhas ou nas bolsas de algodão, denunciava imediatamente a “pobreza” de seu portador. SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 69. Obviamente que o incremento dessas novas necessidades culturais levou o grupo a depositar um número maior de bens no mercado de Assunção, especialmente cavalos e mantas confeccionadas pelos Guaná. A apropriação de itens da indumentária adventícia não pode ser vista de modo simplista como suposto processo de “aculturação”, mas, pelo contrário, como atribuição original de sentido de acordo com a pauta cultural específica da população considerada. O padre José de Anchieta já notara, em 1585, a apropriação original que os índios fazem do vestuário dos brancos: “um dia saem com gorro, carapuça ou chapéu na cabeça e o mais nu; outro dia com seus sapatos ou botas e o mais nu, outras vezes trazem uma roupa curta até a cintura sem mais outra coisa. Quando se casam vão às bodas vestidos e à tarde vão passear somente com o gorro na cabeça sem outra roupa e lhes parece que vão assim mui galantes”. ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* apud KOK,

frequência das trocas, uma fenda no estoque de cavalos do grupo étnico, diminuindo assim seu poder de incursionar.²⁷

3.3.2 Os Payaguá: entre o Alto Paraguai e Assunção

Conta o jesuíta Sánchez Labrador que o cacique Mbayá Lorenzo-Epilig elaborou e levou um plano anti-Enimagá, grupos estes havidos por “enemigos de todos”, às autoridades castelhanas de Assunção.²⁸ A província sofrera há pouco tempo vários ataques dos Enimagá, aliados aos Toba e Abipon, cujas ações provocaram o abandono de algumas *haciendas*. Lorenzo aproveitou essa situação e propôs aos espanhóis “hacer guerra á las dichas naciones como auxiliares”.²⁹ Em fevereiro de 1764, atendendo ao pedido do governador, que aparentemente aceitara o plano, partiu para Assunção um exército dos Mbayá. O padre Labrador observa que o intento dos Mbayá era o de cumprir o acordo com os espanhóis, pois levaram consigo as mulheres e crianças, para que ficassem sob o cuidado das mulheres espanholas em Assunção, durante o tempo que durasse a incursão.³⁰

Nesse episódio, mais uma vez afloraram as contradições da aliança entre os Payaguá e os Mbayá. Por meio de uma intriga dos Payaguá, circulou por toda Assunção, e em especial entre as autoridades coloniais, a notícia de que os Mbayá, a pretexto de caçarem na margem ocidental do rio Paraguai, tramavam com os Enimagá uma ofensiva contra os espanhóis.³¹

Semelhante notícia e a visão de 700 homens em armas dos Mbayá aproximando-se da cidade devem ter provocado grande insegurança entre as autoridades provinciais. Determinado a fazer com que os Mbayá deixassem as imediações de Assunção, o governador enviou aos seus toldos algumas pessoas enfermas de varíola, o que prontamente provocou mortes e os fez retirarem-se da região.³² Como observou Labrador, embora esse episódio não tivesse incitado o imediato rompimento entre os Mbayá e os espanhóis, “no se pudo borrar del ánimo de Lorenzo el ódio que concibió y fomentaba em su pecho contra los Españoles”.³³

Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 159.

²⁷ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 68-69.

²⁸ LABRADOR, op. cit., v. 2, p. 124, 141-42.

²⁹ *Ibidem*, p. 141-42.

³⁰ *Ibidem*, p. 143.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*, p. 144-45.

³³ *Ibidem*, p. 145.

No entanto, daí se compreende que, diante dessa intriga movida pelos Payaguá em 1764, os Mbayá tenham resolvido dissolver de uma vez a aliança que com eles possuíam, o que deve ter ocorrido em 1768. Um cronista refere que os Mbayá o fizeram “sem que para isso tivessem causa alguma, segundo elles dizem, porém tão inimigos uns dos outros que se fazem mutuamente os damnos que podem”.³⁴ Porém, o maior investimento dos chefes Mbayá nas negociações políticas com os provinciais pode ter condicionado o rompimento com os Payaguá, cuja interferência poderia arruinar as novas estratégias adotadas.

Desprovidos dos seus aliados Mbayá no Alto Paraguai, os Payaguá viram-se em dificuldades cada vez maiores para manter suas incursões contra os comboios monçoeiros. A opinião amplamente difundida entre os mareantes e viajantes das monções era a de que ambos os grupos somavam suas forças nas incursões, os Mbayá em terra, os Payaguá pelos rios, tornando-se imbatíveis. O sertanista Antonio Pires de Campos informa, em notícia escrita em 1727, sobre a vigência da aliança nas incursões, que “os cavaleiros chamados Guaicurús companheiros e amigos com eles andam por terra, e os ditos [Payaguá] pelos rios, de quais a quais mais mal hão de fazer”.³⁵ Separados, contudo, não provocavam o mesmo temor. A respeito dos Payaguá, conhecia-se desde a época de Ulrich Schmídel que “estos *Aeiges* [Agace] son buenos guerreros, los mejores que hay, si es por agua, pero por tierra no lo son tanto”.³⁶ O Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, já em 1751, expressou um parecer semelhante: “Os seus ataques são de ordinário nos rios, e em canoas, porque em terra não valem nada, e três ou quatro armas de fogo bastam a fazer opposição a um grande número deles”.³⁷

Em 1770, quando os Payaguá tentaram sustentar um ataque contra uma monção, estando em terra e sem o apoio de seus ex-aliados Mbayá, obtiveram um resultado lamentável. O comboio de oito canoas, que partia das minas para povoado, “entendendo que já estavam livres de ser acommettidos do gentio Payaguá, tomaram accordo de se adeantar”,³⁸ ficando apenas uma canoa atrasada, contando com 16 pessoas. Esta canoa encontrou um grupo de 25 Payaguá em terra,

³⁴ PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros [...] [1795]. *RIHGB*, v. 1. p. 35.

³⁵ CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão [...] do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo [...] até o dia 20 de maio de 1723 [1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 183.

³⁶ SCHMÍDEL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata* [1565]. Buenos Aires: Cabaut y Cía., 1903. p. 170.

³⁷ ROLIM, op. cit., p. 215.

³⁸ SÁ, Chronicas do Cuyabá... op. cit., p. 151.

[...] e porque não puderam neste repentino conflicto fazer embarque nas suas canôas, que eram duas em que viajavam de corso, tomaram a resolução de fazer guerra mesmo de terra aos nossos viandantes, e com effeito disparando innumeraveis flechas [...]. Porém foram muito mal succedidos porque, empregando os nossos todos os seus tiros, assenta-se que apenas ficariam vivos cinco dos bárbaros, morrendo vinte, além de perderem as canôas que os nossos fizeram em pedaços; depois disto seguiram os nossos a derróta.³⁹

Segundo Aguirre, no início da década de 1790, os Payaguá-Sarigué foram forçados a se retirar para o sul, abandonando definitivamente a navegação do Alto Paraguai, devido às hostilidades dos Mbayá, que passaram a persegui-los continuamente, chegando a matar certo chefe, irmão do cacique Coati, e outros índios.⁴⁰ Seja como for, é muito provável que o rompimento da aliança, enfraquecendo o poder incursionista dos dois grupos, tenha possibilitado aos portugueses a adoção de uma política mais eficaz de controle do rio Paraguai.⁴¹ Da mesma forma, a política de militarização das fronteiras através da utilização de escoltas para a proteção das canoas monçoeiras e da instalação de fortes, impuseram aos Payaguá um importante declínio de sua mobilidade *botinera*.

Foram, assim, os Payaguá, forçados a um violento processo de territorialização: tendo arbitrariamente limitados seus acessos tradicionais ao Alto Paraguai, foram obrigados a abandonar definitivamente os assentamentos que ali possuíam, e que não mais podiam dispor. Em 1790, os Sarigué, sob a direção do cacique Coati, deslocaram-se para a localidade de Tacumbú, nas proximidades de Assunção, onde se uniram aos Agace que ali já se encontravam desde 1740.⁴² Félix de Azara calculou que formassem, juntos, cerca de 1.000 almas.⁴³

Nesse processo de territorialização, em que foram confinados no ambiente castelhano das imediações de Assunção, os Payaguá procuraram reorganizar suas atividades econômicas, bem como realçar outros aspectos de sua identidade étnica, mais vantajosos na nova situação. De acordo com Susnik:

³⁹ Ibidem, p. 152.

⁴⁰ AGUIRRE, Juan Francisco. Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada Don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional [1793-1796]. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires, v. 19, 1950. p. 119.

⁴¹ KERSTEN, Ludwig. *Las tribus indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII: una contribución a la etnografía histórica de Sudamérica*. Resistencia, Argentina: Universidad Nacional del Nordeste, 1968. p. 69.

⁴² AZARA, *Descripción e historia del Paraguay...* op. cit., v. 1, p. 216-17.

⁴³ Idem. *Viajes por la América Meridional* [1781-1801]. Trad. Francisco de Las Barras de Aragón. Madrid: Espasa-Calpe, 1969. p. 225.

[...] los Payaguáes perdieron toda posibilidad de obtener bienes necesarios para practicar su trueque ya pacífico o con regateo, y era precisamente esta orientación canoera-truequista que acondicionaba el etos de ‘payaguá-idad’ en la anterior etapa colonial; ahora, los Payaguáes tenían que reemplazar la provisión de bienes trocables con su propia productividad y trabajo para poder mantener su integridad sociocultural de canoeros, pescadores y truequistas.⁴⁴

Em Assunção, empregavam-se os Payaguá em diversas tarefas, como, por exemplo, o trabalho de condutores pelo rio Paraguai, o qual, como refere certo padre Deán de Córdoba em 1791, era devido a um trato com os castelhanos, “á quienes por mui corto interes conducen del Paraguay a Ñeembucú y Corrientes”.⁴⁵ O viajante Félix de Azara teve, pela mesma época, parecer favorável quanto às atividades dos Payaguá na província, esperando, e não poderia deixar de ser diferente, que se lhes pudesse inculzir alguns hábitos de consumo europeus.

Ya en el día son muy útiles, porque sobre que ponen temor á los bárbaros de Chaco, ellos pescan y trabajan con utilidad de esta Ciudad, y aunque no sean católicos pueden llamarse socios útiles. No falta más que hallar los medios de introducir entre ellos el lujo y conocimiento de las comodidades para que se aumente el fondo de comercio, y se dediquen más a los trabajos.⁴⁶

Ainda de acordo com Azara, ao mercado de Assunção eram trazidos, pelos Payaguá, vários itens, como diversas castas de peixes, caça, lenha, palha, bambu, vasilhas de barro, esteiras, mantas, entre outros. A disposição para as trocas vantajosas, que consolidaram durante o período colonial, permanecia viva nas ações daqueles índios, posto que

[...] son amiguísimos de hacer pequeños cambios y tratos que siempre han de ser de presente, porque son muy (pedigüeños) desconfiados y mentirosos y engañan siempre que pueden; [...] pero no atesoran. La plata que adquieren la ponen en común en la boca y luego la gastan en sal, frutas, legumbres, tabaco, miel y principalmente en aguardiente.⁴⁷

⁴⁴ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 133.

⁴⁵ MANUSCRITOS de la Biblioteca Nacional de Buenos Aires apud *Ibidem*, p. 134.

⁴⁶ AZARA, Félix de. Geografía física y esférica de las Provincias del Paraguay, y Misiones Guaraníes [1790]. *Anales del Museo Nacional de Montevideo*: Sección Histórico-Filosófica, Montevideo, t. I, 1904. p. 366.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 365.



FIGURA 28: Guerreiro Payaguá, segundo desenho de H. Rousseau, incluso na obra de Alfred Demersay, *Fragments d'un Voyage au Paraguay*, publicada em 1862.

Fonte: MOURA, Carlos Francisco. Os Paiaguás, 'índios anfíbios' do rio Paraguai. In: REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA NÁUTICA E DA HIDROGRAFIA, 5., 1984, Rio de Janeiro. *Separata do Suplemento dos Anais Hidrográficos...* t. 41. Rio de Janeiro: [s.n], 1984. fig. 6.

Sabe-se que, pelo final do século XVIII, os Payaguá reorientaram alguns de seus tabus alimentares, permitindo que se comesse da carne de vaca. Ao mesmo tempo, puderam, aos poucos, voltar a freqüentar o rio Paraguai a montante, numa rota que seguia de Assunção ao forte Borbón, a cargo de suas canoas.⁴⁸ Reivindicavam, porém, o exclusivismo étnico que os caracterizara quando de suas entradas na capital, à época em que praticavam a pilhagem-troca, afirmando, como o fizeram a Azara, que se achavam, apesar dos contatos, “como en tiempo de la Conquista porque no han recibido de los españoles armas, cuadrúpedes ni costumbres que hayan alterado su constitución”. Ao que o viajante ponderou que, em verdade, “lo único que se ha adelantado con ellos es fijarlos bastante”.⁴⁹ Da mesma forma, mantinham, diante dos Guarani, o mesmo desprezo de outrora, divulgando, a quem quisesse ouvir, um curioso mitologema, pelo qual realçavam sua própria identidade:

Muchas veces les he hablado de su origen y destino, pero no gustan de esta conversación: algunos me han dicho que su primer padre fué un Pacú, el de los españoles un Dorado y el de los Guaraní un Sapo. Otros añaden que el Payaguá descende de un lugar donde hay calderas y fuego, pero esto es aprendido de nosotros, y en mi juicio no lo creen.⁵⁰

Não parece descabido propor, pois, que os Payaguá, conscientes do acirramento das relações de força no Alto Paraguai, onde tinham que competir com rivais poderosos, como os portugueses e os espanhóis, os quais se muniam, passo a passo, de não poucos recursos militares, resolvessem, como sujeitos históricos, optar por um partido menos danoso. Simultaneamente, tal situação se configurou precisamente pelas imposições do sistema colonial, forçando a uma territorialização. Assim, quando da instalação dos fortes militares portugueses no Alto Paraguai, já no último quartel do século XVIII, a presença dos Payaguá foi pouco notável, posto que estivessem em migração para a capital paraguaia.⁵¹ No entanto,

⁴⁸ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 136-37.

⁴⁹ AZARA, *Geografía física y esférica...* op. cit., p. 365-66.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 358.

⁵¹ Às vésperas da Guerra da Tríplice Aliança, existiam 500 Payaguá, a maioria dos quais foram recrutados pelos exércitos paraguaios, sucumbindo quase todos, de maneira que, em 1878, não se contavam mais que 17 representantes deste grupo étnico. SCHMIDT, Max Los Payaguá. *Revista do Museu Paulista: nova série*, São Paulo, v. 3, 1949. p. 195. Susnik enumera, entre os fatores de depopulação, as várias epidemias, abortos, falta de higiene, alcoolismo e impotência sexual. SUSNIK, *Los aborígenes del Paraguay...* t. 3-1, op. cit., p. 140. No fim do século XIX, houve um pequeno incremento da população Payaguá, podendo, assim, Guido Boggiani calcular a existência de 40 a 50 almas. SCHMIDT, loc. cit. Pelo que pôde recolher em referências do século XX e pelo que ouviu da velha índia Maria Dominga Miranda, Max Schmidt anotou que alguns Payaguá principiaram esse século vendendo no mercado de Assunção alguns adornos produzidos por grupos chaquenhos, ou

presenciou-se, no novo contexto de relações de força, uma atuação dos Mbayá, por sinal diversa da dos Payaguá, e que será assunto para o próximo tópico.

3.3.3 Manipulando alianças: os Mbayá entre os fortes fronteiriços

Os portugueses realizaram no ano de 1775 uma série de pesquisas no rio Paraguai a fim de encontrar uma paragem adequada para erguer um forte militar. É muito provável que o rompimento da aliança entre os Payaguá e os Mbayá, enfraquecendo o poder incursionista dos dois grupos, tenha possibilitado aos portugueses a adoção de uma política mais eficaz de controle do rio Paraguai.⁵² A partir do termo lavrado no mesmo ano por conta da escolha do Fecho dos Morros como local apropriado, depreende-se algumas dos objetivos estratégicos quanto ao controle do rio. O presídio de Nova Coimbra, que seria construído naquelas proximidades, bem abaixo da foz do rio Taquari descido pelas monções, permitiria conter a subida dos espanhóis, dos Payaguá e dos Mbayá para a parte setentrional do rio Paraguai, assegurando assim a livre passagem das embarcações monçoeiras.⁵³

Realmente, os ataques, efetivos ou supostos, dos Payaguá e dos Mbayá, serviam de pretexto para a instalação desses fortes militares. Pelo menos assim aparece em carta do capitão-general do Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789), de 9 de março de 1775, em que faz recomendação à expedição que ia ter ao Fecho dos Morros, lançando mão da lembrança das ações empreendidas por aqueles índios, “o grande número de exemplos que tem acontecido não só a respeito das monções de Povoados, mas das mesmas roças vizinhas do Cuyabá, aonde tem feito muitas mortes”.⁵⁴ Na mesma carta que passou aos membros da expedição, acrescentava o capitão-general que, em sendo encontrados

empregando-se nos ervais ou nas fábricas de tijolos. *Ibidem*, p. 196. Esteve Schmidt em companhia da índia Maria Dominga Miranda entre os anos de 1940 e 1941: esta índia lhe disse que, fora ela mesma, não existiam mais, àquela época, senão apenas outras três índias Payaguá. *Ibidem*, p. 129.

⁵² KERSTEN, op. cit., p. 69.

⁵³ De acordo com o termo, que é reproduzido integralmente pelo cronista Barbosa de Sá, o objetivo era “segurar a nossa antiga navegação do rio Paraguay para que em nenhum tempo passem vassallos de outro qualquer monarcha a occupar ou invadir estes domínios meridionais do dito Senhor e não prosseguir por este rio, nem pelos mais que nelle desembocção, subindo até as suas fontes, ou isto seja com tropas civilizadas ou seja com gentes gentílicas, habitadores deste districto, que, por serem auxiliados com armas offensivas e outros socorros pelos vassallos de Sua Magestade Catollica, costumam por esta mesma navegação fazer repetidos roubos e mortes não só nas passagens dos comerciantes, mais ainda nas povoações sujeitas a Sua Magestade Fidelíssima, que Deus guarde”. SÁ, *Chronicas do Cuyabá...* op. cit., p. 176-77

⁵⁴ *DI*, v. 17, p. 73.

aqueles grupos, dever-se-iam verificar se “a força de alguns mimos”, seria possível incliná-los “ao nosso partido”.⁵⁵

Os projetos de instalação de fortes militares no vale do rio Paraguai, não obstante, faziam parte de um plano de expansão mais amplo, tecido pela política pombalina. Como já mencionado no capítulo 1.3, o Morgado de Mateus, em carta ao tenente-coronel João Miz’ Barros e ao ajudante de ordens Antonio Lopes de Azevedo, de 30 de outubro de 1770, expressou com certo detalhe seu plano de expansão.⁵⁶ A reativação da rota de navegação pela Vacaria, ligando São Paulo até Cuiabá por roteiro alternativo ao das monções, era um item sumamente desejado. Em auxílio aos comerciantes que por ali se embrenhassem, projetava-se um forte que seria plantado entre os rios Ivinheima e Apa, sendo povoado por curitibanos, que entrariam em mestiçagem com os Mbayá, posto que fossem, como expressou o mesmo governador em outro momento, “mui semelhantes ao gentio”.⁵⁷

Outro ponto importante, e igualmente ambicioso, constante no mesmo plano, propunha a organização de expedição que desceria pelo rio Paraguai para “fundar hua fortificação no estreito adonde chamam o *fecho dos morros* p.^a segurarmos a navegação daquelle Rio contra as irruçoens dos Paragûás [sic]”.⁵⁸ Destarte, desde outubro de 1770, e talvez antes,⁵⁹ já estava claro para as autoridades portuguesas um projeto de militarização das fronteiras coloniais, pelo qual fechariam a subida do rio Paraná com o forte de Iguatemi e outro a definir, estabeleceriam uma povoação na Vacaria para consolidar uma aliança com os Mbayá e liberar uma nova rota de comércio para Cuiabá, e levantariam um novo forte no Fecho dos Morros, cujo objetivo era fechar o Alto Paraguai à subida dos castelhanos, Payaguá e Mbayá. O próprio Morgado de Mateus reconhecia que se tratava de um projeto ambicioso: “Eu bem sei que este projecto hé muito vasto, e nessecita de huas forças, e huas despesas correspondentes á grandeza delle; mas como a conveniência q’ se segue vale m.¹⁰ mais, não duvido q’ se me daram os meynos nessessarios”.⁶⁰

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ *DI*, v. 9, p. 79-87.

⁵⁷ *DI*, v. 34, p. 278.

⁵⁸ *DI*, v. 9, p. 86.

⁵⁹ Perspicaz análise desses projetos de expansão territorial e consolidação das fronteiras encontra-se em: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. p. 265-77, passim.

⁶⁰ *DI*, v. 9, p. 86. Tais projetos foram sistematizados num plano mais amplo, enviado ao vice-rei, o Marquês de Lavradio, em 8 de abril de 1772, constando de uma série de pontos, dentre os quais: “segurar a Praça do Guatemy”; “povoar as Campanhas da Vacaria”; “Promover-se a Conquista do Sertão do Tibagi”; “Reduzirmos a hum estado de defesa melhor que possa ser, assim, no Guatemy, como nas Províncias de Viamão, e nas Capitánias de Cuyabá e Mato Grosso para fazer respeitáveis as

Conforme documentou Uacury Ribeiro de Assis Bastos, o objetivo de Pombal, ao fomentar esses projetos de contenção da subida dos espanhóis, Mbayá e Payaguá ao Alto Paraguai, além das vantagens da posse territorial, consistia no incremento das rotas de contrabando entre Mato Grosso e o vice-reino do Peru. Os produtos manufaturados ingleses passariam a Chiquitos mediante uma taxação tributária sobre os contrabandistas, a ser recolhida pelas autoridades portuguesas, limitando os lucros dos interessados a 12%. Para garantir o livre acesso àquela região – seja pela rota das monções do norte, via bacia Amazônica, seja pela rota das monções do sul, via bacia do Paraná – Pombal determinou o fechamento dos principais rios à subida dos castelhanos, Mbayá e Payaguá. O forte de Iguatemi (1767) fecharia o rio Paraná, e o forte de Nova Coimbra (1775), o rio Paraguai, efetivando o controle do Alto Paraguai pelos portugueses. Iguatemi caiu em 1777, diante de uma ofensiva militar dos espanhóis. Mas o arrojado projeto consolidara-se, em parte, na fundação de Nova Coimbra, em 1775, na latitude de 19° 55', a qual foi seguida da fundação dos fortes de Príncipe da Beira (1776), Albuquerque e Vila Maria (1778).⁶¹

Do ponto de vista dos espanhóis, a aliança que ajustaram com os Mbayá em 1759 foi decisiva para o início de um processo de reconquista do norte do Paraguai, rompendo-se a fronteira do rio Manduvirá e povoando-se a Cordillera com estâncias tocadas por *estancieros-milicianos*.⁶² Os termos da aliança assentada em 1759, diferente das alianças anteriores, foram conservados por certo período pelos Mbayá, cujo comprometimento devia-se às dificuldades que o grupo enfrentava, decorrentes das pressões territoriais dos grupos inimigos. Nos anos seguintes, os Mbayá, atendendo ao que fora tratado com os espanhóis, diminuíram sensivelmente o número de incursões e respeitaram a nova fronteira colonial delimitada no rio

nossas Fronteiras, pondoas livres de insultos”. PROJECTO OU PLANO ajustado por ordem de S. M. F. entre o Gov.^{or} Cap.^m Gen.^{al} de S. Paulo D. Luis An.^{to} de Souza & o Brigadeiro Jozé Custodio de Sá e Far.^a. De todos os Serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros q se devem sustentar nesta p.^{te} Meridional da América Portuguesa. Anno de 1772. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. IEB/USP. Códice: Yan, 35. f. 10a-22a.

⁶¹ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. 1972. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. p. 95 et seq. Quando chegou ao Mato Grosso, em 1772, para assumir o cargo de capitão-general, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres viera munido de instruções para desenvolver o comércio com os castelhanos: “animar o dito comercio por todos os meyoos que lhe forem possíveis, de tal sorte porém e com tal disfarce que não pareça que V. Senhoria o promove”. INSTRUÇÕES que levou Luis de Albuquerque Pereira e Cáceres [1772] apud VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 59-60. Esta autora analisa de que forma chegou a tal ponto o contrabando que a Coroa portuguesa, já contabilizando a prata desviada de Potosí e que pagava os artigos manufaturados vindos da Inglaterra, resolveu tornar o intercâmbio em verdadeira política de fronteira. *Ibidem*, p. 55-67, *passim*.

⁶² SUSNIK, *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII...* op. cit., p. 61-62.

Manduvirá (permanecendo ao norte os Mbayá e ao sul os *criollos*). Segundo Susnik, tal postura foi decisiva para a reconquista do norte do Paraguai por parte dos espanhóis.⁶³

Não demorou a que os espanhóis também investissem na construção de fortes militares como forma de controle das fronteiras contra a mobilidade dos naturais da terra e a cobiça dos rivais ibéricos. Em 1773, incrustaram num dos importantes centros de operações dos Mbayá, o rio Ypané, o estabelecimento de Villa Real de la Concepción. Além disso, estabeleceram em 1784 uma comandância militar em San Pedro de Ycuamandiyú e, em 1792, fundaram o forte de Borbón.

Na carta do comandante de Concepción, Pedro Joseph Molas, ao governador do Paraguai Joaquín Alós (1787-1796), de 8 de julho de 1788, são referidos vários objetivos estratégicos que moviam os espanhóis a procurarem a amizade dos Mbayá e consolidarem a reconquista do norte da província: (a) ampliar os núcleos ervateiros e os caminhos de escoamento, bem como a tributação da Fazenda Real; (b) fundar uma povoação na confluência do rio Aquidabán com o Paraguai, que com pronta comunicação fluvial, excelentes terrenos e disposição de uns duzentos povoadores facilmente deixaria “esta Nación [Mbayá] estrechada, y atajado su Orgullo”; (c) evitar que os Mbayá se associassem com outros grupos chaquenos ou mesmo com os portugueses; (d) e, finalmente, retomar o projeto de estabelecer rota segura entre os estabelecimentos paraguaios e Santa Cruz de la Sierra, via Chiquitos, caminho que os Mbayá conheciam bem e onde poderiam servir de guias.⁶⁴

Ao passo que os portugueses pretendiam incrementar suas monções de comércio, passando manufaturas pelo Mato Grosso ao Peru a troco de prata, os castelhanos do Paraguai, simultaneamente, planejavam o estabelecimento de uma rota de comércio ligando Chiquitos, Assunção e Buenos Aires.⁶⁵ A instalação dos fortes militares pelo Alto Paraguai acirrou as rivalidades entre as duas Coroas, colocando definitivamente na pauta dos grupos étnicos locais a dicotomia de forças.

Diante desse quadro pouco animador, quais as estratégias de alianças adotadas pelos Mbayá a fim de assegurar sua territorialidade, autonomia e condições socioculturais? De que

⁶³ Ibidem. Em 1763, por exemplo, atendendo aos seus aliados espanhóis, o cacique Mbayá Lorenzo-Epilig tomou o cuidado de dirigir pessoalmente uma ronda pela fronteira mato-grossense, a fim de observar se os portugueses planejavam alguma invasão. ACTA/CAB, 14/03/1763, Carp. 25: 135-39.

⁶⁴ CARTA de Pedro Joseph Molas, de Concepción, al Gobernador Joaquín Alos, en Julio 8 de 1788, Copia, In: CS, Carp. 67, f. 5-7.

⁶⁵ Os muitos projetos dos espanhóis são analisados com acuidade por Bastos, chamando a atenção um que previa a importação de escravos negros e a produção de gêneros tropicais em Chiquitos e Moxos. Dentre os itens que deveriam receber incremento, foram recomendados por Miguel Lastarria “o mais saboroso cacau, a melhor quina, como também anil, algodão, cana de açúcar, tabaco e cera”. Os entraves eram os fortes portugueses de Nova Coimbra e Albuquerque. Apud BASTOS, op. cit., p. 195.

modo articularam sua rede de acordos e intercâmbios frente a uma gama tão diversa de atores sociais – como militares espanhóis e portugueses, grupos étnicos rivais, *criollos estancieros*, moradores portugueses, peões das rotas da erva, contrabandistas, soldados, curas das reduções, entre tantos outros – que competiam intensamente pelo acesso à “tierra Mbayânica”?⁶⁶

Obviamente que tais questões merecem uma análise exaustiva, que não tenho nem a pretensão nem as condições de fazer aqui. Nesta última parte do texto quero, contudo, lançar apenas alguns apontamentos provisórios a partir de alguma documentação com um escopo um tanto quanto negativo. Isso porque alguns indícios tornam discutível, e mesmo passível de refutação, certa tese difundida por Chiara Vangelista segundo a qual: “Durante el último decenio del siglo dieciocho se abre de hecho un período en el cual las naciones indígenas de frontera comenzaron un proceso de identificación del territorio étnico con el territorio de las dos coronas”.⁶⁷ Embora, neste trabalho, a autora se restrinja à trajetória dos Payaguá, ela generaliza sua tese de que os índios passaram a identificar o território étnico com o território colonial, também para os Mbayá. Há, portanto, uma redução da complexidade do processo: os Payaguá teriam tomado o partido dos espanhóis, e os Mbayá, o dos portugueses. Estudando as alianças dos Mbayá é possível perceber outras variáveis que mostram uma realidade muito mais complexa.⁶⁸

Em que pese os esforços das duas Coroas para que os Mbayá fossem confinados às fronteiras coloniais, eles permaneciam com suas alianças estratégicas a fim de manterem o controle ou obterem vantagens em seus territórios. Duas situações evidenciam tais estratégias

⁶⁶ Como já salientado, João Pacheco de Oliveira utiliza o termo territorialização enfatizando uma situação que tem a ver com o confinamento do grupo étnico: a “intervenção da esfera política que associa — de forma prescritiva e inofismável — um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados”. OLIVEIRA, Uma etnologia dos ‘índios misturados’?... op. cit., p. 56. A posição que sustento a partir da análise de caso do presente tópico é a de que, embora as imposições territoriais limitem a ação do grupo, elas não implicam na pronta neutralização da noção que este possui de sua territorialidade. A definição de territorialidade que adoto aqui é a proposta por Robert David Sack, para quem se trata de estratégias que um grupo manifesta ao estabelecer o acesso às coisas e pessoas em certa área, e em reivindicá-la como “nossa terra” (em oposição a outros grupos que não a partilham ou que competem pela sua posse). SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. New York: Cambridge University Press, 1986. p. 19, 21-22. Assim, procuro não reduzir a territorialidade reivindicada pelo grupo àquela imposta pelo sistema colonial.

⁶⁷ VANGELISTA, Chiara. Los Payaguá entre Asunción y Cuiabá: formación y decadencia de una frontera indígena (1719-1790). In: JORDÁN, Pilar García; IZARD, Miquel. *Conquista y resistencia en la historia de América*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1992. p. 162.

⁶⁸ Recentemente, outra autora levou às últimas conseqüências a tese de Chiara Vangelista, afirmando, depois de citá-la, que a instalação dos fortes fronteiriços “foi um golpe fatal sobre a resistência indígena. [...] A partir daí, as nações indígenas passaram a ser progressivamente incorporadas à sociedade ‘civilizada’”. KOK, op. cit., p. 152.

dos Mbayá: os tributos que impunham aos colonos e as gratificações solicitadas às autoridades castelhanas. Em 1788, a vila de Concepción contava com cerca de 250 habitantes, os quais viviam em constante estado de alerta, em razão dos ataques freqüentes dos chaquenhos e dos Mbayá. Seu comandante, Pedro Joseph Molas, em carta ao governador do Paraguai, refere que os Mbayá, por se considerarem senhores daqueles territórios e “mais nobres que as demais nações”, impunham aos moradores *criollos* uma tributação periódica:

Esta dicha Nación, señoreándose por estos países, mantienen su orgullo, por reconocer débiles nuestras fuerzas de pocos pobladores, y el numero de ellos crecidísimo, con tal audacia que en siendo modo se hace que se les tributen, con dádivas de los frutos del chacareo de estas gentes, y cuando se les niega, muestran enojo y prorrumpen en amenazas, y [...] a la retirada hacen sus tales cuales robos tanto en chacras, como en las animaladas de estos vecinos.⁶⁹

Firmada em 1759, a aliança entre os Mbayá e os espanhóis, embora tenha permitido uma expansão dos *criollos* ao norte, implicava, segundo a perspectiva dos Mbayá, em inevitável reciprocidade por parte dos espanhóis. Ou seja, o preço da aliança, sempre manipulada pelos índios, eram as chamadas *gratificações*. Os chefes Mbayá exigiam gratificações o tempo todo, promovendo hostilidades quando não as recebiam. Pela mesma carta de Molas, de 1788, fica-se sabendo que o comandante de Concepción solicitava ao governador que fornecesse os bens para as gratificações, pois elas saíam às próprias custas dos moradores. Os caciques apareciam repetidas vezes, “diciendo comandante danos baca, tabaco, sal, y cuanto se les antoja, [...] piden cuentas, espejos, cascabeles, cuchillos, y quanta agujería hay para las mujeres, e hijos, que en esto son muy importunos, y que me es preciso revestirme de paciencia”.⁷⁰

Por outro lado, os Mbayá que ocupavam a região do forte português de Nova Coimbra passaram a freqüentá-lo continuamente, praticando inclusive trocas comerciais com os moradores. Em 1778, chegou a Nova Coimbra uma comitiva dos Mbayá procurando o comandante a fim de realizar trocas e firmar a paz. Em certo momento, quando os soldados portugueses estavam misturados entre os Mbayá, fazendo negócios e “descansando no regaço das mulheres”, soou um assobio como sinal e principiou a matança dos 54 soldados que ali estavam desarmados. A seguir, retiraram-se os Mbayá sem sofrer o menor dano.⁷¹ Na carta de

⁶⁹ CARTA de Pedro Joseph Molas, de Concepción, al Gobernador Joaquín Alos, en Julio 8 de 1788, Copia, In: CS, Carp. 67, f. 4.

⁷⁰ Ibidem, f. 4-5.

⁷¹ PRADO, op. cit., p. 37-39.

Molas, é referido que os Mbayá que promoveram a chacina em Coimbra trocaram, ainda no mesmo ano, alguns despojos com os moradores de Concepción, sendo algumas armas, roupas de uso, entre outros.⁷²

Os Mbayá aproximaram-se do forte de Nova Coimbra, procurando manter ali uma relação de troca vantajosa e deixando bem claro, como o fizeram no episódio de 1778, que estavam insatisfeitos com a instalação do presídio e com a falta de mobilidade decorrente. Diminuída a seguridade bélica que possuíam, procuraram aliar-se ora aos espanhóis, ora aos portugueses, sem abrir mão da autonomia de realizar a pilhagem-troca com e contra ambos. Os Mbayá tentavam explorar a vizinhança dos fortes coloniais seguindo estratégias de incursões violentas e trocas pacíficas, exigências de tributos e gratificações, procurando obter vantagens da rivalidade entre as duas Coroas.

Em 1791, depois de um demorado processo de negociação e do estabelecimento de contínuas trocas entre os Mbayá e os moradores de Nova Coimbra,⁷³ os chefes dos subgrupos Guetiadegodi e Eyibegodegui vislumbraram a possibilidade de maiores vantagens estando aliados aos portugueses.⁷⁴ Estes não pouparam esforços no sentido de corresponder às exigências culturais dos caciques Mbayá, a exemplo do seu indisfarçável gosto pela figura de “capitão”. Talvez por essa razão uma das principais ações das autoridades coloniais portuguesas foi precisamente a condecoração dos caciques Emavidi Xané e Queima com os títulos e petrechos de “capitães”. A teatralização política da assinatura do Termo de Paz denota a preocupação dos portugueses em mostrar aos chefes Mbayá o que eles queriam ver em termos de poder simbólico.

[...] foram a Matto Grosso o capitão Emavidi Xané, que agora se chama *Paulo Joaquim José Ferreira*, e o capitão *Queima*, que agora é conhecido pelo nome de *João Queima de Albuquerque*, que é dos principaes dos Guaycurús por sua mãe, e dos Payagoás por seu pai, e respeitado pelos muitos soldados e captivos que tem. Levaram estes á capital, em sua companhia, dezeseite dos seus subditos, e foram todos allí tratados com muita grandeza pelo Exm. general, o qual mandou vestir a todos, e aos capitães fardar com farda, vestia, calção e chapéo fino agalado de prata; e tambem lhes mandou dar fivelas e bastão, e muitas outras cousas de valor.⁷⁵

⁷² CARTA de Pedro Joseph Molas... op. cit., f. 7.

⁷³ Estando Rodrigues do Prado no referido forte, pôde presenciar que as trocas tiveram um incremento durante o ano de 1789: “venderam os Guaycurús alguns cavallos, carneiros, perús, e outras cousas insignificantes, por baetas, machados, facas, bacias, fumo, pratos de estanho e facões (este genero último foi prohibido pelo Sr. general o vender-se); e o cadete commandante lhes mandou dar varias cousas do armazém”. PRADO, op. cit., p. 40.

⁷⁴ AGUIRRE, op. cit., v. 19, p. 25.

⁷⁵ PRADO, op. cit., p. 40-41.

Pouco antes da assinatura do Termo de Paz, em Vila Bela, os Mbayá receberam, nas imediações de Coimbra, a visita da “viagem filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira. Os retratos do casal de chefes Mbayá e do grupo atravessando o rio com seus cavalos, produzidos no momento daquele encontro, antes de serem mero “exotismo” de viajantes, tratavam-se, como sustenta Maria de Fátima Costa, de um ato político da Coroa portuguesa (vide Figuras 29, 30 e 7). O próprio Rodrigues Ferreira esteve presente no dia da assinatura do Termo, chegando a colocar também seu nome naquele papel, como testemunha.⁷⁶

⁷⁶ COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, ciências, saúde – Manguinhos*. v. 8 (suplemento), 2001. p. 1011.



FIGURA 29: Cacique Mbayá.

Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (1783-1792): Iconografia: v. 1: Geografia/Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

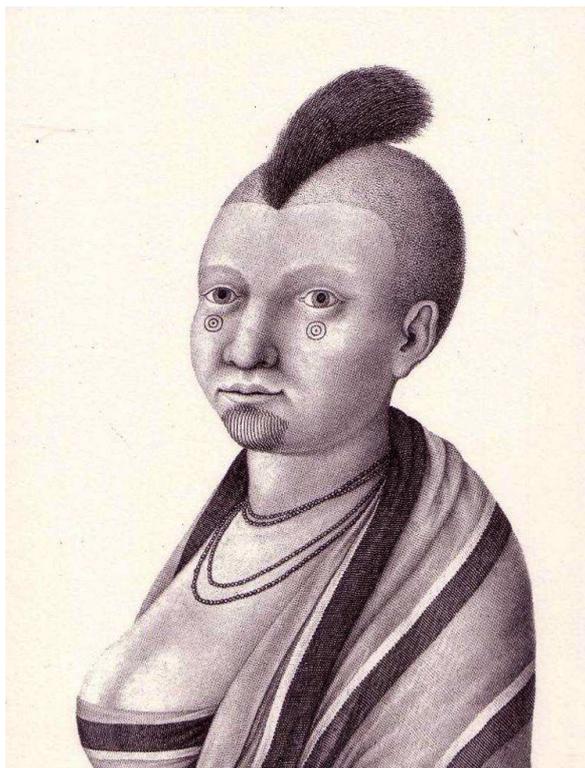


FIGURA 30: Esposa do cacique Mbayá.

Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (1783-1792): Iconografia: v. 1: Geografia/Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

Aos portugueses afigurou-se muito vantajosa a aliança com os Mbayá, pois puderam assim tranquilizar a rota das monções.⁷⁷ E não apenas o rio Paraguai a montante podia ser navegado sem tantos perigos pelos comboios vindos de São Paulo – situação, aliás, também favorecida pela migração dos Payaguá para Assunção, em 1790 –, como também o mesmo rio a jusante passava a contar com espias Mbayá, prontos para avisar sobre qualquer barco espanhol. Embora não se possa precisar até que ponto os Mbayá eram constantes nesse préstimo, o certo é que, pouco antes da confirmação da aliança em Mato Grosso, os índios avisaram com vantagem sobre a subida da expedição de Ignacio de Pasos ao forte de Coimbra. O espanhol, que fora encarregado pelo vice-rei de Buenos Aires de reconhecer o curso do rio Paraguai e verificar os novos empreendimentos portugueses, espantou-se quando, ao chegar a Coimbra, teve do comandante do presídio a notícia de que, graças aos avisos que receberam dos Mbayá, puderam os portugueses se aprontar para recepcionar os espanhóis com ostensiva disposição militar, fazendo-os retroceder: “Absortos nos quedamos al oír tal cosa, pues hubo quien se anticipase a dar la noticia a estos, aun cuando apenas se preparaban las cosas para nuestro viaje”.⁷⁸

Tornou-se possível ainda, com a aliança ajustada com os Mbayá, estabelecer uma interessante via de contrabando de gado tão necessário para os empreendimentos portugueses do extremo oeste. Sob a direção do cacique Camba, os Mbayá prosseguiram suas atividades incursionistas, tomando cavalos, mulas e gado às estâncias castelhanas e levando-os à Coimbra para trocá-los com os portugueses. Tal situação foi confirmada, entre outros, por Francisco Aquero, que esteve no referido forte em 1796 para entregar a correspondência do governador Lázaro de Ribera (1796-1805), e que depois relatou tudo ao mesmo governador.⁷⁹

Pelo mês de junho de 1797, os castelhanos empreenderam uma expedição punitiva contra os Mbayá, comandada por José Espinola. Perseguiram os índios até dois assentamentos que possuíam nas imediações de Coimbra, que encontraram recentemente desabitados; duas mulheres foram capturadas e seis homens mortos. Nessa oportunidade, os castelhanos tomaram 400 cavalos e mais algumas vacas dos Mbayá, notícia que agradou o governador Ribera. Pelo relato de Espinola fica-se sabendo, também, de outra disposição fundamental que

⁷⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 311-12.

⁷⁸ PASOS, Ignacio de. *Diario de una navegación y reconocimiento del río Paraguay desde la ciudad de la Asunción hasta los presidios portugueses de Coimbra y Albuquerque [1790]*. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *CODA*, t. 6. p. 151.

⁷⁹ CORRESPONDENCIA y varias disposiciones relativas a los indios de la Provincia [1796]. SH, v. 164, n. 4, f. 37a, 40a.

movia os *criollos* nessas expedições contra os Mbayá: a possibilidade de se apoderar dos excelentes terrenos que os índios possuíam.⁸⁰

No final do século XVIII, ficava definitivamente clara para os Mbayá a imposição de uma territorialização intolerável por parte dos dois agentes colonizadores. A aproximação tendencial dos subgrupos setentrionais em relação aos portugueses parecia uma alternativa plausível diante da ofensiva espanhola sobre seus nichos ecológicos tradicionais nas margens do rio Apa, onde permaneciam resistindo os Apacachodegodegi. Lázaro de Ribera chegou a planejar, em 1796, o recrutamento de 300 *criollos* para “los útiles establecim.^{tos} de nuevas poblaciones, y Presídio”.⁸¹ O avanço dos provinciais sobre essas terras, de onde retiravam os Mbayá tradicionalmente seus *Namogolidi*, foi visto pelo grupo como inaceitável.

O avanço dos estancieiros pelo rio Aquidabán foi marcado por extrema violência, de modo que em 1796, 75 índios Mbayá foram mortos a sangue-frio pelas milícias de Concepción. A chacina chocou até mesmo o governador Lázaro de Ribera, que submeteu em seguida os militares da vila a um inquérito.⁸² Deve-se ao depoimento de certo José Velásquez a indicação de algumas motivações elementares que moveram os *criollos* à ofensiva contra os Mbayá. O incremento das *haciendas* no norte do Paraguai foi acompanhado por constantes tentativas de minar a vassalagem dos Guaná aos Mbayá, e fazer com que aqueles servissem aos *criollos*. O estancieiro Miguel Ibañez, que gozava de alta patente militar em Concepción, chegou a contar, em suas propriedades, com o trabalho de cerca de 800 Guaná-Chavaraná. O depoente José Velásquez relata que o cacique Mbayá Santiago Niquenigue procurou o comandante Ibañez, na véspera da chacina de 15 de maio de 1796, para reclamar seus direitos sobre os Guaná-Chavaraná.⁸³

De fato, o cacique Mbayá queria de volta todos os servos, mas poderia deixar uns 10 com o castelhano, contanto que se comprometesse em vesti-los à espanhola, para diferenciá-los dos demais. Para Velásquez, a ofensiva liderada por Ibañez objetivava afirmar militarmente que os *criollos* não estavam dispostos a abrir mão dos trabalhadores Guaná.⁸⁴ Pelo mesmo depoimento, fica-se sabendo que a intenção dos espanhóis era a de demonstrar seu poderio militar, intimidando os Mbayá. Sob comando de Ibañez, os soldados foram à noite ao assentamento dos Mbayá e começaram a atirar à queima-roupa, de modo que

⁸⁰ CORRESPONDENCIA y varias disposiciones relativas a los indios de la Provincia [1796]. SH, v. 164, n. 4, f. 69a, 69b, 74a, 70a.

⁸¹ ACTA/CAB, 3/11/1796, Carp. 32, p. 127-28.

⁸² MARIANO FERREYRA: su declaración sobre actuación de los indios Mbayás [1796]. SH, v. 163, n. 22.

⁸³ Ibidem, f. 7a.

⁸⁴ Ibidem.

certamente morreram muito mais que 75 pessoas.⁸⁵ Após a chacina, Ibañez teria enviado um ultimato a outro assentamento Mbayá, que o recebeu com pronta resistência: “mandó D.ⁿ José Miguel Ybañez un indio a las otras Tolderias a avisar por medio de Josef Domador p.^a que los Yndios se estuviesen quietos y viniesen a rendir obediencia con cuya novedad los Yndios sobresaltados solo trataron de hacer fuga y practicar los robos”.⁸⁶

Está no cerne desses conflitos a aliança simbiótica que unia os Mbayá e os Guaná desde antes da invasão européia. No contexto do avanço dos *criollos* sobre a “tierra Mbayânica”, dispor do trabalho regular dos cultivadores Guaná era uma reivindicação dos espanhóis, que também se beneficiariam, certamente, com o enfraquecimento dos Mbayá, desprovidos dos seus aliados. A aliança simbiótica, da qual já tratei no capítulo 1.2, contava, vale lembrar, com a vigência de um *status* dominante (*Oquilidi*: o “senhor” Mbayá) e um dominado (*Niyolola*: o “gentio dependente”, como os Mbayá chamavam os Guaná), tendo os Guaná que oferecer seus cultivos, mão-de-obra e mantas aos Mbayá, ao passo que estes proporcionariam, em contrapartida, a proteção militar e o acesso a itens do mercado assuncenho. Tal simbiose era vital para os Mbayá, porquanto permitia a mobilidade simultaneamente à disponibilidade de cultivos e itens culturais manufaturados, como os “panões”, para as trocas nos mercados provinciais.⁸⁷

Os portugueses também investiram em estratégias de desestabilização do poderio dos Mbayá, atacando, como de costume, sua política de alianças. Destarte, procuravam beneficiar os Guaná de todas as formas, de modo que se desligassem da vassalagem que possuíam com os Mbayá, enfraquecendo a estes e a si mesmos. Em 1793, pouco depois da aliança com os Mbayá, vieram uns 300 Guaná ao presídio de Nova Coimbra pedir a proteção dos portugueses contra seus *Oquilidi*. A estratégia política dos portugueses manifestou-se no apoio dado à “independência” dos Guaná.⁸⁸ Luiz D’Alincourt, num de seus relatórios sobre os índios do Mato Grosso, escrito já em 1828, lembrou semelhante estratégia dos portugueses, consistindo, além da separação bem definida dos grupos, em “firmar melhor, e mesmo aumentar a

⁸⁵ Ibidem, f. 8a.

⁸⁶ Ibidem, f. 8b.

⁸⁷ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 34-35.

⁸⁸ Entre os Guaná que vieram a Coimbra em 1793, estava um sobrinho de um dos caciques mais influentes, o que foi aproveitado pelos portugueses: “Este sobrinho do capitão Guassú foi mandado com mais cinco á capital de Matto Grosso, onde o general o mandou fardar á sua custa com farda encarnada e agalada de ouro, e dar-lhe sapatos, fivelas de prata, botas, camisas de punhos, bastão, e outras cousas de valor, sustentando-o em seu palácio todo o tempo que se demorou em Villa-Bella. Depois disto continuou a vir a Coimbra independente dos Guaycurús”. PRADO, op. cit., p. 30.

autoridade dos Capitães, e Officiais sobre os seus subditos”, e para tanto lhes “passará Patentes, e os mandará fardar á custa da Fazenda Publica”.⁸⁹

Ainda que os Guaná acessassem os “presentes” dos Mbayá, de acordo com os códigos paternalistas que fundamentavam a aliança simbiótica, algumas práticas distintivas reificavam a hierarquia social vigente. Por exemplo, no final do século XVIII, o comandante do forte de Coimbra, Ricardo Franco de Almeida Serra, verificou que os capitães Mbayá que convidara para uma refeição recusaram-se a se sentar à mesa porque ali já tinham tomado assento alguns Guaná, e eles “não comiam com os seus captiveiros”.⁹⁰ Em 1799, porém, vendo os Mbayá que os Guaná iam constantemente ao estabelecimento português de Vila Maria a fim de tratar com o capitão Ayres Pinto a mudança do grupo étnico para aquelas paragens, começaram a modificar os Mbayá o modo e o estilo com que tratavam seus servos, “chamando os guanás de amigos e parentes, convidando-os para as suas festas, e mesmo para a minha mesa, temendo esta mudança”.⁹¹

A política indigenista espanhola do final do século XVIII estabelecia a meta de retirar todos os cavalos dos Mbayá para privá-los definitivamente da sua mobilidade, o que facilitaria o incremento das estâncias de colonos pelos vales dos rios Apa e Aquidabán. Em bando de 28 de janeiro de 1797, o governador Lázaro de Ribera ordenou que, diante das incursões praticadas pelos Mbayá sobre os estabelecimentos castelhanos de Vila Real, Borbón, Ycuamandiyú, San Carlos e Guarepoty, fossem preparadas tropas para “poner en respecto aquella frontera, y buscar a los Bárbaros a efecto de recobrar el crecido numero de caballos que se han robado, que es el mayor daño que ha vivido aquella Pobl.^{on}”.⁹² Ribera considerava conveniente a fixação dos Mbayá em aldeamento controlado e dependente de recursos europeus, de onde não poderiam mais hostilizar os estabelecimentos fronteiriços. Para reduzi-los em tal aldeamento, seria preciso, primeiro que tudo, tomar-lhes todos os cavalos: “porque sin este recurso, que para ellos es lo principal, se verán obligados a seguir un partido justo y pacifico, separándose de la vida [...] brutal que en el día tienen”.⁹³ De acordo com Susnik, tal política indigenista “desposeería a los Mbayáes no solamente de sus caballos

⁸⁹ ALINCOURT, Luiz D'. Resultado dos trabalhos e indagações statisticas da província de Matto-Grosso (Conclusão) [1828]. *ABN*, v. 8, p. 109, 107.

⁹⁰ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes [1803]. In: VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: EdUFMS, 1999. p. 132.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² CORRESPONDENCIA y varias disposiciones relativas a los indios de la Provincia [1796]. *SH*, v. 164, n. 4, f. 26b.

⁹³ *Ibidem*, f. 28a.

sino de su propia subsistencia, un medio de la des-ecuestación de la sociedad mbayá; un verdadero ‘fin del mundo’ para los Mbayáes”.⁹⁴

Diante do acirramento das contradições do sistema colonial, os Mbayá procuraram resistir à perda dos cavalos, dos territórios que conquistaram no século anterior, do numerário demográfico e do apoio dos servos Guaná. Tais estratégias foram articuladas de modo diverso pelos subgrupos. Em 1798, os Apacachodegodegi e os Guaná-Chavaraná assinaram um tratado de paz com os espanhóis, a despeito dos subgrupos Guetiadegodi e os Eyibegodegui terem assinado o tratado de 1791 com os portugueses. As articulações políticas dos subgrupos permaneciam estratégicas e manipuláveis, embora sofrendo pressões cada vez mais fortes do sistema colonial.

Pelo termo de 1798, os Apacachodegodegi e os Guaná-Chavaraná solicitavam terreno no vale do rio Aquidabán e o pronto suprimento de recursos e gado. Solicitavam ainda um clérigo para instruir-lhes na língua castelhana e que jovens do estrato social dos chefes fossem enviados a Assunção para receberem toda a instrução escolar. Do ponto de vista dos espanhóis, era claro o interesse em confinar os Mbayá em território controlado, embora o termo não faça referência aos cavalos. Além disso, os Mbayá e Guaná se comprometeriam a prestar auxílio militar aos espanhóis, bem como exercer a função de espias, avisando previamente sobre qualquer tentativa de invasão do território espanhol pelos portugueses.⁹⁵

As contradições, contudo, permaneciam, e se manifestaram durante a guerra entre Espanha e Portugal, que também teve seu palco, no início do século XIX, no vale do rio Paraguai. Em 1801, alguns Mbayá, ao observarem certa movimentação militar no forte Borbón, vieram a Coimbra falar ao comandante Ricardo Franco de Almeida Serra, contando-lhe que os espanhóis preparavam um ataque, a ser presidido pelo próprio governador Lázaro de Ribera:

[...] com estas noticias empregou-se o dito tenente-coronel em contentar aquellos indios por todas as fórmás, comprando-lhes igualmente seus cavalos por baêtas, facões, machados e outros gêneros que elles estimam muito, afim de os não venderem aos hespanhóes, que solicitavam esta compra com dois fins, um para que elles sem

⁹⁴ SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay...* op. cit., p. 92.

⁹⁵ ÍNDIOS – Paraguai. Artículos de paz que se ha celebrado con los caziques Mbayá y Guaná hoy treinta y uno de Enero de mil setecientos noventa y ocho. S. I., 1º de janeiro de 1798. CRB, n. 58, f. 1b-4a.

tantas cavalgaduras lhes não fossem fazer incursões em suas terras, e outro para privarem-nos d'este indispensável auxilio.⁹⁶

Depreende-se dessa passagem que espanhóis e portugueses competiam pelo apoio político e militar dos Mbayá, oferecendo as mais variadas vantagens, que eram exploradas habilmente pelos índios. Tanto que os Mbayá que foram falar a Serra já traziam consigo os cavalos para realizar a troca vantajosa, situação que, como informa o mesmo documento, ocorria também do lado espanhol. Simultaneamente, contudo, ao adquirirem os cavalos dos Mbayá, tanto portugueses como espanhóis pretendiam enfraquecer-lhes o poderio.

Nesse contexto, seria uma generalização reducionista dizer que os Mbayá, *como um todo*, identificaram-se com um ou outro território colonial, que eles “tomaram um partido”. Na fronteira, as relações são maleáveis e cambiantes. Na década de 1790, os Cadigegodi (ou Kadiwéu) prestavam valioso auxílio aos espanhóis do forte Borbón, embora promovessem incursões contra a vila de Concepción. Em 1797, foram procurados por caciques dos Guetiadegodi e Eyibegodegui, “muy bien vestidos á lo militar”, que tentaram convencê-los dos benefícios da aliança com os portugueses. A proposta foi rechaçada e os Kadiwéu relataram o caso aos militares de Borbón.⁹⁷

O que se pode dizer com certa segurança é que, no final do século XVIII e início do XIX, houve uma *aproximação tendencial* de certos subgrupos Mbayá em relação aos portugueses. A política indigenista dos espanhóis, procurando tomar abertamente os cavalos e praticando chacinas como a de 1796, condicionou, em parte, esse processo.

Assim, em janeiro de 1802, os Mbayá que estavam aliados aos portugueses marcharam sobre o forte espanhol de São José do rio Apa. Registrou o militar Candido Xavier de Almeida e Souza que a tropa consistia em 55 portugueses somados a quase 300 índios, os quais “acometeram tumultuariamente debaixo das sombras da noite com grande vozeria, da qual atemorizados os Espanhóis, desampararam a estacada”.⁹⁸ Outro depoimento afirma, contudo, que a atuação dos Mbayá teria sido um tanto quanto relutante no momento do ataque, e que eles teriam participado mais efetivamente dos saques:

[...] o nosso commandante mandou dar o saque ás demais casas e fortes, tanto a soldados, como a trezentos índios *Guaycurús*, que tendo sido nossos aliados, por medrosos não quiseram entrar na acção e

⁹⁶ SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico cronológico das notícias de Cuiabá, repartição da capitania de Mato-Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817 [...]. *RIHGB*, v. 13, p. 43.

⁹⁷ CORRESPONDENCIAS del Pueblo de Borbon [1793]. SH, v. 362, n. 1, f. 96a-98a.

⁹⁸ ALMEIDA E SOUZA, op. cit., p. 78-79.

sómente depois dos nossos a terem concluído é que se queriam arrojarem bruta e furiosamente sobre os vencidos, o que a muito custo do commandante lhes foi obstado; consentido sómente que entrassem no saque, que constou para elles de alguns arcabuzes, espadas, roupas e cem animais cavallares, e perto de trezentas cabeças de gado vaccum, reservando-se para S.A.R. duas peças de artilharia, uma de calibre tres, outras de um, e quarenta arcabuzes, e que tudo na retirada se recolheu para o nosso forte.⁹⁹

As alianças envolvem modos diversos de ver o ato de guerrear. Pouco tempo depois, conversando sobre esse episódio com os chefes Mbayá, Serra anotou que, da perspectiva militar que eles possuíam, fazer a guerra aberta como a fazem os portugueses e espanhóis era uma idiotice:

Sem que tanta cobardia e atrocidade os envergonhem, antes d'ella fazem garbo; tratando de estolticie ao modo de fazer a guerra dos portuguezes e hespanhóes, dando e recebendo golpes, a ainda a mesma morte de frente a frente para conseguirem a tanto custo a vantagem: e que isto só os néscios fazem, quando a guerra e modos d'elles *Uaicurús* é o mais seguro e prudente, porque fazem estragos sem receberem damnos, espreitando uma e muitas vezes occasião opportuna em que sem risco algum consigam seus fins.¹⁰⁰

A aproximação tendencial dos Mbayá em relação aos portugueses, numa aliança não tão passível de manipulação quanto queriam os chefes desse grupo étnico, não freou a sua busca pela preservação da sua pauta cultural específica. Assim, enquanto permaneciam nas vizinhanças do estabelecimento de Albuquerque, os Mbayá faziam questão de levar a sua vida cotidiana de acordo com sua pauta cultural, fato que escandalizou o viajante Almeida e Souza.

[...] ficámos soffrendo huma vera effige do Reino de Satanás, segundo as opiniões dos Santos Padres, em mais de 200 Indios Guaycurús entre Homens e Mulheres em círculo do nosso Acantonamento em continuada vozeria de dia e de noite, cometendo com toda a liberdade as impudicias proprias de sua natural dissolução, e aturdindo os houvidos dos Espectadores em martelar effetivamente com pedras na fabrica de quebrar os coucos Denominados Bocajúbas com cujas castanhas se alimentão, involtas no oleo dos Jacarés.¹⁰¹

⁹⁹ SIQUEIRA, op. cit., p. 50.

¹⁰⁰ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Continuação do parecer sobre os índios Uaicuru's, Guana's, etc. [...] [1803]. *RIHGB*, v. 13, p. 370.

¹⁰¹ ALMEIDA E SOUZA, op. cit., p. 84.

Também foi alvo da reprovação de Almeida e Souza o fato dos Mbayá estacionarem sua cavahada em circunferência ao redor das casas.¹⁰² Mas tanto a ostentação da posse de vultoso montante de cavalos, quanto o preparo do alimento à base de *Namogolidi*, eram alguns dos traços marcantes da pauta cultural Mbayá, a qual realçavam bem diante do forte militar do aliado adventício. A aliança com os fortes militares portugueses parece ter sido o caminho tomado pela nova política de *certos subgrupos* Mbayá para resistir à perda dos itens culturais que já faziam parte da sua identidade, e que obtiveram no curso da expansão do sistema colonial.

A despeito da territorialização imposta pelas duas Coroas, os Mbayá prosseguiram lutando pelo controle de suas terras e posses, bem como pela manutenção de sua pauta cultural específica. A aliança estabelecida com os portugueses, embora nem sempre muito favorável aos interesses dos Mbayá, foi vista por estes como um trunfo da sua habilidade política. Os Mbayá que, no início do século XIX, viviam em torno do forte de Coimbra, vinham sempre falar a Serra, “não se julgando inferiores aos mesmos hespanhoes e portugueses, gabando-se diariamente de que, apesar de sermos muito bravos, nos souberam amansar”.¹⁰³

Corria a segunda metade do século XVIII e a estratégia de portugueses e espanhóis para, ao mesmo tempo, tentar permitir o livre acesso aos territórios indígenas e defender as fronteiras coloniais da cobiça da Coroa rival, constituiu-se na militarização dessas fronteiras através da instalação de fortes. Plantados estrategicamente em pontos decisivos da geopolítica interétnica e do conflito entre as duas Coroas, os fortes, somados ao avanço dos estancieiros pelos territórios, procuravam pressionar os grupos étnicos locais para que fossem confinados aos limites arbitrários.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ SERRA, Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás... op. cit., p. 129. As guerras e alianças estratégicas prosseguiram durante o século XIX, envolvendo os Payaguá, Mbayá, Guaná, espanhóis, portugueses e muitos outros grupos étnicos. Não tenho a intenção de acompanhar esse processo aqui, mas cumpre, pelo menos, enfatizar que as contradições continuam se desdobrando. Uma das questões sobre as quais pairam dúvidas, e que merece estudo, diz respeito à trajetória dos subgrupos Mbayá no século XIX. É minimamente conhecida a atuação dos Kadiwéu na Guerra da Tríplice Aliança, na qual lutaram associados aos brasileiros (vide, por exemplo: COSTA, Maria de Fátima. Los Guaikurú y la Guerra de la Triple Alianza. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 6, 2006. Disponível em: < <http://nuevomundo.revues.org/>>. Acesso em: 2 out. 2006). Contudo, a trajetória dos subgrupos mais próximos do ambiente castelhano, como os Apacachodegodegi, não foi devidamente esclarecida. Susnik, a esse respeito, diz apenas que o Dr. Francia, em 1825, mandou queimar o nicho ecológico do rio Apa, em consonância com sua política indigenista etnocida. SUSNIK, *El indio colonial del Paraguay*... op. cit., p. 95.

Como procurei demonstrar, daí não se seguiu, ao menos não no século XVIII, uma identificação dos Mbayá com o território dos espanhóis ou dos portugueses, como sugeriu Chiara Vangelista. Ainda que o sistema colonial impusesse “tomar um partido”, não se seguiu daí uma suposta “aculturação territorial”.

Cabe reconhecer que, mesmo entre os Payaguá, contra quem foram implacáveis as imposições da militarização dos comboios de canoas e verdadeiramente danosos os fortes fronteiriços, limitando os movimentos pelos rios, houve alguma resistência à territorialização. Em Assunção, onde foram confinados, os Payaguá procuraram reorganizar suas atividades econômicas e realçar outros aspectos de sua identidade étnica, a fim de preservar a estabilidade grupal. A aliança com os espanhóis lhes permitiu voltar a acessar, já no início do século XIX, o Alto Paraguai, que haviam abandonado; a rota Assunção-Borbón, como se sabe, ficava a cargo de seus serviços de canoairos. Contudo, com o passar dos anos, e em especial com a Guerra da Tríplice Aliança, o grupo sofreu um atroz etnocídio.

Por sua vez, entre os Mbayá, a consciência da dicotomização colonial e das suas pressões não apagou, ao contrário, manteve-se subordinada à consciência de uma territorialidade autônoma. É porque tinham a consciência da sua situação histórica e da importância de seus territórios, cujos limites pouco tinham a ver com a dicotomização colonial, que os Mbayá podiam manipular suas alianças políticas, jogando o jogo das rivalidades e procurando obter vantagens ora dos portugueses, ora dos espanhóis, ora de outros grupos étnicos. Essa busca de autonomia, presente mesmo quando firmavam uma aliança política que aparentemente os limitava, mas que na prática era um meio para atuar segundo sua própria conduta, é um traço importante da política Mbayá no século XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A técnica narrativa adotada no presente estudo permitiu que os principais resultados analíticos fossem evidenciados em cada uma das partes que o compõe. Cabe reconhecer que, para tentar desvendar a trama das relações interculturais entre as populações envolvidas no movimento das monções, tive que defrontar-me com pistas, indícios, detalhes e pequenas narrativas. Destarte, estava mesmo no escopo dessa dissertação a tentativa de chegar a pequenas e provisórias conclusões. Retomo-as aqui, enfatizando mais uma vez sua contingência.

A viagem é um dos elementos centrais que unem as trajetórias específicas de viajantes, mareantes e fronteiriços. Ela desdobra-se, como situação privilegiada de relações interculturais, em contrapontos mais ou menos notáveis entre os itinerários seguidos pelos adventícios e as territorialidades particulares dos grupos étnicos locais, entre os conhecimentos apropriados para acessar o sertão e as contradições sociais de *status* vigentes, entre os conflitos e alianças políticas estabelecidas.

Nessa busca pelas situações de contato, a cultura revela-se não como uma lista de traços que brotam do isolamento dos grupos, mas como processo distribuição e não-compartilhamento de itens entre populações em contínua inter-relação social. A própria viagem deixa de ser, como querem alguns historiadores, apenas o momento de experimentação por que passa uma subjetividade em travessia (a do viajante) para ser entendida, de modo mais complexo, como uma relação social de deslocamento que costura as trajetórias sociais e as pautas culturais de povos diferenciados.

Procurei, assim, tentar dar voz a sujeitos históricos que viam de modo diferenciado o momento da viagem; sujeitos cujas práticas e representações, em muitos casos, foram silenciadas, abafadas ou esquecidas. Apesar disso, tentei resgatar essa polifonia, considerando-a também digna e legítima de ser narrada, para parafrasear Walter Benjamin. Na pluralidade de modos de fazer e modos de ver as viagens que recortavam os territórios interiores da América portuguesa no século XVIII, desenharam-se boa parte dos momentos cruciais para o processo colonizador, em seus sucessos e fracassos.

Tentei entender o modo como cada grupo social envolvido no movimento das monções orientava suas práticas e estratégias diante da situação de contato propiciada por essas viagens. Vali-me das noções de “viajantes”, “mareantes” e “fronteiriços” apenas como categorias explicativas ou “tipos-ideais” (cf. Weber), menos para tentar encontrá-los no mundo social do que para – através das possibilidades heurísticas que oferecem no

desvendamento de práticas e visões de mundo diferenciadas – explicar a situação mesma do contato. Assim, sob o risco da generalização, entendi: (a) os viajantes como agentes da colonização que se lançavam à jornada; (b) os trabalhadores mamelucos das canoas como híbridos ocupando, com seus interesses próprios, posição ambígua no processo; e (c) os grupos étnicos fronteiriços como senhores dos territórios pelos quais se embrenhavam os roteiros de viagem atuando no sentido de defenderem seus interesses.

Na primeira metade do século XVIII, percebe-se uma expansão das territorialidades dos grupos étnicos Kayapó e Mbayá pelos territórios da Vacaria. O descobrimento das minas de Cuiabá, em 1719, potencializou uma dimensão migratória de adventícios para aquelas novas paragens auríferas. As rotas de acesso, contudo, viam-se cada vez mais inviáveis devido à expansão dos Kayapó e dos Mbayá. A ponto de apenas a rota fluvial pelo rio Pardo, Coxim e Taquari sobrar como única alternativa para ir ter às minas, embora sofresse ainda contínuos assaltos dos dois grupos étnicos mencionados e, no rio Paraguai, dos Payaguá.

Os adventícios procuraram, assim, munir-se de uma oscilante política indigenista entre estratégias de guerras e alianças, a fim de neutralizar as ações dos indígenas. Do mesmo modo, procuraram rotas alternativas de acesso ao Cuiabá. No entanto, nem as guerras foram imediatamente eficazes, nem a política de alianças. Pois os grupos étnicos locais também possuíam suas estratégias de manipulação de alianças com espanhóis, portugueses e outros grupos étnicos. Este ponto tornou-se particularmente visível na análise da instável aliança entre os Mbayá e os Payaguá.

Quanto à busca por rotas alternativas de acesso às minas do extremo oeste, verificou-se o sucessivo fracasso das várias tentativas empreendidas, tanto porque os grupos étnicos dificultavam a livre mobilidade de adventícios por suas terras, quanto porque, com o passar das décadas, a própria memória prática dos paulistas a respeito de determinados itinerários esvaiu-se.

Também na primeira metade do século XVIII estava em curso o processo de hibridação próprio da cultura mameluca. O contínuo intercâmbio cultural das populações mestiças da capitania de São Paulo com os naturais da terra favoreceu a adoção de técnicas e conhecimentos adequados para acessar o sertão, sem os quais as viagens não se tornariam possíveis. Mas não se tratava apenas de preservação do legado cultural dos indígenas. A situação social vivida pelos mamelucos na São Paulo setecentista era bastante diversa do que fora a dos indígenas “de serviço” em período anterior. O emprego de mamelucos no mister da mareagem das canoas monçoeiras exigia a aplicação dos conhecimentos indígenas, mas numa situação de contato diferenciada. As técnicas de mareagem exigidas pelas canoas abarrotadas

de fazendas ou petrechos militares, ou mesmo o imperativo da caça devido à carestia dos víveres, demandavam significativas hibridações nos procedimentos indígenas, misturando-os a outros saberes e experiências.

Entrando a segunda metade do século XVIII, a estratégia de portugueses e espanhóis para, ao mesmo tempo, tentar permitir o livre acesso aos territórios indígenas e defender as fronteiras coloniais da cobiça da Coroa rival, constituiu-se na militarização dessas fronteiras através da instalação de fortes. A geopolítica interétnica, os projetos de rotas de comércio e os litígios de limites entre as duas Coroas impuseram tentativas estratégicas de se plantar os fortes militares. A militarização das fronteiras, somada ao avanço dos estancieiros pelos territórios indígenas, impuseram aos grupos étnicos a adoção de novas estratégias diante da territorialização forçada.

Aqui analisei com mais detalhe os efeitos dessa territorialização entre os Payaguá e os Mbayá. Ambos, submetidos a uma nova situação colonial, elaboraram e colocaram em prática estratégias diferenciadas de resistência, procurando explorar em benefício próprio o contexto de conflito entre as duas Metrópoles. Os Payaguá, ao perceberem o encerramento fluvial a que foram sujeitos no Alto Paraguai, em especial depois da instalação do forte português de Nova Coimbra (1775), resolvem estabelecer-se nos arredores de Assunção, onde procurariam reorganizar suas atividades e realce identitário. Os Mbayá, também conscientes da situação histórica de dicotomização colonial, procuraram manipular com habilidade suas alianças políticas, jogando o jogo das rivalidades e procurando obter vantagens ora dos portugueses, ora dos espanhóis, ora de outros grupos étnicos, a fim de manter a autonomia territorial que possuíam.

A militarização das fronteiras diminuiu sensivelmente os ataques às monções outrora realizados periodicamente pelos senhores dos territórios pelos quais elas passavam. A militarização da capitania de São Paulo foi resultado não apenas da política fronteiriça pombalina, mas também do incremento econômico vivido nos últimos anos do século XVIII, com o florescimento da produção de cana-de-açúcar. Em especial, a contar dos primeiros anos do mandato do Morgado de Mateus, o sistema de recrutamento militar introduzido entre os mamelucos provocou, neles que preservavam (com hibridações) boa parte do legado cultural indígena, um gradativo processo de desclassificação social. Entre os que eram empregados no mister de remar e guiar as canoas monçoeiras, essa estigmatização foi sentida de modo particularmente violento. Mas à desqualificação imputada pelas elites coloniais, e não raro também pelo viajante oficial militar ou naturalista ilustrado, os mareantes mamelucos opunham uma série de estratégias sutis no sentido de dignificar a cultura mameluca como

chave de acesso ao sertão, da qual eles, mareantes, seriam os guardiões. Aqui, procurei recuperar essas estratégias de busca de afirmação da dignidade cultural.

Sob o risco do esquematismo e levando em conta a contingência dessas constatações, pode-se tentar estabelecer um quadro geral das relações interculturais entre as populações envolvidas no movimento das monções. Pode-se dizer que entre os grupos étnicos fronteiriços e os mareantes mamelucos estabeleceram-se, muito antes de entrar o século sob análise no presente estudo, complexas relações de intercâmbio cultural. Observa-se, por um lado, a manutenção mais ou menos intacta do acervo de técnicas e conhecimentos indígenas e, por outro, processos significativos de hibridação cultural, pelos quais itens adventícios amalgamavam-se aos dos naturais da terra. Este contraponto talvez seja um dos elementos explicativos da disposição ambígua dos mamelucos diante da colonização, à qual tanto poderiam estar ao lado quanto em franca oposição.

Num segundo recorte, tomando as canoas, pode-se dizer que entre viajantes e mareantes estabeleciam-se complexas relações sociais: em especial, o contraponto entre o olhar estigmatizante do viajante e as estratégias de dignificação cultural movidas pelos mareantes. Contudo, por mais desqualificador que fosse o olhar do viajante, a maior parte deles reconhecia a excelência das técnicas e procedimentos de acesso ao sertão monopolizados pelos mamelucos, e, seja como for, eles eram a condição de qualquer viagem: como disse um anônimo: “por isso necessito sempre de um bom Piloto”.

A partir de um terceiro recorte, pode-se inferir que as relações interculturais estabelecidas entre viajantes, como agentes da colonização, e grupos étnicos fronteiriços, pautavam-se pelo contraponto entre os itinerários imprescindíveis para o acesso aos estabelecimentos colonizadores e as territorialidades específicas desses grupos étnicos. Constatam-se, destarte, as ações empreendidas pelos grupos étnicos locais no sentido de preservarem seus territórios e suas pautas culturais, ações que tanto se constituíam de incursões *botineras* quanto de complexas estratégias de alianças políticas.

Talvez a contradição mais importante que procurei entender, em seus desdobramentos fundamentais, no presente estudo, seja mesmo entre as rotas e as territorialidades. O processo de colonização do extremo oeste, em curso no século XVIII, em nada se parece com as noções de expansão linear de fronteiras (cf. a *frontier thesis* de Turner). Com efeito, *a conquista dependeu de alianças com grupos étnicos fronteiriços e da licenciosidade para com os mareantes mamelucos*. Tanto os fronteiriços como os mareantes foram, ainda que atores sociais dominados pelo processo, sujeitos históricos plenos cujas ações tornaram-se decisivas nas relações interculturais estabelecidas. Se as monções conseguiram perdurar por boa parte

do século XVIII, constituindo-se numa importante rota fluvial ligando o extremo oeste a São Paulo, isso se deveu, em parte, às relações de interdependência em que se inseriu: por um lado, a complexa trama de alianças imposta pelos grupos étnicos como os Mbayá e Payaguá; por outro, a licenciosidade para com as reivindicações dos trabalhadores mamelucos das canoas. As contradições que estavam no cerne dessas interdependências acirraram-se ao ponto de tornar inviáveis as monções, mas não os estabelecimentos portugueses de Mato Grosso.

No presente estudo, procurei direcionar o foco precisamente nessas relações interculturais, buscando resgatar as contradições envolvendo a pluralidade de vozes, a diversidade das práticas e a multiplicidade de visões de mundo de atores sociais com pautas culturais diferenciadas. Se este trabalho, com todas as suas várias e reconhecidas lacunas, teve algum mérito, espero que tenha sido o de resgatar, em meio a indícios e pistas deixados aqui e ali, as posições lúcidas, os projetos de luta, as estratégias de dignificação cultural e as visões de mundo diferenciadas, mas tão legítimas e importantes quanto as do colonizador, de sujeitos históricos de algum modo há muito silenciados.

Alguns caminhos, assim me parece, se abrem nas pesquisas sobre as viagens e os viajantes do extremo oeste no período colonial. Trabalhos futuros poderão valer-se dos dados relacionais aqui apresentados para pesquisas que abordem a trajetória específica de cada um dos grupos sociais envolvidos no movimento das monções. Ou ainda, inspirando-se na abordagem relacional aqui empreendida, poderão ampliar a polifonia das vozes e visões de mundo, incluindo definitivamente grupos sociais que, pelas limitações do presente estudo, apenas pude apreciar muito rapidamente, como os escravos negros, as várias categorias de mestiços, os moradores portugueses e espanhóis, outros grupos étnicos como os Guaná, os Guató, os Kayowá, entre outros, em todos os seus padrões de interdependência contraditórios.

Toda pesquisa é um processo de contínuos contrapontos em constantes transfigurações. Reconhecendo a provisoriedade das pequenas conclusões aqui apresentadas, procurei, antes de tudo, deixar novas questões, em vez de resolvê-las, e assim convidar novos viajantes a embrenharem-se por esses fascinantes itinerários do extremo oeste. Cabe assinalar que, como toda a viagem, esta também transfigura os sujeitos, a ponto de abalarem suas certezas e não serem mais os mesmos depois da experiência. Octávio Ianni explica com mais detalhe essa *idéia de transfiguração*:

À medida que viaja, o viajante se desenraiza, solta, liberta. Pode lançar-se pelos caminhos e pela imaginação, atravessar fronteiras e dissolver barreiras, inventar diferenças e imaginar similaridades. A sua imaginação voa longe, defronta-se com o desconhecido, que pode

ser exótico, surpreendente, maravilhoso, ou insólito, absurdo, terrificante. Tanto se perde como se encontra, ao mesmo tempo que se reafirma e modifica. No curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte nunca é o mesmo que regressa.¹

¹ IANNI, Octávio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 31.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

DIÁRIO das três partidas de demarcação da América em virtude do tratado de limites ajustado entre as duas coroas de Espanha e Portugal [1759]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. Códice: Yan, 11. 236 folhas inumeradas, 5 mapas.

INSTRUÇÕES ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira sobre o roteiro da viagem entre o Pará e Mato Grosso pelos rios Amazonas e Madeira na ida, e Tocantins, na volta. Detalhes sobre o que deveria ser observado e recolhido, sobre animais, vegetais, e minerais, e cuidados para a preservação da saúde dos viajantes [ant. 1783]. Manuscrito da coleção Alberto Lamago. Códice: Lamago, 101. 21p.

PALÁCIO, Francisco. Roteiro da viagem de São Paulo para as Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726 [1734]. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. Códice: Yan, 31. 22 folhas inumeradas.

PROJECTO OU PLANO ajustado por ordem de S. M. F. entre o Gov.^{or} Cap.^m Gen.^{al} de S. Paulo D. Luis An.^{to} de Souza & o Brigadeiro Jozé Custodio de Sá e Far.^a. De todos os Serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros q se devem sustentar nesta p.^{te} Meridional da América Portuguesa. Anno de 1772. Manuscrito da coleção Yan de Almeida Prado. Códice: Yan, 35. 88 folhas inumeradas, 6 mapas, 1 estatística.

RAVIN, Jean François. Petição de Jean François Ravin pedindo permissão para voltar ao Brasil e continuar suas pesquisas [1774]. Manuscrito da coleção Alberto Lamago. Códice: Lamago, 16.27. 3 p.

____. Prosa sob o título Exposição da Conduta e da utilidade de hum Naturalista peregrino no Brazil, de Jean François Ravin, sobre a importância dos naturalistas detectarem riquezas do solo brasileiro, vantagens da comercialização de seus produtos, dada a ignorância dos habitantes do Brasil a respeito desse potencial; qualidades que hum naturalista deveria ter, despesas com preparo de uma expedição e etapas que deveria seguir [1774]. Manuscrito da coleção Alberto Lamago. Códice: Lamago, 16.28. 12p.

____. Pública forma do traslado de três atestados, e os respectivos reconhecimentos, passados em favor de Jean François Ravin pelo conservador, pelo diretor e por diversos lentes da Universidade de Coimbra, certificando o alto nível de seus trabalhos de medicina e botânica, produto de sua estada em terras brasileiras [1774-76]. Manuscrito da coleção Alberto Lamago. Códice: Lamago, 16.29. 8p.

Archivo Nacional de Asunción, Paraguai

Fundo Sección Historia

v. 88, n. 2, 6 f. El gobernador de la provincia consulta al cabildo sobre la conveniencia de abandonar la frontera y establecerse en Guarnipitan por las continuas hostilidades de los guaicurues [1716].

v. 119, n. 4, 2 f. El gobernador de la Provincia prohíbe el abandono de sus casas a los vecinos del pueblo de la Cordillera que han huido por los continuos ataques de los indios Mbayás [1737].

v. 127, n. 7, 2 f. El gobernador sobre capitulación de los indios Payaguás [1753].

v. 362, n. 1, 286 f. Correspondencias del Pueblo de Borbon [1793].

v. 163, n. 22, 9 f. Mariano Ferreyra: su declaración sobre actuación de los indios Mbayás [1796].

v. 164, n. 4, 80 f. Correspondencia y varias disposiciones relativas a los indios de la Provincia [1796].

Fundo Acta del Cabildo de Asunción (Cópias)

14/03/1763 – Carpeta 25, p. 135-139.

3/11/1796 – Carpeta 32, p. 127-131.

Fundo Coleção Rio Branco

n. 58 – ÍNDIOS – Paraguai. Artículos de paz que se ha celebrado con los caziques Mbayá y Guaná hoy treinta y uno de Enero de mil setecientos noventa y ocho. S. l., 1º de janeiro de 1798. 7 p.

Fundo Carpeta Suelta

Carpeta 67 – Carta de Pedro Joseph Molas, de Concepción, al Gobernador Joaquín Alos, en Julio 8 de 1788, Archivo General de la Nación, v. 51, n. 29, f. 483, Copia.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

PARTE DO GOVERNO de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha [ca. 1740]. Biblioteca Nacional, Seção Cartografia, ARC 030, 03, 003. 1 mapa ms.: desenho a tinta ferrogálica; 51,5 x 71cm.

FONTES IMPRESSAS

Arquivo do Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, [1895-].

v. 3: Diversos, 1913 (3 ed.).

v. 5: Yguatemy, 1901.

v. 6: Yguatemy, 1902.

v. 7: Yguatemy, 1902.

v. 8: Yguatemy, 1901.

v. 9: Yguatemy, 1901.

v. 12: Bandos e portarias de Rodrigo César de Menezes, 1901.

v. 13: Bandos e portarias de Rodrigo César de Menezes, 1895.

v. 17: Correspondências do Vice-Rey, de Martim Lopes Lobo de Saldanha e outros (1775-1779), 1895.

v. 18: Avisos e Cartas Régias (1714-1729), 1896.

v. 19: Correspondência do Capitão-General Dom Luiz Antonio de Souza (1767-1770), 1896.

- v. 20: Correspondência interna do Governador Rodrigo César de Menezes (1721-1728), 1896.
- v. 22: Bandos, regimentos e ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas (1732-1748), 1896.
- v. 24: Cartas régias e provisões (1730-1738), 1898.
- v. 27: Patentes, Provisões e Sesmarias, Parte 2ª (1729-1732), 1898.
- v. 32: Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo César de Menezes (1721-1728), 1901.
- v. 33: Bandos, ordens e portarias de D. Luiz Antonio de Souza (1771-1775), 1901.
- v. 34: Correspondência do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza (1770-1771), 1901.
- v. 94: Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros (1802-1808), 1990.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, e São Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. Costa Silveira, 1841.

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

RELAÇÃO da chegada, que teve a gente de Mato Groço, e agora se acha em companhia do senhor D. Antonio Rolim desde o Porto de Ararituaba, até a esta villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Lisboa: Officina Silva, 1754. Cód. 3, e, 14.

Museo Etnográfico Andrés Barbero, Assunção, Paraguai

AGUIRRE, Juan Francisco. Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada Don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional [1793-1796]. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires, v. 18-19, 1949-1950.

AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. Madrid: Imprenta de Sanchiz, 1847. 2 v.

_____. Geografía física y esférica de las Provincias del Paraguay, y Misiones Guaraníes [1790]. Bibliografía, prólogo y anotaciones por Rodolfo R. Schuller. *Anales del Museo Nacional de Montevideo*: Sección Histórico-Filosófica, Montevideo, t. I, 1904.

_____. *Viajes por la América Meridional* [1781-1801]. Trad. Francisco de Las Barras de Aragón. Madrid: Espasa-Calpe, 1969 (Colección Austral, n. 1402).

CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. *Naufragios y comentarios*, con dos cartas. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946 (Col. Austral).

DOBRIZHOFFER, Martin. *Historia de los Abipones* [1784]. Trad. Edmundo Wernicke. Resistencia, Argentina: Universidad Nacional del Nordeste, 1967-1970. 3 v.

FLORES, Manuel Antonio de. Carta de D. Manuel A. de Flores al Marqués de Valdelirios, Comisario General de S. M. Católica, para la ejecución del Tratado de Límites celebrado en Madrid en 1750 [1756]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata*. t. 5. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1970. p. 239-95.

GUEVARA, José. Historia del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata*. t. 2. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836.

GUZMÁN, Ruy Díaz de. Historia argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata [1612]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata*. t. 1. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1835.

LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay Católico* [1780]. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910. 2 v.

LOZANO, Pedro. *Descripción Corográfica del Gran Chaco Gualamba* [1733]. Reedición con prólogo e índice por Radames A. Altieri. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1941.

PASOS, Ignacio de. Diario de una navegación y reconocimiento del río Paraguay desde la ciudad de la Asunción hasta los presidios portugueses de Coimbra y Albuquerque [1790]. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata*. t. 6. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1838.

QUIROGA, José. Descripción del Río Paraguay, desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná [1752]. In: ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata*. t. 6. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1838.

TRATADO firmado en Madrid a 13 de enero de 1750 para determinar los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en Asia y América. In: ANGELIS, Pedro de (Ed.). *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata*. t. 5. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1970. p. 189-211.

Demais fontes impressas

ABREU, Manuel Cardoso de. Divertimento admirável para os historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso [...] [1783]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 6, p. 253-293, 1901.

ALINCOURT, Luiz D'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

_____. Resultado dos trabalhos e indagações statisticas da província de Matto-Grosso (Conclusão) [1828]. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 39-142, 1881.

ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 202, p. 3-132, 1949.

ANTONIL, André João [João Antonio Andreoni, S.J.]. *Cultura e opulência do Brasil* [1711]. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

ARAÚJO, Domingos Lourenço de. Notícia 3ª Prática dada pelo Capp.^m [...] ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai as tropas, que vinham para São Paulo no ano de 1730. In: TAUNAY, Afonso de. *História das Bandeiras Paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 151-54.

AUTO do governador do Paraguai pelo qual se tomam as medidas necessárias para atender ao pedido de socorro dos moradores de Santa Cruz de la Sierra. Assunção, 12/11/1692 [Doc. XXXVII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*: Manuscritos da coleção De Angelis. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

BARBOZA, Francisco de Oliveira. Noticias da Capitania de S. Paulo, da América Meridional escriptas no anno de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 22-36, 1885.

BARROS, Manuel de. Notícia 7ª Prática e roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, que se costumam fazer por mar e por terra [entre 1727 e 1740]. In: TAUNAY, Afonso de. *História das bandeiras paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 159-78.

BUENO, João Ferreira de Oliveira. Simples narração da viagem que fez ao rio Paraná o thesoureiro-mór da sé d'esta cidade de São Paulo João Ferreira de Oliveira Bueno, acompanhado de seu irmão o capitão Miguel Ferreira de Oliveira Bueno, aos 3 dias do mez de Setembro de 1819. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 139-49, 1839.

CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiásés, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juares, o Capitão [...], sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, Afonso de. *História das Bandeiras Paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 143-50.

CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão [...] do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo [...] até o dia 20 de maio de 1723 [1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 179-200.

CARTA RÉGIA – Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquelle território. 01/04/1809. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 69-72.

CARTA RÉGIA – Manda promover a civilização dos índios denominados Caypoz, habitantes do sertão do Rio Paraná, defronte de barra do Tieté, e outros circumvisinhos. 24/03/1819. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 95-96.

CARTA RÉGIA – Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava. 05/11/1808. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 62-64.

COPIA de uma carta dos moradores de Santa Cruz de la Sierra pedindo ao governador do Paraguai socorro contra os portugueses. 22/05/1692 [Doc. XXXV]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760): Manuscritos da coleção De Angelis*. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores: Instituto Rio Branco, 1965-1971. 2 v.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. 6. ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975.

DEMONSTRAÇÃO dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os Rios Cuiabá e Província de Cachiponé [anterior a 1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 201-207.

ELLIOT, João Henrique. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844-1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 153-77, 1848.

EXAME necessário do Padre Lozano sobre o manifesto do Padre Vargas Machuca [1760] [Doc. XXXVIII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim* (1596-1760): Manuscritos da coleção De Angelis. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: Iconografia do Arquivo da Academia de Ciências da União Soviética. 3 v. Rio de Janeiro: Alumbamento: Livroarte, 1988 (Reprodução fotográfica por Clauss C. Meyer; texto por Boris Komissarov).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (1783-1792): Iconografia: v. 1: Geografia/Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FERRER, Diogo. Anua do Pe. Diogo Ferrer para o Provincial sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatim. 21/08/1633 [Doc. VII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim* (1596-1760): Manuscritos da coleção De Angelis. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952. p. 29-49.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829; com gravuras do Autor* [1829]. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação de Matto Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes [1750]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 29, parte 1 (v. 32), p. 352-90, 1866.

GANDAVO, Pero Magalhães. *Tratado da terra do Brasil: história da província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

INFORMAÇÃO e requerimento da Câmara (Cavildo Abierto) de Assunção dirigidos à audiência de La Plata para que se mudem as aldeias de Caaguaçu e Aguaranambi para as proximidades daquela cidade. 19/07/1667. [Doc. XXX]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim* (1596-1760): Manuscritos da coleção De Angelis. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

JUZARTE, Theotônio José. Diário da navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemí em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais rios, que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste diário, pelo tempo de dois anos, e dois meses. Que principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, Afonso de. *História das Bandeiras Paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 239-96.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. Diário da viagem feita de Villabella até a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos rios no anno de 1788. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 62, parte 1 (v. 99), p. 35-59, 1900.

LANGSDORFF, Georg H. Von. *Os diários de Langsdorff*. 3 v. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

LARA E ORDONHES, Diogo de Toledo. Carta de um passageiro de Monção [1785]. In: TAUNAY, Afonso de. *História das Bandeiras Paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 223-35.

LEVERGER, Augusto. De São Paulo a Cuiabá: derrota da navegação interior da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso [1830]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 247, p. 363-91, 1960.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação de São Vicente até o ano de 1876. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. 2 v.

MENDES, Francisco. Carta do franciscano Frei Francisco Mendes sobre os costumes dos índios Mbaia e Guaná, no Alto Paraguai. 20/06/ 1772 [Doc. VII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Do Tratado de Madri à conquista dos sete povos (1750-1802)*: Manuscritos da coleção De Angelis. t. 7. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. p. 53-69.

NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1746]. In: TAUNAY, Afonso de. *História das Bandeiras Paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 179-200.

NOTÍCIAS UTILÍSSIMAS á corôa de Portugal e suas conquistas [1695]. In: CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (Org.). Inventários dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar. t. 6: Rio de Janeiro: 1616-1729. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 223-24, 1921.

OEYNHAUSEN, João Carlos Augusto d'. Officio n. 17, dirigido ao Conde de Linhares [...] relativamente aos meios de comunicação da capitania de Mato Grosso com as outras por via Fluvial [1811]. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 121-25 [Anexo C].

PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros [...] [1795]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 21-44, 1839.

REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6ª Prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses [...] [1727]. In: TAUNAY, Afonso de. *História das Bandeiras Paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 117-130.

RESPOSTA ao pedido de informações pelo ouvidor da Real Audiência, D. Pedro de Roxas y Luna, ao Pe. André de Rada, visitador geral das Províncias do Paraguai e da Companhia de Jesus. 23/10/1664 [Doc. XXVIII]. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*: Manuscritos da coleção De Angelis. t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

ROLIM, D. Antonio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Villa de Cuyabá, em 1751. In: TAUNAY, Afonso de. *História das Bandeiras Paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 201-22.

SÁ E FARIA, José Custódio de. Diário da viagem que fez o brigadeiro [...] da cidade de São Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Igatemy, 1774-1775. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 39, parte 1 (v. 52), p. 217-91, 1876.

SÁ, José Barbosa de. Chronicas do Cuyabá [...] [1765]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 4, p. 5-217, 1899.

_____. Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus principios até os presentes tempos [1775]. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 5-58, 1904.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguay*. São Paulo: Martins: Edusp, 1972.

_____. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SCHMÍDEL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata* [1565]. Buenos Aires: Cabaut y Cía., 1903.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes [1803]. In: VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: EdUFMS, 1999. p. 129-38.

_____. Continuação do parecer sobre os índios Uaicuru's, Guana's, etc. [...] [1803]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 348-95, 1850.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico cronológico das notícias de Cuiabá, repartição da capitania de Mato-Grosso, desde o princípio do ano de 1778 até o fim do ano de 1817 [...]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 5-125, 1850.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional: Edusp, 1971 (Col. Brasileira, v. 117).

VALMASEDA, D. Carlos de Los Rios. Notícia 4ª Prática vinda da cidade do Paraguai à Nova Colônia do Sacramento com aviso de venda, que fizeram os paiaçuás dos cativos portugueses naquela mesma cidade, e escrita por [...] [1730]. In: TAUNAY, Afonso de. *História das bandeiras paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 155-58.

VILHENA, Luis dos Santos. *Cartas de Vilhena: notícias soteropolíticas e brasílicas*. v. 2. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

XERIA, Luís de Céspedes. Carta do capitão-general governador do Paraguay [...] a Felipe IV sobre a sua navegação no Tietê e no Paraná [1628]. In: TAUNAY, Afonso de. *História das Bandeiras Paulistas*. t. 3: Relatos monçoeiros. São Paulo: Melhoramentos, 1961. p. 109-13.

BIBLIOGRAFIA

ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza: Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. 1978. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ALBERS, Patricia C. Changing patterns of ethnicity in the Northeastern Plains, 1780-1870. In: HILL, Jonathan (Ed.). *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996. p. 90-118.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luis Castanho de. Bandeirantes no ocidente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 40, p. 343-81, 1942.

AMORIM, Marcos Lourenço de. *O “segundo eldorado” brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro: de Araraitaguaba a Cuiabá (1719-1838)*. 2004. 232 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

ARNT, Fúlvio Vinícius. *San Ignacio de Los Zamucos: índios e jesuítas no coração do deserto sul-americano, século XVIII*. 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do vale do rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

ARROYO, Leonardo. Introdução: Tietê – rio, homem e livro. In: NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê*. 2. ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978. p. xi-xxi.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: EdUCG, 1998.

BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Difel: Edusp, 1969.

BALDUS, Herbert. Introdução. In: BOGGIANI, Guido. *Os Caduveos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 11-46.

BARTH, Fredrik. (Org.) *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

_____. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 2. reimp. São Paulo: EdUnesp, 1998. p. 187-227.

_____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000 (Coletânea organizada por Tomke Lask).

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)*. 1972. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BENJAMIN, Walter. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow. Trad. Modesto Carone. In: _____ et alii. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 57-74.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998. p. 39-76.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *Historia del Nuevo Mundo: t. 2: los mestizajes, 1550-1640*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 18 n. 36, 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/rbh> >. Acesso em: 15 jun. 2006.

BOGGIANI, Guido. *Os Caduveos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979.

_____. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CÂMARA, Antonio Alves. *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (Col. Brasileira, v. 92).

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Narrativas e totalidades como problemas da historiografia: um estudo e dois casos. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 179-88.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Los ‘señores de los ríos’ y sus alianzas políticas. *AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana*, Madrid, España, n. 6, p. 61-79, septiembre-diciembre, 2005.

_____. Os ‘senhores dos rios’ e as suas alianças: um estudo sobre as fronteiras e as trocas interculturais no movimento das monções. *Territórios e fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 81-94, 2005.

_____. Perspectivas teóricas acerca da leitura e análise de relatos de viajantes: Hercules Florence, narrador. *Fênix: revista de história e estudos culturais*, Uberlândia, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: < <http://www.revistafenix.pro.br> > . Acesso em: 10 jan. 2006.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: Encruzilhada de povos e ‘Melting Pot’ cultural: Suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 457-74.

CERDA-HEGERL, Patricia. *Fronteras del Sur: la región del río Bío-Bío y la Araucanía chilena (1604-1883)*. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera, [199-].

CHARTIER, Roger. ‘Cultura popular’: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-92, 1995.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: EdUFSC, 1999.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

_____. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, ciências, saúde – Manguinhos*. v. 8 (suplemento), 2001. p. 993-1014.

_____. Entre Xarai, Guaikuru e Payaguá: ritos de vida no Pantanal. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 63-92.

_____. Los Guaikurú y la Guerra de la Triple Alianza. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 6, 2006. Disponível em: < <http://nuevomundo.revues.org/>>. Acesso em: 2 out. 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos de Araújo. *Os Toba do Chaco: missão e identidade: séculos XVI, XVII e XVIII*. 2000. 201 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do vale do rio dos Sinos, São Leopoldo, 2000.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 7(1), p. 89-116, 2001.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GERBI, Antonello. *La naturaleza de las indias nuevas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. *O Novo Mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 143-80.

_____. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: ____ et alii. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 203-214.

_____. As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas. In: _____. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 80-99.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil central*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

GODOY, Silvana Alves de. Itu e Araraitaguaba na rota das monções (1718-1838). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., CONFERÊNCIA

INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. *Anais...* Caxambu: [s.n.], 2003. Disponível em: < <http://www.abphe.org.br> >. Acesso em: 4 set. 2005.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, p. 7-39, 1997.

_____. Fronteras. *Revista de Antropología Experimental*, n. 1, 2001. Disponível em: < <http://www.ujaen.es/huesped/rae/indice2001.htm> >. Acesso em: 12 set. 2006.

HARTMANN, Thekla. *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX*. São Paulo: Fundo de pesquisa do Museu Paulista da USP, 1975.

HERBERTS, Ana Lúcia. *Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*. 1998. 262 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998.

HICKERSON, Nancy P. Ethnogenesis in South Plains: Jumano to Kiowa? In: HILL, Jonathan (Ed.). *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996. p. 70-89.

HILL, Jonathan (Ed.). *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

_____. Ethnogenesis in the Northwest Amazon: An emerging regional picture. In: ____ (Ed.). *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996a. p. 142-60.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, p. 55-111, 1966.

_____. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

_____. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

_____. *Monções*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

IANNI, Octávio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IZIKOWITZ, Karl G. Vecinos en Laos. In: BARTH, Fredrik (Org.). *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. p. 177-195.

JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

KERSTEN, Ludwig. *Las tribus indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVIII: una contribución a la etnografía histórica de Sudamérica*. Resistência, Argentina: Universidad Nacional del Nordeste, 1968.

KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LISBOA, Karen M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, n. 322, 2002.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração sob os últimos Vice-Reis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. 1, v. 2. 6. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1985.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*. 1999. 181 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Edusp, 1997.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANO, Marcel. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem anos de solidão*. 58. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e Revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas). 3 v.

MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: ____ (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa* (v. 1). São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 41-81.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

MÉTRAUX, Alfred. Warfare, cannibalism, and human trophies. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 5. Washington: Government Printing Office, 1956. p. 383-411.

____. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 1. Washington: Cooper Square Publishers, 1963. p. 197-370.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

____. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Concurso de Livre Docência)–Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

____. Labor systems: 1492-1850. In: COATSWORTH, John H. et. alii (Ed.). *Cambridge Economic History of Latin America*. No prelo.

MOTA, Lúcio Tadeu. Relações interculturais nas bacias dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. 1 CD-ROM.

MOURA, Carlos Francisco. Os Paiaguás, ‘índios anfíbios’ do rio Paraguai. In: REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA NÁUTICA E DA HIDROGRAFIA, 5., 1984, Rio de Janeiro. *Separata do Suplemento dos Anais Hidrográficos...* t. 41. Rio de Janeiro: [s.n], 1984.

NIMUENDAJU, Curt Unkel. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. 1. ed. 2. imp. Rio de Janeiro: IBGE: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê*. 2. ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 4(1), p. 47-77, 1998.

_____. *Ensaaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Os argonautas Guató*: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense. 1995. 210 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre*: o processo de assimilação dos Terena. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PACHECO NETO, Manuel. *Palmilhando o Brasil colonial*: a motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

PARIS, Mary Loo. *O livro do rio Tietê*. São Paulo: Estúdio Ro, 1991.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 115-32.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difel, 1968.

PINHEIRO, Niminon Suzel. Terra não é troféu de guerra. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. 1 CD-ROM.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 2. reimp. São Paulo: EdUnesp, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

PRADO, Paulo. *Província e nação*: Paulística: Retrato do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PRESOTTI, Thereza Martha. A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e a 'guerra justa' aos Payaguá (1719-1748). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: Editorial Mídia, 2005. 1 CD-ROM.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980.

REIS, Artur César Ferreira. Os tratados de limites. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. 1, v. 1. 6. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1981. p. 364-79.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica do Brasil no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1976.

SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. New York: Cambridge University Press, 1986 (Cambridge studies in historical geography, v. 7).

SAEGER, James Schofield. Warfare, reorganization, and readaptation at the margins of Spanish rule: the Chaco and Paraguay (1573–1882). In: SCHWARTZ, Stuart B.; SALOMON, Frank (Eds.). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas: South America*. v. 3, Parte 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 257-86.

_____. *The Chaco mission frontier: the Guaycuruan experience*. Tucson: University of Arizona Press, 2000.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SCHMIDT, Max. Los Payaguá. *Revista do Museu Paulista: nova série*, São Paulo, v. 3, p. 129-270, 1949.

SCHWARTZ, Stuart B. Brazilian ethnogenesis: *mestiços, mamelucos, and pardos*. In: GRUZINSKI, Serge; WACHTEL, Nathan (Ed.). *Le Nouveau Monde: Mondes Nouveaux: L'expérience américaine*. Paris: Ed. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996. p. 7-27.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUnesp, 1992. p. 39-62.

SILVA, Valdevez Antônio da. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê*. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SIVERTS, Henning. Estabilidad étnica y dinámica de límites en sur de México. In: BARTH, Fredrik (Org.). *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. p. 131-51.

SODRÉ, Nelson Wenerck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990 (Fac-símile da edição da Editora José Olympio, 1941).

_____. *Introdução à geografia: geografia e ideologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

SOUSA, Neimar Machado de. *A redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim: entre a cruz e a espada (1631-1659)*. 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

STEWART, Julian; FARON, Louis. *Native Peoples of South America*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1959.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, ‘raça’, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 14(1), p. 15-42, janeiro-abril, 2006.

SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971.

_____. Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y de su periferia (enfoque etnológico). *Suplemento Antropológico*, Asunción, v. 7, n. 1-2, p. 85-106, 1972. 2 mapas.

_____. *Los aborígenes del Paraguay: t. 1: Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978.

_____. *Los aborígenes del Paraguay: t. 3-1: Etnohistoria de los chaqueños, 1650-1910*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1981.

_____. *Guerra. Tránsito. Subsistencia (Ámbito Americano)*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1990 (Serie Manuales del Museo Etnográfico Andrés Barbero, v. 5).

_____. *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1991.

_____. *Una visión socio-antropológica del Paraguay: XVI – 1/2 XVII*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1993.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Afonso de. *História das bandeiras paulistas*. 3 v. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

VANGELISTA, Chiara. Los payaguá entre Asunción y Cuiabá: formación y decadencia de una frontera indígena (1719-1790). In: JORDAN, Pilar Garcia; IZARD, Miquel (Orgs.). *Conquista y resistencia en la historia de América*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1992. p. 151-65.

VERONEZE, Ellen. *A ocupação do planalto central brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul*. 1994. 173 f. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do vale do rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 4. ed. Brasília: EdUnb, 1998. 2 v.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do barão de Antonina no Brasil meridional. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-55, 1995.